



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Departamento de Serviço Social – SER
Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS
Discente: Daniel Ferraz Tavares da Cruz
Orientadora: Dra. Kênia Augusta Figueiredo

A modernização do processo seletivo na Assistência Estudantil da Universidade de Brasília (UnB): análises e reflexões sobre seus efeitos no período de 2010 a 2019.

Brasília, 2022

DANIEL FERRAZ TAVARES DA CRUZ

A modernização do processo seletivo na Assistência Estudantil da Universidade de Brasília (UnB): análises e reflexões sobre seus efeitos no período de 2010 a 2019.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Brasília, 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC957m Cruz, Daniel Ferraz Tavares da
A modernização do processo seletivo na Assistência
Estudantil da Universidade de Brasília (UnB): análises e
reflexões sobre seus efeitos no período de 2010 a 2019 /
Daniel Ferraz Tavares da Cruz; orientador Kênia Augusta
Figueiredo. -- Brasília, 2022.
207 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. assistência estudantil. 2. modernização. 3. Comunicação
Pública. 4. Novas Tecnologias da Informação e Comunicação. I.
Figueiredo, Kênia Augusta, orient. II. Título.

DANIEL FERRAZ TAVARES DA CRUZ

A modernização do processo seletivo na Assistência Estudantil da Universidade de Brasília
(UnB): análises e reflexões sobre seus efeitos no período de 2010 a 2019.

Professora Orientadora: Dra. Kênia Augusta Figueiredo
SER/UnB

Professora: Dra. Elen Cristina Geraldês
(Membro Externo não vinculado ao Programa)
FAC/UnB

Professor: Dr. Wagner Roberto do Amaral
(Membro Externo não vinculado ao Programa)
Universidade Estadual de Londrina/UEL

Suplente: Anabelle Carrilho da Costa
(Suplente/Membro Interno vinculado ao Programa)
SER/ Universidade de Brasília/UnB.



Brasília, 2022

Agradecimentos

O desenvolvimento deste trabalho durante o contexto pandêmico não foi uma tarefa fácil. Os percalços foram diversos e em variados níveis de complexidade: da perda de dados às dificuldades de lidar com o adoecimento na família; da necessidade de conciliar a atenção com os filhos em meio ao distanciamento social, às atividades de estudo e afazeres domésticos.

Nesse sentido agradeço, primeiramente, a minha esposa, Mariana, e filhos, Alice (8 anos) e Vicente (5 anos). Ela pela cumplicidade e suporte nos momentos difíceis; eles pelo carinho e pela paciência em relação a necessidade de me distanciar para produzir. Imagino que não tenha sido fácil.

Agradeço aos meus pais por tudo e, especialmente, à minha mãe por dispor-se a conversar e saber mais sobre o projeto, o que me auxiliou a refleti-lo com mais concretude.

Agradeço a contribuição dos colegas das disciplinas da pós-graduação nos debates e atividades propostas: Manuela, Magda, Haiana, Luísa, Matheus, Danielle, Bianca, Rhaiza entre tantos outros/as.

Agradeço aos professores Reginaldo Ghiraldelli, Lúcia Lopes, Evilásio Salvador e Camila Potyara pelos ricos momentos de interlocução e disponibilidade, apesar das dificuldades do ensino remoto.

Agradeço, especialmente, a minha orientadora, professora Kênia Augusta, pela paciência e sensibilidade tipicamente freiriana que, apesar de todos contratemplos, cumpriu com o desafio da orientação remota e motivou-me a persistir. Kênia foi fundamental para que eu fosse capaz de perceber a amplitude de possibilidades da pesquisa o que implicou um salto qualitativo em relação a proposta inicial.

Agradeço, também, às/os colegas de trabalho que, pouco a pouco, nas interlocuções cotidianas, me motivaram à realização do mestrado.

Agradeço aos meus amigos Eduardo e Catarina pelo companheirismo, pelos momentos de descontração no ‘cine das antigas’ e pelo incentivo à prática de exercícios físicos. Momentos especiais que alternados com o estudo foram fundamentais para mim.

Agradeço, por fim, aos meus filhotes de estimação, Beto, Bidu, Mika, Berinjela e Lithen pelo carinho e amor incondicional, extremamente revigorantes.

Resumo

O presente estudo objetiva analisar os efeitos da modernização do processo seletivo da Assistência Estudantil da UnB empreendido entre os anos de 2010 e 2019, período de ampliação (2010-2015) e declínio (2016-2019) do financiamento da política ante um contexto de demanda crescente. A “modernização do processo”, concebida como uma das respostas à necessidade de lidar com a demanda crescente e com as exigências de melhoria do processo seletivo conforme auditoria externa da Controladoria Geral da União (CGU), foi apreendida a partir de três eixos: [1] a substituição do sistema utilizado para realizar a seleção dos estudantes; [2] mudanças no fluxo da avaliação social e na comunicação entre Assistentes Sociais e discentes; [3] a revisão de critérios e documentos da avaliação social. Para tanto buscamos indicar os principais momentos e transformações desse contexto de forma a permitir uma interpretação mais precisa dos dados. As informações demonstraram que a modernização aumentou a produtividade, mas não logrou êxito na melhoria das taxas de conclusão dos processos. O problema de comunicação que inviabilizava a inscrição de um grande número de estudantes foi deslocado, a partir da mudança no fluxo de atendimento, para o âmbito da interlocução entre Assistentes Sociais e estudantes o que implicou um aumento nas desclassificações. Os efeitos da modernização sobre o perfil dos estudantes beneficiados foi contraditório, de um lado, a assimetria entre estudantes do sexo masculino e do sexo feminino aparentemente foi reduzida. De outro lado, a modernização favoreceu estudantes brancos em detrimento de pardos. Do ponto de vista dos profissionais, os ganhos na organização do processo ocorreram mediante intensificação do trabalho uma vez que a atividade de orientação oral converteu-se em registro escrito. Os resultados do ponto de vista da gestão foram satisfatórios, pois permitiram sanar os problemas indicados pela auditoria externa, aumentaram a produtividade e a capacidade de controle sobre o trabalho da equipe. Embora os dados, as análises empreendidas e a vivência do pesquisador não nos permitam afirmar que houve uma piora do processo seletivo, em termos quantitativos, é possível afirmar que as mudanças empreendidas apontam para uma reorientação ético-política que tende, em termos qualitativos, a favorecer a perspectiva do mérito em detrimento da equidade, reforçando uma seletividade fria e indiferente que tende a responsabilizar os estudantes pelas suas dificuldades. Dessa forma, a modernização compatibilizou-se com a perspectiva produtivista, acarretando uma transformação conservadora, que concentrou poder institucional e reduziu o potencial comunicativo dos processos de avaliação socioeconômica, contrapondo-se aos objetivos ético-políticos do Serviço Social e principiológicos da Comunicação Pública.

Palavras-chave: assistência estudantil; modernização; Comunicação Pública; Novas Tecnologias da Informação e Comunicação

Abstract

This study aims to analyze the modernization's effects over the selection process of students to engage Student Assistance at UnB. The analysis carried out between 2010 and 2019, a period of expansion, until the year of 2015, and decline of policy funding in a context of growing demand. The "modernization of the process", conceived, on one hand, as a answer to deal with the growing demand and, on the other hand, as a response to Controladoria Geral da União (CGU) that asked for improvements on the selection process, was understood from three axes: [1] the replacement of the system used to carry out the students' selection; [2] the changes in the flow of the socioeconomic assessment process and in the communication between social workers and students; [3] the review of social assessment criteria and documents. Therefore, we seek to indicate the main moments and transformations of this context in order to allow a more accurate interpretation of the data. The information showed that the modernization increased productivity, but was not successful in improving the processes' completion rates. The change in the service flow shifted the communication problem from the enrollment stage to the scope of dialogue between social workers and students. This implied, on the one hand, a reduction in the number of students with incomplete enrollment and, on the other hand, an increase in disqualifications. The effects of modernization on the profile of the students benefited were contradictory, on the one hand, the asymmetry between male and female students was apparently reduced. On the other hand, modernization favored white students at the expense of browns. From the professionals' point of view, the gains in the organization of the process occurred through the intensification of the work, since the oral guidance activity was converted into a written record. The results from the management point of view were satisfactory, as they allowed the problems indicated by the external audit, increased productivity and the ability to control the team's work. Although the data, the analyzes undertaken and the researcher's experience do not allow us to say that there was a worsening of the selection process, in quantitative terms, it is possible to affirm that the changes undertaken point to an ethical-political reorientation that tends, in qualitative terms, to favoring the perspective of merit over equity, reinforcing a cold and indifferent selectivity that tends to blame students for their difficulties. In this way, modernization became compatible with the productivist perspective, leading to a conservative transformation, which concentrated institutional power and reduced the communicative potential of the socioeconomic assessment processes, opposing the ethical-political objectives of Social Work and the principles of Public Communication.

Keywords: student assistance; modernization; Public Communication; New Technologies for Information and Communication

Lista de siglas

CAC: Câmara de Assuntos Comunitários

CAD: Conselho Administrativo

CAEP: Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos

CEU: Casa do Estudante Universitário

CGU: Controladoria Geral da União

COAD: Coordenação Administrativa (DDS)

COAE: Coordenação de Assistência Estudantil (DDS)

COGEM: Coordenação Geral de Moradia Estudantil (DDS)

CONSUNI: Conselho Universitário

DAC : Decanato de Assuntos Comunitários

DACES: Diretoria de Acessibilidade

DDS: Diretoria de Desenvolvimento Social

DEL: Diretoria de Esporte e Lazer

DIV: Diretoria de Diversidade

DPO: Decanato de Orçamento e Planejamento

ENEM : Exame Nacional do Ensino Médio

Fies: Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

FUP: Faculdade UnB Planaltina

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INT: Assessoria de Assuntos Internacionais

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

NEPASD: Núcleo de Saúde Mental

NovoSAE: Novo Sistema de Assistência Estudantil

OSS: Orçamento da Seguridade Social

PBP: Programa Bolsa Permanência

PNAES : Programa Nacional da Assistência Estudantil

PROMISAES: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

ProUni: Programa Universidade para Todos

REUNI: Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU: Restaurante Universitário

SAE: Sistema de Assistência Estudantil

SIG: Sistema Integrado de Gestão

SIGRA: Sistema de Graduação

Sisu: Sistema de Seleção Unificada

SOU: Serviço de Orientação ao Universitário

SPS: Serviço de Programas Sociais

STI: Secretaria de Tecnologia de Informação

UnB: Universidade de Brasília

Lista de gráficos

G1: evolução anual do total do orçamento em comparação com a evolução da função educação entre 2001 e 2019.	115, 196
G2: variação anual dos valores autorizados e pagos para a função educação entre 2001 e 2019	115, 196
G3: comparação entre a evolução da função educação e a evolução das estratégias de ampliação do acesso e permanência nas instituições de ensino superior entre 2001 e 2019.	117, 197
G4: distribuição percentual da soma dos recursos autorizados entre 2001 e 2019 para as diferentes estratégias de ampliação do acesso e da permanência na educação superior.	118, 197
G5: Taxa global conforme status simplificado do estudo socioeconômico agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	198
G6: Taxa global de participação conforme sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	198
G6.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	148, 199
G6.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	149, 199
G6.3: Desvio entre o percentual de avaliações concluídas e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	150, 200
G7: Taxa global de participação conforme cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	200
G7.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	152, 201
G7.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	152, 201
G7.3: Desvio entre o percentual de avaliações concluídas e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	154, 202
G8: Taxa global de participação conforme tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	202
G8.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	155, 203
G8.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme o tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	203
G8.3: Desvio entre o percentual de estudos concluídos e a participação global conforme o tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	204
G9: Taxa global de participação conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	157, 204
G9.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	160, 205
G9.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	205
G9.3: Desvio entre o percentual de estudos concluídos e a participação global conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.	158, 206
G10: Desvios em relação à variação percentual interanual aos percentuais autorizados e pagos à função educação e a variação percentual interanual dos valores autorizados e pagos do orçamento, deflacionados conforme o IPCA 2019.	116, 206

Lista de tabelas

T1: Total de estudos conforme o 'status simplificado'	143, 180
T1.1: Percentual médio conforme o 'status simplificado' do estudo agrupado por período de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2	144, 180
T1.2: Total de estudos conforme o 'status detalhado'	181
T2: Total estudantes estratificados por sexo	145, 181
T2.1: Percentual global de participação conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2	146, 182
T2.2: Distribuição por status simplificado e sexo	183
T2.3: Percentual de desclassificações conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2	146, 184
T2.4: Desvio entre o percentual de desclassificações conforme sexo e o percentual global de participação conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2	148, 184
T3: Total estudantes estratificados por cor	184
T3.1: Taxa global de participação conforme cor agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2	151, 184
T3.2: Distribuição por status simplificado e cor	185
T4: Total estudantes de graduação estratificados pelo tipo de ensino médio cursado	186
T4.1: Percentual global de participação de estudantes de graduação conforme tipo de escola cursada no ensino médio agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2.	154, 186
T4.2: Distribuição por status simplificado e tipo de ensino médio, nível graduação	187
T5: Total de estudos estratificado pela área do curso	188
T5.1: Percentual global conforme a área do curso agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2.	188
T5.2: Distribuição por status simplificado pela área do curso	189
T5.3: Desvio em relação aos estudos concluídos conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, a partir de 2013-2.	158, 190
T5.4: Desvio em relação aos estudos com inscrição incompleta conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, a partir de 2013-2.	159, 190
T5.5: Desvio em relação às desclassificações conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2.	160, 190
T6: Total de estudos estratificados pela presença ou não de estudo anterior	191
T7: Total estudantes estratificados pela condição de existência ou não de deficiência	191
T8: Total de estudos estratificado pelo nível do curso	192
T8.1: Distribuição por status simplificado e nível do curso	193
T9: Comparação entre a evolução da função Educação e as ações do PNAES e PBP	194
T10: Variação no número de estudantes assistidos e receitas referentes à ação 4002 entre 2011 e 2017.	194
T11: número de estudantes selecionados para os programas que implicam transferência direta de recursos nas avaliações socioeconômicas mais recentes.	195

[...] Durante as últimas gerações, a humanidade efetuou um progresso extraordinário nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, estabelecendo seu controle sobre a natureza de uma maneira jamais imaginada. As etapas isoladas desse progresso são do conhecimento comum, sendo desnecessário enumerá-las. Os homens se orgulham de suas realizações e têm todo direito de se orgulharem. Contudo, parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza, consecução de um anseio que remonta a milhares de anos, não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderiam esperar da vida e não os tornou mais felizes. Reconhecendo esse fato, devemos contentar-nos em concluir que o poder sobre a natureza não constitui a única precondição da felicidade humana, assim como não é o único objetivo do esforço cultural. Disso não devemos inferir que o progresso técnico não tenha valor para a economia de nossa felicidade. Gostaríamos de perguntar: não existe, então, nenhum ganho no prazer, nenhum aumento inequívoco no meu sentimento de felicidade, se posso, tantas vezes quantas me agrada, escutar a voz de um filho meu que está morando a milhares de quilômetros de distância, ou saber, no tempo mais breve possível depois de um amigo ter atingido seu destino, que ele concluiu incólume a longa e difícil viagem? Não significa nada que a medicina tenha conseguido não só reduzir enormemente a mortalidade infantil e o perigo de infecção para as mulheres no parto, como também, na verdade, prolongar consideravelmente a vida média do homem civilizado? Há uma longa lista que poderia ser acrescentada a esse tipo de benefícios, que devemos à tão desprezada era dos progressos científicos e técnicos. Aqui, porém, a voz da crítica pessimista se faz ouvir e nos adverte que a maioria dessas satisfações segue o modelo do 'prazer barato' louvado pela anedota: o prazer obtido ao se colocar a perna nua para fora das roupas de cama numa fria noite de inverno e recolhê-la novamente. Se não houvesse ferrovias para abolir as distâncias, meu filho jamais teria deixado sua cidade natal e eu não precisaria de telefone para ouvir sua voz; se as viagens marítimas transoceânicas não tivessem sido introduzidas, meu amigo não teria partido em sua viagem por mar e eu não precisaria de um telegrama para aliviar minha ansiedade a seu respeito [...]

Sigmund Freud

Índice

Introdução.....	14
Metodologia.....	18
Método.....	18
Procedimentos metodológicos.....	28
Apontamentos sobre trajetória investigativa.....	31
Tecnologias, modernização e neutralidade.....	33
Tecnologia e técnica.....	33
Tecnologia, TICs e neutralidade.....	56
Comunicação pública e Serviço Social: uma interface necessária.....	67
Trajетória da Política de Assistência Estudantil no Brasil.....	80
Breves apontamentos sobre a Política Social.....	80
A Política Social em articulação com o Capitalismo.....	87
Trajetória da Política de Assistência Estudantil.....	103
Transformações na Assistência Estudantil da UnB.....	124
Uma visão panorâmica da Assistência Estudantil na UnB.....	124
Os sistemas usados na seleção de estudantes.....	128
O SAE.....	129
O NovoSAE.....	133
O SIGAA.....	135
As mudanças nos critérios e documentos exigidos para a seleção dos estudantes.....	137
A mudanças de fluxo na avaliação socioeconômica.....	140
Análise cruzada dos registros dos sistemas.....	142
Considerações finais.....	161
Referências.....	168
Fontes documentais.....	175
Vídeos sobre tecnologia e inteligência artificial.....	176
Outros vídeos: aulas, palestras, comentários de professores.....	177
Páginas de internet.....	179
Apêndice.....	180
Tabelas.....	180
Gráficos.....	196
Nuvem de palavras.....	207
Anexos.....	208

Introdução

O presente trabalho constitui um esforço investigativo no sentido de descrever e apreender os efeitos do contínuo processo modernização da seleção de estudantes com vista ao acesso aos programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília (UnB). Sou assistente social do quadro da UnB lotado em Planaltina e, desde 2018, percebi, no plano da imediatividade cotidiana, o aumento da dificuldade dos estudantes de Licenciatura em Educação do Campo em cumprir com as exigências do processo de avaliação socioeconômica, a condição de acesso a programas e serviços de assistência estudantil, geridos e operacionalizados, em grande parte, pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS).

Esse documento constitui, portanto, a exposição de parte dessa investigação que permanece ocorrendo a despeito das formalidades e exigências acadêmicas como uma necessidade do fazer profissional. Penso ser importante colocar essa questão tendo em vista que não se trata de uma investigação episódica, de alguém que aborda o objeto de pesquisa “de fora”. Trata-se de um trabalho que parte de alguém que está dentro, diretamente implicado no objeto de estudo.

A proximidade com o objeto constitui, de um lado a possibilidade de uma apreensão mais complexa e rica do problema tendo em vista a experiência cotidiana em face do objeto, por outro lado, contraditoriamente, pode levar a pobreza de análise ante a inobservância de vieses. Nesse sentido, essa proximidade com o cotidiano exige o esforço de distanciamento, sem, contudo, pretender constituir uma análise neutra do fenômeno.

Ao longo dos últimos 50 anos, com a popularização da Internet, experimentamos um franco desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que têm implicado uma ampla e inequívoca transformação nos canais e formas de comunicação entre as pessoas, assim com formas distintas de organização dos processos produtivos e de gestão das informações. Essa modernização e conseqüente diversificação dos meios comunicativos, apreendida com entusiasmo e maravilhamento expande-se pelo tecido social e pelos territórios de forma desigual e assimétrica, impactando contraditoriamente a vida das pessoas. De um lado o discurso aponta para as promessas de melhoria de vida a partir do aprofundamento do desenvolvimento técnico, de outro observamos o aprofundamento da desigualdade.

A complexificação informacional e comunicativa, expande-se, impulsionado pelo princípio da concorrência, pela indústria e demais instituições objetivando o aumento da produtividade, a diminuição dos custos operacionais e o controle da classe trabalhadora. Radicalizada ante o neoliberalismo, essa expansão alcança instituições privadas e públicas. Conforme o bordão comumente ouvido na burocracia estatal: *a modernização dos processos de trabalho nas instituições públicas tem por objetivo proporcionar maior celeridade aos tramites burocráticos entregando serviços mais eficientes aos seus usuários...* Eficiência, contudo, quando reduzida à lógica de avaliação de custos versus benefícios, não é sinônimo ou garantia de efetividade.

O processo de incorporação das TICs, enquanto elementos mediatizadores da relação entre usuários e instituições públicas, nem sempre considera a diversidade do público que demandam seus serviços, o que, em geral, pode implicar aumento na dificuldade de acesso para aqueles usuários que possuem perfil menos adequado ao idealizado pelos formuladores dessas estratégias de modernização¹.

Como dito antes, o interesse na realização dessa pesquisa surgiu a partir de uma percepção empírica no meu campo de trabalho. A modernização do processo seletivo no âmbito da Assistência Estudantil implicou maior dificuldade de conclusão da avaliação socioeconômica por parte dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Diante dessa constatação, questionei se tal dificuldade poderia ser generalizada aos demais estudantes tendo em vista a dificuldade comum no acesso aos meios tecnológicos entre este grupo e os demais estudantes mais pauperizados. Ainda que a LEdoC possua um perfil bastante específico, constituído majoritariamente por estudantes do campo, proveniente de assentamentos ou quilombolas. Ou seja, quais foram os efeitos da modernização do processo e das comunicações orientadas à seleção de estudantes? Poderíamos detectar esses efeitos pela análise do perfil dos estudantes selecionados e não selecionados? Quais aspectos dessa modernização poderiam ser os mais significativos em relação a esses efeitos?

1 Um exemplo recente dessa problemática relaciona-se à estratégia escolhida para Concessão do Auxílio Emergencial do Governo Federal ante a pandemia de COVID-19. A exigência de instalação de aplicativo de celular, bem como o encaminhamento de solicitação mediante internet pressupunha de um lado a posse de aparelho celular com acesso à internet e, de outro, o conhecimento e capacidade dos usuários em compreender e operar adequadamente o aplicativo. O resultado dessa escolha estratégica foi o impacto desigual sobre as possibilidades de acesso dos grupos mais pauperizados o que levou a aglomerações nas agências da Caixa Econômica ainda no primeiro ano da pandemia.

Dessa forma, esta pesquisa objetiva estudar os efeitos da estratégia de modernização empreendida no âmbito dos processos seletivos da assistência estudantil da UnB. O que nominamos de modernização do processo seletivo pode ser compreendido a partir de três eixos: [1] a substituição do sistema utilizado para realizar a seleção dos estudantes; [2] mudanças no fluxo da avaliação social e na comunicação entre Assistentes Sociais e discentes; [3] a revisão de critérios e documentos da avaliação social;

Apesar de termos consciência dos limites da política social no sentido de assegurar direitos, especialmente no contexto do nosso capitalismo periférico, e nos posicionemos por transformações de caráter mais radical e que incidam para além do conflito distributivo, esse estudo, realizado nas condições possíveis, ante as exigências acadêmicas e profissionais, volta-se para a reflexão do instituído, das possibilidades de ação profissional deste pesquisador e de seus companheiros/as de atividade. Portanto, esperamos com essa pesquisa apreender as contradições que emergiram do processo de modernização empreendido. Esse estudo possui, nesse sentido, uma dupla finalidade, [1] de um lado contribuir para a reflexão e construção de conhecimento, versando sobre as temáticas da comunicação pública e da incorporação das TICs nas políticas sociais e, [2] de outro, contribuir para identificação de estratégias que oportunizem uma operacionalização mais coerente com os princípios da equidade e do respeito às diferenças.

Em termos metodológicos, este estudo orienta-se pelo materialismo histórico dialético. Este trabalho fará uso de uma abordagem quantitativa combinada ao relato do pesquisador sobre os principais eventos ocorridos no curso da modernização, a proposta é a de buscar uma contextualização que permita extrair as regularidades do fenômeno estudado. Os dados utilizados serão consultados em diferentes fontes tais como a plataforma de registro de informações orçamentárias do Senado Federal (Siga Brasil), os Sistemas de Assistência Estudantil (SAE, NovoSAE) e os Sistemas Acadêmicos da UnB (SIGRA, SIPPOS). O período da análise estende-se do primeiro semestre de 2010 ao primeiro semestre de 2019.

O trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro apresenta informações sobre a escolha teórico-metodológica da pesquisa com indicações sobre o método e os procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados.

O segundo capítulo, *Tecnologias, modernização e neutralidade*, apresentamos uma discussão sobre a dimensão ideológica da tecnologia e sua articulação com a ideia de

neutralidade, típica do pensamento positivista. Por fim apontamos para os efeitos contraditórios da modernização no sentido de indicar que suas consequências não são necessariamente positivas.

No terceiro capítulo, *Comunicação Pública e Serviço Social: uma interface necessária*, empreendemos uma análise do sentido de reconstrução do conceito de Comunicação Pública articulando contribuições de autores da área da comunicação, do Serviço Social e da Educação. Neste capítulo pretendemos evidenciar a proximidade entre essas diferentes contribuições e o projeto ético-político do Serviço Social.

No quarto capítulo, *Trajetória da Política de Assistência Estudantil no Brasil*, apresentamos uma breve exposição do caráter contraditório da Política Social bem como a reconstrução, em linhas gerais, da Política de Assistência Estudantil no Brasil. Buscamos a partir da contribuição de diferentes autores indicar os elementos de continuidade e ruptura da política.

No quinto capítulo, *Transformações na Assistência Estudantil da UnB*, descrevemos os eventos e as decisões relevantes que integraram a modernização do processo seletivo. Apresentamos, também, a análise dos dados obtidos a partir do cruzamento de informações dos diferentes sistemas da instituição.

Por fim, concluímos nossa reflexão no capítulo seis. Nele realizamos a síntese do estudo e apontamos para novas problematizações e sugestões para melhoria dos processos, na perspectiva do interesse dos/as estudantes.

Este trabalho conta, também, com um apêndice onde estão reunidos todas as tabelas e gráficos construídos ao longo do processo investigativo.

Metodologia

Método

Investigamos os efeitos da modernização do processo seletivo da Assistência Estudantil da UnB empreendido entre os anos de 2010 e 2019 com vista a identificar se as transformações empreendidas implicaram mudanças no perfil dos estudantes selecionados e não-selecionados. Trata-se, portanto, de uma investigação que parte de um problema prático, motivado pela percepção no aumento da dificuldade de estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo em concluir suas avaliações socioeconômicas, e coloca em questão a efetividade do processo de modernização empreendido. Dessa forma, os questionamentos motivadores do estudo foram: a dificuldade identificada neste grupo de estudantes poderia ser generalizada para o conjunto dos estudantes? Seria possível identificar, a partir dos dados dos sistemas, o prejuízo de um determinado perfil de estudantes em detrimento de outros? Em havendo uma dificuldade generalizada, quais variáveis poderiam explicar o problema? Quais foram os fundamentos da modernização empreendida e quais as suas contradições e convergências em relação aos princípios que legitimam as ações de assistência estudantil?

Diante disso, entendemos que o método mais adequado à apreensão dessa problemática é o materialismo histórico dialético. Pois ele busca abordar e explicar os fenômenos de um ponto de vista processual/histórico a partir de uma perspectiva de totalidade, articulando o particular em relação ao universal nesse movimento explicativo. Assim, este estudo partirá de uma experiência concreta da vida cotidiana profissional do pesquisador buscando apreender seus nexos com o processo histórico mais geral.

Com base nessa referência, o materialismo histórico dialético, a investigação e análise pautam-se por uma cosmovisão, por alguns pressupostos, que estabelecem, em linhas gerais, a forma de abordagem do objeto, as questões e subprocessos relevantes a serem considerados, bem como a perspectiva de análise. Estes pressupostos, contudo, não constituem um conjunto de regras fixas. Conforme salienta José Paulo Netto (2011), Marx, diferentemente de Durkheim e Weber, não redigiu um tratado metodológico, pois,

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se "aplicam" a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua

vontade, para "enquadrar" o seu objeto de investigação. (NETTO, 2011, p. 52)

Ainda conforme Netto (2011), há de se falar em referencial teórico-metodológico uma vez que para Marx o método está intimamente articulado à investigação. Cabe destacar que nem mesmo os autores que se dedicaram a delinear os elementos mais gerais do materialismo histórico pretenderam com isso cristalizar o “tratado metodológico”. Nesse sentido, tendo em vista a inexistência desse conjunto de regras teórico-metodológicas em abstrato, buscaremos apenas indicar os pressupostos que julgamos mais significativos para explicitar o movimento de teorização empreendido neste estudo. Antes, porém, tendo em vista que este estudo parte da concretude da vida cotidiana, torna-se pertinente, também, apresentar como essa perspectiva teórico-metodológica apreende esse conceito.

Conforme Agnes Heller, pensadora vinculada à escola de Budapeste, a vida cotidiana é a vida de nossa experiência diária e imediata, é “a vida de todo homem²” (HELLER, 1972, p.17). No curso de nossa existência, durante o exercício das mais diversas atividades diárias, na nossa relação cotidiana com a realidade, todos recorremos a nossa capacidade cognitiva da prévia ideação. Noutras palavras, a vida social caracteriza-se por uma forma de relação com a realidade mediada pelo nosso psiquismo. Mesmo diante das atividades mais triviais, fazemos uso da nossa capacidade teleológica, seja a partir de uma simples antecipação de resultados, seja a partir da elaboração de planos mais ou menos complexos.

No exercício próprio dessas atividades, em constante interação com a realidade, modificamo-la e nos autoproduzimos. Isto é, nessa dinâmica de intercâmbio com a realidade (natural e social), produzimos objetivações com maior ou menor impacto sobre ela e, por este mesmo processo, nos transformamos na medida em que nos relacionamos com o objeto produzido ou com a realidade transformada; nessa mesma relação desenvolvemos nossa natureza, nossos atributos pessoais, nosso conhecimento sobre o mundo e nossas capacidades técnico operativas (MARX, 2017; VIEIRA PINTO, 2005). A descrição desse movimento é válida para os mais diversos campos das atividades humanas, inclusive para o terreno prático da operacionalização das políticas sociais.

2 Ao longo desse trabalho eventualmente utilizaremos o termo “o homem” em alusão ao termo humanidade, ou seja homens e mulheres, representantes do gênero humano. Em oposição, quando estiver me referindo à equipe de Assistentes Sociais da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB, utilizarei o termo sempre no feminino “as Assistentes Sociais” em virtude de ser um grupo majoritariamente feminino. Em situações específicas utilizei a forma “os/as”, “dos/das”... para frisar a presença de ambos os gêneros, contudo, noutros momentos não o fiz por sentir que o uso desse recurso poderia interferir na fluência da leitura.

Há, contudo, três aspectos a se considerar a partir da dinâmica descrita. Primeiramente o conhecimento prático ou empírico obtido no exercício das atividades da vida cotidiana é insuficiente para a ultrapassagem da aparência do fenômeno. O motivo pelo qual este conhecimento tende a ser *pragmático* e *superficial* deve-se ao fato da cotidianidade ser heterogênea, hierárquica, espontânea e imediata (HELLER, 1972). Antes porém, como adverte Genro Filho (1987), o caráter imediato não significa o mesmo que não-mediado. Neste sentido, conhecer é efetivamente desvendar as determinações que medeiam e dão concretude ao objeto, que expressam-se sob a forma concreta de uma síntese.

Entre o sujeito individual e o objeto permeia todo um mundo histórico [...] a cultura, os conhecimentos e conceitos acumulados e a própria ideologia. Assim, todo imediato é também mediato, como todo o mediato, no final da cadeia de percepções, é apreendido como imediato em relação às mediações precedentes e subsequentes (GENRO FILHO, 1987, p.181)

O caráter *heterogêneo* da cotidianidade implica que cada um de nós defronta-se com uma multiplicidade de atividades que exigem tempo e o uso de capacidades distintas com graus distintos de intensidade. Assim, a alternância entre as diversas atividades cotidianas mobilizam, de forma mais ou menos moderada, o conjunto das nossas capacidades. Nesse sentido fracionamos nossa atenção e energia entre as diferentes tarefas. O caráter *hierárquico* da cotidianidade implica na organização das atividades conforme a sua prioridade, o que relaciona-se com a estrutura econômico-social e com a inserção de classe dos indivíduos nesta estrutura. Apesar de existirem variações particulares, as atividades de trabalho, cuidados, reprodução, lazer, entre outras, organizam-se de forma similar para indivíduos da mesma classe numa dada formação econômico-social. O caráter *espontâneo* remete à tendência de respondermos às demandas cotidianas sem um planejamento elaborado. Isso se deve à impossibilidade de antever todos os possíveis resultados das ações exercidas. Por fim, a *imediatez* remete a necessidade de agir/responder rapidamente às demandas cotidianas o que, no limite, inviabiliza a práxis.

O pensamento cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas e, nessa medida, é possível falar de unidade imediata de pensamento e ação na cotidianidade. As ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. [Assim,] [...] na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado,

produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado.
(HELLER, 1972, p.31-32)

Um segundo aspecto importante é a distinção entre a causalidade social, teleologicamente orientada, e a causalidade natural, não teleológica (HELLER, 1972). Ou seja, no processo de interação/intercâmbio com a realidade, mediante os processos de objetivação e exteriorização, ao nos defrontarmos com o resultado da nossa atividade, percebemos que este resultado, em geral, não corresponde precisamente ao que foi previamente idealizado. Assim, por mais que tentemos apreender a realidade em sua totalidade, no exercício de nossas atividades deparamo-nos com contingências, com o imponderado, o não previsto. Estas contingências estão presentes em quaisquer esferas da vida, seja na vida cotidiana ou nas esferas não cotidianas da vida (arte, política, ciência...). Portanto, a partir da necessidade de obter-se maior controle sobre os resultados de nossas atividades deriva-se a esfera da ciência³.

Assim, embora o conhecimento produzido no âmbito do cotidiano possa revestir-se de uma logicidade e coerência internas suficientes ao resultado pragmático, em geral, ele é insuficiente para apreender as determinações e as mediações que dão concretude aos fenômenos. Esse mecanismo de produção espontânea de conhecimento cria, por vezes, armadilhas uma vez que as soluções encontradas tendem a ser cristalizadas e que os elementos contingentes, acumulados ao longo do tempo, nem sempre sejam aludidos na ação mimética, autômata e apressada das atividades rotineiras.

O conhecimento científico, por sua vez, orienta-se para uma reflexão sistemática no intuito de perceber regularidades e estabelecer nexos entre diferentes aspectos da realidade, em uma perspectiva de complexidade crescente e orientada a apreensão da totalidade. Nas esferas não cotidianas da vida, imbuído de um objetivo determinado, o indivíduo mobiliza seu esforço psicofísico de forma distinta, no sentido do processo de *homogeneização*:

O que significa homogeneização? Significa, por um lado, que concentramos toda nossa atenção *sobre uma única questão* e “suspenderemos” qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos toda nossa *inteira individualidade humana* na resolução dessa tarefa (HELLER, 1972, p.27)

3 Adiante, no capítulo sobre tecnologia desenvolveremos essa ideia a partir das contribuições de Vieira Pinto.

O terceiro aspecto trata da unidade contraditória entre as esferas da vida e a história. Ou seja, a vida cotidiana, assim como as demais esferas da vida, não estão fora da história. Há, portanto, um intercâmbio mediado entre as diferentes esferas da vida e o processo histórico universal. Essa conexão remete a uma dupla possibilidade assimétrica, de um lado a história constitui-se a partir do cotidiano, de outro, o processo histórico universal incide sobre a cotidianidade condicionando-a.

“As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade”. (HELLER, 1972, p.20)

Parece-me pertinente salientar a *assimetria* desse intercâmbio tendo em vista a importância que a comunicação exerce na mediação desse processo. Ou seja, a comunicação especialmente num contexto dos meios de comunicação em massa hegemônicos pela burguesia possui importante papel em explicitar ou ocultar aspectos da experiência cotidiana que poderiam impactar no curso desse processo histórico. Nesse sentido, a comunicação, ou mais especificamente o jornalismo, especialmente os grandes monopólios de mídia, acabam por filtrar a multiplicidade de experiências cotidianas dando maior visibilidade ou não a eventos conforme a conveniência da classe dominante.

Retornando ao curso principal da exposição, a ultrapassagem da imediatividade fenomênica do cotidiano com vista a apreensão da realidade em termos científicos, possibilita-nos desvelar as determinações que estruturam as formas de ser e agir das pessoas e processos. O estabelecimento dos nexos entre eventos aparentemente isolados, todavia, não ocorre de forma espontânea ou automática a partir de um conjunto de evidências acessíveis no plano da cotidianidade. O desvelamento das mediações demanda esforço, persistência, entrega, perspicácia e disciplina no sentido da homogeneização, como dito antes. Assim, mediante sucessivas aproximações e ante a mobilização integral de nossas capacidades temos a possibilidade de constituir um conhecimento verdadeiro, objetivo sobre a realidade.

A verdade, o conhecimento objetivo verdadeiro, a partir da perspectiva materialista histórico dialética, assume um caráter histórico e, portanto, provisório, passível de crítica e aberta à refutação. Nas palavras de Basbaum (1978, p.70), a verdade

[...] é universal e, por isso mesmo, é, ao mesmo tempo, relativa e absoluta. *Relativa* a um certo momento, a determinada etapa do pensamento, da história humana. *Absoluta* ou concreta, no seu conceito universal, pelo que ela significa no seu conceito universal, pelo que ela significa no processo coletivo do pensamento. A unidade da verdade relativa e absoluta está baseada no ilimitado desenvolvimento da prática histórico-social.

A título de uma primeira síntese, portanto, a vida cotidiana, ponto de partida da construção do conhecimento, especialmente em matéria de ciências sociais, apresenta-se sob a forma aparentemente caótica, como um emaranhado complexo de informações *aparentemente desarticuladas* entre si. A apreensão de seu devir e suas determinações, ou seja, o conhecimento objetivo, permite a superação dessa imagem caótica, e realiza-se pelo esforço do pesquisador. Este esforço efetiva-se por meio de sucessivas aproximações transitando reiteradamente entre os dados empíricos e sua análise, o processo histórico, o conhecimento construído e a realidade concreta.

Tendo em vista que o processo histórico não é apenas fruto do acaso ou do consenso harmonioso entre os homens, mas resulta, precisamente, da articulação entre a contingência e a intencionalidade teleológica dos homens enquanto expressão da luta de classes, a produção desse conhecimento não pode ser considerado de um ponto de vista de neutralidade. Sigamos a exposição nesse sentido.

Apesar de pretender-se neutra, a produção científica, especialmente no campo das ciências humanas e sociais, expressa uma perspectiva ideológica. Entendemos que está é uma dimensão ineliminável. Nesse sentido, tendo por base a estruturação da sociedade em classes, há de se identificar na ciência, também, a reprodução dessa cisão. Assim, em matéria de ciências sociais podemos dizer que há uma ciência burguesa e uma ciência proletária.

A separação entre ciência e ideologia constitui a base do argumento deslegitimador da ciência burguesa ante o conhecimento produzido no campo das ciências sociais, especialmente o conhecimento de um ponto de vista proletário. Para os cientistas burgueses é possível a construção de um conhecimento neutro, “puro” e, portanto, “livre de vieses”. Löwy (1978), indica que um erro fundamental do positivismo foi tentar equiparar as ciências sociais às ciências da natureza ignorando suas características específicas, quais sejam:

1. O caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, precípeis, susceptíveis de transformação pela ação dos homens.
2. A identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

3. O fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais.

4. As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter consequências diretas sobre a luta de classes. (LÖWY, 1978, p.15)

Conforme salienta Netto (2009), dentre as diversas possibilidades de abordagem teórico-metodológicas nas ciências sociais, tais como a funcionalista e a compreensiva, apenas o materialismo histórico dialético sofreu (e ainda sofre), no decurso da história, sanções em virtude de sua natureza ideológica e pretensão revolucionária. Como indica Löwy (1978, p.19) “[...] Marx considerava sua ciência como revolucionária e proletária e, como tal, oposta (e superior) a ciência conservadora e burguesa dos economistas clássicos. O ‘corte’ entre Marx e seus predecessores é para ele um corte de **classe** no interior da história da ciência econômica.”. Essa perspectiva de superioridade, este corte de classe em relação à ciência burguesa, constitui uma das características que reforçam, ainda no presente, o caráter de resistência à sua hegemonização no plano da institucionalidade acadêmica burguesa.

Conforme sustenta Löwy (1978), a superioridade do marxismo deve-se ao reconhecimento do caráter histórico, e portanto transitório e mutável, da sociedade burguesa. Noutros termos, os cientistas de viés burguês e conservador *naturalizam* parte das relações sociais, em especial aquelas centrais à manutenção da estrutura social, destituindo-as de seu caráter histórico e, nesse sentido, universalizam relações de caráter particular. O autor faz ainda advertências importantes a esse respeito:

O princípio epistemológico segundo o qual o ponto de vista do proletariado é o que oferece a melhor possibilidade objetiva de um conhecimento da verdade não significa absolutamente que basta se colocar nesse ponto de vista para conhecer a verdade. Uma grande montanha permite uma melhor visão da paisagem do que uma pequena colina, mas um míope situado no cume da montanha não vê muito... por outro lado, o ponto de vista das outras classes, mesmo sendo inferior, não produz somente mentiras, inverdades e erros. (LÖWY, 1978, p.33).

Além disso, em oposição a dogmatismos, Löwy aponta que o conhecimento de um “ponto de vista proletário” não constituiria condição suficiente “para o conhecimento da verdade objetiva”. Este ponto de vista, entretanto, seria o que ofereceria a maior possibilidade de acesso a essa verdade. Nas palavras do autor:

[...] a verdade é para o proletariado um **meio de luta**, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes, a burguesia (e também os burocratas, num outro contexto) têm necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado revolucionário tem necessidade da verdade... (LÖWY, 1978, p.34, grifo nosso)

Nesse sentido, de forma coerente à proposta marxiana, a finalidade desse trabalho não é conhecer por conhecer, mas conhecer para transformar. Esse estudo institui-se como uma pesquisa de caráter aplicado que tem por finalidade reunir e analisar informações oriundas de diferentes fontes para a apreensão do objeto estudado em uma perspectiva de totalidade a fim de apontar/propor mudanças em seu devenir.

É pertinente, contudo, uma observação sobre o processo de produção do conhecimento científico contemporâneo. Embora este conhecimento seja feito a muitas mãos e a apreensão mais precisa dos fenômenos resulte do conjunto das contribuições de muitos, a particularidade de determinados percursos empreendidos no ato de conhecer estão intimamente relacionados à história de vida e às capacidades do pesquisador. Noutras palavras, a continuidade do conhecimento científico realiza-se mediante o esforço dos pesquisadores do presente em articular suas descobertas com as dos pesquisadores do passado. O conhecimento resultante dessa dinâmica emerge a partir de um processo de continuidades e rupturas. A depender da complexidade do objeto estudado, as limitações formais da pesquisa acadêmica acabam por reforçar abordagens superficiais e fragmentárias, o que torna-se difícil de ultrapassar, na prática.

Dessa feita, o formato em que se estrutura a produção e organização do conhecimento científico, erigido em bases produtivistas, atua como limite a constituição de um conhecimento transformador. É sempre salutar levantar essa questão: teria Marx formulado sua teoria social se ele estivesse submetido às formalidades, às exigências da produção acadêmica e à fragmentação das áreas de conhecimento contemporâneas? Como observa Netto (2009), a teoria social de Marx resultou de um trabalho árduo de cerca de quarenta anos, que articulou, junto a um vasto trabalho de pesquisa, o que de havia de mais elaborado na filosofia alemã, na economia política inglesa e no socialismo francês.

Assim, apesar das dificuldades impostas para a produção do conhecimento na perspectiva do materialismo histórico, colocamo-nos nessa direção sem quaisquer pretensões ingênuas. Isto é, temos clareza das limitações que o formato da pesquisa acadêmica impõe a perspectiva de

totalidade, mas ousamos caminhar nessa direção no esforço de melhor identificar e articular o movimento do objeto estudado em relação a alguns processos histórico-sociais relevantes.

Apreender a totalidade, contudo, não é o mesmo possuir “todas as informações”. Apreender a totalidade implica internalizar/capturar as tendências globais do movimento do real enquanto processo histórico complexo, articulando o particular ao universal. Nesse sentido, em face do processo estudado, “os efeitos da modernização do processo seletivo da Assistência Estudantil da UnB”, a tendência à racionalidade instrumental, ao produtivismo, ao fetichismo da técnica e da tecnologia, entre outros, constituem movimentos mais amplos do desenvolvimento da sociabilidade capitalista que relacionam-se e condicionam a particularidade dos processos cotidianos de seleção... Ou seja, essas tendências mais gerais atuam “de fora” para “dentro” e possuem implicações para a decisão dos agentes e para o devir do fenômeno estudado.

Mas, para além da perspectiva de não neutralidade do conhecimento, em que consiste o materialismo histórico dialético? O que é teoria e como ela é produzida a partir dessa matriz teórico-metodológica? Vejamos o sentido desses termos e seus desdobramentos.

Conforme indica Basbaum (1978), o materialismo, assim como (e em oposição ao) idealismo, é uma concepção total, que condiciona os pressupostos mais elementares de uma visão de mundo. Enquanto tal, tanto o materialismo como o idealismo, implicarão atitudes particulares em cada um dos ramos da atividade humana (filosofia, política, moral, ciência...). A visão de mundo materialista implica a primazia ontológica do **ser** em relação ao **conhecer**. Nesse sentido, as explicações dos fenômenos *são imanentes à realidade*, emergem dela, pelo esforço analítico do pesquisador. Numa perspectiva materialista e dialética, os objetos são compreendidos como processos, totalidades abertas, em que o devir ocorre por meio de contradições intra e inter processos. Cabe salientar contudo, conforme observam Henri Lefebvre e Norbert Guterman (2018), que há uma distinção entre “contradição” e a “consciência da contradição”.

[...] A *contradição* existe nas coisas, só existe na consciência e no pensamento porque existe nelas. A *consciência da contradição*, porém, define uma atividade que se desenvolve com uma coerência imanente: o pensamento dialético. O pensamento é totalidade dinâmica, não dispersa, é totalidade interna. [...] Se o pensamento dialético não é, pois, contraditório no mesmo sentido em que são a natureza e as coisas, o conhecer e o ser diferem, ainda que estejam ligados. (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2018, p.27)

Ou seja, o conhecimento constitui um esforço de apreensão das contradições reais no plano da idealidade, da mente do pesquisador, não se constituindo como um mero reflexo, definitivo e acabado. Além disso, demanda o crivo interpretativo do pesquisador. Conforme salienta Netto (2011, p.21), “pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica [essência] do objeto que pesquisa.”

Paul Sweezy (1979), indica que Marx era forte partidário do método *abstrato dedutivo* e praticava o que os teóricos modernos nominam de “aproximações sucessivas”. O autor, explica que esse procedimento consiste em:

[...] passar do mais abstrato para o mais concreto, em fases sucessivas, afastando suposições simplificadoras nos sucessivos estágios da investigação, de modo que a teoria possa explicar e levar em conta **um número de fenômenos cada vez maior**. (SWEETZY, 1979, p.39-40)

Ou seja, diante da análise das informações inicialmente obtidas, o pesquisador formula explicações parciais que objetivam extrair da realidade conceitos e/ou categorias elementares. Primeiramente esses conceitos e/ou categorias possuem um caráter mais abstrato, limitado ou empobrecido em determinações. Delineados os aspectos iniciais do conceito, após a análise das informações em nível abstrato, o pesquisador defronta-se novamente com um número maior de informações anteriormente postas de lado a fim de conferir maior concretude ao objeto, enriquecendo-o com mais determinações. Nesse sentido, o pesquisador caminha do abstrato ao concreto, de uma representação da realidade, imediata e caótica, pobre em determinações, para uma mais rica, mediata e coerente.

O caráter “histórico” do materialismo implica o reconhecimento do real enquanto processo, fluxo em constante movimento. Noutros termos, tudo é processo e a apreensão do movimento do real implica uma análise articulada entre aspectos diacrônicos, que retomem a origem do fenômeno, e sincrônicos, que articulem o fenômeno na processualidade corrente. É da análise da processualidade do objeto, de sua historicidade e de sua relação com a totalidade, que o pesquisador é capaz de identificar a essência do objeto, sua dinâmica e a estrutura. Como indica Sérgio Lessa (2012), para György Lukács essência e historicidade estão relacionadas:

[...] [ao] complexo de determinações que permanece ao longo do desdobramento categorial do ser; a essência são os traços mais profundos que articulam em unidade os heterogêneos momentos que se sucedem ao longo do tempo. A essência é o locus da continuidade. (LESSA, 2012, p.45)

O caráter “dialético” do materialismo implica reconhecer as totalidades enquanto unidades diversas, internamente contraditórias. É essa dimensão interna que impulsiona os processos no sentido do seu devenir. Nesse sentido, o caráter dialético do método permite conceber os fenômenos enquanto uma *totalidades abertas*, processualidades infinitas, cujas contradições internas tem o potencial de impulsionar as identidades em conflito em direção à sua superação, ao desenvolvimento. O processo de superação realiza-se com rupturas e continuidades, ou seja, determinados aspectos da identidade mantêm-se enquanto outros se transformam.

A vida de um ser ou de um espírito não consiste em ser dilacerado pela contradição, mas em ultrapassá-la, em manter em si, depois de havê-la vencido, os elementos reais da contradição. Assim opera a humanidade inteira, considerada como uma totalidade aberta, como espírito. A contradição como tal é destrutiva; ela é criadora enquanto obriga encontrar uma solução e uma superação. O terceiro termo, a solução, é a identidade enriquecida e emancipada, reconquistada num nível superior. A vida é essa superação. Constantemente, a contradição reaparece na vida. Constantemente ela deve ser vencida. (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2018, p.32)

Portanto, o fenômeno estudado será apreendido em sua historicidade enquanto uma totalidade aberta, com desenvolvimento condicionado por contradições internas e externas, provenientes de totalidades mais abrangentes e que incidem “de fora” em seu movimento. O objeto será apreendido enquanto processo em permanente devir no tempo, resultado de múltiplas determinações. No caso particular, enquanto elementos determinantes da análise, partimos da hipótese que os seguintes aspectos foram os mais relevantes para a mudança de qualidade do objeto no tempo: [1] as ferramentas utilizadas para a seleção, [2] o tipo, os meios, a abrangência e a qualidade da comunicação empreendida entre a instituição e os estudantes para orientá-los no processo; [3] as condições sociais e econômicas dos estudantes e seus respectivos grupos familiares; [4] os critérios seletivos e documentações exigidas; [5] nível de apreensão/domínio dos estudantes em relação aos dispositivos e/ou ferramental disponibilizados para organizar e efetivar a seleção. Prossigamos, então, para uma descrição dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

Procedimentos metodológicos

A metodologia de pesquisa implica construir uma a série histórica de dados que permita contextualizar às mudanças e oscilações no perfil dos estudantes ao longo da modernização dos processos seletivos. Na medida do possível, buscamos apreender o objeto

em sua processualidade histórica e reconstruir sua dinâmica e a estrutura. Assim, integraram fontes de informação dessa pesquisa: [1] o relato do pesquisador, enquanto agente partícipe no processo, no sentido de reconstituição de eventos/transformações das estratégias de assistência estudantil; [2] as informações do Sistema de Assistência Estudantil (SAE), do Novo Sistema de Assistência Estudantil (NovoSAE), do Sistema de Graduação (SIGRA) e do Sistema de Pós-Graduação (SIPPOS); [3] as informações orçamentárias extraídas do site Siga Brasil; [4] as contribuições empíricas e teóricas de outros pesquisadores.

As informações consultadas a partir dos sistemas da instituição foram combinadas e cronologicamente ordenadas de forma a permitir a reconstrução da série temporal. Conforme Fonseca (2011), a série temporal implica

Uma série de observações registradas em instantes distintos e sucessivos de tempo [...] As investigações empíricas dependem, em grande extensão, de dados arranjados em forma cronológica. A análise de séries temporais tem como objetivo descrever e analisar o comportamento passado da série, visando a compreensão do comportamento da série e a consequente previsão de movimentos futuros. (Fonseca, 2011, p. 141; grifo nosso)

Os dados resultantes foram importados e analisados no *LibreOfficeCalc* mediante o uso de estatística descritiva. O processamento, a **tabulação**, e **cruzamento** dos dados obtidos dos sistemas da instituição ocorreu mediante o uso de ferramentas de programação como o Python3 e a biblioteca NumPy.

A totalidade dos registros consultados, 22473, foi agregada em tabelas de frequência absoluta organizadas conforme o semestre dos processos seletivos (linhas) e o critério/campo avaliado (colunas). Os critérios de agregação foram: o sexo, a idade, o cor, a área de conhecimento, o tipo de ensino médio cursado e o *status* de finalização da avaliação socioeconômica.

Outros aspectos como *status detalhado*, *presença ou não de deficiência no estudante*, *nível do curso* (graduação e pós-graduação) foram tabulados, mas não foram objeto de análise em virtude do tempo e do menor potencial de impacto em relação a tendência global que se pretendia observar. Por exemplo, de todos registros (22473), apenas 3% (688) são de discentes de pós-graduação. Por consequência, como o volume absoluto de estudantes de pós-graduação possuem pouca influencia no universo estudado, as particularidades desse grupo não foram analisadas, por hora.

Os critérios analisados foram, ainda, distribuídos em uma matriz mais extensa formada por três tabelas de frequência absoluta associadas à informação simplificada do resultado do registro ante o processo seletivo, a saber: “Avaliações concluídas”, “Inscrições incompletas”, “Desclassificações”. Por “Avaliações concluídas” entendemos: *todos processos que tenham sido iniciados e tenham sido finalizados com ou sem adequação do estudante ao perfil*. Isto é, o rótulo “Avaliações concluídas” não se restringem aos estudantes selecionados, mas engloba todos que tenham conseguido cumprir com todas as etapas do processo de avaliação socioeconômica.

Os valores obtidos referente aos critérios de agregação foram calculados em termos relativos para cada processo seletivo. A variação global desses valores relativos (as taxas de participação global por período) permitiram uma avaliação dos efeitos externos sobre a participação de determinados grupos ao longo do tempo, conforme os critérios de agregação.

Para a avaliação das tendências internas, desencadeadas a partir da modernização do processo seletivo, os valores obtidos referente aos critérios de agregação foram cruzados com os valores referentes ao *status* de finalização da avaliação socioeconômica de forma a permitir o reagrupamento dos dados com base nos resultados do pleito. Estes valores reagrupados foram, por sua vez, calculados em termos relativos e confrontados às taxas globais de participação para cada critério de agregação. O desvio calculado permitiu identificar as oscilações no tempo, bem como avaliar a presença ou não de tendências internas ao processo de modernização. Os momentos em que observamos maior desvio, indicam maior assimetria ou desequilíbrio entre os agrupamentos, conforme o critério em análise. De forma inversa, quando o desvio é menor, temos um processo mais equilibrado e que não implica maiores prejuízos para grupos específicos.

Esse procedimento dos desvios foi utilizado para minimizar os efeitos das oscilações normais da taxa de participação global o que poderia comprometer a análise. Portanto, a título de exemplo, a taxa de participação de estudantes do sexo feminino a cada semestre (total deste grupo) será confrontada com o percentual de estudantes do sexo feminino desclassificadas, com inscrição incompleta e estudo concluído. Obtemos assim, três tabelas de desvios que nos permitem avaliar, ressalvadas as flutuações da participação global, as tendências internas relativas a desclassificação, inscrições incompletas e estudos concluídos, para cada agrupamento ou critério de agregação.

Para efeito de uma melhor visualização, os dados dos desvios foram agrupados por períodos de três semestres. A partir dessa agregação identificamos a existência ou não de tendências dos desvios relativos a processos seletivos anteriores a 2018-1, período de implementação do novo sistema de seleção, e as transformações nos resultados oriundos da mudança do sistema. Ou seja, as tabelas resultantes dessa organização dos dados possuem quatro linhas, destas as três primeiras corresponderão aos resultados sob a vigência do SAE e a última corresponderá aos resultados sob a vigência do NovoSAE.

Todas as tabelas e gráficos construídos a partir da pesquisa, usadas ou não no texto principal da dissertação, estão disponíveis no apêndice desse trabalho. Dessa forma, a contestação da análise empreendida, bem como a realização de análises futuras poderão ser realizadas a partir dessas informações.

Apontamentos sobre trajetória investigativa

A presente pesquisa foi concebida e apresentada ao programa de Pós-Graduação em Política Social em um contexto anterior ao da pandemia de COVID. Inicialmente a preocupação estava orientada a apreender as alterações do perfil dos estudantes selecionados e não selecionados ao longo do tempo, bem como apreender as impressões dos estudantes e da equipe técnica a cerca da modernização dos processo seletivo.

Dessa forma, a pesquisa assumiria um caráter quantitativo e qualitativo. A análise dos dados dos sistemas assumiria um caráter mais geral a partir do qual os relatos das experiências dos estudantes e da equipe possibilitaria apreender a concretude dos efeitos da modernização empreendida.

Essa estratégia de pesquisa, contudo, sofreu modificações o que culminou no presente estudo. Numa direção, ficava claro dia a dia que o desenvolvimento da pandemia aumentava a dificuldade de efetivação das entrevistas. Noutra sentida, as sucessivas aproximações com os dados extraídos apontavam para a necessidade de um olhar mais cuidadoso em relação aos dados quantitativos, sob o risco de fragilização da análise. Ou seja, detectávamos a cada nova aproximação em relação aos dados que a hipótese de trabalho inicialmente delineada assumia uma posição simplista e unilateral do problema. Ou seja, ao invés do processo de modernização ter sido absolutamente prejudicial ao processo de seleção, os dados apontavam para o seu *caráter contraditório*.

Nesse sentido, em face dos dados disponíveis e das possibilidades do pesquisador explorá-los de forma mais intensiva, optei por enfatizar a análise quantitativa no intuito de evitar uma análise leviana e enviesada do processo de modernização. Ou seja, ante a dificuldade de realização das entrevistas e da possibilidade de uma análise limitada dos dados disponíveis, optei, em face das dificuldades da pandemia, por uma análise mais criteriosa dos dados.

Diante dessa escolha, tornou-se evidente no curso da investigação que a mera comparação entre as taxas de desclassificação, inscrições inconclusas e avaliações concluídas sem a ponderação das variações globais de participação implicaria fragilização da análise. Desta constatação verificamos a necessidade de trabalhar mais intensivamente o processo de tabulação, separação, cruzamento e processamento dos dados. Vimo-nos obrigados a analisar, para cada aspecto selecionado, suas taxas de variação global e variação específica a partir do critério do status de finalização do estudo. Daqui surgiu a estratégia de analisar os desvios entre as taxas específicas e globais, como delineado no tópico anterior. A forma de exposição dessas informações, por sua vez, exigiu sucessivos rearranjos no sentido de melhor identificá-las e comunicá-las.

A necessidade de concluir o trabalho ainda em janeiro de 2022, foi um fator fundamental que implicou uma restrição ainda maior da análise. Apenas uma parte dos dados levantados foi efetivamente analisada. Não por acaso que determinados dados apresentados no apêndice não foram explorados na análise. A própria exegese do relatório de auditoria da Controladoria Geral da União (disponível nas referências), que poderia ser mais um elemento agregador da análise, não pode ser priorizada.

Apesar dessas dificuldades e percalços e da complexidade da análise concreta do fenômeno, entendemos que conseguimos entregar um texto coerente e que foi capaz de agregar conhecimento à problemática estudada. Se do ponto de vista formal o trabalho se fecha, do ponto de vista teórico-prático fica evidente a necessidade de prosseguir com a investigação pelos mais diversos ângulos.

Tecnologias, modernização e neutralidade

O presente capítulo tem por objetivo apresentar um breve resgate do conceito de tecnologia e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) bem como problematizar a perspectiva do caráter intrinsecamente neutro dos engenhos humanos e do progresso tecnológico. Pretendemos com isso apresentar elementos para empreender a crítica da noção de *modernização*, em geral sempre apreendida pelo senso comum de forma positiva.

Tecnologia e técnica

O desenvolvimento da técnica acompanha o homem desde seus primórdios. De fato, a própria compreensão sobre a especificidade do ser humano frente aos demais animais passa, em alguma medida, pelo conceito de trabalho e, por consequência, pelo de técnica. Ou seja, a partir de uma abordagem marxista da questão, apenas o ser humano trabalha e, portanto, progride tecnologicamente.

Álvaro Vieira Pinto (1909-1987†)⁴, filósofo brasileiro, produziu um denso ensaio sobre *O conceito de tecnologia*, bastante pertinente para apreender a problemática do progresso tecnológico. O autor aponta para a diversidade de sentidos com que essa palavra é utilizada, em diferentes contextos e com as mais diversas intenções. Ele indica, contudo a dificuldade de superar a polissemia do termo, não havendo, dessa forma, um conteúdo unívoco capaz de defini-la. Dessa forma, aponta para quatro sentidos usualmente empregados, que transcreveremos a seguir.

Primeiramente, em termos etimológicos, tecnologia é o “logos da técnica”, “*a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nessa última noção as artes, as*

4 Na introdução desta obra, Marcos Cezar de Freitas, professor da PUC-SP, apresenta um breve apanhado da produção intelectual de Vieira Pinto, apontando-o como um autor do contexto do desenvolvimentismo, influenciado pela Cepal, pelos escritos de Prebish, Celso Furtado e com uma ampla bagagem filosófica, o que lhe permitiu uma trajetória analítica um tanto quanto original. Na leitura desta obra, sobretudo do capítulo 1, percebemos uma abordagem semelhante a abordagem ontológica de Lukács, que confere uma centralidade ao trabalho como atividade de desenvolvimento do ser social. No que tange a aproximação com a teoria marxista, Freitas (2005) adverte que ela se deu tardiamente e que sua assimilação ocorreu de forma pouco ortodoxa, dada toda sua produção anterior. Conforme o apontamento de Freitas (2005, p.7), Vieira Pinto “[...] julgava ser conveniente ‘adaptar’ algumas conclusões originadas na economia política marxiana para que se somassem a alguns pressupostos que assimilava do léxico cepalino” e, a partir daí constituir uma interpretação “adequada às particularidades ao Terceiro Mundo”. A título de exemplo, o conceito de classe social possui um papel menos significativo em sua obra. Conforme indica Freitas (2005), Vieira Pinto considerava que a contradição entre classes sociais, sobretudo na periferia do capitalismo constitui uma contradição secundária, que deveria ser enfrentada no sucedâneo da contradição principal, a contradição centro-periferia. Ainda de acordo com Freitas, o autor confere um grande papel ao que denomina de consciência crítica e acredita que o efetivo desenvolvimento da nação constituiria um catalisador, condição *sine qua non* de seu florescimento.

habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa” (2005, p.219). Nessa acepção “tecnologia” ultrapassaria o sentido usual de engenho (invenção), e para o autor, constituiria o sentido primordial e necessário para se entender os demais. Para além disso, constitui um sentido de consequências políticas dignas de atenção uma vez que, no limite, a ideia de tecnologia poderia vincular-se a toda uma estrutura que compreende a pesquisa, o ensino e a difusão ou uso cotidiano e generalizado do conhecimento técnico⁵.

Uma segunda acepção, partindo-se de um ponto de vista mais popular, cotidiano, seria a de que “*tecnologia equivaleria à técnica*” (2005, p.219), podendo inclusive aparecer como a expressão americana *know how*. Para o autor, esse sentido mais habitual retira a especificidade dos termos ‘técnica’ e ‘tecnologia’, o que inviabiliza o uso mais rigoroso da palavra para análise da realidade. Além da perda de rigor analítico, limitam-se as consequências políticas tiradas do termo; em que consistiria uma Política de Desenvolvimento Tecnológico a partir dessa acepção?

Um terceiro sentido, mais genérico e menos impreciso entende tecnologia como “*o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento*” (2005, p.219). Vieira Pinto (2005) indica que essa acepção em geral é utilizada para estabelecer comparações e mensurações entre diferentes grupos sociais indicando que o termo ganha em generalidade, mas perde a nitidez de representação de seu conteúdo. Aponta também para a articulação deste sentido de escopo mais geral com o último sentido, o ideológico, orientado a manutenção de relações de dominação.

O quarto sentido, relaciona tecnologia à “*ideologização da técnica*” (2005, p.219). Nessa acepção a técnica é elevada a condição de qualidade moral contribuindo a legitimação do *status quo* da divisão internacional do trabalho. Nessa acepção a técnica converte-se em uma panaceia⁶, sendo considerada, em última instância, a solução real/possível e verdadeira para os males da humanidade.

Jean Lojkin (1999), no livro *A Revolução Informacional*, busca refletir sobre os nexos existentes entre o desenvolvimento das forças produtivas e estrutura socioeconômica. Dessa forma, para o autor a progresso tecnológico dos instrumentos de trabalho teria o

5 O conceito de *tecnologias sociais* usado por Maciel e Fernandes (2011) parece ser compatível a esta acepção.

6 Na mitologia grega, Panaceia (ou Panacea em latim) era a deusa da cura. O termo "panaceia" também é utilizado com o significado de remédio para todos os males. (wikipedia.org)

potencial, a partir da mediação das forças produtivas humanas, de induzir transformações mais profundas e duradouras na sociedade.

Lojkine (1999) recorre a Marx e a outros autores para fundamentar sua argumentação corroborando da tese que o desenvolvimento da máquina-ferramenta teria sido a transformação tecnológica definitiva que permitiu a consolidação do capitalismo mediante a revolução industrial. De forma sintética, o autor, entende que é possível identificar três momentos no interior do progresso tecnológico a partir da análise das mudanças qualitativas dos instrumentos de trabalho. Assim, a hegemonização do *instrumento*, da *máquina-ferramenta* e da *máquina informacional*, estariam respectivamente relacionados aos momentos de “*pré-revolução industrial*”⁷, de *revolução industrial* e de *revolução informacional*.

O momento pré-revolução industrial, marcado pela predominância do instrumento, teria na manufatura, baseada na cooperação simples mediante divisão parcelar do trabalho, sua expressão mais desenvolvida. A passagem ao momento da revolução industrial, com hegemonização da máquina-ferramenta, demarcaria a passagem da cooperação simples à desenvolvida e a substituição da atividade produtiva rotinizada, tradicional pela atividade produtiva científica, mas não somente isso:

A passagem do instrumento à máquina-ferramenta operará uma inflexão fundamental na natureza das forças produtivas humanas, uma vez que a força física manipulatória (da mão) ser substituída por fontes de energia exteriores ao homem (vapor, depois eletricidade), ao mesmo tempo em que aparecem novas funções humanas, ligadas a supervisão e a otimização do sistema de máquinas-ferramenta. (LOJKINE, 1999, p.58).

A hegemonização da máquina-ferramenta levaria, também, a inversão na condição do homem em face ao processo produtivo. Assim, com a passagem da cooperação simples à desenvolvida, o homem teria passado da condição de sujeito definidor, entre outros aspectos, do ritmo da produção, à condição de objeto, obrigado a submeter-se ao ritmo da máquina. Então, de sujeitos relativamente autônomos vinculados ao processo produtivo, os trabalhadores seriam incorporados à atividade produtiva como “órgãos conscientes” dos “órgãos inconscientes” da máquina.

É, também, neste contexto de desenvolvimento do maquinismo que a divisão entre trabalho manual e intelectual teria se consolidado. Dessa forma, para além da divisão parcelar,

7 O autor não utiliza explicitamente este rótulo.

a divisão científica do trabalho implicaria não apenas uma cisão técnica, mas valorativa e hierarquizada dos trabalhadores: os *hábeis* (trabalhadores qualificados, responsáveis pela gestão dos processos produtivos, pela construção e manutenção das máquinas) e os *inábeis* (sem qualificação, os operadores das máquinas). Recorrendo à Marx, no Capítulo 14 de *O Capital*, serão esses trabalhadores, intelectuais e manuais, hábeis e inábeis, que se separarão “até formar um antagonismo hostil” (MARX, 2017, p.577)⁸, ou conforme outra tradução “até se oporem como inimigos” (MARX, 1997, p.137)⁹.

Se por um lado Lojkine (1999) entende que a revolução industrial foi a porta de passagem definitiva ao capitalismo, de outro lado ele entende que a *revolução informacional* constituiria um dos elementos que possibilitaria a superação dessa divisão científica do trabalho. Para o autor, contudo, a caracterização da *revolução informacional* demandaria uma atualização do conceito marxiano de *forças produtivas*¹⁰. Nas palavras do autor:

[...] em que medida a nova revolução tecnológica, a revolução informacional, caracterizada exatamente pelo papel primordial do tratamento da informação, não desloca para um segundo plano esta dimensão central do conceito marxista de "força produtiva" que é a transformação da natureza material pelo homem? No momento em que as atividades de tratamento da informação, os serviços, são majoritárias e se desenvolvem muito mais velozmente que as atividades industriais, a noção de forças produtivas não teria se tornado de algum modo "arcaica"? (LOJKINE, 1999, p. 48-49).

Na base desse questionamento está a compreensão, por parte do autor, sobre a insuficiência, e perda do poder explicativo, de categorias como trabalho produtivo e improdutivo que teriam sido postos em questão diante da revolução informacional.

Ele alerta, contudo, que a problematização do conceito de forças produtivas não implicaria um simples alargamento do conceito de materialidade, ao ponto de confundi-lo com a objetividade social, assim como o fazem os autores que advogam a emergência de uma “sociedade pós-industrial”. Para o autor, os indícios da revolução informacional apontariam para o caráter ambíguo da divisão entre trabalho produtivo e improdutivo. Nas palavras de Lojkine (1999):

8 Tradução efetivada pela editora Boitempo.

9 Tradução efetivada pela editora Nova Cultural.

10 Lojkine (1999, p.67) indica que, conforme Marx, “a divisão do trabalho, os resultados científicos, as relações ciências/tecnologia fazem parte também [...] das forças produtivas”. Além disso, indica que o complexo das forças produtivas constitui a combinação entre as forças produtivas materiais, não redutíveis aos instrumentos de trabalho, e as forças produtivas humanas.

E pertinente, agora, tentar desenvolver a análise de Marx, ou seja, avançar — e isto porque, de um lado, ele jamais expôs sistematicamente toda a relevância do conceito de forças produtivas e, doutro, obviamente, porque a realidade contemporânea traz consigo mudanças fundamentais. Marx concebeu a revolução industrial capitalista até o limite, com a sua premonição da "fábrica automática" ou do novo papel da pesquisa/desenvolvimento na indústria, mas, evidentemente, ele não pôde conceber o que, hoje, no capitalismo, começa a ultrapassar a revolução industrial, notadamente o desenvolvimento maciço dos serviços não-mercantis — fenômeno que, em 1867, Marx julgou "insignificante". (LOJKINE, 1999, p.62)

De forma mais assertiva ele retoma sua compreensão na terceira parte do livro:

[a revolução informacional permitiria o surgimento] [...] da perspectiva histórica de superar a divisão entre os que produzem e os que pensam a produção, entre os produtivos e os improdutivos. Perspectiva que, naturalmente, não se projeta no curto prazo, mas que adquire um relevo especial com os indícios [...] de aproximação entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo." (LOJKINE, 1999, p.229-230)

Em um certo sentido, Lojkin (1999) aparenta concordar com os autores que argumentam sobre a "obsolescência" dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, indicando a insuficiência/imprecisão dessas categorias e assim como o conceito de forças produtivas para "apreender a complexidade das transformações contemporâneas". Noutro sentido, ele esboça um franco otimismo com as possibilidades do progresso tecnológico, sob a égide da microeletrônica e da informática, como processo de ultrapassagem da sociedade industrial, consignada no "desenvolvimento maciço dos serviços não-mercantis".

Cabe indicar que, no que tange ao argumento da "obsolescência" dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, Sérgio Lessa (2021) aponta que diversos autores tem se baseado nessa **hipótese** para desenvolver suas análises. Conforme o autor, diante dessa hipótese, erigem-se questões que apontam para uma indiferenciação da função social entre o proletariado e os demais trabalhadores assalariados, assentados em uma leitura de Marx que contrapõe os escritos marxianos de *O Capital* com os *Grundrisse* ou o *Capítulo VI – Inédito*.

Assim, os autores que sustentam tal hipótese costumam questionar: "o proletariado se dissolveu nos 'trabalhadores'? O trabalho produtivo e improdutivo se fundiram de tal forma que o que antes era atividade de controle (como o planejamento, a concepção do produto, a organização da produção, etc.) se converteu em trabalho produtivo?" (*, p.108).

Lessa argumenta que a leitura atenta de *O Capital* não facultaria tais compreensões e insiste na prioridade ontológica do Livro I, publicado pelo próprio Marx, em relação aos demais trabalhos (rascunhos ou textos preliminares), publicados posteriormente a sua morte. Depreende-se do autor que as análises erigidas sob essa inversão de prioridade ontológica, longe de ampliar a capacidade de apreensão concreta da realidade, introduzem contradições na análise marxiana obscurecendo a apreensão das contradições efetivamente existentes na estrutura social.

De volta à Lojkine, fica evidente a hipótese do autor de que vivemos uma “revolução”, um momento novo e significativo (extraordinário?) inaugurado pelas possibilidades da informática que, de forma inédita, teria permitido a *comunicação entre a base e o topo da pirâmide produtiva* bem como o desenvolvimento de máquinas capazes de objetivar “funções abstratas”, “reflexivas”, do cérebro. Para o autor, uma das evidências desse processo seria a progressiva superação da separação entre os setores secundário e terciário da economia, conforme apontam as pesquisas mais recentes da sociologia do trabalho.

No intuito de particularizar a revolução informacional enquanto *esta superação que permite ir além da sociedade industrial*, o autor recorre a uma analogia com desenvolvimento psicomotor humano, donde extrai que o advento da máquina informacional seria análogo à inteligência reflexiva. Nesse sentido respalda-se em Piaget e Wallon:

Também na criança estudada pela psicologia genética, especialmente de Wallon e de Piaget, a aquisição do esquema operatória em ligação com a aprendizagem da motricidade (com o uso da mão, portanto) precede a aquisição da inteligência abstrata, mas revela, igualmente, uma estreita associação entre atividade manipulatória e atividade cerebral — trata-se do que Piaget chama "inteligência sensório-motora" (simples coordenação de percepções sucessivas e de movimentos reais), por oposição a inteligência "reflexiva" (representação simultânea do conjunto da realidade, presente e ausente; ação simbólica que ultrapassa os limites do espaço e do tempo próximos...), cuja objetivação progressiva especifica exatamente a revolução informacional (LOJKINE, 1999, p.65)

E prossegue, adiante com a sistematização que ele toma de Leroi-Gurhan (LOJKINE, 1999, p.66), sobre os três níveis do trabalho manual, indicando que a máquina informacional corresponderia, no contexto do desenvolvimento dos engenhos humanos, ao comportamento lúcido, consciente:

[Leroi-Gurhan sistematiza o que chama de] "*comportamentos automáticos*", diretamente ligados a natureza biológica do homem (comportamento

alimentar ou sexual); em segundo lugar, do nível do "*comportamento maquinal*", envolvente das séries operatórias adquiridas pela experiência e pela educação, inscritas no comportamento gestual e linguístico; finalmente, em terceiro lugar, interviria o nível do comportamento "*lúcido, consciente*", sobre o qual a linguagem opera de modo preponderante, seja conduzindo a reparação de uma ruptura acidental no desdobramento da operação, seja conduzindo à criação de séries operatórias novas. (LOJKINE, 1999, p.66)

O autor conclui indicando que a máquina informacional teria possibilitado à humanidade a possibilidade de *liberar o terceiro nível da sua capacidade intelectual*:

Pode-se, assim, delimitar melhor o conteúdo preciso da objetivação operada pelo instrumento e a máquina-ferramenta e, enfim, a máquina informática. O instrumento objetiva as operações da mão desnuda (ligadas principalmente, como no macaco, a busca de alimentos): corte, esmagamento, modelagem, raspagem e escavação — permitindo, ainda, o deslocamento da atividade humana para três operações fundamentais: prensão, rotação e translação. Com o deslocamento da função humana no sentido motriz, "a mão deixa de ser instrumento para tornar-se motora" — porém, motor inteligente, voltado a um objetivo e que, por consequência, guia, dirige o instrumento. Precisamente este conjunto é o que objetivará a máquina-ferramenta; um novo deslocamento se opera então na atividade humana: a mão deixa de ser motora para tornar-se plenamente "a inteligência que converte a força em força útil e a dirige". Por seu turno, a máquina informática objetivará esta atividade de regulação direta e imediata da máquina, liberando, por isto mesmo, o terceiro nível da inteligência humana — o da lucidez e da concepção de objetivos. (LOJKINE, 1999, p.66)

Cabe, neste ponto, observar algumas das proposições de Lojkin. Inicialmente, e em concordância com Lessa (2021), não me parece claro a obsolescência dos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo a partir da superação da divisão entre o setor secundário e terciário da economia. Se por um lado observamos, na contemporaneidade a tendência de extrapolação da automação industrial ao setor de serviços, a tendência de industrialização da agricultura, há muito fora observado por Marx. Ou seja, embora a produção capitalista tenha iniciado nas manufaturas e na Inglaterra, sua "tendência expansionista" levou-a a espalhar-se pelo mundo, no contexto da concorrência entre os Estados nacionais, mas também pelos distintos ramos das atividades humanas. Nesse sentido, do ponto de vista da apreensão da lógica de produção de mais-valia, é lícito reconhecer que o capitalismo iniciado na indústria, espalhou-se para a agropecuária e, mas tardiamente, para os serviços, com o advento da microeletrônica e da informática.

Outro aspecto a se considerar a partir do exposto é que, se por um lado a analogia entre desenvolvimento humano e os momentos da revolução tecnológica constitui um recurso

didático, noutro sentido pode cumprir um papel mistificador sobre a tecnologia e o ser humano. Passemos a reflexão desse ponto.

Conforme indica Lojkine (1999) o advento da microeletrônica e da informática possibilitou a criação de máquinas que objetivam “funções abstratas”, “reflexivas”, do cérebro. Há de se considerar duas questões aqui: em primeiro lugar, [1] as máquinas, mesmo as construídas com base em tecnologias de microeletrônica e informática, não objetivam, não projetam nada por si mesmas, não agem por vontade própria, apenas executam instruções com base em informações e conhecimentos pré-programados por seres humanos. A questão aqui é que a objetivação, assim como a exteriorização, constituem resultados do trabalho humano, teleologicamente orientados. Noutras palavras, há umnexo entre necessidade, desejo, vontade e a objetivação, resultado concreto do trabalho, que demarcam a especificidade do ser social enquanto esfera de emergência do reino da liberdade. De forma mais precisa, a necessidade, que por um lado pode ser objetiva ou subjetiva, mediatizada pela simbolização impele o desejo¹¹ e a vontade de agir que mobiliza o psiquismo recorrendo à memória, a antecipação e a prévia ideação que, mesmo em suas formas mais avançadas, a máquina informacional não possui. Numa frase, a máquina não possui consciência, não deseja, não produz por vontade própria, mas atua como *um meio para realização da necessidade* dos seres humanos. A crítica nesse ponto refere-se a ideia que, no limite, possibilita a desvinculação da “objetivação operada pela máquina” dos “interesse do homem”. Essa ideia está na raiz da mistificação, da fetichização da tecnologia, que confere a máquina uma autonomia que ela não possui e está na base da dominação ideológica pela via da tecnologia, como veremos adiante.

Em segundo lugar, [2] o que o autor aponta como “funções abstratas” ou “reflexivas” executadas pelas máquinas, realizam-se de maneira bem distinta da “abstração humana”, mesmo nos engenhos mais avançados que dispomos. Se por um lado, as técnicas de aprendizagem de máquina, *mimetizam* as funções psicológicas superiores e permitem à máquina informacional “*prever, antecipar e corrigir* as disfunções e, até mesmo, mudar a programação” (LOJKINE, 1999, p.81), doutro lado a autonomia operativa referida pelo autor efetiva-se nos limites da programação mais geral da máquina.

11 O desejo aqui é apreendido como o resultado da articulação entre a necessidade e a simbolização, ou seja, é entendido como a necessidade socialmente reconstruída, em que comparecem elementos conscientes e inconscientes.

No que tange mimese das funções psicológicas superiores as técnicas de aprendizagem de máquina atuais permitem, até o momento, uma [1] **gnosia** rudimentar¹², [2] a **tomada de decisões operacionais**, inclusive de forma *criativa e inovadora*¹³, [3] o **deslocamento adaptativo**¹⁴ e a [4] **mimese da linguagem**¹⁵

O segredo para mimetização dessas funções está na reinterpretação e conversão dos dados obtidos (*inputs*) sob a forma de problemas ou expressões matemáticas de maneira a aproveitar o potencial de cálculo da máquina informacional. Esse trabalho de criação, definição de algoritmos e escolha da conformação matemática mais adequada para lidar com a tarefa em questão constitui um trabalho humano.

Outro aspecto importante a indicar que diferencia a “abstração da máquina” da abstração humana, relaciona-se ao funcionamento dos algoritmos inteligentes na máquina informacional. Os cálculos matemáticos realizados por um computador são operações efetivamente concretas para a máquina, ou seja, a contagem acontece por meio da acumulação e modificação das propriedades elétricas (bits de dados) de circuitos integrados e circuitos de transistores. Portanto, no sentido de reafirmar a ideia do parágrafo anterior, a capacidade de “compreensão” de um computador não está relacionado a sua capacidade autônoma de simbolizar e significar a realidade. O nível de compreensão do computador depende efetivamente da capacidade humana (do programador) em selecionar e converter um conjunto de informações relevantes em expressões matemáticas ou lógicas sobre as quais diferentes técnicas de classificação, contagem, agrupamento permitirão à máquina executar ou ignorar parte de suas instruções previamente definidas ou globalmente delineadas, no caso dos algoritmos adaptativos. As “expressões simbólicas”, os programas escritos em linguagem de alto nível, considerado por alguns como “trabalho imaterial”, circunscritos ao plano do simbólico, após compiladas, convertidas em “linguagem de máquina”, e gravadas em um dispositivo de armazenamento físico, nada mais são que uma determinada conformação material desses dispositivos. Nesse sentido, qualquer “imaterialidade” parece esvair-se na medida em que é representada por uma sequência de bits registradas em um dispositivo físico.

12 Reconhecimento de objetos e padrões a exemplo da tecnologia de reconhecimento facial.

13 Especialmente no caso das inteligências artificiais orientadas aos jogos (AlphaZero, AlphaGo...)

14 Constituem exemplos, alguns tipos de braços mecânicos da indústria e a programação de deslocamento e equilíbrio do robô Atlas, da empresa BostonDynamics.

15 A GPT-3, por exemplo decodifica e produz de mensagens humanamente inteligíveis a partir de um contexto de diálogo. As frases formadas são bastante satisfatórias *do ponto de vista da forma*, existindo limitações quanto ao conteúdo.

Desse ponto de vista, os programadores, em essência, não são diferente dos proletários no sentido do papel de produção de um dado tipo de riqueza material.

Na máquina informacional, as expressões simbólicas convertem-se, de fato, em conformação material de instruções criadas pelo homem registradas na memória do dispositivo. Esta conformação particular de bits, produzida pela atividade humana, executará, ante um conjunto de dados de entrada (*input*), alguma função prática ou ação de saída (*output*) no sentido de resolver problemas de calculo, classificação ou operação de equipamentos. Tudo isso efetivado a partir de critérios matemáticos e de lógica booleana.

Portanto, embora os avanços do campo da aprendizagem de máquina não ocorram com base na reprodução dos mecanismos de simbolização e da linguagem humanas, este campo tem logrado significativos avanços, graças ao grande volume de dados disponíveis. Com isso amplia-se a capacidade de mimetizar o comportamento humano ampliando a autonomia operativa das máquinas. Essa autonomia operativa, todavia, é qualitativamente diferente da humana. Numa frase, embora as máquinas mais avançadas tenham a capacidade de ajustar sua programação, elas constituem-se, até o momento, em uma totalidade fechada em oposição ao ser humano, uma totalidade aberta.

Apenas para explicitar um pouco mais a complexidade da questão, cabe indicar que embora a personalidade possa ser mimetizada, a personalidade tipicamente humana não é necessariamente estática ou estável, embora isso seja variável de indivíduo para indivíduo. Ou seja, entendo que a diferenciação entre inteligência humana e inteligência artificial não se restringe à simbolização, o estabelecimento de relações entre eventos, símbolos e sentidos a partir de interpretação das informações obtidas do meio. A leitura do mundo é mais complexa que isso. A leitura do mundo é, simultaneamente, resultante e constituidora da consciência, dos valores e da intencionalidade, dimensões inequívoca e dialeticamente imbrincadas com o processo social. Sinteticamente, em que pesem aspectos genéticos que condicionem em linhas gerais a personalidade, esta mesma, assim como a consciência, os valores e a intencionalidade (fatores intimamente relacionados e imbrincados) estão sempre sujeitos à transformação e condicionam o próprio devenir do indivíduo, condicionam o olhar, bem como a relevância de cada experiência particular para a produção de novos sentidos e uma eventual transformação do complexo personalidade-consciência-valores. Essa possibilidade de buscar sentido e de transformar-se radicalmente a partir de experiencias não é redutível à um conjunto de

expressões matemáticas. Noutras palavras, a experiência do devir humano não constitui uma experiência de natureza meramente quantitativa, mas qualitativa.

Dessa forma, retornando a Lojkin, no que tange ainda uso da analogia entre o desenvolvimento humano e a máquina informacional podemos problematizar a estratégia argumentativa utilizada. Primeiramente o autor recorre a utilização de um esquema descritivo arbitrário do desenvolvimento humano ao utilizar de Piaget e Wallon. Em que pese o potencial didático explicativo, essa opção reforça o caráter mistificador do discurso sobre a tecnologia e parece não ser coerente com proposta metodológica do materialismo histórico de apreender as contradições e do movimento a partir do real. De forma semelhante, ao recorrer a sistematização de Leroi-Gurhan, Lojkin (1999) parece apresentá-la como um dado. Ou seja, a sistematização apresentada e *dada como certa* poderia ser, no mínimo, problematizada de um ponto de vista filosófico, educacional e valorativo, por exemplo: [1] que evidencia empírica está sustentada, em Leroi-Gurhan, a cisão entre “comportamento maquinal” e “comportamento lúcido, consciente”? [2] Como precisar o nível de linguagem que separam ambas as formas de comportamento, “maquinal” e “consciente”? [3] O “comportamento maquinal” dos seres humanos, nos termos apresentados anteriormente, não é um comportamento consciente? [4] O “comportamento lúcido, consciente” não o é, também, adquirido pela educação? [5] É possível imaginar a existência de um comportamento puramente maquinal, ausente de consciência, nos seres humanos?...

Em resumo, a fragilidade deste percurso argumentativo está em fazer uma analogia com *sistematizações arbitrárias*, deixando de estabelecer nexos com a realidade objetiva que permitissem compreender o salto qualitativo adquirido com o advento da microeletrônica e da informática. Em certa medida Lojkin até identifica elementos que particularizam o diferencial qualitativo da máquina informacional, contudo ao longo da sua exposição argumentativa reforça uma apreensão mistificadora da tecnologia. Portanto, se com o recurso a esses exemplos o autor consegue dar uma ideia da diferença entre a máquina-ferramenta e a máquina informacional, noutro sentido ele confunde e mistifica a compreensão a respeito da problemática da **tecnologia como ideologia**, na medida em que não empreende a crítica ao limite dessas contribuições, o que acaba por legitimar o *status quo*.

Ainda nessa direção, considerando-se o conteúdo literal de sua conclusão, podemos apontar o potencial fragilizador e contraditório que deriva do uso dessas referências citadas no

parágrafo anterior sem o devido tratamento crítico. Retomando a conclusão de Lojkine (1999) em favor do papel “necessariamente benéfico” da máquina informacional, o autor enuncia: “[...] a máquina informática objetivará esta atividade de regulação direta e imediata da máquina, liberando, por isto mesmo, o terceiro nível da inteligência humana — o da lucidez e da concepção de objetivos.” (LOJKINE, 1999, p.66)... Então antes da máquina informática o homem não era lúcido e não concebia objetivos? Essa afirmação parece estranha ao materialismo histórico dialético, pois é exatamente a *capacidade teleológica, consciente e lúcida* do ser humano que o tornará ser humano qualitativamente distinto dos demais animais.

Por fim, no que tange a ideia da revolução informacional enquanto *superação da cisão entre os setores secundário e terciário da economia*, o próprio autor invalida essa leitura na medida em que recorre e corrobora da crítica sobre a “teoria dos três setores”, desenvolvida, conforme ele mesmo cita, por Colin Grant Clark, Jean Fourastié e Daniel Bell. Ou seja, se a hipótese da divisão da economia em três setores é arbitrária, como o próprio Lojkine indica, como a tese da revolução informacional se sustentaria na evidencia de superação da cisão entre os setores secundário e terciário da economia? Não atoa, Lojkine recorre a “aproximação entre trabalho produtivo e improdutivo” como um segundo pondo de sustentação de sua hipótese. Mesmo nesse sentido entendo que a argumentação ainda seja frágil, lembremos que o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho refere-se ao ponto de vista do capitalista. O trabalhador produtivo é aquele que, em uma dada empresa, produz (ou permite, pelo exercício de sua atividade, a captura) de mais-valia. Nesse sentido o clássico exemplo do mestre-escola apresentado por Marx é ilustrativo de que a diferença está no contexto e no papel que o trabalhador cumpre dentro do processo de valorização em relação às expectativas de acumulação do burgues. Em sentido contrário, o trabalhador improdutivo, não produz (ou captura) mais-valia cumprindo, portanto, outras funções dentro ou fora do processo produtivo. Assim, se um trabalhador improdutivo pela polivalência (ou polifuncionalidade, com prefere Lojkine) exerce qualquer quantum de trabalho produtivo, logo ele será produtivo. O que ainda precisa ser explicado é “como” esse processo, muitas vezes entendido como proletarianização, necessariamente contribuiria para a superação da distinção entre *hábeis* e *inábeis*, trabalho intelectual e trabalho manual, *cindidos* e *opostos como inimigos* desde o advento da cooperação desenvolvida.

Em fim, em que pese o indicativo para a importância da novas possibilidades que emergem a partir do desenvolvimento da microeletrônica, da informática e da comunicação

em rede e, apesar da eloquente análise do complexo das forças produtivas e de sua relação não mecânica ou imediata com a estrutura econômico-social, considerando, também, o seu cuidado em indicar o *caráter ilusório* das visões unilaterais que apreendem de forma imediata a relação entre esses complexos, a argumentação do autor não cria as condições para uma ruptura completa com o processo de dominação ideológica empreendida pelo discurso tecnológico hegemônico. Num outro sentido, apesar de pertinentes, suas análises vacilam em termos teórico-metodológicos o que afeta o seu potencial crítico.

Jean Lojkine, apesar do válido esforço, apresenta suas reflexões do ponto de vista de um país da centralidade do capitalismo. Nesse sentido, penso que o retorno a Álvaro Vieira Pinto (2005) seria fundamental para apreendermos a discussão de um ponto de vista da periferia do sistema.

Em seu ensaio, Viera Pinto (2005) alerta para alguns problemas atrelados à compreensão crítica e assertiva da temática da tecnologia. Na compreensão do autor estes problemas estariam relacionados [1] a ausência de historicidade, [2] a falta de uma perspectiva crítica da dinâmica de progresso tecnológico ao longo da história humana e [3] a uma certa fetichização que opera, no limite, uma inversão entre criador (ser humano) e criatura (a máquina). Em decorrência desses problemas de análise, predominaria, de um lado uma “consciência ingênua”, caracterizada pelo maravilhamento e perplexidade diante da maquinaria produzida pela humanidade, sobretudo com o advento da microeletrônica e da informática, e que acaba por atribuir às máquinas capacidades humanas, dentre as quais o pensamento criativo/autônomo. Doutra lado desses problemas de análise, uma perspectiva romântico reacionária que faz um julgamento moral das máquinas, condenando a técnica e a tecnologia, e advogando uma espécie de retorno ao passado.

A “vertente ingênua”, é aquela que tende a supervalorizar a técnica. Assim, no plano ideológico, a técnica é convertida em “valor moral” operando, no limite, uma inversão idealista no sentido de fazer “a história um produto da técnica”. Essa inversão, que subsume o progresso tecnológico à dimensão técnica, leva à compreensão de que o momento histórico contemporâneo, usualmente referido como “civilização tecnológica”, constitui um “momento extraordinário”, o ápice ou “ponto final da história”. Essa visão, por sua vez, disseminaria uma perspectiva enviesada de totalidade, conveniente à manutenção do estado de coisas vigente e, conseqüentemente, favorável aos interesses dos países imperialistas, produtores e exportadores

de bens tecnológicos. Vieira Pinto (2005) aponta para a importância de descortinar essa farsa não apenas a título de apreensão teórica do progresso tecnológico, mas como elemento essencial de ruptura com o domínio político operado entre centro e periferia:

O exame do conceito de ‘civilização tecnológica’, para nós, povos subdesenvolvidos, tem de começar pela exposição e desmascaramento dos fatores políticos que encobrem à consciência as possibilidades de as nações privadas do poder pensarem por si mesmas. Essa privação implica necessariamente o impedimento de conceberem a importância prioritária máxima que deve ter de defesa dos seus recursos materiais. Habitadas ao estado de área de exploração alheia, são incapazes de pensar em termos originais novas formas de utilização de seus bens naturais, e de elaborarem outras técnicas, máquinas e objetos para satisfação humana. (VIEIRA PINTO, 2005, p.46)

E prossegue com o raciocínio apontando para as consequências da redução do progresso tecnológico à dimensão exclusivamente técnica:

A redução do problema do progresso tecnológico aos aspectos exclusivamente “técnicos”, “engenharias”, segundo parece ser usual dizer-se agora, é exatamente o que convém aos dirigentes dos centros de poder em cada fase histórica, porque os deixa sozinhos, sem concorrentes no campo da criação intelectual, podendo além do mais utilizar-se dos recursos em matérias primas estrangeiras, e até mesmo em talentos nativos, importados a preço vil. Não devemos renunciar ao conceito de totalidade, pois somos os que mais dele necessitam, só nos sendo lesivo nos termos em que nos é imposto. [...] É preciso denunciar as disparidades, ou seja, romper com o círculo infernal de uma falsa totalidade em que os dominadores nos querem encerrar, sob o pretexto de participarmos todos do mesmo mundo, unificado pela ciência e pela técnica, chegadas agora a um grau de progresso tal que ninguém as pode recusar mas também não tem o direito de dar ao devaneio de criá-las por conta própria, sem possuir as vantagens de potencia maior. O corolário desse sofisma consiste em estarmos todos obrigados a aceitar as condições a nós impostas, único meio de participarmos da civilização.” (VIEIRA PINTO, 2005, p.46-47)

Diante dessa reflexão é impossível não recordar, como, para além do debate sobre o progresso tecnológico, a ideologia da supremacia da técnica bem como sua reificação tem se generalizado por diversos campos da atividade humana. Na economia, por exemplo, a dimensão política tende a ser sistematicamente minimizada, seja pelo liberalismo ortodoxo ou heterodoxo, o que condiciona debates que deliberadamente ignoram a centralidade da política no encaminhamento das soluções que incidem sobre os problemas sociais que emergem, diretamente ou indiretamente, da contradição entre capital e trabalho. No campo da administração pública isso não é diferente, as fragilidades dos serviços prestados mediante políticas sociais comumente são associadas à problemas de gestão, de caráter técnico e

gerencial, o que tende a desviar, novamente, o foco da dimensão política do problema. Além disso, o discurso da neutralidade técnica caminha lado a lado com o argumento da supremacia da técnica, revelando a articulação entre a uma dada hegemonização do discurso científico e a ideologização da técnica com sua conseqüente supremacia moral.

Prosseguindo com as reflexões, Vieira Pinto (2005) questiona a compreensão de excepcionalidade histórica atribuída a nossa sociedade contemporânea. Ele argumenta que, a rigor, nada de essencialmente diverso caracterizaria a produção/desenvolvimento técnico contemporâneo dos períodos anteriores da história humana. O progresso tecnológico, antes e hoje, depende da relação e da apreensão que o ser humano faz das propriedades dos objetos ou das forças naturais e está simultaneamente condicionado pela apropriação coletiva das regularidades objetivas do real, consignada no conhecimento acumulado como cultura, em um dado contexto, e orientado em última análise às necessidades sociais¹⁶. Nas palavras do autor: “O curso do progresso tecnológico tem indiscutível base social; é determinado pela necessidade que a sociedade tem dos serviços a serem prestados pelos instrumentos passíveis de construir” (VIEIRA PINTO, 2005, p.113). Assim, Vieira Pinto (2005) desenvolve em seu ensaio a compreensão do desenvolvimento da técnica e da tecnologia enquanto uma tendência própria e particular dos seres humanos em convívio social, mediatizados pela linguagem¹⁷ e em contradição com a natureza.

Em uma direção semelhante, Genro Filho (1987) aponta para a comunicação como um aspecto da essência humana, portanto uma dimensão organicamente articulada ao desenvolvimento humano e ao progresso tecnológico:

“A comunicação social só pode ser elaborada como um dos aspectos da dimensão ontológica do homem, não como um atributo ou qualidade adquirida. A comunicação, sob o ponto de vista analítico, é um aspecto do trabalho e, mais particularmente, expressa a forma social de produção do conhecimento. [...] A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. Portanto está no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana” (GENRO FILHO, 1987, p.215).

16 Se por um lado o desenvolvimento dos engenhos humanos aparecem para solucionar necessidades particulares daqueles que efetivamente trabalham, por outro lado as soluções encaminhadas simultaneamente sustentam-se e orientam-se com base na vida coletiva, locus de pertencimento e vivência do ser humano. No escopo do capitalismo, as necessidades sociais serão combinadas às necessidade de valorização do capital, com predominância desta em relação àquelas.

17 “Pela linguagem passa a ser possível entre os homens não apenas o intercâmbio de objetos, mas acima de tudo o intercâmbio de pensamentos. Graças à linguagem, que permite fixar e transmitir de uma geração a outra as representações, ao conhecimentos, o homem tem a possibilidade de refletir o mundo, estruturando sua consciência” (LEONTIEV, 1978 apud MARTINS, 2004, p.58).

Ou seja, qualquer agrupamento humano, independente do modo de produção, tende a desenvolver um conjunto de técnicas e incorporá-las à cultura, como conhecimento ou sob a forma objetificada de instrumentos de trabalho. O progresso tecnológico, oriundo da capacidade projetiva do ser humano, orienta-se para o domínio crescente das forças naturais, em direção à libertação dos seres humanos do caráter repetitivo e desgastante do trabalho, seja ele de natureza braçal ou intelectual.

Nesse sentido, a argumentação do autor compatibiliza-se com a leitura de György Lukács e Agnes Heller. Para ambos, o desenvolvimento das forças produtivas constitui a condição fundante para o desenvolvimento dos demais valores¹⁸ (e portanto da cultura) estabelecendo-se como *conditio sine qua non* de desenvolvimento das demais esferas da vida, sem, contudo estabelecer uma relação de determinação direta com essas esferas. Nesse ponto há uma clara convergência entre Lojkin, Vieira Pinto e Heller.

Portanto, além de desempenharem suas atividades a partir de um determinado momento social de apreensão da realidade, ante o trabalho os seres humanos avaliam a propriedade dos corpos de que dispõem acesso e constroem novos conhecimentos. No ato do trabalho, modificam a natureza, modificam a si mesmos e potencialmente expandem o conhecimento sociocultural. Ao refletirem sobre a forma de desempenhar uma determinada atividade, tendem a ajustar os meios de trabalho *incorporando neles parte do conhecimento adquirido*. Além da amenização do esforço, um dos objetivos desse processo é conseguir maior controle sobre as forças da natureza e, por consequência, dos resultados previamente idealizados na atividade que realiza.

É por isso que Vieira Pinto rechaça os termos “era tecnológica” ou “civilização tecnológica”. Para ele estes termos constituem um contrassenso. O progresso tecnológico por si não constituiria uma novidade exclusiva da modernidade, mas constitui o resultado de um acúmulo histórico motivado e potencializado pela cooperação social no sentido de solução das contradições entre as necessidades humanas e a natureza, mediatizados pelo trabalho.

18 No que tange especificamente ao desenvolvimento da ética, da esfera dos valores, Heller (1972) observa que os novos valores criados no processo de hominização são absolutos, integram a cultura e nunca mais se perdem integralmente. Assim, os altos e baixos, os avanços e retrocessos da humanidade, em termos valorativos, expressos no cotidiano e na história, apontam para a assertividade dessa avaliação. Nas palavras da autora: “Nem um só valor conquistado pela humanidade se perde de modo absoluto; tem havido, continua a haver e haverá sempre ressurreição. Chamaria a isso de invencibilidade da substância humana, a qual só pode sucumbir com a própria humanidade, com a história” (HELLER, 1972, p.10)

Inclusive, nesse aspecto em particular Lojkin (1999) destaca, de forma concreta, a importância do trabalhador operador que, em geral, é subvalorizado no processo produtivo capitalista. O autor argumenta ao apontar para as diferenças entre a produção fordista e a toyotista que, “[muitas] das inovações tecnológicas devem-se a descobertas de usuários que conseguiram otimizar e aperfeiçoar seus meios de trabalho ou, mais amplamente, a colaboração entre usuários e criadores de meios de trabalho (este é um dos segredos do êxito da indústria japonesa).” (LOJKINE, 1999, p.57). Com um exemplo mais contemporâneo e concreto, o autor aponta ainda para a importância de observar a tensão transformadora da relação entre o trabalho vivo, aquele exercido pelos músculos e cérebros dos trabalhadores, e trabalho morto, aquele incorporado nas ferramentas e instrumentos de trabalho.

[...] na medida em que a intencionalidade do usuário difere da do criador do instrumento — especialmente quando este é um engenheiro imerso numa cultura tecnocrática e elitista —, a contradição que se desenvolve entre "trabalho prescrito" e "trabalho real" (para falarmos como os ergonometristas) põe em causa a simples reprodução-conservação dos antigos meios de trabalho. Ela obriga as direções das empresas a modificar não somente os métodos de trabalho, mas a própria concepção das máquinas, sob pena de deixar florescer círculos viciosos catastróficos para a qualidade dos produtos e para a utilização ótima dos equipamentos. (LOJKINE, 1999, p.57-58)¹⁹

Portanto, Vieira Pinto (2005) entende que, do ponto de vista essencial, não haveria diferenças na dinâmica do processo de produção tecnológica entre o modo de produção capitalista e os modos de produção anteriores. E nesse mesmo sentido ele aponta para a superlativação das transformações tecnológicas contemporâneas empreendida especialmente pelos “teóricos da cibernética”.

No que tange a divergência entre Vieira Pinto e Lojkin sobre a particularidade ou não da existência de uma especificidade no progresso tecnológico contemporâneo, posiciono-me com Vieira Pinto, ou seja, corroboro a ideia de inexistência de uma transformação essencial no caráter do progresso tecnológico sob a égide do modo de produção capitalista, mesmo no presente momento de desenvolvimento acelerado da microeletrônica e da informática. Isso, contudo, não implica afirmar que a estrutura socioeconômica não exerça tensão sobre o progresso tecnológico.

19 *Mutatis mutandis* essa ideia também aplica-se ao desenvolvimento dos sistemas informacionais.

Assim, parece-me lícito reconhecer que essa tensão interfere no ritmo e na direção²⁰ com que esse progresso se realiza no modo de produção capitalista. A aceleração no ritmo do progresso, observado especialmente com o advento da microeletrônica e da informática, todavia, não implica restringir essa particularidade a quadra recente de nosso momento histórico. Isto é, o caráter ostensivamente competitivo do capitalismo, identificado por Marx e Engels desde suas primeiras análises, potencializa a necessidade de constante desenvolvimento tecnológico pelo interesse crescente dos capitalistas individuais em superar seus concorrentes e aumentar a composição orgânica do capital, realizando assim um duplo movimento, o *aumento da produtividade* e a diminuição da força política dos trabalhadores (MARX, 2017; ENGELS, 2010). Recorrendo mais uma vez a Lojkine, nesse particular, podemos afirmar que o critério da “[...] medida capitalista da produtividade do trabalho (e do progresso tecnológico) é, pois, a taxa de substituição do trabalho pelo capital, do trabalho vivo pelo trabalho morto” (LOJKINE, 1999, p. 87).

No que tange aos conceitos de técnica e máquina, Vieira Pinto indica aspectos importantes, para apreendermos. Primeiramente: “[toda] máquina corporifica uma técnica previamente concebida” (VIEIRA PINTO, 2005, p.53) e, na sequência argumenta que o fato de o conjunto das técnicas não ter por sede uma máquina ou aparelho eletrônico, revela “o grau de generalidade maior do conceito de técnica em relação ao conceito mais restrito, de máquina engenho ou aparelhagem” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 53-54). Ou seja, a máquina constitui a objetivação de parte do conhecimento técnico da humanidade sendo constituída de forma arbitrária para reproduzir, a partir de regularidades previamente definidas, parcial ou integralmente uma determinada atividade elaborada e ou vivida enquanto fazer técnico.

Além disso, para Vieira Pinto é importante distinguir nas máquinas o aspecto estático dos aspectos dinâmicos, consignados, respectivamente, na imagem da máquina parada e da máquina trabalhando:

A máquina parada permanece no estado de corpo físico e resulta da imaginação daquele que a concebeu e a construiu obedecendo apenas às leis implicadas no esquema de reunião das partes, que lhe deu forma. Mas a máquina trabalhando torna-se algo diferente por essência. Converte-se em instrumento de modificação do mundo, e como tal entra a desempenhar um papel ativo no processo da realidade. Enquanto a construção estática pode ser de todo extravagante e irresponsável, conforme se comprova pela sucessão de projetos do *perpetuum mobile*, a máquina em ação supõe duas condições de extrema importância para a compreensão dela. Em primeiro

20 Priorização das necessidades de valorização do capital...

lugar, a racionalidade nela contida, porquanto a operar com êxito confirma coincidir com as exigências da razão objetiva inerente aos seres e fenômenos: em seguida o papel do homem, a ela indissolúvelmente associado, como o criador que transfere para ela as determinações racionais aprendidas do mundo e concebidas em pensamento no ato de imaginá-la, sendo ainda o dirigente que o aplicará dando-lhe um destino e reconhecendo os resultados da ação mecanizada. (VIEIRA PINTO, 2005, p.136)

A partir dessa imagem, fica evidente o caráter ativo do ser humano enquanto criador e o da máquina como objeto criado, resultado do trabalho humano. É importante ainda salientar outra obviedade, a possibilidade de incorporação da técnica na máquina contribui para uma paulatina mudança de qualidade nas atividades humanas. Uma consequência direta desse ganho qualitativo, adquirido com a sofisticação dos engenhos refere-se à possibilidade da humanidade dedicar-se a atividades “mais nobres”, “especificamente humanas”. É precisamente aí que sustenta-se a argumentação de Vieira Pinto (2005) no sentido de que esse processo, analisado de um ponto de vista global, contribui à humanização do ser humano e conseqüente aprofundamento de suas características distintivas em relação aos demais animais. Daí, portanto, decorreria a possibilidade de desenvolvimento das demais esferas não cotidianas da vida, como dito antes. Essa leitura do processo de humanização, contudo, e especialmente da superioridade humana em relação à natureza não erige-se de forma unânime e isenta de críticas. Do ponto de vista da corrente ecossocialista, por exemplo, esta perspectiva estaria assentada em uma compreensão de modernidade que opõe o homem à natureza e, no limite, opõe o homem aos homens. Por isso, precisaria ser superada.

Assim, o paralelismo entre “atividades mais nobres”, “atividades de cunho intelectual” e o qualificativo “especificamente humanas” guardaria, inequivocamente, uma perspectiva de superioridade da dimensão “cognitiva”, “intelectual” à outras formas de expressão humanas. Em que pese a possibilidade de compreendermos “cognitivo” e “intelectual” de forma ampla, o que abarcaria o conjunto dos conhecimentos e atividades humanas não instintivas, em geral, esses termos são entendidos de forma estrita.

Sob esta acepção estrita haveria uma contradição que precisaria ser superada para a construção de uma alternativa efetiva de superação do capitalismo. Noutros termos, a superioridade conferida ao “intelecto” em certa medida poderia estar na base da ideologia criticada pelo autor, legitimando, no limite a superioridade de um determinado conhecimento técnico/tecnológico construído a partir de um acúmulo de maior longo prazo do exercício da “nobre” da atividade do pensar... Ou seja, em que medida essa noção de “superioridade”, de

“nobreza” das faculdades intelectivas, não estaria na base da perspectiva ideológica e fetichizada de tecnologia, criticada pelo próprio autor?

Portanto, para os ecossocialistas, é possível estabelecer um nexos entre o domínio da natureza e o domínio dos homens sobre os homens. Nessa direção haveria algo de intrinsecamente problemático nessa perspectiva dominadora/expansionista²¹ típica da racionalidade moderna. Assim, os autores vinculados a essa corrente apontariam para a necessidade de uma crítica da modernidade, sem adotar uma perspectiva pós-modernista.

Retomando Vieira Pinto (2005), a sofisticação dos engenhos **demandam** o dispêndio crescente de mais tempo e energia em atividades de cunho intelectual. Assim, à medida que esse processo avança, o autor assinala que esse desenvolvimento estabelece uma contradição que gera uma separação crescente entre os trabalhadores que operam/reparam as máquinas produtivas e aqueles que as ignoram, pois apenas usufruem dos bens produzidos por ela.

Cabe recordar mais uma vez que Marx (2017), no capítulo 14 de *O Capital*, observa que o processo de trabalho capitalista implica no aprofundamento da divisão social do trabalho, com reflexos nas diversas esferas da vida dentre as quais a ciência. Ou seja, ao lado da progressiva diversificação da esfera produtiva, observamos a diversificação das atividades de gerencia, orientadas ao controle dos trabalhadores, e inovação, orientadas ao estudo e desenvolvimento sistemático da tecnologia.

Enquanto o processo de trabalho permanece puramente individual, o mesmo trabalhador reúne em si todas as funções que mais tarde se apartam umas das outras. Em seu ato individual de apropriação de objetos da natureza para suas finalidades vitais, ele controla a si mesmo. Mais tarde, ele é que será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual ao trabalho manual. Mais tarde, eles se separam até formar um antagonismo hostil. O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. (MARX, 2017, p.577)

Assim, a divisão social do trabalho, assentada na cisão entre trabalho “manual” e “intelectual”, em que este passa a controlar aquele, constitui uma relação de domínio que implicara, conforme dito antes por Lojkin (1999) uma distinção valorativa entre os *hábeis* e *inábeis*.

21 Informações sobre isso no vídeo “O que é ecossocialismo?”, nas referências.

Nesse particular, contudo, a argumentação de Vieira Pinto (2005) não parece remeter a esta divisão social. Ou seja, no curso do progresso tecnológico a distinção entre os trabalhadores que operam/reparam e os que usufruem dos bens produzidos a partir dos engenhos constitui uma “consequência própria do progresso tecnológico”, *resultante da diversificação das possibilidades humanas*. Pode ser forçoso indicar que Vieira Pinto (2005) esteja argumentando a respeito da “naturalização cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual”. Contudo, ao que o texto indica, me parece que ele está argumentando sobre a separação entre **produtores** e **consumidores**, que se dá com o aumento da produtividade, levando a uma menor necessidade de indivíduos ligados à atividade diretamente produtora de bens de consumo. Nesse ponto não haveria uma contradição com a tradição marxista, mas uma análise a partir de outro ângulo.

Prosseguindo, se o desenvolvimento da microeletrônica e da informática possibilitam uma incorporação mais intensa da técnica nos engenhos. Em contrapartida, isso aprofunda e intensifica a divisão social do trabalho, o aumento acelerado da complexidade dos engenhos humanos e aprofundando o que Marx denominou de subsunção do trabalho ao capital. Ou seja, diante do desenvolvimento do maquinismo sob controle da burguesia, aprofunda-se o domínio desta classe ante o proletariado. Dessa forma, se por um lado a medida que a complexidade dos engenhos humanos se amplia e as exigências formativas dos trabalhadores intelectuais responsáveis pelo controle, pela inovação e reparo das máquinas tende a aumentar, por outro lado as exigências em termos de conhecimento operativo da máquina tendem a diminuir uma vez que elas, especialmente as de tipo eletrônico/informático integram, crescentemente, parcela significativa de conhecimentos e automação. Essa tendência aprofunda-se ainda mais nos países periférico dependentes, em geral induzidos pela “deterioração dos termos de troca” ou pela “assimetria na composição orgânica do capital” a assumir uma posição subalterna no contexto da divisão internacional do trabalho. Logo, não parece casual que num contexto de máquinas (re)programáveis, sob um regime de acumulação flexível, a exigência de formação do trabalhador médio tenda a rebaixar-se²². Este rebaixamento das exigências orientaria contribuiria para adoção das pedagogias do aprender a aprender, fortalecendo, no trabalhador/operador as competências adaptativas e, por

22 Esta seria, na minha interpretação a justificativa material para os sucessivos ataques à política de educação que, a partir de uma perspectiva estritamente economicista, não se justificaria em uma economia que não tem pretensão de desenvolver sua ciência e tecnologia de forma autônoma e soberana.

consequência, secundarizando a conteúdo em detrimento da forma²³. Além disso, a relação desigual entre os países do centro e da periferia amplia a dificuldade para o progresso tecnológico autônomo na periferia tensionando para um processo de ampliação dos serviços e da informalidade.

Assim, se, enquanto tendencia geral, o processo de desenvolvimento da técnica implica ampliação das possibilidades humanas, enquanto tendencia particular, no interior do capitalismo, esse movimento realiza-se no sentido de aprofundar o domínio do capital sobre o trabalho. Marx identifica a subsunção do trabalho em dois momentos: a subsunção seria *formal*, quando o domínio burguês se estabelecia apenas na esfera legal, posteriormente, com o aprofundamento da dominação a partir do advento da máquina-ferramenta, temos a subsunção real²⁴. Agora, com a incorporação do conhecimento na máquina informacional associado às patentes, seria plausível argumentar na direção do aprofundamento dessa subsunção real, que além de privar o trabalhador do livre acesso aos meios de produção, priva-o do conhecimento necessário para operar para além dos engenhos. Ou seja, entendo que, sob o capitalismo, o desenvolvimento da microeletrônica e da informática tem contribuído para o aprofundamento da subsunção do trabalho ao capital.

No plano internacional, em grande medida, é isso que se opera com aprofundamento das relações de dependência entre centro e periferia. As nações periféricas tornam-se dependentes da tecnologia externa. Para Vieira Pinto (2005), entretanto, esse não é um caminho sem saída. Enquanto um teórico engajado com o desenvolvimento nacional, ele argumenta em favor de uma ruptura com essa lógica:

O progresso da tecnologia consiste na criação de máquinas que representem a elevação a potências crescentes das máquinas existentes em dado momento histórico.[...] O progresso na criação das máquinas faz-se segundo dois parâmetros: de um lado há substituição, e em tal sentido a máquina anterior fica superada e suprimida, vindo a ocupar o lugar dela uma outra, que realiza por diferentes meios, às vezes com auxílio de novas formas de energia, o mesmo fim: mas, num segundo sentido, há aperfeiçoamento, a saber, a estrutura da máquina agora julgada velha admite indefinida melhora *in genero suo*. O velho gramofone de manivela foi substituído pelo de motor

23 Autores como Demerval Saviani, Newton Duarte, Lígia Márcia Martins, vinculados a corrente da pedagogia histórico-crítica, têm uma vasta produção nessa direção apontando para a hegemonização das pedagogias orientadas às competências, ou noutras palavras as pedagogias do aprender a aprender.

24 Os mecanismos de controle se aprofundam com o desenvolvimento tecnológico erigido sob a égide do capital. Se a máquina-ferramenta e a produção em bases tayloristas/fordistas oportunizou o controle do ritmo do trabalho, possibilitando a intensificação da atividade e ampliação da mais-valia em termos relativos, a máquina informacional, apreendidas também como sistemas de informação, possibilita no nível das atividades produtivas e improdutivas o controle por intermédio da vigilância.

elétrico e este pelo amplificador eletrônico. Claro está não haver mais interesse econômico em conservar o tipo agora arcaico. Mas se houvesse seria possível prosseguir aperfeiçoando-o, mantida a mesma espécie, por um longo percurso. [...] Quem se maravilha diante dos cérebros eletrônicos, chegando a sonhar com o dia feliz em que a humanidade seria dirigida pelos robôs transistorizados, não percebe nessas recentes invenções senão um dos eixos do sistema de coordenadas acima indicado. Só leva em conta o aspecto de substituição do mecanismo por mecanismo, o único que parece representar o verdadeiro progresso. Não percebe que, simultaneamente com esse modo de progresso está se realizando outro, a melhora das máquinas existentes, mantido seu particular tipo, o que significa uma expansão multidimensional e não apenas um curso linear. (p. 113)

Assim, o autor apresenta os argumentos teóricos para afirmar a necessidade, e a possibilidade, de ruptura com as relações de domínio centro-periferia sugerindo que o Brasil, ou qualquer outra nação periférica, tem as condições de progredir tecnologicamente de forma independente e soberana. Entretanto, a secundarização das contradições de classe na obra do autor, levam-no a não evidenciar um problema concreto: *estas relações de dependência, tão prejudiciais ao país, são sustentadas e mantidas com o aval da burguesia nacional, subordinada aos interesses imperialistas*. Portanto, a decisão política necessária à ruptura ante a dominação econômica do centro demandaria a vitória da classe trabalhadora no embate com a burguesia nacional. Além disso, tal embate que proporcionaria uma soberania real implicaria, por outro lado, um certo nível de sofrimento dada a possível ruptura com os fluxos mercantis estabelecidos e retaliação imperialista. Apesar de não indicar com intensidade o problema da luta de classes interna, Viera Pinto (2005) advoga que o Brasil tem condições de superar essas dificuldades.

A parte do debate político, seguem, a título de síntese, algumas ideias-chave que podemos extrair de Vieira Pinto, Lojkin e demais autores apresentados em relação aos conceitos de tecnologia, técnica e máquinas: [1] o conceito de tecnologia reveste-se de um sentido polissêmico e cumpre uma função ideológica que tende a elevar a técnica e a ciência ao status de valores morais, contribuindo à conservação das relações de poder instituídas, favorável ao sucesso dos países do centro em detrimento dos da periferia; [2] ao ampliarmos a compreensão sobre o conceito de tecnologia, temos a condição de enxergar possibilidades que nos permitem opor-se à sujeição ante os países imperialistas; [3] a técnica pode ser apreendida como práxis historicamente consolidada, constituída simultaneamente de um saber teórico articulado a um saber prático e socialmente orientado; [4] a máquina, enquanto produto do trabalho humano, não constitui um objeto inerte, congrega em si parte da técnica

historicamente construída; [5] o sentido do progresso tecnológico em geral é criar condições para melhor atender as necessidades humanas, mas sobre a égide capitalista orienta-se aos interesses da acumulação e contribui ao aprofundamento da dominação de classe; [6] o progresso tecnológico tem o potencial de promover a humanização do homem, criando condições para diversificação e complexificação das esferas da vida; [7] Os países da centralidade do capital disseminam a ideologia da técnica e da tecnologia como uma das estratégias de manutenção do domínio em relação aos países periféricos. Com essa breve síntese passemos ao próximo tópico.

Tecnologia, TICs e neutralidade

Como visto anteriormente, a “tecnologia” pode ser apreendida, em sentido amplo, como uma vasta área de estudo que integra para além da ciência, conhecimentos teórico e práticos diversos, bem como as técnicas específicas das mais diversas profissões. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em geral são definidas a partir de uma conceituação diversa, aproximando-se mais do terceiro conceito de Vieira Pinto apresentado no tópico anterior.

O conceito de TICs está relacionado ao conjunto de objetivações, ou engenhos, que trabalham como uma rede articulada orientada à comunicação e automação de processos. As TICs são materialmente constituídas pela infraestrutura física (cabos, torres de transmissão...), o *hardware* (microcomputadores, data centers) e o *software* (sistemas operacionais, protocolos de comunicação, sites/plataformas...), que de forma combinada permite o acesso e a interação entre os diversos nós da rede, facultando aos usuários o intercâmbio direto de mensagens ou acesso à informações registradas nas bases de dados dessas redes. As TICs constituem, portanto, o resultado de um amplo progresso tecnológico que integra ferramentas e conhecimentos de diversas naturezas.

...

No que tange à noção de neutralidade, há de se precisar, o que queremos dizer com isso. Partindo-se da argumentação de Vieira Pinto (2005) apresentado no tópico anterior de que o progresso tecnológico ocorre mediatizado pelas necessidades sociais e que, numa sociedade de classes, a satisfação dos interesses da classe dominante predomina, questionamos: é possível conceber que o progresso tecnológico sob o modo de produção

capitalista ocorra de forma desinteressada em termos econômicos ou políticos? Partindo-se de uma perspectiva marxista, a resposta seria não. Analisemos, porém, alguns aspectos dessa questão.

Com Vieira Pinto (2005), verificamos que há duas perspectivas contrárias que precisam ser criticadas para situarmos o debate do progresso tecnológico de forma crítica. A primeira supervaloriza a técnica e a tecnologia, a segunda, no outro extremo, condena o progresso tecnológico, imputando-o a responsabilidade pela degradação humana e sua desconexão com a natureza.

A perspectiva de supervalorização da tecnologia e da técnica deriva de uma compreensão limitada e fetichizada do progresso tecnológico que superdimensiona o papel da técnica subsumindo todas as demais dimensões da vida, inclusive a história, ao desenvolvimento da técnica produtiva. O progresso tecnológico é apreendido abstraído-se as relações sociais do modo de produção. Essa é a perspectiva hegemônica e tem claro alinhamento ideológico com a manutenção do *status quo*. Assim, para a classe dominante, os problemas originados no âmbito das contradições do capitalismo podem ser resolvidos pelo avanço tecnológico. Além dessa dimensão mistificadora e reducionista, essa perspectiva de supervalorização costuma fornecer poucos elementos para efetiva compreensão do fenômeno do progresso tecnológico, em geral limitando-se apenas a descrever, catalogar as produções tecnológicas. Logo, ela contribui em geral para uma posição conservadora.

A perspectiva que condena a tecnologia reveste-a do valor inverso. Ou seja, se para o primeiro grupo a tecnologia é intrinsecamente boa e o progresso tecnológico é necessariamente bom, para o segundo grupo ambos são nocivos. Ela segue na direção oposta da perspectiva de supervalorização orientando-se para uma negação/abandono dos avanços técnicos em direção à “reconexão do ser humano com a natureza”. Se na primeira perspectiva o progresso tecnológico é elevado à condição de solução dos problemas sociais, nesta ela é elevada à condição de problema. O que é negado aqui é a dimensão do progresso tecnológico enquanto *tendencia geral*, o que leva a uma identificação entre a *tendencia geral* e a

tendencia particular do progresso tecnológico²⁵. Essa perspectiva assume, em geral, contornos reacionários.

Conforme alerta Viera Pinto, entretanto, o progresso tecnológico é, também, o resultado do desenvolvimento da capacidade projetiva do ser humano no intuito de promover maior liberdade e autonomia em relação ao caráter penoso/repetitivo do trabalho. Dessa forma, estaria relacionado a criação das condições materiais da liberdade e estaria articulado, por consequência disso, à possibilidade de desenvolvimento das demais esferas da vida cultural.

Um aspecto importante para retomar é que os engenhos humanos *são meios* para atingir determinado fim. Isso significa que enquanto tal, não haveria, *a priori*, sentido em defini-los como intrinsecamente virtuosos ou nocivos à sociabilidade ou aos objetivos de quaisquer um dos lados da luta de classes. As objetivações ao serem lançadas no plano da realidade podem ser utilizadas para cumprir as mais diversas finalidades, inclusive finalidades não previstas pelo(s) desenvolvedor(es) do engenho. Tomemos como exemplo uma faca ou martelo, ambos podem servir como ferramentas produtivas, a serviço ou não dos interesses da classe dominante, ou podem ser utilizados como armas, motivada pelos mais diversos interesses. A própria noção de revolução social tem como finalidade a conquista do poder e, conseqüentemente, do controle dos **meios de produção** objetivando com isso a reorganização da produção, da distribuição, da troca e do consumo. Assim, em uma primeira aproximação, os engenhos humanos enquanto *instrumentos de trabalho* são exatamente isso: meios para alcançar as finalidades motivadas pelos agentes que possuem o poder de definir seu uso.

Vale, contudo, dois adendos. Primeiramente, apontar para uma neutralidade dos engenhos em si, não implica reconhecer que os fins e os meios pelos quais o progresso tecnológico se processa seja neutro. Ou seja, se considerarmos que os engenhos são desenvolvidos a partir de uma forma social dada e que, especialmente no capitalismo, os espaços de desenvolvimento e inovação estão sob controle ou são orientados ao atendimento dos interesses da burguesia, seja para fazer frente a competição com outros capitalistas, seja

25 Aqui cabe uma citação de Lojkine (1999) sobre esse aspecto: “Apesar da sua estreita imbricação, a organização das forças produtivas humanas não se confunde com o seu ‘invólucro’ social (capitalista). Dito de outra maneira: as características tecnológicas do maquinismo — bem como as da automação — não se confundem com o seu modo de utilização capitalista. Distinção particularmente difícil, mas indispensável se se quiser avaliar as potencialidades contraditórias tanto do maquinismo quanto da automação e, por consequência, o seu caráter [potencialmente] revolucionário em relação ao sistema que as engendrou.” (LOJKINE, 1999, p.85)

para assegurar maior nível de realização de mais-valia, chegaremos a conclusão, que via de regra, as inovações técnicas produzidas nessas condições objetivam a conservação ou aprimoramento funcional do sistema, consignada na reprodutividade das condições de acumulação e ampliação/sustentação da taxa de lucro.

Como um segundo adendo, embora em termos lógicos, enquanto meios, os engenhos não assumam qualquer valor intrínseco, nocivo ou positivo, as condições de sua produção, as possibilidades de seu consumo, bem como os impactos socioambientais decorrentes de sua produção precisam ser propriamente considerados, sob pena de nos limitarmos a um logicismo inerte e fragmentador da realidade. Ou seja, é pertinente levantar questões que elucidem os aspectos comumente velados nesse tipo de reflexão: como se estruturam as cadeias produtivas do engenho em questão e em que condições esses engenhos são produzidos? Quais as condições de trabalho dos trabalhadores que os produzem? Qual o impacto socioambiental da sua produção? Existem externalidades em sua produção que afetem a vida de comunidades próximas à fábrica? O engenho produzido é acessível ou constitui um bem de acesso restrito, de luxo? O engenho produzido integra cadeias produtivas essenciais ou não essenciais? Como essas cadeias estão estruturadas? Quais as condições de trabalho... (tais questões seguem recursivamente)

Assim a título de uma primeira síntese, os engenhos humanos, enquanto ferramentas que destinam-se a atender necessidades humanas ou solucionar problemas produtivos práticos são, numa primeira aproximação, intrinsecamente neutros. Além disso, o uso de certos engenhos, em um dado contexto, pode ser mais ou menos funcional aos interesses de reprodução do *status quo* isso, todavia, não impossibilita que um determinado engenho possa ser utilizado com outra finalidade. Há de se observar, contudo, o contexto de produção e acesso a esses bens: a “que” e a “quem” se destina o engenho, qual o impacto socioambiental de sua produção e sob quais as condições de produção ele se realiza.

...

Numa segunda aproximação, diante do desenvolvimento da microeletrônica e da informática, o caráter meramente instrumental dos engenhos pode começar a ser questionado. Assim, desde a superação dos circuitos integrados em direção ao advento das memórias, dos microcontroladores, dos microprocessadores a integração entre informação e engenhos possibilitou um salto qualitativo bastante expressivo. Isto é, o desenvolvimento desses

componentes possibilitou a generalização de uma geração de máquinas mais versáteis, a máquina de tipo informacional (LOJKINE, 1999). Essa versatilidade relacionar-se-ia ao seu caráter (re)programável, o que permite uma reconfiguração em nível de *software*, dentro dos limites previstos para o engenho, sem a necessidade de reconstruir a máquina. Entretanto, essa versatilidade em relação às definições dos parâmetros de trabalho, restritas num primeiro momento ao contexto produtivo, não modificariam o caráter essencial do engenho enquanto meio e, portanto, permaneceria desprovido de sentido valorativo intrínseco. Uma exceção disso, contudo, relaciona às situações apontadas pelos sociólogos do trabalho em que o ritmo da máquina é deliberadamente controlado no sentido da intensificação da atividade do trabalhador (LOJKINE, 1999).

Contudo quando os engenhos informáticos ultrapassam a esfera produtiva e integram ferramentas para gestão de relações interpessoais eles assumem uma dimensão não neutra. Isso ocorre pelo fato de, nesse contexto, eles constituírem ferramentas de arbítrio que atuam como elementos mediadores das relações interpessoais. Assim, em face da definição de procedimentos automáticos, (sejam de caráter avaliativo, classificatório...) tais engenhos incorporam em suas instruções juízos e critérios. Ou seja, na definição desses procedimentos fazem uso de conhecimentos ou informações, de caráter cotidiano ou não, para automatizar decisões, avaliar perfis de pessoas, classificar e priorizar. É nesse contexto que observamos o processo de conversão da qualidade em quantidade, a matematização as informações dos usuários mediante algoritmos.

Portanto, é no escopo dos algoritmos que serão definidos os critérios e sua relevância (peso) no intuito de orientar as escolhas automáticas. Dito de outra forma, a incorporação da racionalidade da atividade e da técnica no engenho, anteriormente apontada por Vieira Pinto, ganha contornos mais complexos com o advento do *software*, integrando, para além de decisões simples, informações oriundas dos conhecimentos produzidos **sobre os próprios seres humanos** proveniente de áreas como a Sociologia, a Psicologia, o Serviço Social, ou simplesmente, incorporando juízos cotidianos nas ferramentas. Assim, os algoritmos programados nesse sistema passam a expressar resultados ou direcionar escolhas com base nos vieses convertidos em expressões matemáticas e programadas no código.

Uma outra forma de incorporação de vieses refere-se ao uso de técnicas de aprendizado de máquinas. Nesse sentido, as regras de classificação, seleção, priorização são definidas com

base em dados anteriormente disponibilizados, utilizados para calibrar o algoritmo. Os dados utilizados na criação do modelo, caso não sejam suficientemente diversos e bem observados, têm o potencial de condicionar os resultados futuros²⁶. Outra forma de enviesar algoritmos é definir parâmetros de saída (*output*) sem definir claramente regras de restrição. Nesse sentido, os algoritmos trabalham em direção a persecução de objetivos de maneira a maximizá-los sem levar em consideração consequências negativas das escolhas realizadas²⁷. No uso dessa estratégia, é possível que o algoritmo decida sem que os programadores compreendam exatamente sob quais critérios a decisão foi realizada. Ou seja, a máquina não é capaz de avaliar as consequências morais ou éticas de “suas escolhas”, dessa forma, as regras de restrição precisam ser explicitamente definidas pelo ser humano. A definição dessas regras, por sua vez constitui um grande poder dado o alcance desses engenhos, sobretudo se considerarmos o alcance contemporâneo que possuem as redes sociais.

As TICs, especialmente as redes sociais, enquanto ferramentas mediadoras do relacionamento interpessoal, constituem exemplos cotidianos de engenhos não intrinsecamente neutros. Nesse sentido, apesar de ofertarem serviços de comunicação gratuito, o que acaba sendo utilizado como meio de visibilidade por trabalhadores autônomos e empresas, fazem-no em um ambiente virtual em que tal visibilidade é controlada e definida pelos critérios da rede social²⁸.

Ainda nessa direção, plataformas de serviço como o Uber, iFood, Rappi, entre outros, atuam de forma a aprofundar a contradição entre o capital e o trabalho. Enquanto ferramentas que medeiam o contato entre prestadores de serviço e consumidores, essas plataformas, no curto prazo são funcionais à realocação/reabsorção de parte da força de trabalho desempregada, mas, no longo prazo, contribuem à precarização do trabalho, a proliferação do trabalho intermitente e o aprofundamento da intensificação reatualizando condições laborativas análogas aos primórdios do capitalismo (ANTUNES, 2020), numa clara erosão das condições de reprodução da classe trabalhadora e aprofundamento de sua desproteção. A desregulamentação trabalhista ocorre ante a criação de um contexto duradouro de condições de trabalho flexíveis que acabam por instituir uma nova “normalidade” que opera como mecanismo legitimador das transformações normativas. Além de todas essas consequências

26 Informações sobre isso no documentário “Coded Bias”, ver referência completa nas fontes deste trabalho.

27 Informações na reportagem “Por que algoritmos das redes sociais estão cada vez mais perigosos”, nas referências.

28 Há autores que trabalham com a hipótese de que o capitalismo teria “evoluído” na direção de um *Tecno-feudalismo*.

políticas claramente nocivas aos trabalhadores, o caráter intrinsecamente não neutro dessas plataformas torna-se evidente com os chamados bloqueios brancos²⁹, onde trabalhadores combativos e insatisfeitos com as condições de trabalho fornecidas por essas plataformas são boicotados pelo sistema.

Dessa forma, em uma segunda síntese, com o advento da informática a possibilidade de transformação do caráter intrinsecamente neutro da ferramenta torna-se uma realidade, especialmente quando os engenhos extrapolam para o campo da mediação das relações interpessoais. A atribuição de viés à ferramenta opera-se a mediante a incorporação de juízos de valor nos algoritmos responsáveis pelas decisões automatizadas. As redes sociais e as plataformas de serviços, enquanto tipos particulares de TICs, constituem exemplos de tecnologias com potencial inerentemente não neutro.

...

Numa terceira aproximação, a ideia de neutralidade pode referir-se à capacidade de impactar o comportamento ou o estilo de vida de seus usuários, interferindo nas relações interpessoais entre seus usuários, para além da relação entre plataforma e prestador de serviço, explorada anteriormente. Ou seja, as TICs, novamente, enquanto tecnologias massivas de comunicação, têm um grande potencial de influenciar seus usuários, seja propagando ideias, seja motivando-os consumo, seja induzindo-os a comportamentos. Como dito antes, enquanto plataformas orientadas à publicidade dirigida, essas redes utilizam-se de conhecimentos relacionados à psicologia comportamental/social para reforçar o engajamento dos usuários. Este engajamento é potencializado a partir da análise em tempo real das preferências e da forma como os usuários utilizam a ferramenta. Nesse sentido, diversas métricas são utilizadas para avaliar a preferência dos usuários, o histórico de visualizações, de preferências, o tempo de foco em uma determinada posição da tela, dentre outras. Essas informações são processadas por algoritmos que calculam e selecionam os conteúdos que devem ser apresentados como sugestões de retorno, com objetivo de prolongar o uso da ferramenta³⁰, trata-se claramente da indução a um ciclo vicioso.

Em outubro de 2021, Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, revelou um conjunto de documentos internos da empresa que apontavam para um conjunto de problemas nos algoritmos de composição do *Feed* de notícias dos usuários da rede. A denúncia

29 Informações sobre isso no vídeo “Entregadores Antifascistas”, link nas referências.

30 Informações sobre isso no documentário “O Dilema das Redes”, link nas referências.

explicitou que o algoritmo favorecia a divulgação/disseminação de discursos de extrema direita em detrimento de outros tipos de mensagens, conferindo um alcance significativamente maior a esses grupos na rede³¹. Um comportamento semelhante foi identificado na rede Twitter, neste caso, contudo esses dados foram voluntariamente divulgados pela plataforma. Esses documentos indicaram, também, que a empresa tinha informações dos impactos nocivos do Instagram, para a saúde mental de crianças/adolescentes estadunidenses que faziam uso frequente da plataforma. Os relatos apontam dentre outros problemas para o aumento dos casos de depressão e anorexia³². Haugen sugere que a solução para esses problemas estaria na mudança dos parâmetros do algoritmo o que impactaria o modelo de negócios da empresa, afetando sua lucratividade. Já Stuart Russell³³, sugere que a alternativa para a solução dessas problemas seria recriar as redes eliminando os algoritmos atualmente vigentes. Até o momento nada de concreto foi pelas empresas.

Em uma terceira síntese, recortando a análise da neutralidade para o escopo das plataformas de serviços ou redes sociais, é fundamental reconhecer que esses instrumentos constituem serviços ofertados por empresas. Ou seja, estão inevitavelmente orientados a maximização da sua lucratividade e, portanto, não são neutros. Orientam-se à maximização do engajamento dos usuários para promover a publicidade dirigida e, nesse processo, combinam um poderoso mecanismo de coleta de dados com conhecimentos de psicologia social a fim de induzir comportamentos. Isso tem se mostrado incrivelmente nocivo, especialmente às crianças e adolescentes. As consequências sociais e políticas do “comportamento de bolhas” ainda precisam ser estudadas, contudo o indicativo é que essas ferramentas tem contribuído à emergência da intolerância.

...

Um quarto aspecto a se considerar, relativo ao progresso tecnológico em geral, refere-se ao contexto contemporâneo do capitalismo. Desse ponto de vista, em face da queda tendencial da taxa de lucro, apontada por Marx, a burguesia lança mão de diversas estratégias para contra-arrestar essa tendência de perda. É nesse contexto que observamos a hegemonização do capital financeiro, os mecanismos de espoliação atrelados à dívida pública, a privatização dos serviços sociais, a ampliação dos seguros e fundos privados e, no campo

31 Informações sobre isso no vídeo “Algoritmo político”, link nas referências.

32 Informações sobre isso no vídeo “Facebook Whistleblower Frances Haugen”, link nas referências.

33 Professor da Universidade da Califórnia em Berkeley, dedicado ao estudo da Inteligência Artificial, entrevistado na reportagem “Por que algoritmos das redes sociais estão cada vez mais perigosos”.

produtivo/comercial, as estratégias de aceleração da rotatividade do consumo. Este último aspecto induzirá o aprofundamento do caráter irracional do capitalismo que terá como uma das consequências o rebatimento intencional no progresso de desenvolvimento tecnológico dos engenhos humanos, especialmente na produção dos bens de consumo.

Esse rebatimento, que ocorre no sentido de assegurar um aumento progressivo na taxa de consumo, corrobora para a redução progressiva da taxa de utilização do valor de uso das mercadorias. Noutras palavras, instituem-se mecanismo de obsolescência (programada e perceptiva) com a intenção de aumentar a rotatividade o consumo. Conforme indica Mészáros (2011) aprofunda-se disjunção entre a necessidade e a produção da riqueza numa lógica de produção destrutiva.

Numa quarta síntese, o progresso tecnológico desinteressado, orientado à maximização da eficiência dos engenhos, no caso dos bens de consumo opera de forma contraditória aos interesses de aceleração da realização do capital. Noutras palavras, a melhoria dos bens de consumo em termos de eficiência e durabilidade tem como consequência lógica a diminuição da rotatividade do consumo. Ou seja, para que essa tendência seja revertida, o desenvolvimento tecnológico dos bens de consumo é intencionalmente orientado para a obsolescência, seja em termos programados, com a redução efetiva da durabilidade ou da compatibilidade de componentes, o que leva à substituição dos produtos, seja em termos perceptivos, pelo fomento do consumismo e reestruturação em termos de design. Nesse mesmo sentido, as patentes cumprem o papel de restringir o acesso generalizado aos ganhos de qualidade e eficiência que poderiam ser incorporados aos bens de consumo levando ao desperdício pela produção de mercadorias de qualidade inferior.

...

Portanto, diante da apresentação desses diversos ângulos, podemos concluir que o progresso tecnológico desinteressado não existe. Além disso, mesmo que alguns engenhos adquiram o status de instrumentos, sendo intrinsecamente neutros (*mutatis mutandis*, o que poderia ser estendido para algumas categorias de *softwares*), com o advento da informática e dos sistemas informatizados de mediação das relações interpessoais, o caráter intrinsecamente neutro dessas ferramentas torna-se passível de ser superado, o que de fato ocorre para atender aos interesses de acumulação e controle das empresas sobre os trabalhadores, inclusive para

além das fronteiras nacionais. Além disso, a distribuição desigual dos bens tecnológicos corrobora para o aprofundamento da desigualdade social em termos mais gerais.

...

O conceito de modernização, assim como o de tecnologia, está permeado por uma dimensão ideológica e, em geral, é concebido como uma transformação positiva. Como vimos, o progresso tecnológico não constitui um processo desinteressado, neutro. No capitalismo as necessidades humanas estão subsumidas às necessidades de valorização do capital. Nessa perspectiva, sob a forma social capitalista, a modernização, entendida enquanto um processo de melhoramento, significa, precisamente, *um melhoramento em favor das condições de reprodutibilidade do capital*.

Assim, estes melhoramentos, nesta perspectiva, estão articulados ao crescimento econômico e/ou a ampliação das taxas de lucro. O aumento da lucratividade pode, por sua vez, operar pelas diversas vias de captura do *fundo público*³⁴ (do fomento Estatal para indústria, disponibilização de títulos públicos, tributação de caráter regressivo com isenção de lucros e dividendos...), pela via do rentismo ou da especulação financeira (com limites estabelecidos a partir do funcionamento da economia real) ou pela via de inovações nas esferas da produção e da circulação. Do desmonte das proteções trabalhistas, às inovações financeiras ou do progresso tecnológico, à instituição de políticas sociais com métricas sofisticadas; todos esses processos costumam ser apresentados e até acatados enquanto medidas “modernizantes”. Contrários à rigidez do contexto keynesiano fordista.

Um outro ângulo dessa noção de modernidade, mais relacionado à ideia de racionalidade produtiva, associa, no léxico burguês, a modernização à produtividade, apreendida predominantemente em termos quantitativos. Neste ângulo mais restrito, há uma aproximação com a noção de progresso tecnológico trabalhado anteriormente. Ou seja, nessa perspectiva, a modernização, *enquanto uma transformação técnica orientada ao aumento da*

34 O fundo público é o butim, a combinação entre mais-valia e trabalho necessário (BEHRING, 2016) não se reduzindo ao “orçamento público” ou aos “fundos particulares” criados pelo Estado (SALVADOR & TEIXEIRA, 2014). Em linhas gerais, remete à “capacidade que o Estado tem de mobilizar recursos para realizar intervenções em Políticas Públicas, englobando as políticas econômicas e sociais [...]”. Tais recursos seriam oriundos, principalmente, da arrecadação tributária, na forma de impostos, contribuições e taxas, mas não estariam limitados a estas origens envolvendo, para além disso, o poder de “emitir moedas, de contrair empréstimos, de cobrar royalties relativos à extração de recursos naturais e minerais e pode contar, ainda, com os lucros e dividendos das empresas públicas[...]” (SALVADOR, 2020, p.368). Sinteticamente, “envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como, pelo orçamento público” (SALVADOR & TEIXEIRA, 2014, p. 16).

produtividade, realiza-se tanto pelo desenvolvimento de novas ferramentas (processo de substituição), quanto pelo melhoramento de ferramentas antigas (processo de aprimoramento). Nesta perspectiva ela pode realizar-se tanto na esfera da produção quanto na da circulação.

No âmbito da esfera produtiva, os melhoramentos objetivam diminuir os custos de produção e aumentar a escala produtiva. No âmbito das esferas da circulação os objetivos giram em torno do aumento da rotatividade do capital, da diminuição do tempo de circulação e, por consequência, do aumento da taxa de realização. Reproduzidos por agentes individuais, em um contexto de anarquia produtiva, esta lógica contribui para o aprofundamento das contradições do capitalismo e à irracionalidade da produção destrutiva. Um dos aspectos que contribui a reprodução dessa racionalidade irracional é a perspectiva do melhoramento de um ponto de vista predominantemente quantitativo.

Assim, a modernização produtiva ou de serviços constitui um processo de mudança orientada por uma racionalidade que pode realizar-se tanto pela transformação dos instrumentos de trabalho, pelo desenvolvimento de técnicas, pela reestruturação de processos de trabalho, entre outros. Então, em geral, a modernização, embora possa revestir-se de uma perspectiva verdadeiramente transformadora ou revolucionária, guarda relação com a racionalidade produtivista, podendo inclusive servir de veículo à restauração de interesses conservadores, camuflando velhas intenções.

A modernização do processo seletivo empreendido no âmbito da Assistência Estudantil da UnB implicou dentre outras medidas, o desenvolvimento de uma nova ferramenta de seleção. Este processo ocorreu em meio a presença de diferentes interesses o que, por fim, repercutiu, também, nas mudanças de estratégias relativas ao fluxo de avaliação social e à comunicação com os estudantes. Naturalmente, ante essas mudanças, alguns interesses predominaram. Retornaremos a isso adiante.

Comunicação pública e Serviço Social: uma interface necessária

A definição conceitual, a atribuição de sentido às palavras, constitui um dos momentos do embate político-ideológico. A título de exemplo, sobre essas disputas, David Harvey (2008b) aponta para a resignificação neoliberal dos conceitos de *liberdade* e *dignidade humana* como parte da estratégia de hegemonização ideológica do neoliberalismo. Na mesma direção, Carlos Nelson Coutinho (2012; 1979) aponta para a mudança dada pelo ideário neoliberal ao sentido histórico do conceito de *reforma*³⁵ e, no mesmo sentido, aponta para o entendimento restrito de *democracia* a partir de uma concepção estritamente liberal. Como vimos no capítulo anterior, o mesmo ocorre com o conceito de *tecnologia*. No campo da assistência estudantil e da educação, como veremos adiante, Borsato (2015) e Nascimento (2013) indicam que a expansão do acesso ao ensino superior, empreendem a *democratização da educação superior* em um sentido diverso daquele defendido pelos setores mais radicais do Movimento da Reforma Universitária (MRU)³⁶. Por que isso haveria de ser diferente em relação ao conceito de *Comunicação Pública*?

35 Se reforma, no sentido histórico, constitui uma estratégia de transformação em direção à ampliação de direitos e da liberdade, por dentro da ordem, como podem as “reformas” de orientação neoliberal ser compreendidas da mesma forma? A proposta gramsciana, conforme Coutinho (2012) aponta para a noção de contrarreforma, ou seja, uma transformação no sentido da destituição, limitação dos direitos. Por isso falamos em contrarreforma da Previdência, contrarreforma do Estado, etc.

36 No escopo do MRU a *democratização da educação* é apreendida como um processo mais amplo que a ampliação do acesso e das condições de permanência. Conforme Veiga (1982 *apud* BORSATO, 2012, p.49) as propostas de reforma universitária podem ser identificadas com três projetos distintos: o tradicionalista, o modernizante e o radical (este ainda subdividido em uma corrente pré-revolucionária e outra reformista). Em linhas gerais, a vertente **tradicionalista**, de caráter elitista e liberal, objetivava a integração subordinada ao estrangeiro e entendia que a qualidade seria obtida a partir de exames seletivos rigorosos para o ingresso dos estudantes na instituição. A vertente **modernizante** estaria relacionada ao desenvolvimentismo de JK e propunha uma maior presença do Estado no sentido de proteger o desenvolvimento de forma mais autônoma. A vertente **radical reformista** apresentaria afinidade com a proposta nacional desenvolvimentista, mas se particularizaria por uma crítica do caráter discriminatório da instituição. Por fim, a vertente **radical pré-revolucionária** buscava modificar a composição de classe da universidade e transformá-la em agente favorável aos interesses dos grupos subalternos. Nesse preciso sentido constituir-se-ia como uma proposta radicalmente anti-imperialista almejando uma transformação mais profunda não apenas em termos materiais, mas dos processos de produção do conhecimento objetivando uma ruptura com o academicismo e com a produção de conhecimento subordinado ao estrangeiro e às classes dominantes. Borsato (2012) indica, ainda, o filósofo Álvaro Vieira Pinto seria um dos representantes da corrente pré-revolucionária apontando que a principal reflexão defendida pelo autor a esse respeito seria que “a reforma universitária não diz respeito, primordialmente, aos acadêmicos que estão na universidade, mas aos acadêmicos que não estão, aos que nela não puderam ingressar” (VIEIRA PINTO, 1986 *apud* BORSATO, 2012).

Nesse sentido, Brandão (1998), em *O conceito de Comunicação Pública*, corrobora esta percepção:

A expressão “Comunicação Pública” vem sendo usada com múltiplos significados, frequentemente conflitantes, dependendo do país, do autor e do contexto em que é utilizada. Tamanha diversidade demonstra que a expressão ainda não é um conceito claro, nem mesmo uma área de atuação profissional delimitada. Pelo menos por enquanto, Comunicação Pública é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção. (BRANDÃO, 1998, p.1)

Nesse mesmo texto, a autora identifica cinco áreas distintas do conhecimento e de atividade profissional em que a expressão comunicação pública se faz presente. A primeira acepção relacionaria a Comunicação Pública à Comunicação Organizacional, orientada ao público e preocupada com a imagem da organização. A segunda relacionaria Comunicação Pública à Comunicação Científica, consubstanciada em seu uso informativo/pedagógico. O terceiro sentido seria o de Comunicação Pública enquanto Comunicação do Estado ou Governamental, em que estariam presentes a preocupação com a prestação de contas, do acesso à informação, da promoção da cidadania. A quarta ideia relacionaria Comunicação Pública à Comunicação Política, a possibilidade e ao direito à comunicação, consubstanciado na acepção dessa tradição à capacidade de constituição redes (privadas) e conglomerados de mídia contrapostas à pura noção do interesse público. A quinta e última acepção identificada pela autora relaciona Comunicação Pública à Comunicação Comunitária ou Alternativa, pautada na ideia de não exclusividade Estatal em relação às responsabilidades públicas e do “o direito ao acesso e uso de tecnologias de comunicação para a criação de novos meios [...] sem compromissos com a indústria midiática e entrelaçada com o cotidiano das populações e suas práticas políticas” (BRANDÃO, 1998 p.5). A partir desse panorama inicial temos uma perspectiva da pluralidade de sentidos e posições políticas a respeito da Comunicação Pública.

Tendo em vista, contudo, relacionar a Comunicação Pública ao Serviço Social, propomos a reconstrução do sentido de Comunicação Pública a partir de uma abordagem mais elementar da discussão para, posteriormente, caminharmos na direção do debate posto. O que se descortina aqui é uma preocupação de natureza metodológica tal qual indicado por Genro Filho (1987, p.23):

O percurso da teoria [...] não pode partir de um conceito exaustivo do objeto [...], para em seguida derivar suas determinações, pois isso seria adiantar como premissa ideal aquilo que se pretende. [...] O melhor rumo da

exposição parece ser um caminho lógico presidido pelas conclusões teóricas já obtidas, não reveladas inteiramente de antemão, embora delineadas previamente a fim de que sirvam como vetor para a compreensão.

Isto posto, passemos a reflexão. A primeira constatação mais imediata é que a “comunicação” constitui uma capacidade dos seres vivos. Uma atividade que tem como finalidade o intercâmbio de informações por diversas vias. Nos animais, de forma geral, marcadores químicos/hormonais, sons, posições/gestos corporais, entre outros cumprem esse papel. Nos mamíferos e em algumas espécies de aves, a comunicação torna-se, ainda, mais refinada e complexa, incluindo a possibilidade de um conjunto de comportamentos instintivos ou aprendidos. Nos seres humanos, a “comunicação” adquire sua expressão mais complexa por meio da linguagem³⁷, todavia todas as vias anteriormente descritas ainda comparecem e incidem, em alguma medida, no comportamento. Nessa linha, Genro Filho (1987) reconhece a comunicação como um momento da *práxis*, “um aspecto da essência do homem como ser que trabalha e se apropria coletivamente do mundo” (GENRO FILHO, 1987, p.215).

Um segundo aspecto a se considerar é que, para além dos sentidos já apresentados, “comunicação” é um substantivo que pode ter dois sentidos práticos próximos, mais distintos. Numa direção está associado à ideia de **emitir uma mensagem, informar**. Nesse sentido, é apreendido como um ato unidirecional, como um aviso afixado em um mural. Noutra direção, “comunicação” remete à **interlocação, diálogo**. Nessa acepção trata-se de ato bidirecional, ou mesmo multidirecional se considerarmos a comunicação em rede, onde os papéis de emissor e receptor alternam-se simultânea e dialeticamente entre os agentes. Sua realização como diálogo, contudo, não constitui tarefa simples como veremos adiante. Para além desse aspecto objetivo que aproxima a comunicação do intercâmbio de informações, Genro Filho (1987) no sentido de afirmar o caráter essencial e particular da comunicação humana apreende-a como um fenômeno mais amplo, em que a troca de informação constituir-se-ia apenas como o aspecto quantitativo, objetivo e planamente formalizável do processo comunicacional. Nas palavras do autor “a comunicação humana envolve a objetividade da base material e a subjetividade da autoconstrução histórica”. Em certa medida, essa compreensão do autor corrobora à apreensão da linguagem em um sentido mais amplo, que extrapola a dimensão meramente operativa/instrumental e a vincula com a própria constituição do pensamento.

37 Ou para ser mais fiel, das *linguagens*: oral, corporal, musical, plástica...

Um terceiro aspecto é que a “comunicação” é, por excelência, uma **mediação que se objetiva via instrumentos diversos**. Na vida social humana, aparece nas relações estabelecidas entre sujeitos e/ou instituições no âmbito da vida cotidiana e das esferas não cotidianas da vida. Noutros termos, constitui um conjunto de mediações que permite informar, intercambiar, coordenar, integrar, deliberar, pactuar, em fim, permite o autoconstrução humana individual e coletiva. Assim a comunicação integra-se ao próprio processo de construção do conhecimento; permite o acesso, a produção e a sistematização ao conhecimento historicamente constituído além de realizar o intercâmbio entre esferas cotidianas e não cotidianas da vida³⁸.

No que tange ao diálogo, Freire (1987) apontara para seu aspecto inerentemente humanizante, denunciando a palavra falsa, o não diálogo como elemento desumanizador, empobrecedor da natureza humana. Sua reflexão sobre a dialogicidade não orienta-se apenas ao campo da prática pedagógica, mas serve, também, para refletirmos a comunicação como condição de humanização e, nesse sentido, apontando para noção de que **mais que um direito, o diálogo, constitui uma necessidade existencial**.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar [...] dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. [...] O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.[...] o diálogo é uma exigência existencial (FREIRE, 1987, p.44-45)

Freire (1987) também reflete sobre as condições para que uma interlocução dialógica se efetive indicando que o “pronunciamento do mundo” constitui um ato sincero, de honestidade, no sentido de persecução da verdade, da apreensão mais fidedigna do real. Por esse sentido, para que se estabeleça o verdadeiro processo dialógico, os afetos e intenções precisam ser observados pois o diálogo “[...] se rompe, se seus polos (ou um deles) perdem a humildade.” (FREIRE, 1987, p.46). Assim, “[o diálogo] não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes.” (FREIRE, 1987, p.45)

38 Formulação essa inspirada na análise de Demerval Saviani e Newton Duarte sobre a função da educação.

A disposição afetiva para o diálogo, por sua vez, parece relacionar-se à visão de mundo que reconhece o caráter aberto e processual da realidade e do ser humano, que afasta, no limite, preconceitos e interpretações fatalistas e deterministas.

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. [...] Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação [...] Como ato de valentia, não pode ser piegas; como ato de liberdade, não pode ser pretexto para a manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. [...] [Portanto, não há diálogo] se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. (FREIRE, 1987, p. 45-46)

Em uma direção semelhante, contudo centrado no aspecto da escuta, o psicanalista Christian Dunker argumenta:

A escuta é uma experiência diferente do mero ouvir. A escuta não é uma recepção passiva do que o outro te diz. Muito menos a aceitação incondicional do que o outro está te dizendo. A escuta é um percurso, ela é uma pequena viagem; é sobretudo um circuito no interior do qual o afeto as emoções e os sentimentos vão sendo tramitados. A escuta é um poderoso agente sobre o sofrimento humano.³⁹ (DUNKER, 2021b, 15m25s)

Retornando ao conceito de “comunicação”, portanto, este também remete a uma área do conhecimento. Uma disciplina que estuda o fenômeno comunicativo. No âmbito do capitalismo, o estudo desse campo desenvolve-se intensamente com a necessidade de impulsionar a realização das mercadorias e induzir o comportamento de consumo. Isso levou à criação da “Publicidade e Propaganda”. Nessa acepção persuasiva, portanto, a comunicação trilha uma direção inteiramente diversa da exposta até o momento. Em oposição ao caráter dialógico delineado até aqui, o interesse da Publicidade e da Propaganda seria o convencimento em favor da promoção de ideias, produtos, pessoas, organizações... Nesse contexto o estudo do comportamento humano, dos automatismos, das representações orientam-se à finalidade de controle e indução de respostas predizíveis a partir de uma abordagem manipulatória orientada a mobilização dos afetos.

O conceito de “comunicação pública” envolve dois termos em relação. Uma primeira constatação imediata é que o adjetivo pública delimita a abrangência dessa forma particular de

39 Vídeo “**Como se relacionar melhor: sentimentos e emoções em tempos de incerteza**”, posto nas referências.

comunicação. Portanto, se comunicação é uma área do conhecimento, a comunicação pública poderia ser entendida, a primeira vista, como uma subárea daquela.

O termo “pública” também permite alguns desdobramentos. Em uma primeira aproximação, no senso comum, “pública” poderia remeter imediatamente à Estado e, nesse sentido, comunicação pública seria a comunicação estatal. Tal qual identificado por Brandão, anteriormente, na relação entre Comunicação Pública e Comunicação Estatal ou Governamental.

Noutra acepção, mais ampla, o termo “pública” relacionar-se-ia à esfera pública (*res pública*) que noutra perspectiva poderia ser apreendida em um duplo sentido. Em um primeiro sentido, enquanto espaço, locus, donde derivar-se-ia, também conforme anteriormente exposto, as possíveis relações entre Comunicação Pública como Comunicação Política e/ou Comunicação Comunitária ou Alternativa.

Já no sentido da apreensão de *res pública* nos termos postos por Pereira (2009) em que “[quando] se fala de *res publica*, está se falando também de uma forma de organização política que se pauta pelo **interesse comum**, da comunidade, da **soberania popular** e não da soberania dos que governam.” (PEREIRA, 2009, p.94, grifo nosso), o papel da Comunicação Pública estaria, novamente, mais próximo da ideia de uma prática orientada ao intercâmbio de informações de interesse coletivo e nesse sentido a noção de público envolveria necessariamente uma dimensão política, realizada pelo Estado, mas não exclusivamente por ele, e submetida aos interesses da comunidade em oposição aos interesses de mercado e ao julgo exclusivo dos governantes.

Pierre Zémor (1995), uma grande referência sobre o assunto no campo da comunicação também relaciona o conceito de Comunicação Pública ao interesse geral, entendendo-a como responsabilidade do Estado. Nas palavras do autor:

O domínio da Comunicação Pública se define pela legitimidade do interesse geral. Ela ultrapassa o domínio público, tomado no estrito senso jurídico. As atribuições dos poderes públicos e as missões dos serviços públicos implicam as disposições constitucionais, legais e regulamentares próprias a um Estado de direito. A Comunicação Pública acompanha, portanto, a aplicação das normas e regras, o desenvolvimento de procedimentos, enfim, a tomada de decisão pública. As mensagens são, em princípio, emitidas, recebidas, tratadas pelas instituições públicas “em nome do povo”, da mesma forma como são votadas as leis ou pronunciados os julgamentos. (p. 1)

Haveria, por tanto, na acepção do autor uma vinculação sinérgica e interdependente entre Estado de Direito e Comunicação Pública. Ou seja, a Comunicação Pública derivaria do Estado de Direito e este, por sua vez, realizar-se-ia enquanto tal, pela garantia da Comunicação Pública. Numa frase, “[...] a Comunicação Pública é a comunicação formal que diz respeito à troca e a partilha de informações de utilidade pública [...] cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas” (ZÉMOR, 1995, p.1).

O autor prossegue afirmando que haveria uma associação entre as finalidades da Comunicação Pública e das instituições públicas indicando que suas funções são a de:

[...] a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social.” (ZÉMOR, 1995, p.1)

Assim, o cidadão a partir da Comunicação Pública constituiria um interlocutor ambivalente, que é simultaneamente passivo e ativo podendo assumir um papel ativo, de emissor, na relação estabelecida com a instituição, e na utilidade pública contida nas mensagens públicas (ZÉMOR, 1995). Ou seja “ao mesmo tempo em que ele respeita e se submete à autoridade das instituições públicas, ele protesta sobre a falta de informação, ou sobre suas mensagens mal construídas, incompletas ou mal divulgadas” (ZÉMOR, p.2). Dessa forma, o referencial ético da Comunicação Pública, baseada em um ethos liberal institucional clássico, assentar-se-ia no *respeito ao cidadão* o que implicaria num afastamento em relação à interesses políticos particulares e de autopromoção da instituição.

O autor elenca, inclusive um conjunto de tarefas que corresponderiam coerentemente à sua perspectiva de Comunicação Pública. Nesse sentido, a prática da Comunicação Pública exigiria o esforço dos órgãos públicos em:

a) tornar mais acessível o serviço público; b) facilitar os contatos com o usuário; c) redesenhar a arquitetura interna dos locais a fim de evitar filas ou contribuir para que elas sejam mais suportáveis; d) estimular formas de trocas mais pessoais e conviviais com os usuários; e) adaptar os horários de funcionamento dos locais públicos para melhor atender o usuário; f) facilitar pequenos serviços necessários (posto bancário no local e em horário compatível, fotocopiadora, etc); g) serviço de teleatendimento (e não telemarketing), o que exige um tipo de treinamento diferente daquele que se faz para o mercado; h) atualização das informações nos postos, no teleatendimento, na internet.” (ZEMOR, 1995, p.6-7)

Indo adiante, Figueiredo (2018b) amplia o significado de Comunicação Pública vinculando-o a noção de direito humano:

[...] no Brasil a luta pelo reconhecimento da relação entre comunicação e democracia, portanto como um direito humano se expressa na Constituição Federal de 1988 (CF88) por meio da garantia de: liberdade de opinião, de pensamento, de expressão, difusão de informação, comunicação, propaganda, meios de comunicação, além de ser transversal a várias áreas. O artigo 5o, inciso XXXIII, assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sendo estas prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, exceto aquelas cujo sigilo seja necessário à segurança da sociedade e do Estado. Trata-se, portanto, de um direito social de “[...] quarta geração [...]” (RAMOS, 2005, p.1), que requer transparência e fidedignidade nas informações veiculadas pelo Estado, por meio de seus organismos. (FIGUEIREDO, 2018b, p.166-167)

Dessa forma, o direito de acesso à informação, que implica à instituição dos princípios da publicidade e da transparência no serviço público, foi assegurado na Constituição Federal e teria *status* de direito humano. O direito à comunicação, por sua vez, implica transformações mais profundas na relação e na estruturação do Estado, para além da publicização e da transparência, mas articuladas à elas. Dessa forma, corroborando com a proposta zemoriana, Peruzzo argumenta:

[...] o direito à comunicação não se refere apenas ao direito de ser informado sobre o conhecimento produzido pela humanidade: diz respeito também ao acesso de **poder se comunicar**. Ou seja, ao cidadão e às suas organizações deve ser assegurado “o direito de ascender aos canais de informação e comunicação como o rádio, televisão, internet, alto-falantes e etc, enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado” (PERUZZO, 2007 apud FIGUEIREDO, 2018a, p.40, grifo nosso)

Já para López (2003 apud KOÇOUSKI, 2013) a “comunicação pública nasce da relação que existe entre a comunicação e a política, considerando que o público é aquilo que é de todos e que a política é tida como a arte de construir consensos”. Em torno da mobilização social, os atores organizam-se e buscam ampliação da participação no contexto da relação com o Estado. Para Lopez (2003 apud KOÇOUSKI, 2013), haveriam cinco níveis de participação na relação entre Estado e os outros atores: [1] informação; [2] consulta; [3] deliberação; [4] consenso; [5] corresponsabilidade.

Matos (2009a; 2013 apud FIGUEIREDO, 2018a, p.43) em certa convergência com Lopez, adverte sobre a necessidade compreender a comunicação pública como “mais que uma relação entre governo e povo”. Em contrapartida, indica, ainda, que “o Estado é o único, entre

os demais sujeitos (promotores ou emissores) envolvidos nas dimensões da Comunicação Pública, que age pelo dever de informar”. Nesse sentido tem a obrigação legal de agir para informa, prestar contas de suas ações.

Observando o fenômeno concreto, contudo, especialmente no contexto da realidade brasileira, podemos apreender que essa noção de Comunicação Pública apresentada por Zémor, e corroborada pelos demais autores, constituem-se num “dever ser”, num *horizonte principiológico e prático*, em muitos espaços e contextos uma realidade ainda distante. Inclusive Brandão, responsável pela tradução do texto de Zémor, estabelece em nota de rodapé que o ponto de análise de uma distinção entre Estado e Governo, que constitui o alicerce por onde o autor constrói sua reflexão, é de difícil percepção na realidade brasileira.

“É preciso levar em conta, na definição de Zémor, que na França a distinção entre Estado e Governo é bastante clara, o que nem sempre acontece no Brasil, apesar das novas configurações que as organizações da sociedade civil no Brasil estão tomando.” (BRANDÃO in ZEMOR, 1995, p. 1, nota de rodapé)

Ou seja, de um ponto de vista da análise da realidade concreta, ao invés da Comunicação Pública *ser* (ou identificar-se a) Comunicação Estatal (ou qualquer outra modalidade das anteriormente apresentadas), ela pode ser entendida, de fato, como *uma referência para Comunicação Estatal alinhada aos princípios republicanos do Estado de Direito*. Nesse sentido, a partir dessa mesma premissa de enunciação principiológica poderíamos agregar à contribuição zemoriana a reflexão freiriana, ou seja: *não seria a realização efetiva da Comunicação Pública a instituição do diálogo entre o Estado, suas instituições ou seus agentes e os cidadãos?* Posto essa questão, acredito que temos uma dimensão um pouco mais complexa do problema. Numa frase, *o estabelecimento de um conjunto de dispositivos normativos, embora fundamental, não é suficiente para o estabelecimento de uma comunicação de caráter público entre instituição pública ou seus agentes com usuários*. Ou para citar novamente Zémor, o “diálogo instaurado entre o serviço público e o usuário depende mais de atitudes do que de disposições regulamentares” (ZÉMOR, 1995, p.7).

Contudo, as relações entre indivíduos dentro do aparelho de Estado ou entre o Estado ou seus agentes e os cidadãos é historicamente marcada pela presença de relações hierárquicas e coercitivas, especialmente na relação com a classe trabalhadora. O histórico caráter repressivo do Estado assim como sua percepção coercitiva impressa na memória da classe trabalhadora impõe a dificuldade de instituir a dialogicidade num contexto de relações hierárquicas, sejam

estas reais ou aparentes. Isso remete, mais uma vez, para a ideia de que a Comunicação Pública demanda mais que dispositivos normativos, demanda a capacidade dos interlocutores e, especialmente, daqueles que ocupam uma posição de poder na relação, de efetivamente fomentarem uma interação dialógica.

Assim, a constituição de uma interlocução entre instituições públicas e usuários na perspectiva da Comunicação Pública exige a consciência de que essa hierarquia constitui um dado objetivo e estrutural. Nesse preciso sentido teorizar sobre Comunicação Pública abstraindo as determinações hierárquicas sempre presentes, especialmente numa sociedade de classes, constitui um equívoco de análise e, para recordar o professor José Paulo Netto, “quem erra na análise erra na ação”.

Nesse ponto, é pertinente, também, lembrar Iamamoto & Carvalho (2004, p. 81), “a noção de Estado [é] inseparável da noção de dominação”. Relembrar esse aspecto é fundamental para evidenciar que o interesse público é conformado em meio a uma tensão⁴⁰, uma correlação de forças e interesses na qual o Estado é mais que um espaço de disputa, constitui um *arbitro parcial*, tendencialmente favorável à classe dominante.

O Estado supõe, pois uma aliança de segmentos sociais, cujos interesses são conflitantes, embora não-antagônicos. Porém, se o poder de Estado exclui as classes dominadas, não pode desconsiderar totalmente suas necessidades e interesses como condição mesma de sua legitimação (IAMAMOTO & CARVALHO, 2004, p. 81)

Observamos, com isso, o insuprimível caráter político da Comunicação Pública, que não pode ser entendida com neutralidade. Contudo, apesar da existência dessa estrutura de fundo, entendemos ser possível instituir canais entre Estado e sociedade, mais estáveis e relativamente autônomos em relação ao poder dos governantes.

Assim, numa primeira síntese, poderíamos entender a Comunicação Pública enquanto uma prática e um campo do conhecimento. Enquanto uma prática, a Comunicação Pública constituiria a atividade empreendida por diferentes meios e agentes/organizações (estatais ou não-estatais), na direção de assegurar: [1] o acesso à informação de interesse comum e [2] o direito à comunicação, seja no escopo da interlocução com o governo com vista ao controle democrático, seja no escopo do acesso aos canais de informação.

40 O próprio Zémor recorda-nos, em alguma medida, desse aspecto: “O interesse geral está sempre aberto à controvérsia, assim como ao recurso dos indivíduos ou das minorias frustradas por uma decisão pública.” (ZÉMOR, 1995, p.2)

Enquanto campo do conhecimento, constituiria uma disciplina que debruça-se sobre a relação existente entre a comunicação e o interesse público, produzindo conhecimento para apreensão dessa relação e das dificuldades à sua consecução no terreno concreto das interações entre os agentes/organizações (estatais ou não-estatais).

Prosseguindo um pouco mais com a reflexão, a promoção da Comunicação Pública, sua efetivação, não está desvinculada da luta de classes⁴¹. Além disso, sua realização esbarra em aspectos estruturais adicionais exógenos que estão relacionados diretamente ao conflito produtivo/distributivo e, portanto, às possibilidades asseguradas pela presença ou inexistência de Políticas Públicas. Esses aspectos vinculam-se à desigualdade estrutural reproduzida e ampliada, ora de forma relativa, ora de forma absoluta, pela dinâmica capitalista. A título de clarificação, podemos perguntar: quais os limites da participação e, portanto, da instituição da Comunicação Pública nos termos aqui discutidos, ante as abissais desigualdades existentes na sociedade?

A reflexão sobre essa questão implica, mais uma vez, a vinculação com a luta de classes. Assim, no que tange à progressiva participação da população, sua qualidade depende, de um lado, da forma de sua efetivação e, de outro da implementação de um conjunto de Políticas Públicas que incidam sobre a distribuição da riqueza social e permitam que a participação ocorra de fato (isso para ficarmos nos marcos da sociedade burguesa). Noutras palavras, a instituição da Comunicação Pública, referenciada enquanto uma prática orientada à cidadania e à emancipação política, implica mais que um conjunto de conquistas formais com vista à igualdade, implica mais que a disposição freiriana para a prática dialógica, exige a promoção da igualdade substantiva, em termos socioculturais e econômicos.

Sumariamente, a instituição da Comunicação Pública de forma efetiva demanda, a ampliação dos canais entre Estado e sociedade e a atenção de um conjunto de necessidades básicas, mediadas por Políticas Sociais ou rearranjos macroeconômicos e sociais, que constituam as condições necessária básicas, à plena participação da sociedade pelas suas diversas organizações.

41 A partir da interpretação gramsciana, o conceito restrito de Estado apreendido por Marx e Engels enquanto aparelho coercitivo, “comitê executivo da classe dominante”, amplia-se tornando-se permeável à luta de classes. Ou seja, para além da dimensão repressiva, o Estado é apreendido como instrumento contraditório que a partir da disputa de hegemonia de classes assegura de um lado a reprodução do capital e de outro conquistas à classe trabalhadora. O direito à comunicação, consignado na promoção da Comunicação Pública em alinhamento com o que estamos discutindo, estabelece-se como um processo permanente de disputa.

Assim, agregando à síntese anterior, a Comunicação Pública estaria comprometida com uma *dimensão político-programática* orientada à instituir e promover a cidadania, convergindo para que o Estado não apenas promova a abertura ao diálogo, mas ofereça os meios de assegurar as condições reais e efetiva para participação da população, sempre orientada ao princípio ético de sua vinculação com o interesse público e ao respeito à humanidade dos usuários.

Um outro aspecto relevante à se considerar é que, aparentemente, a partir da leitura de Koçouski (2013), para os pesquisadores da área, em geral, a comunicação pública efetivar-se-ia por “atores coletivos”. Nesse sentido, dado o conceito construído até aqui, alguns casos poderiam por em dúvida essa posição. Lembremo-nos dos casos de Edward Snowden, Julian Assange e tantos outros casos de “vazamento” que revelam abusos de poder das mais diversas ordens. Aparte desses casos episódicos, Figueiredo (2018b), apresenta uma compreensão diversa identificando no exercício da atividade profissional das/os Assistentes Sociais, mediante o uso da linguagem e na efetivação de sua função educativa, a possibilidade de objetivação prática da Comunicação Pública:

Com singularidade e formas próprias a Comunicação Pública se fundamenta nos direitos humanos e atribui o protagonismo a população por meio do exercício da cidadania. Pode, portanto ser compreendida “[...] como um processo de comunicação que se instaura por meio de um atendimento público qualificado, mediado por agentes públicos, inseridos nas políticas sociais, no âmbito do Estado” (FIGUEIREDO, 2017, p. 17). Portanto, diz respeito ao trabalho e a função pedagógica do assistente social. (FIGUEIREDO, 2018b, p.165)

Nesse sentido, na interação direta com seu público, mediante atendimento qualificado, as/os Assistentes Sociais (assim como outros profissionais) têm condição de assegurar o acesso à informação e, pelo mesmo atendimento, em um processo dialógico, oportunizar a escuta “das vozes das trabalhadoras e dos trabalhadores atendidos”, para apreender suas demandas na inteireza de seus seres. Conforme entrevista concedida em 7 de maio de 2021 no programa Café com Compass⁴², a autora entende, ainda, que o exercício dessa função pedagógica, pautada em uma perspectiva freiriana, poderia contribuir para o despertar de conhecimentos que motivem a organização social e emancipação política dessas pessoas.

42 Mais informações em “**A importância da Comunicação Pública para as políticas sociais**”, link nas referências

A modernização do processo seletivo empreendido no âmbito da Assistência Estudantil da UnB implicou uma mudança no fluxo de trabalho junto aos estudantes interessados em vincular-se aos programas ofertados pela instituição. Essa modernização ocorreu a revelia dos interesses dos estudantes, atendendo essencialmente às necessidades da instituição.

No que tange à comunicação enquanto estratégia de intervenção integrante da atividade de avaliação socioeconômica, a orientação presencial de caráter e obrigatório, necessária nas situações de pendências de documentos ou insuficiência de informações, deixou de ser a regra. A comunicação com os estudantes, mediada pela plataforma, passou a ser realizada de forma escrita e unidirecional, o que implicou elevação no volume de estudos incompletos entre outros resultados, como veremos adiante.

Portanto, em uma terceira agregação às sínteses anteriores, a contribuição fundamental das Assistentes Sociais ou demais agentes públicos é servir, para além de agente garantidor do acesso à informação (o que já é extremamente importante), como interlocutor qualificado e sensível capaz de assegurar aos usuários a escuta e o compromisso de constituição de canais participativos mais efetivos, na direção concreta da ampliação do poder popular e da democracia substantiva.

Trajetória da Política de Assistência Estudantil no Brasil

Neste capítulo apresentaremos um breve resgate da trajetória da política de Assistência Estudantil no Brasil com foco na fase mais expansiva dessa política que ocorreu sob os governos do Partido dos Trabalhadores. Inicialmente, porém, faremos algumas considerações sobre a origem, o desenvolvimento e os limites das Políticas Sociais no interior do capitalismo considerando que a Assistência Estudantil constitui uma de suas modalidades.

Breves apontamentos sobre a Política Social

O tema da Política Social é estudado por diferentes abordagens teórico-metodológicas. Essa multiplicidade de ângulos de análise, distintos ora em seus pressupostos ora em seus elementos mais periféricos, contribuem à construção de uma visão variada e eventualmente contraditória sobre o objeto implicando diversas interpretações quanto a sua origem, seu significado político, o papel que desempenham na sociedade, para citar três dimensões relevantes. Essas diferentes leituras, por sua vez, também possuem articulações internas que expressam cosmovisões e ênfases de análise, que podem corroborar o unilateralismo.

No que tange a origem, a depender do ângulo que aborda-se o tema, podemos identificar diferentes momentos para a gênese das políticas sociais. Por exemplo, se a perspectiva de análise enfatizar a articulação entre Política Social e desenvolvimento capitalista, uma abordagem possível seria a de enfatizar o seu caráter disciplinador e ajustador. Nessa direção a gênese da Política Social, poderia estar associada às “leis sanguinárias” (MARX, 2011), às normas repressivas de controle da vagabundagem (à exemplo das Leis dos Pobres, na Inglaterra), ainda no período de transição do feudalismo ao capitalismo. Estes dispositivos legais tinham por finalidade assegurar, de um lado, as condições mínimas de vida aos “pobres merecedores” e, de outro, generalizar a “ética do trabalho”.

Num outro sentido, se articularmos estritamente a Política Social à expansão dos direitos de cidadania operacionalizados por serviços estatais, poderíamos identificar sua gênese no desenvolvimento da Política de Educação. Ainda em relação à determinação de sua origem, se a Política Social estiver diretamente relacionada à luta de classes, uma outra interpretação possível seria a de que a conquista dos trabalhadores pela redução da jornada de

trabalho seria um momento propício para apreendê-la. Uma outra vertente de análise poderia, também, articular a Política Social à proteção social o que implicaria relacionar sua origem a estratégias de solidariedade social anteriores ao capitalismo.

Embora a associação, a identificação a uma determinada origem não implique, mecanicamente, a vinculação da Política Social a um determinado significado político, uma análise que não privilegie o caráter dinâmico, processual do fenômeno pode acabar convertendo-se em uma análise unilateral. Nesse sentido, ante a perspectiva disciplinadora, a Política Social poderia converter-se em estratégia predominantemente integradora, subordinada aos interesses da burguesia, operacionalizada pelo Estado e com objetivo formatador e conformador da força de trabalho. Nessa direção ações do Estado ou da sociedade civil objetivariam prioritariamente, quando não exclusivamente, corrigir falhas de mercado ou promover a o ajustamento de indivíduos ou mesmo a sua “inclusão”⁴³ na sociedade. Nessa perspectiva a Política Social estaria subordinada à Política Econômica.

Ante uma abordagem unilateral associada à perspectiva dos direitos, a Política Social poderia ser apreendida como expressão do “processo civilizatório”. Isto é, seu significado mais geral seria o de refletir um determinado nível de progresso sociocultural, apreendido como patamar civilizatório. Assim, diferente da perspectiva disciplinadora, o Estado assumiria um papel de neutralidade frente às classes sociais consignando, em seus marcos legais, o *Zeitgeist* (Espírito da Época). Embora diante dessa perspectiva a Política Social adquira uma dimensão de processualidade, sua unilateralidade, de caráter predominantemente idealista, consiste em conferir-lhe uma progressiva estabilidade e independência em relação à Política Econômica⁴⁴.

43 A partir de um ponto de vista marxista, as noções de inclusão e exclusão constituem conceitos imprecisos e mistificadores. Qualquer que seja a posição de um determinado sujeito na sociedade, ele integra e cumpre uma função de classe com consequências para o funcionamento de todo o sistema. De um ponto de vista econômico, os assim chamados “excluídos sociais” integram o que os marxistas denominam *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva* e cumprem a função de rebaixar o valor da força de trabalho. Deste ponto de vista os termos *excluídos*, *incluídos* tem baixo potencial explicativo da realidade e servem essencialmente de recurso de retórica ideológica e de apelo à moralidade humanista. Por outro lado, os termos *opressor* e *oprimido*, apesar de menos precisos que *burgueses* e *proletários*, servem para indicar a existência tensões e dominações que podem estruturar-se por vias distintas das econômicas. Ou seja, se a partir da adoção do vocábulo excluído afastamos toda e qualquer possibilidade de responsabilização de indivíduos ou grupos sociais, beirando o limite da culpabilização individual, a adoção do vocábulo oprimindo noutra direção remete-nos a identificação do opressor.

44 Nessa direção o professor Mauro Iasi, em aula aberta publicada no Youtube (“**Limites dos Direitos e Emancipação Política e Humana**”, ver forma de acesso nas referências), recorda-nos que a “escada dos direitos” (direitos civis, políticos e sociais) elaborada por T.H. Marshall em “Cidadania e classe social”, serve tanto para subir como para descer. Nesse sentido, a luta de classes é o elemento que e explica avanços e retrocessos no plano civilizatório.

A abordagem do tema também pode estar unilateralmente vinculada à luta de classes. Nessa perspectiva, a Política Social poderia ser entendida como a expressão pura da correlação de forças entre capital e trabalho em uma dada conjuntura. O risco dessa abordagem está em ignorar suas dimensões disciplinadora ou civilizatória em prol de uma perspectiva politicista. Ou seja, o papel da política sob as bases do Estado burguês é superdimensionado enquanto as determinações mais gerais tendem a ser subdimensionadas. Embora nessa abordagem o Estado não seja visto como um árbitro imparcial do conflito de classes e seja apreendido como partícipe do conflito *existe uma confiança na possibilidade de mudanças substantivas sob as condições existentes*. A unilateralidade da abordagem de luta de classes pode expressar, também, uma compreensão economicista dessa determinação. Nesse caso, a importância do conflito de classe no interior das instituições, no interior dos aparelhos privados de hegemonia, é minimizado.

A intenção desse tópico não é apontar a interpretação “mais correta”, mas salientar a presença dessas diferentes posições para indicar a multiplicidade de abordagens em disputa e evitar a unilateralidade. Tendo em vista que neste trabalho nos referenciamos no materialismo histórico e dialético, partilhamos da posição de que a necessidade histórica, a origem e a metamorfose da Política Social, têm relação com o conjunto de conflitos e dificuldades (contradições) que emergem na sociedade ante a instituição e desenvolvimento do capitalismo. Assim, os processos de expropriação, exploração da classe trabalhadora, o pauperismo, a luta de classes, a urbanização e todo um conjunto de expressões e problemáticas usualmente reunidas sob o signo de *questão social*, constituem o fundamento do desenvolvimento das Políticas Sociais. Ou seja a Política Social é um fenômeno imanente desse devir sócio-histórico conflitivo e resulta da luta de classes, ora efetivada de forma direta, ora efetivada de forma indireta, mediatizada pela política, sob a regência parcial e assimétrica do Estado. Conforme Iamamoto (2008), a questão social

[...] é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.[...] (IAMAMOTO, 2008, p.119-120)

A transformação da Política Social efetiva-se pela mediação mais global do desenvolvimento do Estado e da sociedade civil. Portanto, a título de uma melhor explicitação de nossa posição, cabem alguns apontamentos iniciais. Primeiramente, observo, conforme Vieira

(2007) a impossibilidade de analisarmos a Política Social de forma apartada da Política Econômica. Seja em virtude do seu financiamento, que implica necessariamente uma discussão ampla de prioridades políticas e, por consequência, prioridades econômicas e sociais; seja pelos seus efeitos concretos e diretos de caráter anticíclico (MANDEL, 1982); seja pelo seu caráter de assalariamento indireto (GOUGH, 1978) e consequente elevação das possibilidades de reprodução da força de trabalho. De fato, entendo que a separação entre essas modalidades constitui em geral um nominalismo arbitrário.

Um segundo aspecto a se considerar, implica o reconhecimento da função ideológica da Política Social. Para além da possibilidade de observarmos a presença de um caráter disciplinador, o caráter ideológico corrobora para presença de uma dimensão persuasiva, orientada à hegemonização da visão de mundo, em geral, da classe dominante. Faleiros (1995) aponta para duas funções das políticas sociais, a *normalizadora* e *humanizadora*.

Ao implantar políticas sociais com intenção de reintegrar os desviados sociais, estes são marcados pela própria existência dessa política social em relação ao desvio, agora definido oficialmente como anormal. As medidas de política social, discriminando as populações-alvo por critérios de idade ou de normalidade/anormalidade, transformam esses mesmos grupos em anormais, em fracassados, em desadaptados. [...] A ideologia da normalidade pressupõe que o indivíduo possa trabalhar para poder, normalmente, com o salário obtido, satisfazer as suas necessidades de subsistência e as de sua família. O trabalho é o critério de vida normal para viver bem. Os que não conseguem, com o salário que ganham, obter essa vida normal, veem-se censurados socialmente pelas próprias políticas sociais, que atribuem, então, ao indivíduo, seu fracasso. É o que se chama culpabilização das vítimas, *victim blaming*. [...] A política social, ao mesmo tempo em que estigmatiza e controla, esconde da população as relações dos problemas sentidos com o contexto global da sociedade. [...] Para analisar essa questão, é necessário considerar as formas em que é apresentada a evolução dessas políticas sociais. No discurso oficial mudam-se simplesmente as categorias de denominação da clientela, buscando significar melhoria. Por exemplo, em vez de menores delinquentes, adota-se a denominação de menores carentes, desadaptados, sem que, na realidade, se mudem as instituições e os aparelhos de controle da clientela. [...] Aos olhos da população, parece que as medidas sociais deixaram de ser repressivas, passando-se a uma etapa de humanização. Fala-se da cidade humana, do hospital humano, de instituições humanas, de atendimento humano. Para isso, impõe-se um discurso humanizante, para falar de uma realidade desumanizadora. Essa ideologia da "humanização" dos serviços se manifesta no discurso da "preocupação" com os direitos humanos, com a valorização da pessoa, com a igualdade de oportunidades, com a melhoria da qualidade de vida, com a "dívida social". (FALAEIROS, 1995, p.57-58)

Daí deriva o caráter não neutro das políticas sociais, apesar dos esforços tecnicistas em revesti-las enquanto tal, associando-as ao "interesse geral", ao "bem comum", à

“racionalidade”. Esse aspecto confere à Política Social um papel legitimador do Estado estruturado com base no modelo democrático burguês. Essa dimensão implica, também, salientar o papel desarticulador das políticas sociais para a luta de classes enquanto estratégia que fragmenta e individualiza as necessidades sociais, em especial da classe trabalhadora, organizando-as sob a ótica de demandas setoriais. Além de potencializar fissuras na coesão da classe trabalhadora, a Política Social revestida de um viés social liberal contribui para a cooptação das lideranças representativas da classe trabalhadora fomentando a crença na possibilidade de uma transformação social substantiva por dentro da ordem, e, no limite, alimenta a ideologia da humanização citada anteriormente. É nesse contexto da ideologia da humanização que discursos relacionados à inclusão, a democratização do acesso, à igualdade de oportunidades ganham força.

Sinteticamente, as Políticas Sociais se estruturam e operam observando os interesses de classes, atendendo, contraditoriamente, mas de forma ambivalente e assimétrica, as demandas das classes em disputa. Nesse sentido é imperativo reconhecer que o caráter ideológico e a contraditoriedade da Política Social assenta-se no caráter ideológico e na contraditoriedade do Estado. Assim, sem apreender o Estado de forma unilateral, concordamos com Osório (2019):

[...] o Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é *essencialmente dominação de classes*, Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é *fundamentalmente a principal condensação das relações de poder*. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, *mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória*. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é *principalmente violência concentrada*. (OSÓRIO, 2019, p.17)

Ou, de forma mais concreta, conforme Coutinho (*apud* NASCIMENTO, 2013, p.141):

[...] os aparelhos burocráticos certamente recolhe, as demandas populares de reforma, mas só as satisfazem após “seleccioná-las” e “conciliá-las” com as demandas de outros setores e de torná-las assim compatíveis, em última instância, com os interesses da reprodução do capital [...]

Um terceiro aspecto relevante a se considerar, trata dos limites estruturais das Políticas Sociais. Enquanto resultante da luta de classes ante o Estado burguês. Nessa direção, no interior do capitalismo, as políticas sociais operam nos limites do modo de produção, permitindo conquistas limitadas e controladas à classe trabalhadora preservando, em última instância, a continuidade do processo de acumulação e, conseqüentemente, reprodução ampliada do capital.

Assim, embora assumam caráter contraditório atendendo parcialmente interesses do capital e do trabalho, fazem-no sob a perspectiva de conservação das “regras fundamentais do jogo”, da “conciliação” de interesses de classe. O resultado disso implica uma tendência à subordinação da Política Social à Política Econômica, ou seja, a tendência de priorizar a dinâmica de valorização do capital em detrimento do bem estar e da atenção às necessidades sociais, e uma vinculação orgânica do Estado aos interesses de manutenção da ordem social.

Portanto, conforme Mandel (1982), é necessário afastar a ilusão do Estado social, e reconhecer, nos termos de Gough (1972) a parcialidade do seu caráter mediador pois, como indicado antes, a Política Social, por si, é incapaz de subverter ou superar o modo de produção e promover a emancipação humana (TONET, 2015). Essa incapacidade deriva da impossibilidade delas transformarem radicalmente o regime de propriedade e, por consequência, as relações de produção capitalistas, que estão na base da produção da desigualdade. Nesse sentido, as políticas sociais atuam com potencial de promover, na melhor das hipóteses, a emancipação política. Todavia, no contexto contemporâneo, ante a hegemonia neoliberal, a tendência predominante tem sido a da residualidade e da seletividade, em detrimento da universalização⁴⁵.

É necessário, contudo, apontar que estes limites e possibilidades não são fixos, mas deslocam-se no sentido de permitir ou impedir maiores conquistas com base em conjunturas históricas particulares, o que impõe alterações na correlação de forças entre os agentes políticos. Em síntese, existe uma relação interdependente e de implicação mútua entre a luta de classes e as condições econômicas e políticas, que por sua vez (re)incidem sobre as possibilidades concretas da luta de classes e da definição das políticas sociais.

45 Considero pertinente explicitar, recorrendo à Boschetti (2001), uma diferenciação entre os conceitos de **seletividade** e **focalização**, permitindo a este último a possibilidade de compatibilização com a **universalização**. Conforme a autora: “[...] [a] principal característica [da seletividade] não é ter o horizonte de superar-se, de buscar formas de ampliar o universo de atendimentos. Ao contrário, a seletividade rege-se pela intenção de eleger, selecionar, optar, definir quem deve passar pela ‘peneira’ ou pelo crivo [...] A seletividade esgota-se em si mesma, em seus critérios de ‘menor elegibilidade’ e conforma-se com a redução e a residualidade nos atendimentos. [...] A focalização, contrariamente ao pensamento corrente, não pode ser entendida como sinônimo de seletividade. Em seu sentido literal, significa por em foco, fazer voltar a atenção para algo que se quer destacar, salientar, evidenciar. A focalização, nesse sentido, pode ser compatível com a universalização: no universo de pessoas atendidas em creche, por exemplo, é preciso focalizar aquelas crianças desnutridas com ações para combater a desnutrição. Focalizar, nessa direção, não é restringir o acesso aos direitos, mas[,] no universo atendido, diferenciar aquelas que necessitam de atenção especial para reduzir desigualdades. A focalização passa a ser negativa quando, associada à seletividade, restringe e reduz as ações em nome da priorização.” (BOSCHETTI, 2001, p.57)

Um quarto aspecto de fundamental importância, enquanto um desdobramento da apreensão do contexto e de uma dada conjuntura particular, implica salientar que as possibilidades e limites das políticas sociais de um determinado Estado nacional oscilarão a depender das características e da inserção deste Estado na economia mundial. Nesse sentido, torna-se relevante considerar a geopolítica mundial, e o papel mais ou menos periférico do Estado nacional, bem como as características específicas de sua formação histórico-cultural, o protagonismo de suas lideranças no plano internacional, entre outros aspectos. Noutras palavras, a análise das políticas sociais requer um olhar integrado voltado ao esforço de apreendê-las em uma perspectiva de totalidade, correlacionando aspectos universais da acumulação capitalista e da superestrutura ideológica com aspectos particulares das formações sociais específicas e das conformações de poder no plano internacional.

Disso depreendemos que, na mesma direção de Paiva e Ouriques (2006), as possibilidades emancipatórias das políticas sociais nas economias periféricas são ainda mais difíceis de conceber que nos países centrais. Essa dificuldade, no caso brasileiro, amplia-se, entre outros fatores, em virtude de: [1] o perfil historicamente oligárquico e autocrático da classe dominante, [2] o caráter dependente da economia, assentado em um nível de baixa complexidade econômica e na subordinação da burguesia nacional à burguesia estrangeira; [3] a hegemonização do rentismo, que contribui com o processo de espoliação da classe trabalhadora pela via da captura do fundo público a partir dos mecanismos de política monetária (dívida pública, política de juros e câmbio...); [4] a existência de um mercado de trabalho estruturalmente precário e informal, que fragiliza a proteção e a organização dos trabalhadores; [5] a extrema desigualdade social, que acaba potencializando, em conjunto com a hegemonia da ideologia neoliberal e monetarista, ações de caráter focalizado e seletivo; [6] o racismo estrutural.

Todavia, como observa Iasi⁴⁶, o sentido desses apontamentos não seria o de descartar a importância da luta por direitos, pela emancipação política, e de sua concretização mediante políticas sociais, até porque conforme o autor “a luta pela emancipação política constitui um momento da emancipação humana”. Assim, o sentido desses apontamentos é o de reconhecer a magnitude das dificuldades que particularizam a luta política em nosso contexto e apontar para a necessidade de lutar sem perder de vista a perspectiva de superação da sociabilidade capitalista.

46 Informações adicionais no vídeo “**Limites dos Direitos e Emancipação Política e Humana**”, nas referências.

Sem perder de vista o horizonte de um projeto radical e revolucionário, único caminho capaz de implicar uma transformação substantiva da ordem social. Isso, em última instância, implica superar o socialismo vulgar que reduz o conflito social à dimensão da distribuição, retirando de foco o problema das relações de produção capitalistas, produtoras e reprodutoras da desigualdade. Nessa direção recorreremos à Marx:

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; [...] O socialismo vulgar (e a partir dele, por sua vez, uma parte da democracia) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição. (MARX, 2012, p.32-33)

Portanto, no contexto do capitalismo periférico-dependente, a luta pela universalização das políticas sociais não pode ofuscar, suplantando a luta anti-imperialista e de superação do capitalismo. Pelo contrário, em face da conjuntura brasileira corrente, a ampliação das possibilidades emancipatórias, mesmo no interior da ordem, demanda o fortalecimento dessas perspectivas mais radicais.

Tendo em mente estes apontamentos preliminares, passemos a uma breve revisão histórica do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo. O objetivo da exposição seguinte é apresentar a *articulação entre o devir do capitalismo e o devir das políticas sociais* de forma a apreender e evidenciar em linhas gerais algumas de suas inter-relações.

A Política Social em articulação com o Capitalismo

O capitalismo, dentre os outros modos de produção ou sociedades de classe, foi a que potencializou o maior desenvolvimento das forças produtivas na história da humanidade. Em seu processo de gênese e desenvolvimento promoveu uma série de transformações que oportunizaram importantes deslocamentos⁴⁷ em relação às antigas formas sociais, mas ao custo de muitas vidas e sofrimento. Esta forma social emergiu gradualmente, por quase três séculos, e estabeleceu-se graças a um conjunto de processos conflituosos que se estabilizaram

47 Utilizamos a ideia de deslocamento e não ruptura pois estamos nos baseando na leitura de Heller (1972) sobre o caráter do “ganho absoluto” e da “perda relativa” no campo dos valores. Ou seja, mesmo que a transformação em termos produtivos expresse incontestável ruptura estando essas num primeiro momento assentadas em transformações de ordem valorativa (à exemplo da esfera legal), o momento presente parece ser emblemático no sentido de colocar em questão certos aspectos de ordem valorativa conquistados com as revoluções burguesas. Refiro-me especialmente sobre a tendência de barbarização da vida social, a emergência de teocracias, e à desconstrução, no limite, de conquistas tidas como civilizatórias.

apenas com a relativa autonomização e suporte do Estado e permitiram a ampliação e a hegemonização da burguesia, em suas diversas frações enquanto classe dominante.

Os processos de fundo, não imediatamente aparentes na esfera da cotidianidade, envolveram mudanças intensas nas esferas legal, econômica, cultural e política. Essas transformações, por sua vez, relacionaram-se e retroalimentaram-se potencializadas pelo poder dos Estados nacionais, pela pilhagem colonial e pela concorrência entre os territórios metropolitanos. A assim chamada “acumulação primitiva” (MARX, 2011) constitui a síntese desse conjunto de processos que culminou para a possibilidade efetiva de emergência e estabilização do capitalismo, bem como, nos termos de Federici (2019), do aprofundamento da divisão sexual do trabalho. Todavia, conforme Fontes (2010), a acumulação primitiva não constitui um momento do passado, mas uma estratégia ainda vigente no capitalismo contemporâneo.

As transformações operadas no âmbito da cultura vinculam-se ao desenvolvimento econômico e ao iluminismo, que colocaram em movimento a crítica a perspectiva teocêntrica do medievo e apontaram para a laicização, para o antropocentrismo, para o materialismo e para o individualismo. Economicamente as mudanças implicaram a separação entre trabalhadores e meios de produção, a subsunção do trabalho ao capital e a emergência da sociabilidade assentada/mediada no princípio da troca. Consubstanciada, efetivamente, a partir da abolição do “direito de viver” (POLANYI, 2000).

No âmbito político e do direito, a superação da feudalidade (LESSA, 2007) na esfera do Estado marca a sua passagem da forma absolutista para a moderna (Estado burguês), que implicou uma relativa autonomização entre classe dominante e Estado (GOUGH, 1978) e culminou para a possibilidade de uma mobilidade social jamais experimentada⁴⁸. A autonomização associada à igualdade formal, base da noção de cidadania, corrobora para ilusão da neutralidade do Estado. Esta ideia associada à mobilidade tem sido uma das grandes justificativas utilizadas pelos ideólogos burgueses para a ampla defesa do capitalismo como o ápice das possibilidades humanas de organização social.

48 Embora a hegemonia do discurso dominante tente emplacar a noção de uma mobilidade absoluta, na maior parte dos casos, essa mobilidade não implica uma transição entre classes, mas um trânsito predominantemente intra classe. Além disso, as possibilidades de mobilidade não são equivalentes, relacionam-se a complexidade econômica de um dado contexto, Estado nação, e a presença de um sistema educacional orientado a maximização do acesso ao conhecimento.

A mobilidade, no plano político-jurídico, estaria assentada no primado da igualdade formal e da liberdade política (GOUGH, 1978). Portanto, dessas condições formais emergiria um discurso ideológico assentado na perspectiva meritocrática, baseada no reconhecimento dos mais fortes (aptos, competentes e perseverantes), em prol da *ética do trabalho*⁴⁹ e reconhecimento da astúcia empreendedora da classe burguesa. O “sucesso pessoal” decorreria da força moral do indivíduo. Por outro ângulo, essas condições (a igualdade formal e da liberdade política) fundamentariam a desigualdade econômica, baseada na transformação da força de trabalho em mercadoria.

De início, na Inglaterra, os proprietários rurais dispunham de maior poder e prestígio político, o que impedia o desenvolvimento pleno do modo de produção capitalista. Todavia, a revolução industrial, iniciada no âmbito da indústria têxtil e paulatinamente dispersadas nos diversos ramos produtivos, transformava de forma acelerada a estrutura da produção material da vida, a configuração dos territórios (êxodo rural, urbanização acelerada) e aprofundava a divisão sexual do trabalho (ENGELS, 2008), agravando os efeitos da expropriação das terras comuns e da caça às bruxas (FEDERICI, 2019).

Nesse movimento, cresceria, dia à dia, a massa de proletários, desprovidos de quaisquer meios de satisfazer diretamente suas necessidades vitais básicas, exceto pela mediação do mercado. Ou seja, com a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, especialmente a terra, constituía-se um contingente de “homens livres” que não dispunham de quaisquer outros meios de sobrevivência, a não ser a venda da sua força de trabalho. Transformavam-se as relações sociais sob a paulatina hegemonização da burguesia.

Essa dinâmica sustentada na exploração do trabalho assalariado, na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, gera, de um lado, riqueza concentrada nas mãos dos burgueses e, de outro, pauperismo⁵⁰ e miserabilidade para o conjunto dos trabalhadores, levando ao acirramento da luta de classes e da questão social, conforme aludido anteriormente. Além disso, com o suporte da repressão estatal, reforçava e naturalizava, no plano ideológico, a troca como princípio central das relações sociais e o primado do trabalho como forma de acesso aos meios de

49 Tendo como referência o *ethos* calvinista, conforme Weber, a ética do trabalho é constitutiva da visão burguesa de mundo. Nesse sentido, aos diligentes e disciplinados estariam assegurados a redenção divina e a prosperidade na terra. Assim, a mobilidade não apenas seria possível, mas consistiria no reconhecimento divino das qualidades “do homem” de fé.

50 O pauperismo desenvolve-se de forma relativa, nos momentos de crescimento econômico, o que significa dizer que a burguesia acumula, enriquece mais rapidamente que a classe trabalhadora, e absoluta, nos momentos de crise, quando observamos uma degradação real das condições de vida dos trabalhadores.

sobrevivência. Nessa época, a assistência aos pobres assumia caráter eminentemente punitivo e moralista com objetivo disciplinador e de combate à “vagabundagem”. Seu caráter marcadamente seletivo orientava-se aos “pobres merecedores” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Com o avanço do capitalismo em direção a constituição dos monopólios e a progressivo movimento de independência das colônias inicia-se uma fase de disseminação, pelas potências do capitalismo, da ideológica da doutrina do *laissez-faire* que, tendo por base a teoria das vantagens comparativas ricardianas, objetivava reduzir as regulações de proteção dos estados nacionais, sobretudo na periferia do sistema, de forma a consolidar a relação de dependência. Nesse momento de emergência dos monopólios e ampliação dos centros urbanos a questão social aprofunda-se exigindo respostas institucionais para além da caridade.

Engels (2008) apresenta um rico relato sobre contexto inicial de desenvolvimento do capitalismo inglês. Ante o processo crescente de pauperismo e miserabilidade, os trabalhadores reagiam, inicialmente de forma individualizada. Constituíram marcas dessas reações iniciais o aumento da delinquência, bem como as reações violentas contra burgueses específicos. Posteriormente, ainda sem o direito de livre organização, parte dos trabalhadores reuniam-se de forma clandestina para planejar ações pontuais de resistência sobretudo para tentar impedir introdução das máquinas no processo produtivo. Essa reação inicial contra o processo de introdução de máquinas poupadoras de força de trabalho ficou conhecido como ludismo e foi fortemente reprimido pelo Estado. Apenas com a conquista do direito de associação, os trabalhadores puderam participar de forma mais efetiva do processo político, mas sob condições efetivamente desiguais e ainda sem a constituição de uma consciência de classe particular.

É nesse processo de ampliação da participação política da classe trabalhadora que parte da burguesia (a radical) constitui uma aliança com o movimento proletário no intuito de enfrentar a antiga classe dominante, os proprietários de terra. A intenção era unir forças e canalizar o poder de pressão da classe trabalhadora para efetivar pautas de interesse comum entre os aliados. Embora os trabalhadores possuíssem algumas reivindicações claras, consignadas na Carta do Povo⁵¹, careciam, na análise de Engels (2008), de um projeto próprio, consistente, que pudesse levar a uma transformação mais profunda e substantiva da

51 Este documento reunia um conjunto de reivindicações do movimento operário cartista, que visava a ampliação dos direitos políticos em direção a uma maior participação dos proletários no poder e, conseqüentemente, no Estado.

sociabilidade burguesa. Nesse sentido, a violência do movimento dos trabalhadores era insuflada e canalizada na consecução dos interesses da burguesia ante o Estado.

Contudo, por volta de 1848, quando a agitação proletária assume proporções insurrecionais, a burguesia radical, ante os riscos desse processo e para a manutenção de sua própria condição de classe, rompe com a aliança. Engels (2008) indica que este foi o momento em que o proletariado despertou para a necessidade de constituir um programa próprio com vista à revolução. Do lado da burguesia, Netto e Braz (2011) demarcam esse momento como um claro abandono do *Programa da Modernidade*⁵², a decadência ideológica da burguesia.

Esse também é o momento em que a burguesia, outrora aliada a classe trabalhadora, passa a condenar a violência do proletariado, colocando-se ao lado do conjunto da classe burguesa e do Estado na repressão contra os trabalhadores. Daí em diante, a burguesia enquanto classe, em suas distintas frações, assumiria uma perspectiva, em última instância, conservadora.

Com a conquista do direito de associação e a clareza da necessidade de construção de um projeto próprio da classe trabalhadora, conquistas foram sendo obtidas e consignadas como direitos trabalhistas e de cidadania. Da consignação dos direitos começam a derivar as políticas sociais de caráter diverso às antigas leis contra a vagabundagem, mas ainda orientadas e assentadas em uma perspectiva de conciliação com os interesses da burguesia. Essas políticas têm como finalidade *conferir legitimidade à esfera jurídica* do modo de produção capitalista, sob a regência do Estado burguês, baseada na igualdade formal e orientada ao controle social, seja pela via da amenização os conflitos sociais por meio da regulação da distribuição da riqueza, seja pelo uso (seletivo) da violência, seja pela atenção às necessidades de reprodução da força de trabalho ante um estágio mais avançado e complexo da produção.

A Política Educacional, por exemplo, surge como resultado da luta de classes atendendo contraditoriamente aos interesses das classes em disputa. Por um lado corresponde às necessidades de formação profissional de uma determinada fase da industrialização derivada da complexificação da força de trabalho ante cisão entre trabalho manual e intelectual. Noutra perspectiva, mas ainda atendendo às determinações ideológicas que legitimam as relações sociais capitalistas, potencializam a mobilidade social e o acesso ao

52 O Programa da Modernidade guardava íntima relação com os ideais da cultura ilustrada consignadas na palavra de ordem da revolução francesa: “Liberdade, igualdade e fraternidade!”.

conhecimento socialmente produzido, dentre os quais o conhecimento aos demais direitos consignados na sociedade burguesa, bem como os mecanismos e fundamentos para a sua ampliação no quadro da institucionalidade. O desenvolvimento das políticas de cunho previdenciário, a exemplo do seguro social bismarquiano na Alemanha, também constituem expressões desse momento.

A Inglaterra, enquanto o Estado nacional que parte na dianteira da revolução industrial e na instituição do capitalismo, coloca-se como potência econômica em franca expansão e desenvolvimento. O fortalecimento Inglês pressiona os demais Estados nacionais que, na perspectiva de proteção de sua soberania, aderem, mais cedo ou mais tarde, ao movimento de modernização capitalista generalizando, assim, o modo de produção. Esta generalização, contudo, não ocorre de forma harmônica e homogênea. Erige-se fundamentalmente sob o processo de exploração colonial que acaba por estabelecer o panorama geral das relações comerciais entre o centro, Estados nacionais metropolitanos, e periferia, as colônias. Portanto, o saldo desse movimento, até por volta dos primeiros anos do século XX, é a consolidação do projeto burguês com a instituição de uma estrutura assimétrica de poder internacional e inscrição alguns direitos de cidadania na esfera civil, política e social, sobretudo nas nações da centralidade do capitalismo. No bojo desse processo a economia americana desenvolve-se com sua marcha para o oeste até atingir o *status* de uma potência internacional, dividindo poder com as potências europeias.

Em 1929 a crise da bolsa de Nova Iorque desencadeia um processo de depressão econômica global afetando o conjunto dos países capitalistas. Em face da queda acentuada na atividade econômica, a ortodoxia liberal foi posta em questão. As medidas ortodoxas mostraram-se ineficazes para recuperar a economia e a crise arrastou-se por alguns anos. Em face da consolidação da Revolução Russa (a ameaça comunista) e da ineficácia do *laissez-faire* para a recuperação econômica, Franklin Roosevelt, presidente dos EUA no período, instituiu um amplo pacote de investimentos estatais, o *New Deal*, com objetivo de reaquecer a atividade econômica pela via do investimento público. A estratégia possibilitou a recuperação paulatina e lenta da economia global até a eclosão da Segunda Guerra, quando a destruição das nações europeias oportunizou a hegemonização americana no plano internacional. Posteriormente, nos anos 1930, John Maynard Keynes sistematizaria teoricamente a experiência do *New Deal* como a teoria macroeconômica. Associado a mudança ideológica, o desenvolvimento da produção fabril com o Taylorismo e o Fordismo criaram as condições

para uma ampliação da produtividade sem precedentes. Estabelecem-se, a partir daí, as bases para o desenvolvimento da produção e do consumo em massa.

Ante a destruição das nações europeias ocasionada pela Segunda Guerra, os EUA ofereceram suporte financeiro à reconstrução europeia mediante o Plano Marshall. Dentre os objetivos norte americanos estavam a aproximação comercial e a manutenção da hegemonia capitalista na Europa, ameaçada pela proximidade geográfica dos países europeus com a União Soviética. Este período, em geral referenciado como “os anos gloriosos”, constituiu o momento privilegiado de generalização das políticas sociais na centralidade do capitalismo (PEREIRA, 2011), que acabou por hegemonizar, no âmbito do movimentos e instituições representativas da classe trabalhadora, a crença na possibilidade da *humanização do capitalismo* por dentro da ordem.

Assim, ante os esforços de reconstrução da Europa, e, em face, ainda, da ameaça comunista, a burguesia industrial, Estados nacionais e sindicatos de trabalhadores convergiram para um projeto de conciliação de interesses orientado à produção e consumo de massas, ampliação dos ganhos salariais, aumento de produtividade do trabalho e ao pleno emprego. Esta “convergência de interesses”, usualmente nominada pacto fordista keynesiano, implicou, para além da ampliação dos serviços públicos, uma crescente integração entre o fundo público e a dinâmica de reprodução do capital e grandes modificações no horizonte da luta de classes, inclusive com a formação de uma aristocracia operária. Observa-se nesse sentido um distanciamento das pautas de conteúdo revolucionário restringindo-se a conquistas de caráter reformista, vinculadas a manutenção da ordem capitalista.

Na periferia do sistema, especialmente na América Latina, o discurso desenvolvimentista, fortemente fundamentado por interesses imperialistas, ganhava proeminência reforçando a importância do Estado como indutor do processo de complexificação da economia. A partir de uma compreensão etapista do desenvolvimento, a ideia subjacente era a promoção da ampliação da complexidade econômica dos países subdesenvolvidos de forma subordinada ao império com vista à manutenção das relações de dependência. Essa perspectiva etapista, entendia que as economias da periferia continham ainda muitos elementos arcaicos e que, por esse motivo, *deveriam seguir os passos das economias da centralidade.*

O desenvolvimento do “terceiro mundo” deveria ocorrer de forma integrada à grande civilização global, o que afastava perspectivas de ruptura radical ou soberania real do horizonte político das nações periféricas. Nessa visão o problema do desenvolvimento era reduzido a uma *questão técnica* e o caminho adequado para atingi-lo era a *modernização*. Para fazê-lo o país deveria adquirir a tecnologia dos países desenvolvidos no objetivo de suplantar a insuficiência técnica das “arcaicas” economias periféricas, perpetuando assim a dependência pelo mecanismo da submissão a um padrão tecnológico a partir da centralidade do capital, conforme vimos com Vieira Pinto (2005), anteriormente.

Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) objetivava encontrar um caminho próprio, mais autônomo, para o desenvolvimento das nações ditas subdesenvolvidas, buscando uma alternativa à visão de desenvolvimento propagada pela centralidade do capitalismo. Nesse contexto a perspectiva keynesiana adaptava-se aos interesses do desenvolvimento da periferia o que apontava para a importância do Estado como *agente indutor do desenvolvimento*. A discussão, contudo, ainda era marcada por uma análise que privilegiava a contraposição entre o moderno e o arcaico, dando a entender que o problema da América Latina seria a persistência de traços feudais, e, em certa medida, a “falta” de capitalismo, sem romper essencialmente com uma leitura etapista do processo de desenvolvimento.

Como contraposição a essas ideias, anos depois, Fernandes (2009) e os teóricos marxistas da dependência posicionavam-se frontalmente contra essa noção etapista, apontando para o caráter dialético e reiterativo da relação de dependência centro-periferia. Se para os cepalinos a dependência mantinha-se em função da “deterioração dos termos de troca”, para Fernandes (2009) e os teóricos marxistas da dependência a explicação seria um tanto quanto mais complexa.

Conforme Fernandes (2009) a dominação externa ocorre de modo concreto e permanente por vias *não exclusivamente econômicas*. A heteronomia, controle externo da política interna, estaria fundamentada em uma docilidade da classe dominante nacional em consentir uma relação subordinada à burguesia da centralidade do capital. Assim, os “[...] interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações podiam ser tradados facilmente como ‘os interesses supremos da Nação’, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior” (FERNANDES, 2009, p.22).

Nesse sentido, a revolução dentro da ordem capitalista teria sido bloqueada pelas classes dominantes com vista a manutenção de seus privilégios. Portanto a situação de subdesenvolvimento seria condicionada a partir de fora e sua superação demandaria o rompimento das estruturas sociais, econômicas e políticas, o que contraria frontalmente os interesses das classes dominantes e impõe maior dificuldade à revolução no contexto do capitalismo dependente.

Marini (1990) criticará a perspectiva de que o subdesenvolvimento teria relação com a condição pré-capitalista. Nas palavras do autor,

“[...] mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 1990, p.2).

Assim a dependência latino-americana não estaria relacionada ao atraso, mas a estruturação particular do capitalismo nas economias periféricas. Nas palavras do autor, a dependência seria entendida como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1990, p.4). Nessa perspectiva, a ruptura com a “reprodução ampliada da dependência” poderia ser obtida a partir de um processo revolucionário nacional e anti-imperialista que teria como um primeiro movimento a interrupção desse processo.

No Brasil, os espasmos desenvolvimentistas atravessaram períodos democráticos e ditatoriais e não implicaram “repartição do bolo”, nem mudança sensível na estrutura do mercado de trabalho ou no conflito produtivo/distributivo. Observou-se, contudo, um processo de urbanização crescente que agravou as expressões da questão social, instituído na base de uma *modernização vinculada ao endividamento externo*.

A prosperidade do bloco capitalista alavancada por políticas de cunho keynesiana, sobretudo na centralidade do sistema, cedeu espaço às elaborações neoliberais ante a instauração da *onda longa recessiva* (MANDEL, 1982), que levou à redução geral nas taxas de crescimento no final da década de 1960. A crise econômica estabelecia-se pelo esgotamento das possibilidades de crescimento ante o modelo rígido do keynesianismo fordismo de produção e consumo em massa. Paralelamente ao enfraquecimento do socialismo real soviético abria-se a possibilidade para uma nova guinada ideológica. Simultaneamente, as

dificuldades econômicas advindas da rigidez incentivavam a emergência de um novo padrão de acumulação, mais flexível. Nas palavras de Harvey (2008a),

[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariáveis. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora [...]. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. (HARVEY, 2008a, p. 135-136)

Na mesma direção, Nascimento (2013, p.42), indica que a hegemonização política do ideário neoliberal ocorreria no final dos anos 1970.

No plano ideopolítico, a doutrina que orientou os mecanismos acionados pelos Estados desenvolvidos para o enfrentamento da crise de 1970, foi o ideário neoliberal, formulado pelos intelectuais da sociedade de Mon Pèlerin nas principais figuras de Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper depois da II Guerra Mundial. Esta reação teórica contra o Estado intervencionista e de bem-estar, somente conseguiu ampla difusão no contexto da crise de 1970. Enquanto programa hegemônico materializou-se inicialmente nos governos Thatcher (1979), Reagan (1980) e Kohl (1982 – Alemanha).

Esse movimento acaba por sufocar as possibilidades concretas de desenvolvimento da periferia, em parte vinculada a políticas de substituição de importações, como no caso brasileiro. A quebra do acordo de *Bretton Woods*, que estabelecia a paridade entre o ouro e o dólar (moeda de reserva internacional), e o repentino aumento das taxas de juros, ampliam vertiginosamente a dívida externa dos países devedores, dentre os quais o Brasil, que havia contraído empréstimos externos para financiar suas políticas internas de desenvolvimento.

No bojo desse processo, nas economias com soberania monetária, iniciam um movimento generalizado de substituição da dívida externa por dívida interna o que acarretou aprofundamento da financeirização da economia que, mediante o mercado de títulos de dívida pública, tem levado a uma maior extração de recursos do fundo público em favor do capital financeiro. Ou seja, tal processo culminou com a hegemonização financeira na economia

sustentada no endividamento dos Estados nacionais (CHESNAIS, 2000), e no aprofundamento da interdependência entre reprodução capitalista e o fundo público (OLIVEIRA, 1998), conferindo maior poder a fração rentista da classe dominante nos rumos da política do Estado (BIN, 2017).

Assim, a crise capitalista do final dos anos 1960, deu espaço à reestruturação capitalista que tem como tripé: a ofensiva neoliberal, a reestruturação produtiva (baseada na flexibilização das relações de trabalho e desterritorialização produtiva) e a financeirização do capital. O receituário neoliberal implementado em grande parte dos países do bloco capitalista, mesmo naqueles governados pela social-democracia, objetivaria reaquecer o crescimento. O resultado efetivo, todavia, foi a recuperação das *taxas de lucro*, a elevação dos níveis de desemprego e o controle inflacionário sem, contudo, lograr êxito em relação a elevação dos níveis de crescimento aos patamares anteriores. A recuperação das taxas de lucro ocorreu, por sua vez, pela via do capital especulativo e não produtivo (ANDERSON, 1995).

A desterritorialização produtiva aliada a ao endurecimento das medidas de repressão do Estado e ao livre trânsito do capital na economia mundializada via mercado financeiro desregulado criou condições para uma virada em termos de políticas de bem estar. Isso implicou o aprofundamento de uma competitividade nociva, baseada na desregulamentação/desproteção do trabalho, na contrarreforma do aparelho de Estado em favor de uma economia da gestão do sofrimento⁵³. Nesse sentido, a recuperação da lucratividade ocorreu em função da ruptura com o pacto keynesiano fordista implicando em forte repressão aos sindicatos, desresponsabilização do Estado na oferta de serviços sociais, isenção tributária à burguesia, arrocho salarial e avanço da lógica da mercantilização sob a esfera da reprodução social, consignada de um lado na privatização dos serviços sociais e doutro na conversão própria das relações sociais em relações mercantis.

No Brasil, a aplicação do receituário neoliberal enraíza-se a pretexto do combate à inflação. A solução propalada pelos ideólogos neoliberais apontava para uma solução de “caráter técnico”, a autonomia Banco Central que tomaria as medidas “economicamente corretas” a fim de defender o poder de compra da moeda. Nessa direção o, sob a perspectiva de uma atuação técnica e neutra o Banco Central operaria a política monetária, até os dias de hoje, aparentemente acima de quaisquer debates políticos (BIN, 2017).

53 Mais informações no vídeo “Conexão Xangai conversa com Christian Dunker sobre Neoliberalismo”.

Pactuado no Consenso de Washington e propalado por instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a investida neoliberal no contexto brasileiro, empreendida mediante o receituário de políticas sociais residuais, política fiscal austera e política monetária anti-inflacionária inicia-se tardiamente quando comparado aos demais países da América Latina, tendo início efetivo após a promulgação da Constituição de 1988. Dessa forma, apesar das conquistas instauradas na letra da lei, elaboradas na constituinte após anos de fortalecimento dos movimentos populares, que haviam estruturado um amplo sistema de seguridade social, com amplas fontes orçamentárias de caráter progressivo (BOSCHETTI & TEIXEIRA, 2019), a política macroeconômica orientada ao controle da inflação inercial constituiria um obstáculo concreto à efetivação das conquistas plasmadas na carta constitucional.

A estratégia utilizada para a estabilização da inflação fez uso de uma elevação brusca dos juros que repercutiu na atração de dólares para o país em busca de rentabilidade fácil mediante a compra de títulos públicos, remunerados pelo tesouro. Assim, a estabilização inflacionária veio com a implantação do Plano Real ao custo da explosão da dívida pública e sua constituição, no formato político vigente, como mais uma camada do domínio de classes, dessa vez diretamente desenvolvido e mediado pelo Estado. Nas palavras de Bin (2017),

O fato de não engendrar exploração direta, como ocorre nas operações econômicas *stricto sensu* – aquelas que se desenvolvem na infraestrutura capitalista –, faz da dívida pública uma relação especial entre classes [devedores versus credores], que se desenvolve por meio do estado. (BIN, 2017, p.26)

Portanto, se por um lado a resolução do processo inflacionário interrompeu a crescente corrosão do poder de compra da população, noutra direção, o endividamento público aliado aos dispositivos de controle soberano da política econômica orientados pelo tripé macroeconômico tem comprometido a capacidade de investimento do Estado. Essa limitação repercute, nas políticas sociais desenhadas na constituinte e aprofunda, no plano econômico, o caráter periférico-dependente do Brasil mediante a abertura da economia e o desestímulo aos empreendimentos produtivos nacionais. Behring (2019) defenderá que desde os anos 1990 o país estaria em um processo de *ajuste fiscal permanente* e Bin (2017) defenderá que o mecanismo da dívida contribuiria ao aprofundamento do caráter antidemocrático do capitalismo brasileiro.

Assim, a adoção do tripé macroeconômico, as privatizações e a contrarreforma do Estado, iniciadas sobretudo no governo Cardoso, teriam sido aprofundadas, mesmo no governo Lula, quando observou-se também a ampliação de recursos destinado às políticas sociais. Conforme Tristão (2011), o continuísmo macroeconômico do governo Lula ficou evidente ainda durante o primeiro semestre de 2003, apesar do cenário econômico indicar uma melhoria das contas externas. A autora aponta que, sob o argumento da necessidade de *conquistar e manter a credibilidade* ante os investidores, o governo optou por manter a política ortodoxa do governo Cardoso a fim de salvar o país da *herança maldita* e efetivar uma *transição segura* para executar seus projetos. Contudo, ao longo dos meses tornava-se cada vez mais evidente a adesão do governo a tese da *macroeconomia única*, ou seja, a ideia da *neutralidade* da teoria macroeconômica. No fundo uma perspectiva tecnicista e neoliberal.

Fagnani (2019) sistematiza o período entre 2003 e 2019 em três momentos. O primeiro, entre 2003 e 2006, seria o “continuísmo econômico com ambiguidades na proteção social”. Neste período, várias demandas de interesse da agenda neoliberal foram aprovadas. Tristão (2011) enumera as seguintes: [1] ainda em 2003, via Emenda Constitucional n. 41, a contrarreforma da Previdência; [2] em 2004, a regulamentação das parcerias público-privadas; [3] em 2005, institui-se a Lei de Falências, com mecanismos de proteção do capital em detrimento do trabalho. Observa-se ainda uma ambiguidade flagrante no campo da Assistência Social: por um lado se estabelece o Sistema Único de Assistência Social, que implicou a instituição de uma rede de proteção social de perspectiva universalizante, conferindo à Assistência Social o status de direito social; por outro lado, lança-se o Bolsa Família enquanto um benefício limitado às dotações orçamentárias.

O segundo período, entre 2007 e 2014, seria o de “crescimento econômico e inclusão social”. Esse foi o período, especialmente na primeira metade (2007-2010), ficou marcado pela conciliação entre as demandas neoliberais e populares mediante a política neodesenvolvimentista. Isso se deu ante a conjuntura econômica favorável, expressada na alta internacional dos preços das *commodities* potencializada pela elevada demanda chinesa. Além disso um outro fator dessa dinâmica expansionista foi o aquecimento do mercado de crédito orientado à dinamização do mercado de consumo interno. Todavia essa ampliação de oportunidades não se traduziria em mudanças estruturais, mas implicaria ligeiras melhorias em métricas como o IDH e o índice de Gini. A mudança nessas métricas repercutiria em um ganho de credibilidade frente a comunidade internacional.

A outra metade desse segundo período (2011-2014) é marcada por uma tendência descendente das condições econômicas, resultantes, ainda, da crise financeira mundial de 2008. Esse contexto teria levado a presidente Dilma a adoção de medidas macroprudenciais (CARVALHO, 2018) o que culminaria em 2014 com uma crise econômico-política interna. Em 2013, as manifestações de rua prenunciariam a insatisfação popular ante o governo. Este movimento seria, na sequência, capitaneado e hegemônico por interesses das classes dominantes mediante o uso da mídia de massas e das redes sociais.

O terceiro período, entre 2015 e 2019, é o que Fagnani (2019) denomina de “austeridade econômica e derrocada da cidadania pós-golpe”. Como dito antes, ainda em 2014, com a proximidade das eleições, a conjuntura econômica sinalizava uma virada. Esta implicou queda na arrecadação tributária, e, no esteio deste efeito a oposição política, com suporte da mídia, inicia uma campanha de reforço do discurso da austeridade e reposição da agenda neoliberal, preconizando a “necessidade inadiável do ajuste fiscal”. A reeleição de Dilma e a diminuição da base aliada na Câmara dos Deputados implicou dificuldades na governabilidade. Diante dessa conjuntura e no intuito de reaver algum controle político, Dilma nomeia Joaquim Levy⁵⁴ como Ministro da Fazenda com objetivo de reativar o plano de austeridade.

Após o *impeachment*, em 2016, Michel Temer retomaria a radicalização do projeto neoliberal. O governo utilizaria a diminuição na atividade econômica para, com o suporte da grande mídia, hegemônico o consenso em torno da estabilização econômica pela via do ajuste fiscal. Repõem-se nesse contexto de hegemonia discursiva neoliberal a associação no discurso público do orçamento do governo à do orçamento familiar, que, constituiria uma estratégia de caráter obscurantista com intenção de confundir e manter o debate público na superfície do problema. A criminalização absoluta do mecanismo de endividamento do Estado associado à essa leitura distorcida do funcionamento do mecanismo de endividamento público teria por objetivo reforçar o consenso em torno da responsabilidade fiscal⁵⁵, apontando para “necessidade” de instituir regras e mecanismos que disciplinassem os gastos (a exemplo do

54 Engenheiro naval, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e doutor em economia pela Universidade de Chicago, Joaquim Levy, integrou os quadros do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi vice presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros cargos em instituições financeiras de caráter privado ou internacional. Atuou no governo Cardoso e Lula durante fase de aprofundamento do receituário neoliberal e foi nomeado ministro da fazenda do governo Dilma Rousseff para lidar com a inflação crescente e empreender o ajuste fiscal mediante restabelecimento da política de recomposição de superavit primário às expensas de corte de gastos (com ataque frontal a classe trabalhadora mediante medidas provisórias), elevação de tributos para empresários, e aumento da taxa de juros.

55 Informações no vídeo “Cortes de gastos resolvem nossos problemas fiscais?”, debate entre Lisboa e Deos.

novo regime fiscal) e “protejam” a economia de interesses dos políticos de plantão (a exemplo da autonomia do Banco Central⁵⁶).

Bravo, Pelaez, Lima e Souza (2019, p. 143) indicam seis estratégias que materializariam as medidas o ajuste: “[1] o novo regime fiscal [estabelecido com a Emenda Constitucional 95], [2] o fim das vinculações de recursos para a área social, [3] a reforma da Previdência Social⁵⁷, [4] a reforma tributária e [5] o retrocesso nos direitos trabalhistas e [6] sindicais”

A Emenda Constitucional 95 vincula o crescimento das despesas do Estado à inflação por 20 anos e prevê o fim da vinculação constitucional para os recursos da educação e da saúde. Ela implica o congelamento dos recursos aplicados às políticas sociais e permite o direcionamento do excedente arrecadado às despesas de caráter fiscal, privilegiando a fração rentista da classe burguesa. Em outras palavras, limita drasticamente o investimento no campo social e redireciona recursos do orçamento fiscal para o pagamento e amortizações da dívida pública.

Carvalho (2018), ao analisar os governos Lula e Dilma, aponta para os seus acertos e erros no sentido de evitar realizar uma avaliação unilateral do período. A intenção da autora é identificar as decisões de governo, aparte da conjuntura mundial e de pressões da mídia que permitissem explicar a ascensão e queda em termos econômicos e sociais. Dessa forma, para a autora dentre os acertos estão o aquecimento do mercado interno potencializado por [1] políticas de transferência de renda (consignadas no aumento progressivo do salário mínimo e no repasse de recursos mediante políticas sociais); [2] a inclusão financeira, que permitiu aumento na concessão de crédito; e [3] o aumento dos investimentos públicos (efetivados especialmente via Programa de Aceleração do Crescimento [PAC])

O PAC ainda sob o trauma do apagão de 2001, priorizava a área de energia (54,5% do total). Em segundo lugar, vinha a infraestrutura social e urbana que inclui habitação e saneamento, com 33,9% do total. Já os investimentos em infraestrutura logística (rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias, portos) representavam 11,6% do total. (CARVALHO, 2018, p.29)

56 Importante apontar para o caráter retórico desse discurso de proteção. A autonomia do Banco Central implica, tão somente o aprofundamento do projeto de autonomização da *economia* em relação à *política* restringindo ainda mais os instrumentos de governo, de ingerência da política e do poder dos representantes eleitos sobre a direção da economia. Assenta-se no falacioso e oportunista argumento de de uma atuação “técnica” e “neutra” em favor do funcionamento do mercado (no caso brasileiro leia-se mercado financeiro).

57 Nesse particular, cabe lembrar que militares e o alto escalão do serviço público, especialmente no judiciário e legislativo, não foram afetados pela reforma.

Essas medidas de aquecimento do mercado interno esbarrariam, contudo, em dificuldades estruturais que evidenciariam três grandes limites ao crescimento observado entre 2006-2010. O primeiro limite referia-se a fragilidade da indústria brasileira evidenciada no desequilíbrio da balança comercial com o mercado externo. Ou seja, a valorização da moeda nacional e a potencialização do consumo interno, provocou a busca *por bens mais sofisticados*⁵⁸, produzidos fora do país:

o Brasil não tinha [...] a estrutura produtiva necessária para atender a nova demanda criada – não só por serviços, mas também por produtos industriais que não produzíamos. O dólar poderia estar nas alturas, mas, ainda assim, o país importaria cada vez mais smartphones e computadores [...]. A lição a ser tirada é que um processo de crescimento com dinamismo do mercado interno exige uma política industrial voltada para a diversificação da estrutura produtiva.(CARVALHO, 2018, p.45)

O segundo limite refere-se à inflação de serviços como uma consequência da política de ampliação do salário mínimo. Conforme Carvalho (2018, p.46-47), “[...] [a inflação de serviços], causada por ganhos salariais de certas categorias de trabalhadores [em geral na base da pirâmide], foi sentido sobretudo pelos trabalhadores cujos salários cresciam menos – aqueles que se encontravam no meio da pirâmide.”. Sem a realização de uma reforma tributária, a distribuição da renda passou a operar no sentido de extrair recursos dos extratos médios à base dos trabalhadores sem afetar a acumulação ou o patrimônio da classe dominante. Nesse mesmo sentido, “[...] o alívio do conflito distributivo e das pressões inflacionárias pode se dar pela melhoria dos serviços públicos [...]” (CARVALHO, 2018, p. 49)

Por fim, a concentração de renda no topo da pirâmide, há pouco citado, constitui o terceiro limite para o crescimento econômico do período. Esse aspecto estaria assentado, entre outros fatores, no caráter regressivo da tributação que não foi modificado no período. Portanto, a não realização de reformas estruturais de base, a ausência de uma política de desenvolvimento industrial e a concessão equivocada à agenda de desonerações na indústria, conjugados à desvalorização das *commodities*, convergiram para explicitar a impossibilidade sustentação da política neodesenvolvimentista. Tais aspectos associados à investida da mídia, parte interessada na política macroeconômica orientada ao rentismo, culminou com o retorno e hegemonia do projeto francamente neoliberal.

58 Dependência nacional reforçada pela “dependência de consumo” tecnológico...

Assim, em 2018, sob o comando do governo de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes no Ministério da Economia, observaríamos o aprofundamento da desigualdade. A aprovação de uma nova contrarreforma da Previdência, o aumento das privatizações, a instituição da política de paridade de preços do petróleo entre mercado interno e externo, contingenciamentos recorrentes na educação superior, aprovação da autonomia do Banco Central, entre outras medidas. Além disso, o contexto pandêmico, aliado à condução deliberadamente negacionista e irresponsável do presidente implicaria na agudização da crise econômica e na morte de mais de 654 mil brasileiros⁵⁹.

No que tange às políticas sociais, todos esses ataques aos mecanismos de governo conjugados ao sub financiamento tem comprometido sua operacionalidade. Assim, sem a realização das reformas estruturais e ante o progressivo abandono da luta reformista em anos anteriores, em favor de uma estratégia de conciliação de classes orientada à ampliação de direitos pela via das Políticas Públicas, temos observado o desmonte do que havia sido estruturado no governo do partido dos trabalhadores.

A abordagem neoliberal imprime às políticas sociais um caráter seletivo, residual, paliativo e complementar. O Estado, a partir da ótica gerencialista, tem seu papel de provedor de serviços reduzido ao mínimo em uma clara perspectiva de incentivo ao mercado privado, aos fundos privados de pensão e ao aprofundamento da financeirização da economia. No caso brasileiro, especialmente no escopo da Política de Assistência Social, há uma clara tendência de substituição de serviços em prol de repasses diretos de recursos o que, no escopo da Assistência Estudantil também é reconhecido enquanto uma tendência de bolsificação. No tópico seguinte olharemos com mais atenção a trajetória da das estratégias de Assistência Estudantil.

Trajetória da Política de Assistência Estudantil

Consignada na Constituição Federal de 1988 como princípio democrático, a universalização da Educação apresenta-se como dever do Estado, e a persecução de sua qualidade constitui, na letra da lei, prioridade nacional, como garantia inalienável do “exercício pleno da cidadania”.

Segundo a Carta Magna, no seu art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da cidadania e à sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma, a

59 Em números oficiais até esta data (12/03/2022), ainda sem considerar as sub notificações.

Educação democrática, pautada no princípio da justiça social, institui-se legalmente como parâmetro para o desenvolvimento de uma Política de Assistência Estudantil.

No mesmo sentido, constituem importantes parâmetros para a Política de Assistência Estudantil, os incisos I e IV do Art. 206, que estabelecem a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, respectivamente.

A legislação infraconstitucional corrobora as diretrizes nacionais expressas pela Constituição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁶⁰ estabelece, no seu Art. 2º: “A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No que diz respeito ao direito à efetivação da educação com garantia de acesso, à permanência e êxito, o Estado interveio mais recentemente, por meio do Ministério da Educação, instituindo a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e posteriormente o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tratam do Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES). No atual contexto, o PNAES prioriza ações que visam à permanência e o êxito do estudante, as quais estão expressas no Art. 2º do referenciado Programa:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Contudo, o conjunto desses dispositivos não emergiu no plano legal como por um passe de mágica, antes constituem o resultado de um processo, da luta popular pelo direito à educação pública e universal. E consolidam, no tempo, o *status* de um determinado momento dessa luta de classes cristalizando nos dispositivos contraditoriamente as conquistas adquiridas no percurso das lutas. O propósito desse tópico é apresentar, em linhas gerais, os momentos marcantes da gênese e desenvolvimento da Assistência Estudantil no Brasil apontando para as rupturas, continuidades e metamorfoses que se relacionam com o processo de desenvolvimento dessa política.

60 Lei nº 9.394, de dezembro de 1996

Um primeiro aspecto a se considerar, conforme observa Nascimento (2013), refere-se à tentativa retórica de ocultamento da trajetória anterior dos movimentos em prol da Assistência Estudantil. Isto é, apesar de possuir existência anterior, tal política amplia-se e aprofunda-se em um contexto de enraizamento do projeto neoliberal e de contrarreforma do Estado articulando-se de maneira contraditória e funcional ao projeto político hegemônico em curso e, especificamente, ao projeto de contrarreforma universitária, orientado por determinações do Banco Mundial.

Nascimento (2013) apresenta fortes argumentos, recorrendo à documentação oficial do MEC e do FONAPRACE⁶¹ ao longo do período de legitimação e ampliação recente do PNAES, para demonstrar a mudança de perspectiva no interior do Fórum a partir de sua aproximação com o governo, nos anos 2000. Nesse sentido, essa aproximação e abertura para o trabalho conjunto de construção da política nacional de Assistência Estudantil implicou a passagem de uma postura “reivindicatória” e “contestatória” para uma postura “colaboracionista” que tem demonstrado indícios de perda da dimensão crítica do processo de contrarreforma universitária, articulando-se organicamente ao processo de rebaixamento da qualidade da educação pública universitária sob o *fetichismo da democratização*.

Lima (2005 *apud* BORSATO, 2015) enxerga no discurso da “ampliação dos direitos”, da “democratização do acesso à educação de nível superior” o processo de contrarreforma da educação superior. Este processo, por sua vez, implicaria a compreensão deste setor enquanto uma área “não prioritária para os investimentos públicos”, que pode ser corroborado pelos dados do orçamento que serão apresentados adiante. A consequência desse não-investimento seria a sua abertura para o capital privado, consignado na ampliação das parcerias público-privadas, em uma perspectiva compreendê-la como um negócio de alta rentabilidade econômica, uma *mercadoria*. Em síntese, o discurso de democratização esconderia sua descaracterização como direito e sua redução a um direito de consumo, mascarando, assim, o seu processo de mercantilização e de rebaixamento qualitativo (proliferação do ensino remoto, aligeiramento da formação).

Nascimento (2013) reconhece a importância do FONAPRACE enquanto aparelho privado de hegemonia que assegurou importantes conquistas às demandas da Assistência Estudantil, mas observa o caráter contraditório da concepção de assistência que passou a ser disseminada a partir dos anos 2000 encerrada no lema “assistência estudantil como questão de investimento”. Para a autora, essa concepção, que num momento serviu a avanços, ao

61 Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

crystalizar-se, no processo de institucionalização da assistência estudantil, sedimentou um posicionamento acrítico, ou mais precisamente de crítica parcial⁶², que tem servido de obstáculo à superação dos limites da *assistência estudantil consentida*⁶³ implementada no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000.

o tratamento da assistência enquanto investimento, mesmo tendo representado significativos avanços para a sua estruturação à nível nacional – sobretudo se considerarmos a tentativa de romper com o ideário dominante no qual a assistência era disseminada como gasto – já apresenta elementos que apontam para uma concepção produtivista da educação, e, sendo assim, da própria assistência estudantil. [...] Nesta perspectiva, a ideia de “investir na assistência estudantil”, carrega um sentido de retorno, de contrapartida, de funcionalidade, de utilidade destas ações para um objetivo específico. Nos anos 2000, foi justamente esta concepção da assistência estudantil que pôde ser explorada no bojo do projeto educacional dominante, e coube “como uma luva” nas propostas produtivistas da contrarreforma instaurada por programas como o REUNI. (NASCIMENTO, 2013, p.108)

No que tange a contrapartida, é importante indicar uma sutileza. Embora não haja explicitamente a previsão de contrapartidas ao estudante na lei, *espera-se da instituição, a partir do investimento em assistência estudantil*, que os índices de evasão e retenção sejam minimizados pela política. Isso por sua vez, acaba repercutindo como mecanismo de contrapartida *postos pela instituição*, que precisam justificar a pertinência do investimento em em Assistência Estudantil⁶⁴ em face aos órgãos de controle como a CGU (ver relatório em anexo).

Entendamos, a lógica custo-benefício, que esta na base da ideia de investimento, impõe uma expectativa de retorno. Este precisa ser satisfatório tanto em termos de prazo (aceleração da formação com diminuição da retenção) quanto em termos de produtividade (aumento quantitativo da diplomação), do contrário, o investimento será alocado noutra

62 Adiante, no seu texto, a autora argumenta que o FONAPRACE apresenta informações que indicam a insuficiência do financiamento. Essas críticas, contudo, não alcançam o caráter contestatório de outrora e explicitam contradições nas declarações/documentações do Fórum. Nas palavras de Nascimento (2013, p.111) “o próprio FONAPRACE (2012) contradizendo as afirmações de que a atual política do governo federal “permite o estabelecimento de condições satisfatórias para o trabalho de assistência à comunidade universitária”, tanto sob o ponto de vista “qualitativo como quantitativo” considera no documento Proposta de Financiamento da Assistência Estudantil nas IFES [...] a insuficiência dos recursos destinados pelo MEC à assistência estudantil”.

63 A autora utiliza o termo como uma paráfrase à ideia de “Reforma Universitária consentida” cunhada pelo professor Florestan Fernandes na obra *A Universidade brasileira: reforma ou revolução?*. Quando a burguesia toma para si a bandeira da Reforma Universitária, uma bandeira que não poderia ser sua tendo em vista seu histórico favorecimento nesse campo, ela a modifica (corrompe) conforme sua feição. Ou seja, refere-se ao movimento de assumir um certo protagonismo no processo de transformação/modernização de forma a conduzi-lo conforme seus interesses de classe noma lógica de transformar, mas, também, conservar o essencial.

64 No caso da Universidade de Brasília observamos a existência da regra do *tempo máximo de permanência* em programas como a Moradia Estudantil e o Programa Auxílio Socioeconômico.

estratégia. Conforme a racionalidade capitalista, individualista, de curto prazo e assentada orientada por uma econometria simples, um investimento sem expectativa de retorno em “tempo satisfatório” implica risco (à valorização do capital), sendo prudente, inteligente e tecnicamente acertado evitá-lo. Embora a lógica custo-benefício tenha origem na empresa privada, a investida neoliberal mediante a contrarreforma do Estado tratou de incuti-la no serviço público pela via do gerencialismo.

Para Nascimento (2013), a subversão do passado reivindicatório, ou do passado mesmo do movimento, analisados a partir da mudança discursiva no âmbito do FONAPRACE, ocorre pela ressemantização dos termos “democratização” e “reforma” sustentada na articulação intencional que o governo faz entre o REUNI e o PNAES. Ou seja, o obscurecimento e a descaracterização crítica do movimento revela-se no estabelecimento, pelo discurso governamental, de um vínculo de complementariedade entre as duas propostas, que aparecem como novidades que sedimentam e ampliam a democratização do ensino superior. Conforme Nascimento (2013, p.120):

As afirmações de que “o PNAES consolida o REUNI” ou até mesmo de que “Veio junto com o REUNI, o PNAES”, [...] contribuem para formação do consenso em torno da vinculação entre estas duas propostas. O que ocorre é que a demanda por assistência estudantil nas IFES, os projetos construídos no âmbito da sociedade civil para responder à esta demanda, assim como a tentativa de legitimação deste tema na agenda governamental, antecede a reestruturação universitária via REUNI.

Portanto, apontamos essa questão inicial para enfatizar *a anterioridade da assistência estudantil em relação ao PNAES*. De fato, conforme Borsato (2015) a história da assistência estudantil acompanha a história da educação superior no Brasil. A autora faz um excelente apanhado do período imperial buscando informações de diferentes fontes para demonstrar o panorama do período bem como apreender as medidas de assistência estudantil do período.

Em relação a criação das universidades no Brasil, Saviani (2008 *apud* BORSATO, 2015), indica que, em comparação com os demais países da América Latina, em que suas colônias eram tratadas como uma “expansão do seu território”, esse processo ocorreu tardiamente. Enquanto diversas universidades foram criadas na América espanhola, Portugal restringiu a criação de universidades à Metrópole. A intenção era a manutenção da dependência/subordinação da colônia em relação a Universidade de Coimbra. Quanto ao que poderíamos apreender como assistência estudantil, Borsato recorre Sguissardi (2004)

indicando que o Império instituiu estímulos e facilidades para os filhos das famílias abastadas estudarem em Portugal, com o interesse de cooptar ideologicamente essas famílias no sentido da manutenção do domínio colonial.

Assim, o acesso ao ensino superior constituía-se claramente como um privilégio acessível apenas à elite econômica colonial que, apesar de algum suporte fornecido pelo Império, tinha de arcar com a maior parte dos custos do estudo de seus filhos, como indica Borsato (2015). Recorrendo à Holanda (1995), como uma forma de expressar a desproporção entre o Brasil e as demais colônias latino americanas, a autora apresenta informações do período: enquanto o número de diplomados na América Latina aproximava-se de 150 mil, o número de brasileiros que teriam cursado ensino superior na Universidade de Coimbra, no mesmo período (entre os anos de 1775 e 1821), teria sido de cerca de 720 (setecentos e vinte).

Segundo Borsato (2015), para Minto (2005, p.106), já no contexto da República Velha, a Constituição de 1891 trouxe para o Poder Central a responsabilidade de normatizar o ensino superior, bem como criar escolas superiores e secundárias nos Estados. Entretanto, como esta constituição não estabeleceu a exclusividade da criação desses estabelecimentos ao Poder Central, isso possibilitou a criação de instituições de ensino superior por parte da iniciativa privada, sobretudo de base confessional católica. Além disso, a Reforma Rivadávia Correia, de 1911, teria instituído o ensino livre que contribuiria ao surgimento de instituições isoladas, localizada no âmbito dos estados e distantes do Governo Federal.

Com base em Saviani (2008), a autora elenca, ainda, algumas organizações que foram importantes na construção dos debates em torno da instituição pelo Estado do ensino superior no país: [1] a Associação Brasileira de Educação⁶⁵, [2] a Academia Brasileira de Ciências, [3] as propostas de educação dos anarquistas e [4] o Partido Comunista Brasileiro, estas duas últimas com menor influência no debate.

Os grupos que estiveram juntos na idealização e construção da República originavam-se de setores sociais urbanos, que privilegiavam as carreiras de trabalho dependentes de certa escolarização. Essa situação, somada a forte tensão ideológica e ao clima de inovação política do momento, motivou a discussão entre os intelectuais sobre a necessidade de abertura de escolas e universidades no País, mas não foi capaz de alterar o traço elitista que

65 Conforme Saviani (2008 *apud* BORSATO, 2015) essa organização foi criada em 1924 e exerceu influência geral sobre as políticas educacionais daquele momento. O autor indica ainda que entre as propostas da ABE vigorava “[...] a exclusão do ensino religioso da instrução pública, situação esta que desencadeou forte reação da igreja católica [...]” (SAVIANI, 2008 *apud* BORSATO, 2015, p.32).

acompanhava a história da educação brasileira (FERREIRA JR. e BITTAR, 2008 *apud* BORSATO, 2015, p.32, grifo nosso).

Kowalski (2012), outra autora que realizou um estudo sistemático da história da Assistência Estudantil, organizou seus momentos acentuando eventos e incorporando-os a três fases distintas. A **primeira fase**, na acepção da autora, seria marcada pelo acesso restrito, voltado aos acadêmicos de classe média que conseguiam adentrar nas instituições de ensino superior e vinculavam-se a formação das carreiras do Estado. Assim, embora Imperatori (2017) aponte para o reconhecimento da assistência ao estudante como “direito” efetivado pelo dispositivo incorporado via Reforma Francisco Campos, na Constituição de 1934⁶⁶, sob o Governo Vargas, tal mecanismo operava-se de forma pontual, restrita e facultativa. Posto isso, ante a ausência de uma estratégia sistemática de organização e financiamento, pode-se afirmar que “não havia um projeto de âmbito nacional voltado exclusivamente para a assistência estudantil e, conseqüentemente, para a manutenção dos alunos nas universidades” (KOWALSKI, 2012, p.101). Conforme reforça Borsato (2015), a assistência ao estudante foi desenvolvida de forma pontual e residual até o final da década de 1990, relegada aos interesses das gestões de cada universidade.

A **segunda fase**, ainda conforme Kowalski (2012), teria início com a instituição do FONAPRACE, em 1987, e marcaria um período rico de desenvolvimento de discussões da assistência estudantil e da ampliação das Políticas Sociais em geral. Assim,

[...] a abertura política e a redemocratização criaram condições favoráveis para implantação e implementação dessas políticas. Nesta fase há um processo de democratização da educação, com a tentativa de universalização do acesso e de implementação de uma gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Ainda que não houvesse a existência de um programa nacional nas IFES voltado para a permanência dos jovens na universidade, foram criadas ações significativas que auxiliaram, de alguma forma, os segmentos estudantis mais vulneráveis social e economicamente a usufruírem de condições mais equânimes. (KOWALSKI, 2012, p.101)

Borsato (2015), contudo, indica que o amadurecimento da temática da assistência estudantil teria ocorrido ainda no período da ditadura (1964-1985) momento em que a

66 Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

perspectiva da democratização, no âmbito do Movimento da Reforma Universitária (FERNANDES, 1975), constituiria a estratégia central que permitiria a ruptura do acesso à educação como um privilégio. A autora indica, ainda, que haveriam dois vieses, consignados nas propostas de assistência estudantil do movimento. O primeiro viés seria o *modernizante*, mais alinhado às propostas apresentadas pelos militares e, o segundo, o viés mais *radical* que “apresentava a Assistência Estudantil com um caráter mais abrangente, em defesa dos espaços coletivos” e orientada a “atender todos os acadêmicos, não só os acadêmicos mais empobrecidos” (BORSATO, 2015, p. 18), em uma perspectiva de universalidade.

Nascimento (2013), indica ainda a presença de outros atores como o Movimento da Casa dos Estudantes, com relevância em 1980, mas identifica a hegemonização do FONAPRACE como *aparelho privado de hegemonia*, especialmente a partir dos anos 2000. Seria nos anos 2000 que haveria a aproximação e abertura para uma construção mais colaborativa com o governo, em oposição a dificuldade de diálogo das décadas anteriores. Essa aproximação, contudo, conforme já exposto, seria marcada por uma transformação da postura contestatória do Fórum.

Nesse papel, o FONAPRACE passaria a influir mais na conformação das ações de Assistência Estudantil estruturadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior compatibilizando os interesses de auxílio aos estudantes às estratégias de ampliação do acesso ao ensino superior. Ainda conforme a autora, em 2007, os representantes do Fórum apresentariam ao Ministério da Educação o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que serviria de referência à Portaria Normativa no 39, de 12 de dezembro de 2007, pelo MEC.

De volta à Kowalski (2012), a **terceira fase** seria marcada pela instituição do Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶⁷, que tinha por objetivo “criar as condições para a ampliação do acesso e permanência de estudantes no ensino superior, com ênfase nos cursos de graduação, assim como melhorar as estruturas física e de recursos humanos nas instituições federais” (CAVAINAC E COSTA, 2017, p. 418).

No escopo desse Plano Reestruturação, o interesse de prover assistência aos estudantes foi funcionalizado e compatibilizado aos interesses da contrarreforma universitária em curso desde os anos 1990. O objetivo da reestruturação seria o de ampliar a eficiência das instituições,

67 Instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007.

de assegura, como aponta Nascimento (2013), “o melhor aproveitamento” da estrutura física e de pessoal existente.

a atual expansão da assistência estudantil nas IFES está amparada na articulação da assistência com as propostas produtivistas implementadas pelos programas da contrarreforma em curso. Tais propostas contrarreformistas defendem o controle das taxas de evasão e retenção universitárias, o controle da ociosidade das vagas das IFES, o estímulo à mobilidade estudantil e a necessidade de “democratizar” a universidade pública, ou seja, pautas que estiveram presentes historicamente na agenda da própria assistência estudantil, contudo, os meios para alcançá-las e os fins perseguidos eram essencialmente distintos. (NASCIMENTO, 2013, p.121)

Conforme observado por Cavainac e Costa (2017), dentre as ações do REUNI estão o [1] investimento na infraestrutura universitária preexistente, [2] a construção de novas universidades, [3] a organização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica com a criação dos Institutos Federais, [4] a interiorização das universidades e dos Institutos Federais.

As autoras indicam ainda que entre as metas vigoravam: [1] elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação e [2] investimento em ações de inclusão e assistência estudantil. No bojo dessas intenções, Nascimento (2013) entende que a perspectiva do melhor aproveitamento acaba por secundarizar as reais possibilidades de conclusão dos cursos pelos estudantes assistidos. Na perspectiva da autora haveria uma tensão entre a “possibilidade de conclusão dos cursos” e a “necessidade de substituição eficiente das vagas” o que evidenciaria a determinação produtivista que implicaria maior pressão em relação aos estudantes vinculados a assistência e legitimaria mecanismos de contrapartida a exemplo da exigência de formação no tempo médio de conclusão do curso.

Cabe aqui o reconhecimento cotidiano que, ao menos no Campus de Planaltina da UnB, grande parte dos estudantes assistidos têm dificuldades em concluir seus cursos dentro do tempo estabelecido como *tempo máximo de cobertura para os programas de assistência estudantil que impliquem transferência pecuniária de recursos*. Por volta de 2017, a projeção feita para os estudantes à época vinculados aos programas indicou que a maior parte deles extrapolariam o tempo estipulado. Isso evidencia a pertinência da tensão identificada por Nascimento (2013) entre “possibilidade de conclusão dos cursos” e a “necessidade de substituição eficiente das vagas” e revela a inobservância e consideração, de fato, das dificuldades acadêmicas e de adaptação ao ensino superior por parte dos processos seletivos da Assistência Estudantil.

Em conformidade com as metas de ampliação do acesso das classes populares ao ensino superior⁶⁸, bem como sua interiorização, desencadeadas pelo REUNI, uma série de outras ações/programas foram instituídos congregando um conjunto de estratégias mais ou menos articuladas para assegurar a efetividade dessa expansão. Dentre estas estão aquelas voltadas ao acesso, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁶⁹, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu)⁷⁰ e a política de cotas⁷¹ e aqueles voltados à permanência nas instituições de ensino, como o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁷², o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁷³, o Programa Bolsa Permanência (PBP)⁷⁴ e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)⁷⁵ este último voltado ao pagamento de

-
- 68 Movimentos que implicariam inequívocos efeitos nos indicadores do IDH e do Gini, ambos atrelados à taxa de escolarização da população.
- 69 O ENEM surge na década de 1990, inspirado pela Conferência Mundial sobre Educação Para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia. Nos últimos anos tornou-se “[...] a principal porta de entrada de estudantes em universidades públicas e privadas do País. Hoje [2014], cerca de 90% das 63 universidades federais do Brasil utilizam o Exame. Algumas usam como nota complementar, outras destinando uma porcentagem de seu total de vagas, e ainda há aquelas que usam o exame como única forma de ingresso. A edição 2014 do Enem, realizada em novembro, contou com aproximadamente 8,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Em 2014, mais de cinco milhões de redações, da edição 2013, foram corrigidas por 7.121 avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 136 horas.” (BRASIL, 2015, p. 612)
- 70 O Sisu, criado em 2010, “[...] é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação pública do País, com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado. Em 2013, o Sistema contou com a participação de 102 instituições e a oferta de 169.043 mil vagas, registrando mais de 2,7 milhões de inscritos. Já em 2014, houve a participação de 120 instituições que ofertaram 222.813 vagas, em 4.723 cursos na edição do primeiro semestre e 1.447 cursos na edição do segundo semestre.” (BRASIL, 2015, p. 629)
- 71 Regulamentada pela Lei no 12.711 de 2012. Oliveira (2019) observa que no âmbito da UnB, “o ‘sistema de cotas sociais’ [...], refere-se à política de cotas, implementada pela Lei no 12.711 de 2012, que utiliza critérios de proveniência de escola pública, renda per capita familiar, raça/cor e pessoa com deficiência. Em geral, o termo ‘cotas sociais’ é utilizado em distinção às ‘cotas raciais’, as quais utilizam apenas o critério raça/cor.” (p.19)
- 72 O ProUni “[...] instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos. Em 2014, o ProUni concedeu 223.498 bolsas, tendo alcançado a aproximadamente 1,5 milhão de estudantes atendidos desde 2005. No ano anterior, foram 177.308 e, em 2012, 176.752 bolsas concedidas pelo ProUni.” (BRASIL, 2015, p. 629)
- 73 Formalmente instituído em 2007 e alterado pelo Decreto 7.234 de Julho de 2010, o PNAES “[...] objetiva promover a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, por meio da oferta de assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, e ao apoio pedagógico. O Programa contou, em 2014, com um investimento de R\$ 742,7 milhões para atender estudantes das 63 universidades federais do País.” (BRASIL, 2015, p. 628)
- 74 O PBP “[...] concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais, e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes. Em 2013, o PBP concedeu bolsas para 5.889 estudantes, e em 2014 mais de 12,5 mil foram beneficiados” (BRASIL, 2015, p.628)
- 75 O Fies “[...] possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC. Com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, entre eles, a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e institui a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, o Fies registrou, de 2010 a 2014, a assinatura de 1,9 milhão de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão, dos quais 723.588 mil foram firmados em 2014, com valores desembolsados no total de R\$ 28 bilhões. Desde sua criação em 1999,

mensalidades em instituições privadas. Conforme reforça Nascimento (2013), todas essas estratégias estariam alinhada às orientações do Banco Mundial corroborando contraditoriamente à ampliação do acesso e ao fortalecimento da contrarreforma universitária e, como veremos mais adiante, ao amplo processo de privatização e conversão da educação em mercadoria.

Assim, conforme Kowalski (2012), a característica fundamental dessa expansão, sob a égide do ideário neoliberal, ocorreria a partir da apreensão da educação enquanto um “*serviço*”, articulando-a às demandas do mercado. Noutras palavras, o projeto neoliberal, que objetiva a *transformação da ação pública* e a *modificação qualitativa do papel e do Estado* (DARDOT & LAVAL, 2016), teria avançado no Brasil com a adoção do *gerencialismo*, ampliação das privatizações (diretas e indiretas, como a transferência de responsabilidades ou serviços para o terceiro setor), com conseqüente refilantropização e assistencialização das políticas sociais. Dessa forma, este período de *ajuste fiscal permanente* (BEHRING, 2019), iniciado após a constituinte de 1988, implicaria significativo favorecimento do capital em detrimento do trabalho, em especial do setor privado da educação, como veremos adiante.

É preciso lembrar, ainda, como descrito anteriormente em relação à Política Social, que os governos pós-constituinte ocorrem no contexto da *onda longa recessiva* do capital (MANDEL, 1982). A regra geral desta conjuntura é a dificuldade do capital em reproduzir-se de forma ampliada, impactando frontalmente no crescimento econômico, nos níveis de emprego e na lucratividade da esfera produtiva. Todavia, a conjuntura econômica favorável⁷⁶ ao Brasil, e a capacidade política de construção de consensos de Lula criou as condições para a política de conciliação de classes que, de um lado oportunizou a ampliação do acesso à população às políticas sociais e, de outro, oportunizou o fortalecimento do capital, seja pela via do endividamento público, ações que fomentaram claramente o setor privado, como no caso de programas como o Fies (como veremos adiante) ou medidas de isenção fiscal.

Sigamos, portanto, com alguns dados relativos ao orçamento da educação, especialmente sobre as *estratégias de ampliação do acesso e expansão do ensino superior*

o Fies já atendeu a 2,45 milhões de estudantes.” (BRASIL, 2015, p. 629)

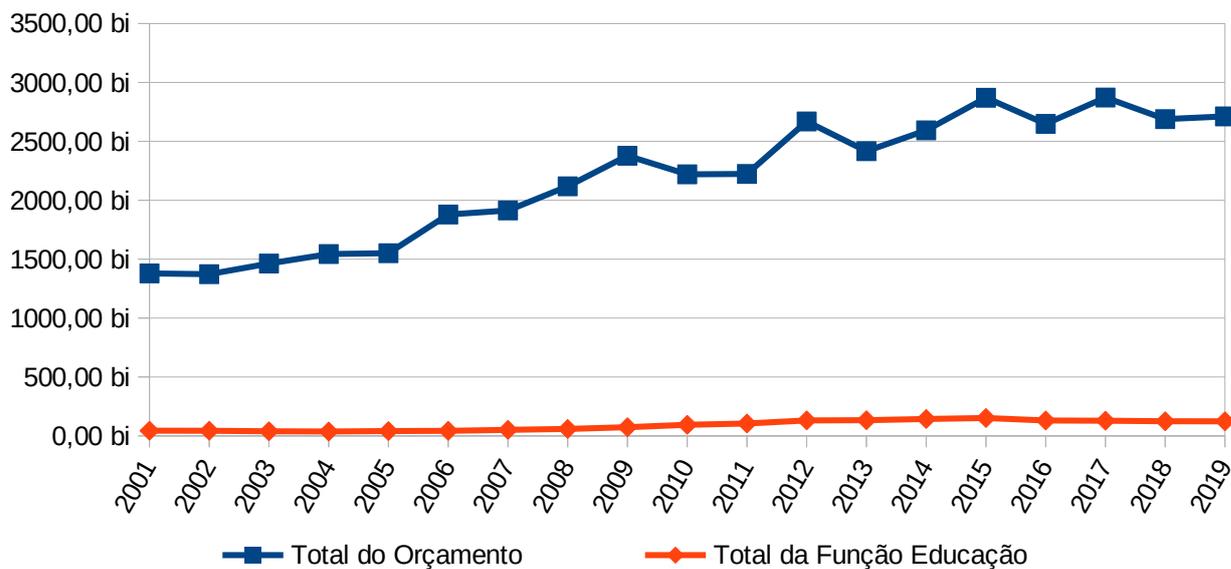
76 Conforme adverte Mandel (1990), a crise se expressa de forma particularizada nos diferentes Estados e, mesmo nas ondas longa recessivas, é possível identificar curtos períodos de melhora, assim como podem ser identificados momentos de piora em onda longas expansivas. Particularmente a conjuntura favorável à economia brasileira assenta-se na expansão chinesa que ampliou sensivelmente a demanda pelas commodities brasileiras.

entre 2001 e 2019. Os dados orçamentários que serão apresentados foram extraídos da plataforma Siga Brasil, e estão deflacionados pelo IPCA a preços de 2019.

O deflacionamento consiste em corrigir os valores nominais apresentados na plataforma pela taxa de inflação do período. Dessa forma, o IPCA anual de cada ano, geralmente dado em termos percentuais, será convertido em um número decimal e utilizado como fator multiplicador do valor nominal extraído para efetuar a correção. A fórmula para a construção do deflator anual é $(IPCA/100) + 1$. Por exemplo, o IPCA de 2019 foi de 4,31% portanto, portanto o deflator correspondente será $(4,31/100)+1 = 1,0431$. O deflator de um dado ano de referência será calculado pela mesma fórmula e, adicionalmente, demandará a multiplicação com os deflatores dos anos posteriores até o ano de referência, no caso, 2019. Assim, a título de exemplo, para calcularmos o fator de correção para os valores nominais expressos em 2017, deveremos multiplicar os deflatores referentes aos anos 2017, 2018 e 2019, conforme seus respectivos IPCA.

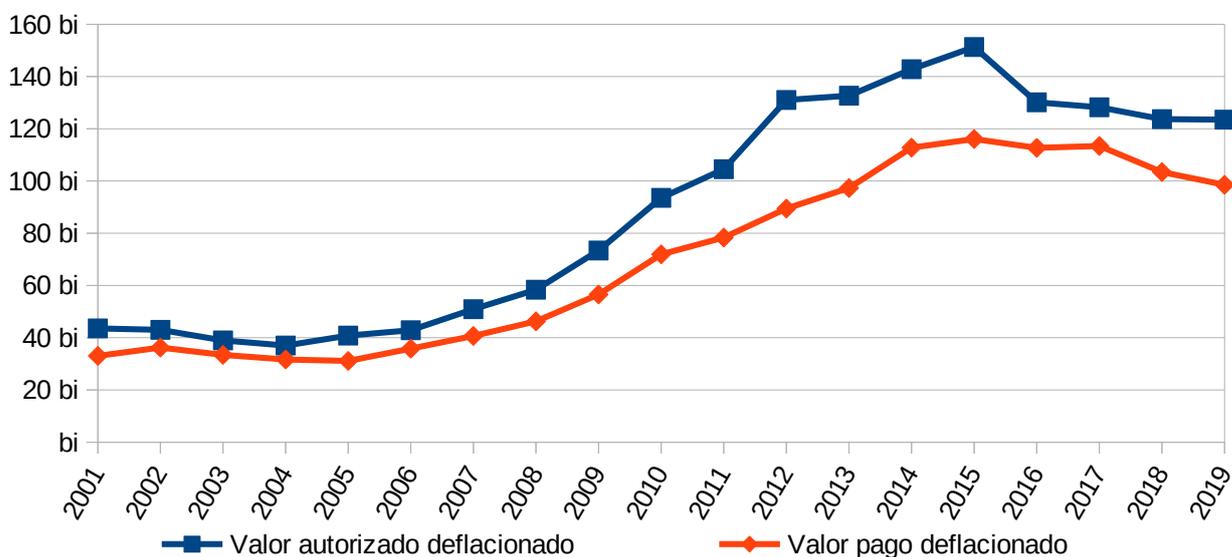
O orçamento, enquanto “expressão mais visível do fundo público” (SALVADOR & TEIXEIRA, 2014), permite um diagnóstico objetivo das correlações de forças sociais e políticas que estabelecem as prioridades da ação governamental. A análise orçamentária da evolução dessas ações/programas no período, entretanto, não deixam dúvidas que, embora os ganhos obtidos pelas classes populares tenham sido expressivos a partir da perspectiva de sua trajetória anterior, na prática não foram mais que migalhas ante a priorização da acumulação do capital. O gráfico (G1) apresenta a trajetória dos valores globais do orçamento em comparação aos da função educação e o gráfico (G2) apresenta o total dos valores autorizados e pagos relativos à função educação. Ambos referem-se ao período entre os anos de 2001 e 2019. E o gráfico G10 indica a diferença em termos percentuais interanual entre os valores autorizados e pagos à função educação e os valores autorizados e pagos em termos do orçamento.

G1: evolução anual do total do orçamento em comparação com a evolução da função educação entre 2001 e 2019.



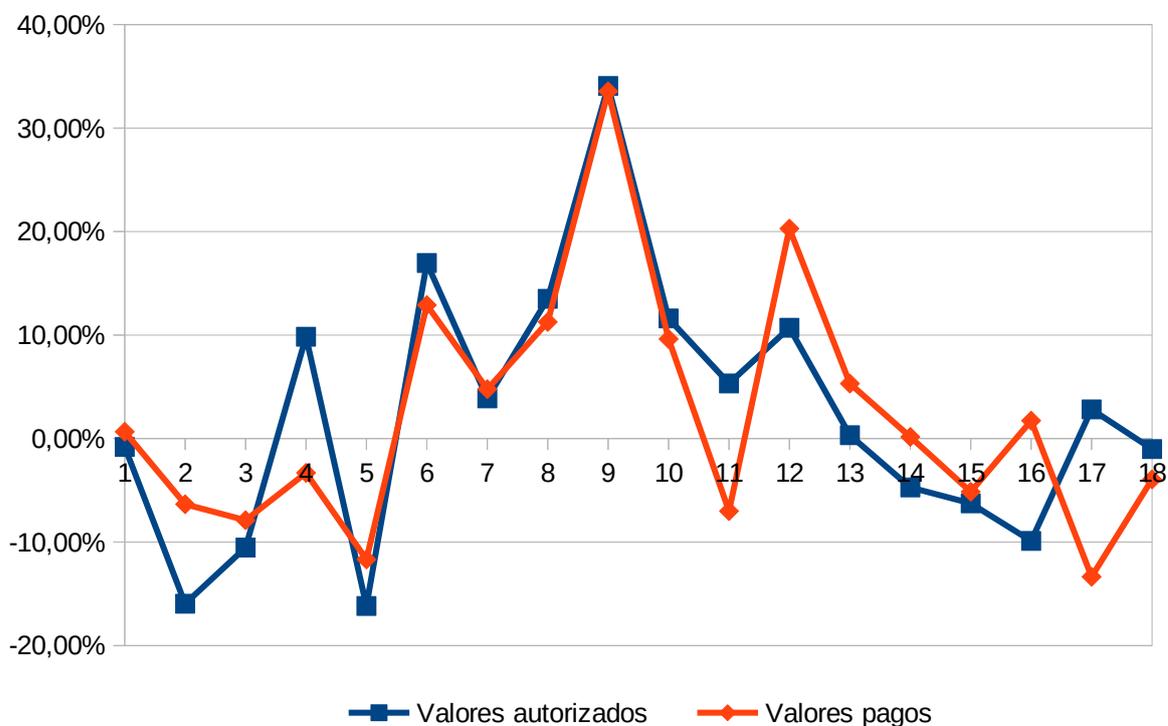
Fonte: Siga Brasil, valores deflacionados com base no ano de 2019, elaboração própria.

G2: evolução anual dos valores autorizados e pagos para a função educação entre 2001 e 2019



Fonte: Siga Brasil, valores deflacionados com base no ano de 2019, elaboração própria.

G10: Desvios em relação à variação percentual interanual aos percentuais autorizados e pagos à função educação e a variação percentual interanual dos valores autorizados e pagos do orçamento, deflacionados conforme o IPCA 2019.



Fonte: Siga Brasil, valores deflacionados com base no ano de 2019, elaboração própria.

Legenda eixo X (variação interanual): [1] 2001 | 2002, [2] 2002 | 2003, [3] 2003 | 2004, [4] 2004 | 2005, [5] 2005 | 2006, [6] 2006 | 2007, [7] 2007 | 2008, [8] 2008 | 2009, [9] 2009 | 2010, [10] 2010 | 2011, [11] 2011 | 2012, [12] 2012 | 2013, [13] 2013 | 2014, [14] 2014 | 2015, [15] 2015 | 2016, [16] 2016 | 2017, [17] 2017 | 2018, [18] 2018 | 2019.

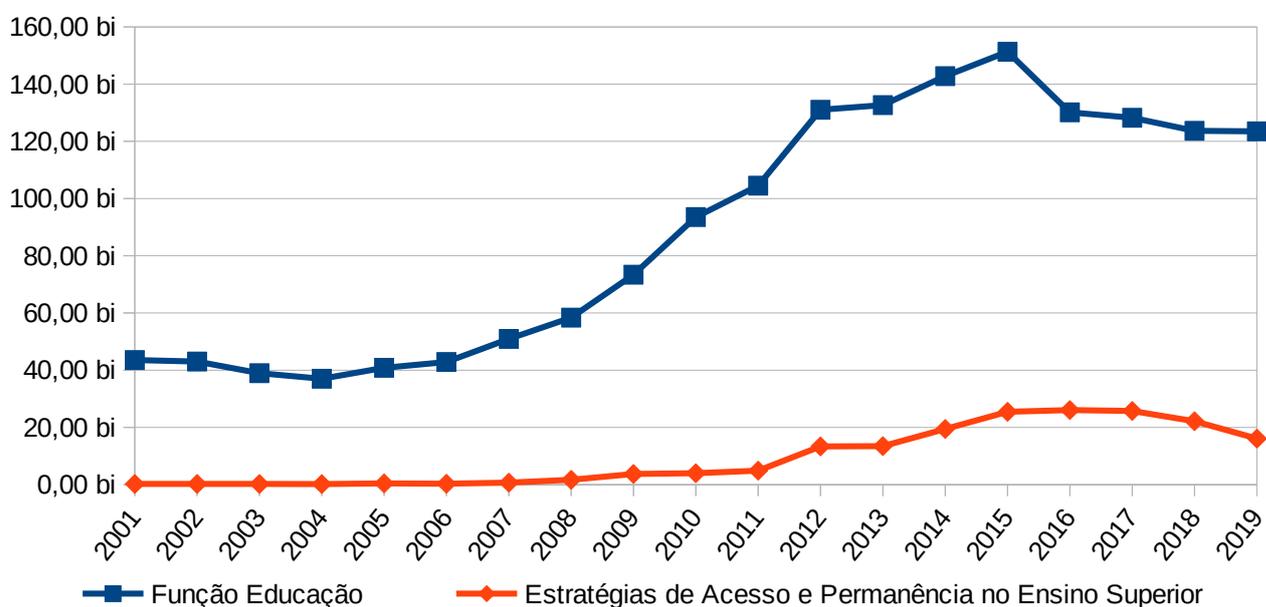
O crescimento do recurso destinado à função educação é expressivo no período (gráfico G2). Se observarmos o gráfico G10, que faz um comparativo entre a intensidade da variação interanual da função educação em relação ao orçamento geral, observaremos que a intensidade do investimento entre os anos 2006 e 2013, esteve acima da intensidade de crescimento do orçamento, em termos percentuais. Se compararmos a evolução da taxa de participação da função educação no orçamento neste mesmo período verificaremos que ela passará de 2,28% em 2006 à 5,49% em 2013. Em 2014, ano em que registra-se a maior taxa de participação relativa aos valores autorizados, observamos a desaceleração na intensidade dos investimentos (gráfico G10, [13])

A análise da taxa de participação da função educação frente ao orçamento global aponta para um valor médio de 4,86% em termos de recursos autorizados e 4,63%, em termos de recursos

pagos. Cabe observar, contudo, que o ápice os valores encontrados no gráfico G2 (ano de 2015) correspondem, respectivamente, a cerca de 1,46% e 1,13% do PIB⁷⁷ no mesmo ano.

No que se refere à participação das estratégias de ampliação do acesso e permanência nas instituições de ensino superior, o gráfico (G3) compara sua evolução com o da função educação.

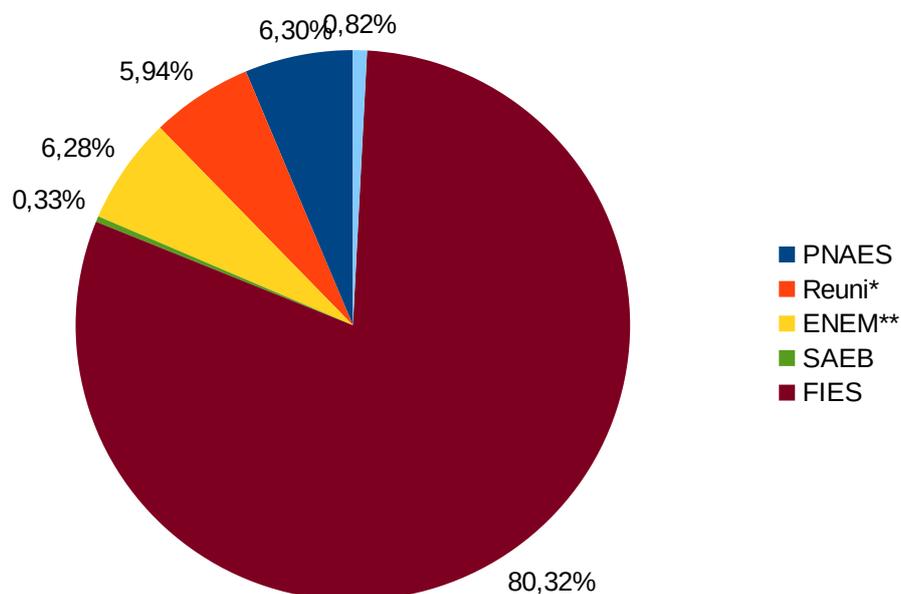
G3: comparação entre a evolução da função educação e a evolução das estratégias de ampliação do acesso e permanência nas instituições de ensino superior entre 2001 e 2019.



Fonte: Siga Brasil, valores deflacionados com base no ano de 2019, elaboração própria.

⁷⁷ Fonte IBGE. Foi calculado a média a partir dos valores trimestrais e aplicado o deflator tendo em vista que o PIB fora expresso em valor corrente.

G4: distribuição percentual da soma dos recursos autorizados entre 2001 e 2019 para as diferentes estratégias de ampliação do acesso e da permanência na educação superior.



Fonte: Siga Brasil, elaboração própria.

Observamos no gráfico G3 que apesar do PNAES ter sido normatizado via portaria ministerial em 2007 e que, mesmo depois de sua transformação em decreto, em 2010, a ampliação mais expressiva dos recursos para essas estratégias só ocorrerá em 2012. O gráfico G4, apresenta a distribuição acumulada dos recursos entre as diferentes estratégias de ampliação do acesso e da permanência na educação superior.

As informações do gráfico G4, vinculadas às informações anteriormente apresentadas não deixam dúvidas em apontar a priorização de um caminho privatista e neoliberal para a educação, convertendo-a, conforme aludido anteriormente, em um serviço a ser consumido no mercado. Observamos clara priorização da política de financiamento estudantil (80,32%) como mecanismo de transferência de renda para instituições privadas de ensino superior. De forma mais precisa, em oito anos o Fies recebeu aproximadamente 143,23 bilhões de reais, um pouco mais de quatro vezes a soma dos valores recebidos pelas demais estratégias de ampliação do acesso e permanência no ensino superior (PNAES, REUNI, ENEM, SAEB, PBP e Desenvolvimento de Projetos para Acesso ao Ensino Superior) no período de 19 anos (2001-2019). Não é casual a multiplicação da quantidade de instituições de ensino superior

privado no período. Cabe lembrar, ainda, que o ProUni, que implicou isenção de impostos às instituições de ensino superior privadas também cumpriu o seu papel nessa direção. Diante disso, nossa análise converge para o reconhecimento da residualidade das estratégias de permanência orientadas ao ensino superior público e, especificamente, para o PNAES na Universidade de Brasília (UnB) que, conforme indicam Santos, Abrantes & Zonta (2021), destinam recursos insuficientes para cobrir a crescente demanda.

Por mais que os recursos alocados nas estratégias de ampliação do acesso e da permanência da educação pública superior tenham sido tímidos em comparação ao volume destinado à atenção dos interesses do mercado, as ações efetivadas com vista a ampliação da escolarização superior foram as mais expressivas na história do país. Elas implicaram transformações incontestes no espaço universitário sem contudo reverterem em transformações estruturais que refreassem o processo de contrarreforma universitária.

A realização de pesquisas sobre o perfil dos estudantes constitui uma das ações do FONAPRACE, para além dos debates em torno da construção da política de assistência estudantil. Conforme o Fórum (2019), as transformações no perfil dos estudantes das instituições de ensino superior ocorreram em diversas dimensões. No que tange a raça, 15 anos de ações afirmativas (2003-2018), implicaram no aumento do público negro⁷⁸ das universidades que passou de uma população de 160.527, em 2013, para 613.826, em 2018, correspondendo a 51,2% do total de estudantes. O público branco, para o mesmo ano, corresponderia a 43,3%. No tocante à formação do ensino médio, a maior parcela dos estudantes, já a partir de 2014, teriam cursado esta etapa integralmente no sistema público de ensino correspondendo, em 2018, a 60,4% do total de estudantes.

No caso da UnB, dados internos da coordenação técnica da DDS indicam um percentual de 47,8% de estudantes negros e 36,9% de estudantes brancos. Neste mesmo levantamento, o número de estudantes negros vinculados aos programas de assistência estudantil seria de 54,4%. No que tange ao sexo, enquanto a população universitária distribuiu-se em 49,3% para o masculino e 50,7% para o feminino, este percentual, quando analisado a partir da vinculação aos programas de assistência estudantil, implica, respectivamente, os valores de 43,2% e 56,79%, ou seja, a presença feminina na assistência estudantil é

78 Negro entendido aqui como a reunião entre os pretos e pardos. O aumento de pretos, pardos e indígenas identificado pela V Pesquisa foi superior ao crescimento populacional.

sensivelmente maior. Aspecto este que converge com pesquisa do FONAPRACE (2019) em que há uma predominância do sexo feminino entre estudantes com menor renda.

Enquanto na faixa de renda per capita 'Até 1 e meio SM', mantêm-se o predomínio feminino (56,5%), na faixa de renda per capita 'Mais de 3 SM', há um predomínio masculino (53,4%). Essa relação ocorre para quase todas as categorias de cor ou raça. As exceções ocorrem entre estudantes declarados (as) amarelos (as) e indígenas não aldeados (as), pois nestes grupos estudantes do sexo feminino predominam em todas as faixas de renda, e entre os (as) declarados (as) indígenas aldeados (as), em que o predomínio de estudantes do sexo feminino está na faixa de renda per capita 'Mais de 3 SM' (56,8%) (FONAPRACE, 2019, p. 43)

Conforme o universo de estudantes pesquisados pelo FONAPRACE (2019), 52,8% pensaram em abandonar o curso sendo maior o percentual entre os ocupados⁷⁹.

Dentre estudantes ocupados (as), 54,3% pensaram em abandonar o curso, 1,5 p.p. acima da média. Dentre as razões para tal, 23,6% alegam dificuldades financeiras e 25,1% o nível de exigência (carga elevada de trabalhos acadêmicos). Todavia, mais da metade dos (as) ocupados (as) indica dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Dentre estudantes ocupados que fizeram trancamento de matrícula, 37,0% alegou motivo de trabalho, contra apenas 9,9% que alegou insatisfação com o curso. Finalmente, um dado interessante do perfil de estudantes ocupados (as) é sua perspectiva após formado (a). A cada 10 estudantes, apenas 1 faria um novo curso, enquanto 4 a cada 10 fariam pós-graduação. (FONAPRACE, 2019, p.34)

Como apresentado anteriormente há uma relação entre a ampliação do acesso empreendida pelo REUNI e o aumento da demanda por ações de Assistência Estudantil. Portanto, seguindo as curvas de tendencia do orçamento, a partir de 2010 percebe-se um expressivo aumento da demanda por assistência estudantil. Seguindo a tendencia de precarização do processo de contrarreforma universitária, o aumento do volume de processos de solicitação de avaliação socioeconômica na Universidade de Brasília mostrou-se significativamente superior ao aumento da equipe de trabalho, conforme indica Sant'Anna (2018). Isto implicou em intensificação do trabalho nos serviços de assistência estudantil nas instituições públicas⁸⁰.

79 Conforme esta mesma pesquisa, 29,9% dos estudantes são trabalhadores e 48,4% destes estudam no período noturno.

80 Assim como Sant'Anna (2018), Borsato (2015) indica que na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a contratação de profissionais também foi insuficiente para lidar com a demanda. Sant'Anna (2018) registra, ainda, que a dificuldade em lidar com essa demanda, na UnB, levou a alteração do prazo de validade dos estudos de 4 para 10 semestres com vista a redução do volume de processos de renovação. Ela indica ainda que a quantidade de Assistentes Sociais na DDS no período de realização da pesquisa era de 19 profissionais.

A título de síntese, vimos que as estratégias de assistência estudantil existem desde o Império, servindo, naquele contexto, apenas a alguns estudantes da elite econômica, selecionados para estudar na Universidade de Coimbra. Na República Velha, a Constituição de 1891 estabeleceu a responsabilidade do Poder Central normatizar o ensino superior, mas a construção de instituições de ensino teria iniciado a partir da rede privada/confessional. Neste mesmo período diferentes organizações que tinham por interesse a instituição da educação superior pública começam a pressionar o Poder Central no sentido da construção das universidades. No bojo da República Nova, já com a presença de instituições públicas de ensino superior, iniciam-se as reivindicações no sentido da instituição da assistência estudantil. Nesta época, os programas, em geral de caráter pontual e residual orientavam-se a categorias profissionais específicas de interesse do Estado. A assistência estudantil existia de forma nacionalmente desarticulada e era empreendida conforme a conveniência de cada instituição. A transparência e o caráter processual/isonômico não se fazia presente. Sobressaiam as práticas de clientelistas e as decisões de caráter arbitrário. O movimento estudantil começa a ganhar força e a pauta relacionada a assistência estudantil passa a integrar a necessidade mais ampla por uma Reforma Universitária de viés efetivamente transformador que rompesse com o caráter dependente do ensino universitário. Nessa perspectiva, a assistência estudantil constituía-se como uma consequência direta do direito à educação. Objetivava-se a democratização do ensino superior com plenas condições de uma formação de qualidade. Os diferentes movimentos existentes integram-se, em 1987, no FONAPRACE em um processo intercâmbio e enriquecimento mútuo. Inicia-se o processo de constituição de uma pauta coletiva e abrangente no sentido de pressionar o governo a interagir mais diretamente com o movimento. Após anos de tentativas frustradas a aproximação e a abertura ao diálogo vêm com o governo do Partido dos Trabalhadores. No bojo do projeto de contrarreforma universitária, as demandas assistência estudantil são incorporadas de forma funcional ao REUNI, o grande projeto do governo para a democratização da educação superior pública. Na medida em que as demandas do FONAPRACE são parcialmente incorporadas e que a atmosfera colaborativa e conciliatória se consolida, a intensidade da crítica ao processo de contrarreforma universitária por parte do Fórum se arrefece. As demandas e críticas passam a ser apreendidas de forma setORIZADA e desarticulada, perdendo de vista (ou ignorando) o avanço da contrarreforma universitária.

Do ponto de vista prático imediato, podemos empreender a seguinte síntese: [1] primeiramente a assistência estudantil destinava-se a indivíduos da elite econômica, nesse sentido era-lhe característico o elitismo e a seletividade; [2] posteriormente a assistência estudantil era concedida com base em critérios arbitrários e, em geral, para atender a demanda de formação de determinadas profissões, fato especialmente observado na Era Vargas. O aspecto da seletividade permanecia, assim como a descentralização e a ausência de critérios nacionais gerais, que não impunham barreiras a seleção arbitrária; [3] com a instituição do PNAES de forma articulada ao REUNI, houve a nacionalização do programa e a ampliação do número de estudantes assistidos, podemos identificar como marcas desse período a transparência (uma exigência de pleitos com ampla concorrência), a isonomia, a equidade, a focalização e a seletividade, tornada ainda mais explícita em face das restrições orçamentárias do período vigente. Esta ampliação, expressiva em comparação com os períodos anteriores, ocorre, contudo, sob a perspectiva da bolsificação e não necessariamente da ampliação dos serviços.

No que tange, ainda, esse último momento, a perda do horizonte de crítica radical do FONAPRACE, oportunizou a integração funcional das demandas da assistência estudantil ao projeto de contrarreforma universitária (NASCIMENTO, 2013). O resultado disso foi a ampliação do número de estudantes assistidos e a possibilidade de interlocução nos termos da política governamental. O ônus dessa estratégia foi o reforço da lógica produtivista incorporada no lema que consagrou a assistência estudantil em âmbito nacional como uma questão de “investimento” em oposição a “gasto”. Esse ônus por sua vez interpõe limites em termos de transformação qualitativa da política, seja pela dificuldade de transitar de uma perspectiva de bolsificação aos serviços, seja pela contradição imposta entre a necessidade de rotatividade de vagas e aligeiramento da formação ante e a formação de qualidade que respeite, sobretudo, o ritmo dos estudantes assistidos. A raciocínio aqui procede da seguinte forma: em geral, os estudantes assistidos o são porque possuem maiores dificuldades de permanência e de uma formação de qualidade. Seja pela dificuldade de acesso a recursos, seja por problemas que extrapolam a vida acadêmica como o compromisso com suas famílias ou a necessidade de dividir-se entre trabalho e estudo. Em contrapartida (aqui só posso falar da UnB), quando vinculam-se à assistência estudantil, especialmente aos programas que impliquem de transferência de renda, estão submetidos a um tempo de cobertura menor que o tempo total que podem permanecer na instituição. Ou seja, ou aligeiram sua formação para manter-se no fluxo, ou arriscam permanecer na instituição sem a garantia de uma assistência

de renda até a formação, na hipótese de progredirem mais lentamente. Portanto, “é exigido” dos estudantes assistidos um ritmo de formação condizente com o tempo de cobertura dos programas.

Essa perspectiva ajustadora praticamente não difere da problemática observada nas dinâmicas da avaliação escolar básica. A história dos discentes em qualquer sistema de ensino tem sido a história do ajustamento. Os que não se adaptam são obrigados a evadirem. Uma possibilidade de ruptura com essa dinâmica é a incorporação da dimensão da vida acadêmica (das dificuldades de progressão e adaptação à instituição) nas avaliações socioeconômicas para além da perspectiva do “monitoramento”.

A modernização do processo seletivo empreendido no âmbito da Assistência Estudantil da UnB tinha como um dos objetivos principais corrigir as distorções no processo seletivo acarretado pela obsolescência dos critérios codificados no antigo sistema de seleção em uso. A intenção da equipe era alinhar produtividade à efetividade. Ou seja, a modernização teria por meta reduzir a morosidade do processo e assegurar o princípio da equidade, de forma a garantir igualdade de condições no processo seletivo. Veremos a seguir algumas consequências do processo de modernização.

Transformações na Assistência Estudantil da UnB

No presente capítulo analisaremos os efeitos do processo de modernização do processo seletivo da Assistência Estudantil da Universidade de Brasília (UnB) apreendidos a partir de três dimensões: [1] a substituição do sistema SAE pelo NovoSAE, enquanto ferramenta utilizada para realizar a seleção dos estudantes; [2] a revisão de critérios e documentos da avaliação social; [3] mudanças no fluxo da avaliação social e na comunicação entre Assistentes Sociais e discentes. É importante frisar que estas dimensões constituem uma mesma totalidade e, por este motivo, estão intimamente relacionadas de forma que as transformações que serão apresentadas em cada um desses tópicos implicam-se mutuamente.

Neste capítulo há duas fontes principais de informação: [1] o relato do pesquisador, com breves referências a outras fontes; e [2] os dados sistematizados a partir da consulta aos sistemas da instituição.

Uma visão panorâmica da Assistência Estudantil na UnB

A Assistência Estudantil materializa-se na Universidade de Brasília a partir de um conjunto amplo de estratégias institucionais consignadas em programas ou serviços que tem por objetivo oferecer suporte aos discentes atendendo necessidades de natureza diversa e que possam colocar em risco sua permanência na instituição. Constituem exemplos dessas ações monitorias ou tutorias orientadas à minimizar dificuldades acadêmicas oriundas de limitações na formação básica, suporte ao planejamento acadêmico, o acesso a recursos ou serviços de acessibilidade, a participação em atividades culturais, o acesso à serviços de saúde, o acesso a atividades de esporte e lazer, o acesso à recursos didático pedagógicos, a alimentação, o serviço de residencia universitária, as bolsas de natureza acadêmica ou assistencial, entre outros.

Na UnB (ver organograma nos anexos), estas atividades são distribuídas de forma setorizada sob o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) em diretorias tais como: a Diretoria de Acessibilidade (DACES), a Diretoria de Diversidade (DIV), a Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU), a Diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias (DEAC), a Diretoria do Restaurante Universitário (DRU) e a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). Além disso outros espaços como o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP), submetido ao Instituto de Psicologia (IP), também podem algum tipo de auxílio aos discentes, assim como algumas coordenações de cursos.

A Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), instituída desde 1986 e, formalizada mediante o Ato da Reitoria 266, em 1994 (SANT'ANNA, 2018), é o setor responsável propor e operacionalizar o acesso a algumas das estratégias descritas anteriormente tais como o acesso gratuito ao Restaurante Universitário, o acesso e estadia na Casa do Estudante Universitário e o pagamento de bolsas de caráter assistencial. A gestão dos recursos do PNAES constituía uma das atribuições do setor até 2017. A partir de 2018, esta atribuição foi transferida para uma instância comissionada tendo em vista o intuito de utilizá-los para o conjunto das estratégias enumeradas anteriormente.

A DDS possui uma organização interna, a Coordenação Administrativa (COAD), a Coordenação de Assistência Estudantil (COAE) e Coordenação Geral de Moradia Estudantil (COGEM). O Coordenador da COAE é o responsável pela organização do processo de trabalho da equipe das Assistentes Sociais. Em geral, esse processo é feito a partir de uma estratégia consensual em que o Coordenador atua como mediador entre os interesses da Direção e da equipe. A COAD é responsável tanto pelos tramites administrativos do setor quanto pela gestão da situação de vinculação dos/as estudantes em relação aos Programas de Assistência Estudantil. É no âmbito da COAD que se estabelece o processo de monitoramento acadêmico ativo dos estudantes. Ela é a instancia que executa os tramites de suspensão, cancelamento ou reintegração dos estudantes nos programas bem como realizar a homologação mensal do pagamento das bolsas. A COGEM trata das demandas específicas da Casa do Estudante Universitário (CEU) que envolvem o acolhimento dos novos moradores, a mediação de conflitos no âmbito da residência universitária e atendimentos das demandas dos estudantes residentes. As Assistentes Sociais estão submetidas à COAE e aquelas que atuam no âmbito da COGEM estão submetidas às duas coordenações.

A DDS possui serviços subsidiários, os serviços de programas sociais (SPS) existentes nos quatro *campus* da universidade. O SPS é o espaço de trabalho das Assistentes Sociais. É neste local que, reunidas, as Assistentes Sociais realizam os atendimentos espontâneos e cumprem as tarefas operacionais do serviço, dentre as quais a avaliação socioeconômica, condição para vinculação dos/as estudantes aos programas de assistência estudantil.

Os SPS dos *campus* de Planaltina, Gama e Ceilândia constituem serviços administrativamente subordinados aos seus respectivos *campus*, mas tecnicamente subordinados à DDS. As profissionais que integram o quadro desses SPS podem ser

profissionais com lotação no campus Darcy Ribeiro (nesta situação estão submetidas técnica e administrativamente à DDS), ou com lotação em seus respectivos *campus* de atuação (situação em que respondem tecnicamente à DDS e administrativamente ao seu *campus* de atuação).

A estrutura dos SPS descentralizados (Planaltina, Gama e Ceilândia) implica uma experiência de trabalho diversa do campus Darcy Ribeiro. Ante a existência de uma equipe mais enxuta, sem mecanismos de triagem, a interlocução entre estudantes e Assistentes Sociais torna-se mais direta. Se por um lado essa interlocução direta pode implicar interrupções frequentes no processo de análises socioeconômicas, por outro lado, em face do menor volume de demandas espontâneas em comparação à unidade centralizada do campus Darcy Ribeiro, essas interrupções não chegam a comprometer a produtividade do trabalho, e aproximam os/as estudantes das Assistentes Sociais.

Em geral é de interesse dos *campus* a lotação de profissionais em seu respectivo ambiente de trabalho uma vez que a integração às demais estratégias locais torna-se mais efetiva. Isso, contudo, é ponto de disputa que em determinados momentos tensiona as relações entre os gestores da DDS e dos *campus* descentralizados.

Durante o período estudado, existiram algumas mudanças de gestão na DDS e da Universidade. Por volta de 2015, momento em que as discussões relativas à revisão dos processos se aprofundou, a Diretora da DDS era uma das Assistentes Sociais da equipe técnica. Posteriormente, em 2018, com a eleição da reitoria houve mudança do Decano de Assuntos Comunitários e um novo diretor, de fora da equipe, foi designado para a posição de comando da DDS. Essa alteração ocorreu paralelamente à implantação do novo sistema.

O novo Diretor da DDS possuía formação na área de Administração. O diálogo passou a ser mais difícil, apesar do Diretor fazer-se presente na maior parte das reuniões internas da equipe. Um dos fatores que dificultava a interlocução relacionava-se às diferenças de abordagem e compreensão em relação ao trabalho da equipe das Assistentes Sociais⁸¹. Essa dificuldade de diálogo favoreceu a adoção de decisões de caráter centralizado.

Partindo-se da prerrogativa da superioridade hierárquica da gestão, diversas decisões passaram a ser tomadas sem levar em consideração as ponderações da equipe. Adotou-se, também, medidas orientadas ao aumento da produtividade que envolveram o estabelecimento

81 Tal situação bem como a impressão de integrantes da equipe de Assistentes Sociais sobre este período está registrada na pesquisa de Sant'anna (2018).

da realização de uma quantidade mínima de processos diários, a recusa em retificar o cronograma dos resultados bem como o acompanhamento das metas de produtividade a partir das informações do novo sistema. Embora eu desconheça a existência de relatos relativos às sanções administrativas em face do descumprimento dessas metas de produtividade, a tensão entre as Assistentes Sociais e a gestão aprofundou. Por volta de 2019, após reiteradas queixas da equipe, o Decano em exercício destituiu o diretor do cargo que foi assumido interinamente por integrantes das coordenações até a escolha de uma nova gestão.

A atual diretora é professora associada da Universidade de Brasília vinculada ao Departamento de História. É graduada em letras e possui mestrado e doutorado na área de sociologia. Atualmente os contatos com a equipe tem sido pontual. A Direção tem optado em reunir-se ordinariamente com as coordenações participando apenas extraordinariamente das reuniões de equipe. Não disponho de informações suficientes sobre a leitura que a equipe faz da atual gestora e, por outro lado, esta avaliação não se faz necessária tendo em vista que, para efeito do estudo proposto, sua gestão extrapola o período de análise delimitado.

A avaliação socioeconômica, por sua vez, constitui um conjunto de procedimentos que envolvem a coleta de informações, a avaliação de documentos, realização de entrevistas, visita domiciliares, entre outros. Algumas das estratégias de suporte ao estudante citadas anteriormente, por fazerem uso do recurso do PNAES, demandam dos estudantes interessados a realização de avaliação socioeconômica junto à DDS. Assim, há situações em que a realização de avaliação socioeconômica constitui critério de acesso a programas e serviços de outras diretorias.

Os Sistemas de Assistência Estudantil constituem, hoje, parte do instrumental utilizado para os fins do estudo socioeconômico, mas essa não era a realidade nos primeiros anos de instituição ou mesmo após sua formalização. A necessidade dos sistemas aparece na medida em que o volume de processos aumenta e surge a necessidade de sistematização, padronização e avaliações do processo de trabalho. A forma como os sistemas são modelados e projetados tem inequívocas implicações no processo seletivo podendo favorecer ou dificultar o acesso de diferentes grupos de estudantes.

Os sistemas usados na seleção de estudantes

Ainda no início dos anos 2000, a demanda por assistência estudantil era relativamente pequena quando comparado à demanda impulsionada a partir das ações implementadas pelo REUNI. Os processos de avaliação socioeconômica eram realizados de forma inteiramente manual. O registro mais antigo do Sistema de Assistência Estudantil (SAE), remete ao ano de 2005 e provavelmente ocorreu de forma paralela às estratégias manuais de seleção. É provável, também, que o SAE estivesse em processo de desenvolvimento tendo em vista que somente anos depois um volume maior de registros teriam sido gravados no banco de dados.

Não dispomos de muitas informações sobre o momento anterior ao SAE pois isso demandaria uma pesquisa de campo mais intensa, com consulta direta aos arquivos físicos dos estudantes. Além disso boa parte da equipe à época era constituída de profissionais temporários que foram gradativamente sendo substituídos por profissionais concursados, o que restringe as possibilidades de obtenção de informações mediante entrevista da equipe.

Naquele contexto, as pastas mais antigas disponíveis nos arquivos indicam que provavelmente as avaliações socioeconômicas operavam-se de forma predominantemente presencial. Estudantes interessados compareceriam ao setor e seriam atendidos por uma assistente social ou outro profissional que iniciaria o acolhimento mediante entrevista e a depender do caso, procederia com as ações necessárias para atender a demanda do estudante.

Possivelmente a burocratização mais sistemática da atividade teria se intensificado a partir da formalização da DDS. Nesse contexto de maior formalização, os estudos, os formulários utilizados nas entrevistas e as cópias dos documentos solicitados provavelmente seriam reunidos em pastas pessoais que ficariam arquivadas na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). À essas pastas seriam acrescentadas quaisquer outros documentos adicionais que implicassem alteração da situação declarada pelo/a estudante. É provável também que existissem revisões periódicas da avaliação socioeconômica ou demandas pessoais específicas, a exemplo dos pedidos de auxílio emergencial ou outras solicitações espontâneas não previstas no conjunto das atividades promovidas pelo setor.

Em 2007 ocorreria a publicação da Portaria Normativa nº 39, de 12 de Dezembro de 2007, que instituiria, a partir do MEC, Programa Nacional de Assistência Estudantil. Neste mesmo ano, o SAE teria registrado cinco estudos socioeconômicos. Três anos depois, ano de publicação do Decreto do PNAES, a quantidade de registros do SAE seria de 35 estudos

socioeconômicos. E, finalmente, no ano de 2017, último ano de uso do SAE, o total de avaliações registradas seria de 4761 estudos socioeconômicos.

O SAE

Utilizado como ferramenta seletiva até o segundo semestre de 2017, este sistema era constituído de uma interface privada, um programa de computador com aspecto semelhante ao Sistema de Graduação (SIGRA), acessível pela equipe da DDS nos computadores do setor, e uma interface pública, uma página de internet, o SAEWeb, utilizada pelos estudantes para o envio das informações gerais da avaliação socioeconomia, que anteriormente deveria ser de preenchimento manual.

O uso do SAEWeb implicou um fluxo diferente àqueles estudantes que pleiteavam acesso aos programas de Assistência Estudantil. Os interessados deveriam preencher e encaminhar as respostas do formulário eletrônico de avaliação socioeconômica pela interface SAEWeb e, após a sua conclusão, deveriam imprimir o resumo com as respostas fornecidas para entregá-lo, junto com a documentação comprobatória de sua situação, ao Serviço de Programas Sociais (SPS) de seu campus de origem. Todos esses documentos seriam reunidos em um envelope e colocados em uma fila de avaliação. Eventualmente, quando estudantes que apresentavam dificuldade junto ao manejo da ferramenta compareciam a setor, tínhamos a possibilidade de preencher o formulário a partir da interface privada do SAE, lado a lado com estudante. Nessas ocasiões as documentações disponíveis durante essa interlocução eram reunidas em um envelope e a orientação em relação a necessidade de apresentação de eventuais documentações complementares ocorria imediatamente.

Seguindo a fila de processos, as Assistentes Sociais procederiam com a avaliação das documentações apresentadas e solicitariam a presença do estudante na hipótese de pendência de documentos ou mediante a necessidade de realização de entrevista. A realização de entrevistas era obrigatória para todos estudantes que pleiteassem acesso ao Programa de Moradia Estudantil e os/as interessados/as no programa de moradia deveriam agendar a entrevista via SAEWeb⁸². A comunicação das pendências no estudo não era feita de forma individual. Aquelas pessoas que suspeitassem ter alguma pendência no estudo deveriam verificar sua situação junto ao SPS de seu *campus* de referência.

82 Em alguns casos os estudantes não agendavam a entrevista no sistema pois entendiam a partir das informações disponíveis que a própria DDS estabeleceria o contato para agendar este momento.

Nos murais externos aos SPSs, semanalmente, os servidores afixavam duas listagens: [1] a primeira referia-se aos estudos conclusos, os estudantes nessa listagem estariam aptos a vincular-se ao programa Bolsa Alimentação, na hipótese de terem sido identificados como adequados ao perfil de seleção; [2] a segunda lista referia-se aos estudos com pendências na documentação ou nas informações fornecidas, os estudantes nessa listagem deveriam dirigir-se à assistente social responsável pela sua avaliação socioeconômica. Em ambas as listagens os estudantes eram identificados pela matrícula e, a direita do identificador, estaria a informação pertinente a cada lista, respectivamente, o resultado da avaliação (indicando adequação ou inadequação ao perfil de seleção) e o nome da assistente social responsável pela avaliação.

Esse fluxo de trabalho levava a um grande número de inscrições incompletas, como veremos nos dados adiante. A suspeita é que em muitos casos os estudantes entendiam que apenas o envio do formulário eletrônico seria suficiente para a realização do processo de avaliação, apesar de existir instruções e informações de contato no edital para o caso de dúvidas. Eventualmente, no cotidiano do SPS/FUP percebíamos a necessidade de explicar as informações apresentadas nas listas para boa parte dos estudantes.

Parte dos estudos cuja inscrição havia sido efetivada, não eram concluídos em face da dificuldade de alguns estudantes frente ao formato das informações apresentada nas listas. Por vezes estudantes com avaliações concluídas levavam semanas para identificar que o processo havia terminado e que eles precisariam assinar o termo de adesão ao programa Bolsa Alimentação para usufruírem do subsídio de alimentação junto ao Restaurante Universitário. O atraso na assinatura no termo de alimentação era contornável tendo em vista que o estudante poderia fazê-lo a qualquer tempo. Contudo, em relação aos demais programas, à exemplo da Auxílio Socioeconômico e Moradia Estudantil, *a perda do prazo implicava a perda da oportunidade de vinculação ao programa.*

Como exposto anteriormente, o SAE possuía uma interface privada. As mudanças nessa ferramenta, neste programa de computador, não eram simples e, com a progressiva substituição da equipe da Secretaria de Tecnologia de Informação (STI⁸³), elas tornaram-se inviáveis. A nova equipe tinha enormes dificuldades para lidar com o código legado e a consequência disso foi que o sistema foi se tornando obsoleto.

83 À época CPD – Centro de Processamento de Dados

À medida que as estratégias de ampliação do acesso empreendidas pelo REUNI contribuíam com o aumento demanda por assistência estudantil, complexificando o perfil dos estudantes que se submetiam ao pleitos, tornava-se cada vez mais urgente a necessidade de ajustamento dos critérios de seleção uma vez que havia desproporcionalidade entre a procura por assistência estudantil e as cotas disponíveis. Esse cenário se agravou especialmente após 2015 quando a crise política e econômica indicou os primeiros sinais de interferência nos repasses à função educação. O aumento do volume de processos, sem o correlato aumento de recursos ou da equipe técnica, conforme indica Sant’Anna (2018), implicou uma intensificação do trabalho da equipe⁸⁴.

Dessa forma, entre 2014 e 2017, a precariedade das condições de trabalho tornava-se, a cada pleito, mais evidente. Isso acarretava consequências negativas: [1] com a intensificação do trabalho os erros nos processos tornavam-se mais frequentes; [2] a necessidade de manejar um grande volume de pastas e envelopes de documentos implicava, não raramente, extravio de documentos; [3] problemas não resolvidos no sistema implicava “quebras” frequentes demandando o reinício de avaliações que já estavam em curso, contribuindo à morosidade dos processos; [4] a obsolescência dos critérios de seleção e de pontuação codificados no SAE demandava a definição de pontuações compensatórias realizadas manualmente pelas Assistentes Sociais, o que implicava aumento desnecessário da complexidade do trabalho e maior possibilidade de erro humano; [5] a inexistência de espaços adequados para atender o volume crescente de estudantes implicava dificuldades para assegurar o sigilo; [6] o conjunto de erros recorrentes e falhas na comunicação acirrava a hostilidade entre estudantes e profissionais.

Parte dessas consequências negativas foram observadas pela Controladoria Geral da União (CGU) que realizou auditoria no setor em 2015. A CGU estabeleceu, então, diante dos resultados da auditoria, a necessidade de ajuste de algumas práticas e definiu em conjunto com a gestão um cronograma para efetivá-las. Seguem apenas alguns desses apontamentos de forma resumida e adaptada conforme disposto nas páginas 12 e 13 do Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão da UnB (link para o documento integral nas referências)

- Elaborar cronograma e providenciar alterações, no SAE junto ao STI, no intuito de implantar sistema de cálculo automatizado dos atributos/aspectos sociais declarados pelo estudante conforme os instrumentais e/ou editais;

84 Assim como Sant’Anna (2018), Borsato (2015) indica que na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a contratação de profissionais também foi insuficiente para lidar com a demanda.

- Documentar as regras de cálculo do SAE, a fim de permitir eventuais ajustes futuros;
- Dar transparência ao processo, apresentando os resultados da pontuação aferida à situação do estudante em alinhamento com os critérios do edital.
- Automatizar o cálculo da renda per capita de forma a reduzir erros.

Assim, ainda no final de 2016, a equipe técnica começou a discutir possibilidades para lidar com a elevada demanda. Se por um lado o interesse da equipe orientava-se à redução da precariedade do processo seletivo a partir da organização do fluxo de trabalho e da instituição de uma ferramenta moderna que incorporasse no sistema as mudanças necessárias já parcialmente amadurecidas pela equipe, pelo âmbito da gestão o interesse era o de responder às determinações do órgão de controle e aumentar a produtividade, diminuindo o tempo total de duração do processo seletivo.

A efetivação desses interesses envolvia mudanças no processo de trabalho dentre elas a redução no número das entrevistas, sobretudo aos estudantes de outras UFs interessados na Moradia Estudantil, a eliminação da necessidade de visita domiciliar para estudantes interessados na Moradia Estudantil oriundos do DF.

Ainda assim, a presença de estudantes para sanar dúvidas relacionadas às documentações eram bastante frequentes. Nesse período, uma proposta apresentada pela equipe de Planaltina, baseada na experiência local, sugeria o acolhimento direto aos estudantes interessados em vincular-se a assistência estudantil pelas Assistentes Sociais. A intenção era minimizar a necessidade de interlocuções futuras em relação ao estudo social uma vez que o essencial do processo seria explicado no acolhimento. Essa ideia contudo não foi acatada pela equipe do campus Darcy Ribeiro. O entendimento do grupo era que essa estratégia seria inviável em função do elevado volume de atendimentos.

Dessa forma, considerando a necessidade de efetivação dos ajustes indicados pela CGU, a gestão propôs a construção de um novo sistema para o processo seletivo da assistência estudantil. Assim, diante dos diversos problemas indicados anteriormente e diante do interesse imediato da equipe em amenizar as condições precárias de trabalho, a proposta foi facilmente acatada. A partir daí, equipe técnica e gestão iniciaram um processo de revisão dos critérios seletivos e documentos necessários e, paralelamente, iniciaram o planejamento da estruturação da interface para uma nova plataforma. Não recorro de ter existido qualquer

consulta aos discentes no que tange este processo de construção do sistema, revisão dos critérios seletivos ou das documentações.

Entre os objetivos de desenvolvimento vigoravam: [1] a digitalização dos processos de avaliação socioeconômica, permitindo um acesso facilitado e rápido aos documentos apresentados pelos estudantes; [2] a criação de uma ferramenta que pudesse ser configurada pela equipe da DDS a fim de permitir autonomia no ajuste de critérios e pontuação conforme a avaliação dos pleitos; [3] a automatização do cálculo da renda a fim de minimizar erros humanos; [4] a criação de uma interface para os estudantes que possibilitasse um acompanhamento mais transparente do processo bem como dos critérios utilizados para avaliar sua situação socioeconômica.

Em 2018, já em meio a uma conjuntura economicamente recessiva, o sistema SAE foi parcialmente substituído pela nova ferramenta, intitulada NovoSAE. A nova ferramenta foi utilizada para a realização dos novos processos seletivos, mas a consulta das informações relativas aos processos anteriores a 2018 ainda precisaria ser feita a partir do SAE.

O NovoSAE

O NovoSAE resultou do trabalho conjunto entre a equipe da DDS e do STI. Foi inteiramente programado para ser utilizado via internet e tinha como principal objetivo minimizar o volume de papeis, acelerar a localização de processos e permitir a realização de estudos de forma inteiramente remota. A plataforma possuía uma única interface com perfis diferentes de usuários.

O perfil dos discentes possibilitava aos estudantes [1] o preenchimento do estudo socioeconômico, [2] o envio de documentos em formato digital, [3] a identificação de pendências (que também eram automaticamente encaminhadas ao e-mail), [4] a maior transparência em relação aos critérios utilizados para a atribuição da pontuação de prioridade. O estudante poderia acessar o sistema fazendo uso de sua matrícula e da senha definida no MatriculaWeb, ferramenta da instituição utilizada para vinculação às disciplinas.

O perfil das Assistentes Sociais, permitia [1] a listagem dos estudos bem como a vinculação da profissional a um determinado processo, [2] a alteração de informações bem como a inclusão ou remoção de documentos do estudante, [3] o registro de orientações relativas a pendências na documentação ou nas informações prestadas (com envio automático

ao e-mail dos estudantes), [4] o registro de observações para cada estudante, acessível apenas aos integrantes da equipe, [5] a validação ou desclassificação do estudo, permitindo, para cada programa solicitado, o registro de justificativas separadas.

O NovoSAE permitia, ainda, a distribuição dos processos entre as equipes dos diferentes SPS assim como uma maior facilidade na substituição de profissionais. Além disso após a realização dos primeiros pleitos, passou a ser mais fácil a consulta às informações de estudos anteriores, o que era especialmente útil nos casos de renovação do estudo. Anteriormente, os estudos de renovação demandavam o acesso à pasta dos estudantes para verificação das informações novas e comparação com as informações antigas. Estes processos de renovação tornavam-se especialmente morosos quando estudantes vinculados a assistência estudantil solicitavam mudança de curso e mudavam o campus de referência.

Além disso, o NovoSAE realizava os cálculos de renda, de pontuação, bem como o ranqueamento, de forma automática. Toda essa facilidade implicou uma diminuição na morosidade do processo, bem como uma diminuição na quantidade de erros na construção do ranqueamento o que anteriormente acarretava vários pedidos de revisão encaminhados mediante recurso.

A avaliação da DDS registrada no Relatório sobre a utilização do Módulo da Assistência Estudantil do SIGAA em 2021⁸⁵, indica, ainda na parte introdutória, que o NovoSAE possibilitou uma diminuição de aproximadamente um mês no tempo total despendido com o processo seletivo. Assim, mesmo ante o aumento da demanda, o tempo total do processo foi concluído com maior celeridade. Essa alta produtividade, entretanto, não implicou, necessariamente, maior efetividade, como veremos nos dados adiante.

Assim, de mesma forma que na implementação do SAE, a implementação do NovoSAE implicou mudanças no fluxo de trabalho. A principal mudança foi a desobrigação dos estudantes comparecerem presencialmente ao setor para serem orientados em relação às pendências no estudo socioeconômico. A consequência desse afastamento foi a redução da frequência de interlocução entre profissionais e estudantes. Se anteriormente, durante as orientações presenciais, ocorria a interlocução entre as Assistentes Sociais e os estudantes, com o NovoSAE as orientações fluíam predominantemente no sentido das Assistentes Sociais aos estudantes sem a possibilidade de retorno destes via plataforma. Ou seja, a interface

85 Disponível em: <https://app.box.com/s/s61nfqlmt38dmocbjk90scuz618jjsrs>

utilizada pelos estudantes não permitia o envio de mensagens dos estudantes às Assistentes Sociais. Assim, há fortes indicativos (elevado número de estudos incompletos, como veremos adiante), de que as orientações não eram devidamente compreendidas pelos estudantes.

O segundo semestre de 2019 foi o último em que a DDS usou o NovoSAE para a seleção dos estudantes de graduação. Por determinação da gestão superior da universidade, a instituição deveria adotar integralmente o sistema SIG. Assim os processos seletivos deveriam ser efetivados pelo SIGAA, um dos módulos desde novo sistema. Essa determinação, contudo, não estaria relacionada a uma *avaliação dos resultados dos processos seletivos*, o que está sendo objeto de análise neste trabalho, mas a uma determinação contratual estabelecida entre a UnB e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Essa mudança exigiu uma nova reconfiguração do processo de trabalho levando a uma grande insatisfação da equipe técnica e administrativa do setor. À época foi montado um grupo de trabalho para testar e produzir um relatório institucional sobre o módulo SIGAA. Apesar deste relatório identificar de diversos limites e problemas técnicos na ferramenta, seu uso foi imposto pela gestão superior da universidade.

Diferentemente do NovoSAE, que havia sido produzido pela própria instituição e, portanto, estava aberto à melhorias. O SIGAA tem se instituído como franco obstáculo a autonomia dos processos de trabalho da universidade exigindo adequação das equipes de trabalho à ferramenta, sem a perspectiva de melhorias no curto e médio prazo.

O SIGAA

Os processos seletivos sob a vigência do SIGAA não constituem objeto de estudo dessa pesquisa. Todavia, considero pertinente registrar as primeiras impressões apresentada pelo grupo de trabalho de avaliação exposto no evento de encerramento da pré-II Conferência de Assistência Estudantil da UnB⁸⁶, que dão um claro indicativo das dificuldades vigentes em matéria da gestão e da realização dos processos seletivos para os programas de assistência estudantil. Esta ferramenta, que foi adotada e utilizada em meio ao contexto pandêmico, tem exigido da equipe a construção de estratégias e ferramentas paralelas para lidar com suas dificuldades e limitações. Um exemplo de ferramenta criada para lidar com suas limitações é o *script* para pontuação da natureza de renda e agravos de saúde do grupo familiar⁸⁷.

86 Ver nas referências o vídeo “Encerramento da pré-II Conferência de Assistência Estudantil da UnB”, transmissão ao vivo efetivada em 8 de abril de 2021.

87 Disponível em: <https://bwb0de.github.io/ddsscripts.github.io/score.html>

O grupo de trabalho em questão foi integrado pelo Coordenador da Equipe Técnica da DDS, representantes da Secretaria de Tecnologia da Informação e representantes de outras Universidades, inclusive a UFRN, instituição responsável pelo desenvolvimento do SIG. A exposição dos problemas e encaminhamentos foi feita pelo Coordenador da Equipe Técnica da DDS e foi desalentadora. Conforme o relato, o sistema não está adequado ao fluxo de trabalho do setor. Além disso, conforme o relato do representante da UFRN, nem mesmo a instituição de origem trabalharia de forma satisfatória com o módulo de Assistência Estudantil. No instante 3h58m39, do vídeo de encerramento da pré-II Conferência de Assistência Estudantil da UnB o coordenador expõe:

[...] foi[-nos] imposto um sistema que não está pronto. [...] O módulo de Assistência Estudantil não é usável [...] [inclusive] outras Universidades também fazem seus puxadinhos, suas gambiarras [...] é importante que isso seja reconhecido.

Seguindo o relato, o coordenador expõe que a dificuldade de uso no sistema trouxe graves transtornos aos estudantes e estresse à equipe das Assistentes Sociais. Além disso denunciou atrasos no processo seletivo e erros no pagamento de estudantes já vinculado aos programas, tudo isso em meio ao contexto da pandemia, um momento em que a comunicação torna-se consideravelmente mais difícil:

[...] Não bastasse a crise sanitária, temos uma crise gerada pelo sistema [...] Como se adotou um sistema com um módulo de Assistência Estudantil tão pouco desenvolvido? [...] A Universidade teria adotado esse sistema se o módulo de RH estivesse tão ruim assim? [...] Se o salário do servidor tivesse ameaçado de não ser pago? [...] **Estamos atrasando bolsas [...] Não estamos conseguindo cumprir nossos editais no tempo correto** [...] Se o módulo de patrimônio não tivesse sido desenvolvido, ele [o SIG] teria sido adotado? [...] Será que a universidade acha a Assistência Estudantil tão importante assim? [...] A equipe da DDS fez uma análise do módulo de Assistência Estudantil antes da adoção, [...] formalizou via SEI à administração superior os graves prejuízos que a adoção desse módulo traria [...] fomos ignorados. (grifo nosso)

A imposição do sistema ocorreu mediante o discurso dos ganhos que a instituição teria mediante a implementação de um “sistema integrado”. Contudo, ao que parece, os indícios são outros: “[...] [Outro problema identificado] foi a falta de integração do módulo da Assistência Estudantil, com o módulo Acadêmico e com o módulo de pagamento”.

Além disso, o coordenador suscitou preocupação com o princípio da autonomia universitária e dos processos de trabalho uma vez que a equipe precisou adequar-se reiteradas

vezes ao sistema, e não o inverso. Apontou, também, para a perda de ter um sistema em que *as modificações estão subordinadas a uma outra instituição* o que dificulta a resolução de problemas e demanda a criação instrumentos alternativos de gestão do processo seletivo gerando um volume de trabalho adicional e ampliando, desnecessariamente, a possibilidade de erros. Nesse sentido, um dos princípios defendidos foi o da necessária adequação da ferramenta ao trabalhador, e não o inverso:

[...] [um dos princípios defendidos pelo GT foi] que o sistema atenda as necessidades diversas de cada universidade [...] e não obrigue a uniformização das políticas e dos processos de trabalho da Assistência Estudantil [...] **Se não, por que estaríamos aqui discutindo política se, no final das contas, é o sistema que vai dizer como agente faz ou deixa de fazer?** (grifo nosso)

Atualmente estudantes e profissionais tem se queixado do SIGAA. O relato do coordenador foi selecionado em virtude do seu papel de representante do grupo de trabalho de avaliação do SIGAA. Acredito que aqui temos indícios para investigações posteriores que podem inclusive indicar se essas mudanças contribuíram com a desclassificação tácita de estudantes. A adoção do SIGAA pela instituição após todo o esforço empreendido por assegurar o acesso e participação de estudantes na modalidade remota, tal qual relatado por Lima (2021), emerge como uma séria contradição, especialmente preocupante no contexto pandêmico

Cabe, por fim, salientar que a interface do SIGAA é bastante diferente da interface do NovoSAE o que exigiu dos estudantes o aprendizado forçado e com meios limitados de suporte em face da interrupção do atendimento presencial. Essa dificuldade torna-se ainda mais preocupante quando consideramos a diversidade e a precariedade da situação de muitos estudantes em relação às possibilidades de conectividade e recordamos que, conforme o artigo de Lima (2021), os esforços em prol da “Inclusão Digital” não foram capazes de atender a totalidade da demanda.

As mudanças nos critérios e documentos exigidos para a seleção dos estudantes

No âmbito da avaliação socioeconômica, ou estudo socioeconômico, as Assistentes Sociais levam em conta diferentes aspectos que são considerados fatores que agravam a

dificuldade de acesso e permanência na instituição. Dentre os critérios utilizados para a seleção destacam-se os seguintes:

- a renda *per capita* do grupo familiar;
- as características e composição do grupo familiar (a presença de dependentes, de pessoas com deficiência ou com doenças crônicas ou graves);
- a natureza das fontes de renda dos integrantes do grupo familiar (trabalho formal, informal, renda auferida mediante rendimentos/dividendos, renda advinda de programas sociais, o caráter temporário ou não da renda...);
- a localidade de residência (campo, cidade...);
- a proveniência do estudante (DF, entorno, outras UFs...);
- a situação do imóvel de moradia (próprio, alugado, cedido...);
- a presença ou não de relato de fragilização/rompimento de vínculos no grupo familiar;
- a rede de ensino de origem (pública, privada...);
- a participação em programa de cotas, **entre outros** critérios definidos em edital.

Os critérios inscritos no SAE consideravam, ainda, a presença de determinados bens no grupo familiar (geladeira, automóvel, etc.) bem como a quantidade de cômodos da residência do estudante (número de banheiros, quartos, etc.). Estes últimos critérios do SAE deixaram de existir a partir da utilização do NovoSAE, que ficou centrado predominantemente nos critérios anteriormente apresentados.

Em linhas gerais os critérios seletivos transformaram-se pouco ao longo do período considerado. A mudança operada orientou-se, sobretudo, aos pesos dos critérios considerados de forma a aproximar os valores máximos e mínimos dos distintos critérios. Todavia, o método do cálculo da renda familiar líquida, determinante para a definição da faixa de renda, foi o que mais sofreu alterações no tempo. A título de exemplo, quando ingressei na DDS, a partir de setembro de em 2014, era habitual efetivar o descontos dos custos de moradia com aluguel, financiamento residencial, gastos educacionais do estudante (a exemplo da formação complementar como cursos de idiomas), gastos com saúde (doenças crônicas ou graves), bem como descontos para estudantes independentes (que não possuem outros integrantes no grupo familiar) ou residentes fora de domicílio (estudantes em que o grupo familiar reside noutras UFs). Ou seja, no cálculo da faixa de renda líquida do grupo familiar, a presença desses aspectos implicava a dedução de valores proporcionais ao salário mínimo (ou partes dele) em

relação à renda total bruta do grupo familiar. Isso implicava problemas sérios nos resultados⁸⁸. Essa forma de cálculo da renda líquida ocorreu predominantemente sobre o período de vigência do SAE e foi intensificada como mecanismo de compensação das insuficiências do sistema, mas passou a ser revista a partir de 2016, com a demanda pela discussão/estruturação do NovoSAE. Paulatinamente a quantidade de descontos foi reduzindo. Atualmente, sob a vigência do SIGAA, efetua-se apenas o desconto daqueles estudantes que comprovam o pagamento de pensão alimentícia à dependentes externos ao grupo familiar declarado.

No que tange à documentação, existe uma lista mínima necessários ao estudo que pode sofrer ligeira alteração em virtude da idade ou da fonte de renda dos integrantes do grupo familiar. Cada aspecto que implique alteração na pontuação demanda a apresentação de documentação adicional ou confirmação do dado mediante acesso a uma base de dados complementar e de acesso público. A multiplicidade de situações possíveis implica, em geral, dificuldade na identificação da documentação necessária por parte dos/as estudantes. Além disso outro fator que contribui para dificuldades no andamento dos estudos é a delimitação do grupo familiar, especialmente nos casos de arranjos familiares não convencionais. A entrevista constitui um momento importantíssimo para solucionar essas dificuldades, bem como informar e detectar outras necessidades do discente.

As mudanças em termos de documentação foram pequenas ao longo do tempo. As mais impactantes referiram a apresentação de extratos bancários ou a apresentação da Certidão Negativa de Relacionamento com o Sistema Financeiro emitida pelo Banco Central.

O grande imbróglio estava relacionado a apresentação do Relatório do Banco Central, que passou a ser exigido em grande parte das avaliações a partir de 2018 no intuito de identificar todas as contas bancárias ativas dos estudantes. O uso mais frequente desse documento passou a ocorrer em virtude da ampliação na utilização das carteiras digitais. Contudo, após o primeiro semestre de 2018, sua solicitação obrigatória foi restringida aos estudantes estrangeiros, sendo facultativa para os demais casos. A restrição no uso desse

88 A pretexto de observar as dificuldades impostas por custos educacionais complementares e custos com de moradia, o desconto empreendido na renda total implicava distorção no processo seletivo privilegiando estudantes com custo de moradia mais elevado ou com melhores condições econômicas de arcar com formação educacional complementar em detrimento de estudantes sem condições de fazê-lo e com custo de moradia baixo, mas residindo em condições precárias. Talvez no passado, quando os campos relativos à quantidade de cômodos e bens do grupo familiar faziam parte do processo seletivo o critério do desconto poderia ser justificável, contudo, no contexto de 2015, quando a DDS solicitou a retirada desses campos relativos aos cômodos e aos bens do grupo familiar do SAEWeb, esses descontos passaram a implicar graves distorções na análise levando a atribuição em situações não raras de faixas de renda negativa.

documento ocorreu em virtude da dificuldade de acesso dos estudantes em tempo hábil à conclusão do processo seletivo. Diferente da Certidão Negativa de Relacionamento com o Sistema Financeiro, acessível quase instantaneamente via internet, a obtenção do relatório poderia ocorrer mediante duas formas. Primeiramente pelo comparecimento presencial do estudante ao Banco Central o que, em geral, costuma ser problemático e trabalhoso, sobretudo para os estudantes mais pauperizados, provenientes do interior ou de outras unidades da federação. A segunda possibilidade é a solicitação via internet, o que exigia o envio dos dados dos solicitantes e documentos adicionais. Esta emissão via internet poderia demorar 15 dias.

Essa exigência não estava relacionada, contudo, às mudanças do sistema, mas a identificação de casos em que mediante a existência de diferentes contas bancárias, fontes de renda com volume de recursos passíveis de mudança no resultado do estudo não haviam sido declaradas⁸⁹. Com o aumento da exigência documental torna-se cada vez mais necessário a efetivação de uma comunicação interativa e prévia, que permita ao estudante o adequado acesso à informação em tempo ótimo para o atendimento das solicitações no prazo do processo seletivo.

A mudanças de fluxo na avaliação socioeconômica

Conforme visto anteriormente, a mudança no fluxo de atendimento ocorreu em consonância com as mudanças nos sistemas. Nos anos anteriores ao uso do SAE o fluxo de atendimento provavelmente era inteiramente presencial. Estudantes interessados/as recorriam ao setor e recebiam as orientações necessárias à participação no processo presencialmente. Mediante a entrevista de acolhimento a assistente social teria a possibilidade de apreender outras necessidades do/a estudante, efetivando as devidas orientações e encaminhamentos conforme necessário. O fluxo estruturado dessa forma possuía um grande potencial para o exercício da Comunicação Pública e dialógica nos termos discutidos anteriormente.

Com a adoção do SAE e da interface SAEWeb, o primeiro contado do discente com o processo de avaliação socioeconômica, em geral, efetiva-se pelo preenchimento de um formulário eletrônico. A menos que o/a discente tenha lido e compreendido o edital, tenha comparecido ao setor, ou tenha se informado com outros estudantes sobre os procedimentos

⁸⁹ A exigências desses documentos não é consensual e, por esse motivo, provoca discussões recorrentes na equipe. Sua inclusão no conjunto dos documentos exigidos ocorreu em função da detecção de fraudes. Se por um lado a burocratização no sentido da ampliação das exigências documentais auxilia a evitar a seleção inadvertida de estudantes não adequados ao perfil, noutra direção ela institui-se como obstáculo para parte considerável doutros estudantes que não conseguem reunir a documentação exigida no prazo estipulado.

para participação no processo seletivo, as chances dele/a não iniciar o estudo não seriam desprezíveis. O primeiro contato com as Assistentes Sociais ocorreria mediante a entrevista para o Programa de Moradia Estudantil ou ante a identificação de documentação incompleta. Por sua vez, o/a estudante precisaria conhecer os mecanismos de acompanhamento do processo e entender a lógica das listas de pendências afixadas nos murais externo dos SPS. Não raro eram os casos em que discentes levavam semanas até comparecerem ao setor ansiosos por saberem o resultado do processo e, somente nesta ocasião, tinham a oportunidade de entender todo o fluxo da avaliação socioeconômica.

No *campus* da Faculdade UnB Planaltina (FUP), mediante as atividades de acolhimento promovidas pelo Serviço de Orientação aos Universitários (SOU), encontramos a oportunidade de esclarecer para parte dos/as estudantes as formas de participação no processo seletivo. Todavia a quantidade de discentes sem conhecimento do processo ainda era grande. Por volta do segundo semestre de 2017 a estratégia empreendida pelo SOU foi a realização de um *tour* pelos espaços/serviços da FUP. Diante dessa estratégia a participação de discentes mostrou-se mais efetiva e os problemas relativos à compreensão do fluxo de avaliação tornaram-se menos recorrentes. No âmbito do *campus* Darcy Ribeiro, contudo, a estratégia do *tour* era inviável, especialmente se considerarmos o grande volume de discentes. Dessa forma, a equipe da DDS começou a participar de atividades de acolhimento de calouros que, contudo, não foram suficientes para reverter o problema das inscrições incompletas verificados entre 2010-1 e 2017-2, como veremos adiante.

Com a instituição do NovoSAE o fluxo modifica-se mais uma vez. A partir de 2018, os/as estudantes não deveriam mais apresentar documentação física para participar do processo seletivo. Mesmo assim, durante o primeiro semestre de vigência do novo sistema, alguns estudantes ainda compareceram ao setor com a documentação física.

O estudo social e o envio de documentos ocorreria via formulário eletrônico e as orientações passariam a ser encaminhadas de forma escrita, por intermédio do sistema, ao e-mail dos/as estudantes. Este e-mail seria encaminhado ao endereço registrado na secretaria do curso do/a estudante. Eventualmente aqui existiam problemas devido a mudança de endereço de e-mail dos/as estudantes durante o curso. Essa informação só era efetivamente obtida quando os/as discentes percebiam a demora na comunicação, em muitos casos somente após terem a ciência de alguns de seus colegas terem recebido o retorno do setor.

Complementarmente os estudantes que sentissem necessidade poderiam comparecer ao SPS para orientação presencial. Junto a implementação do NovoSAE a equipe optou pela eliminação da entrevista obrigatória aos estudantes interessados nas modalidades do Programa de Moradia Estudantil. Assim, a convocação para entrevista passou a ser uma decisão particular de cada assistente social. Da mesma forma a exigência de visita domiciliar para os casos de estudantes provenientes do DF que estivessem solicitando moradia foi retirada.

A adoção do NovoSAE implicou na predominância de uma estratégia comunicativa mediatizada pela plataforma, como indicado antes. O recurso comunicacional, todavia, possuía uma limitação grave: ele permitia apenas a comunicação unidirecional da assistente social ao estudante, sem a possibilidade de retorno.

Soma-se ao problema comunicacional as dificuldades e diferenças em relação à ferramenta anterior. No primeiro semestre de uso da plataforma (2018-1), vários problemas de usabilidade foram detectados e reportados ao STI. Além disso o sistema não se adaptava às dimensões das telas dos *smartphones* principal meio utilizado pelos estudantes. Diferentemente do que se poderia esperar de uma tendência adaptativa do corpo discente ao sistema, os dados demonstram o aumento no número de estudos incompletos nos semestres subsequentes, 2018-2 e 2019-1. Em 2019-1 o número absoluto de inscrições incompletas ficou bem próximo do valor correspondente a 2017-2.

Análise cruzada dos registros dos sistemas

Agora faremos uma análise a partir da reunião de informações presentes nos sistemas SAE, NovoSAE, Sistema de Graduação (SIGRA) e Sistema de Pós-Graduação (SIPPOS). Com base nos registros dos sistemas de assistência, identificamos os estudantes que participaram dos processos seletivos e, a partir dessa informação, construímos as tabelas de resultados agregados, a partir das informações disponíveis nos sistemas acadêmicos. Essa estratégia foi necessária tendo em vista o número limitado de informações no âmbito dos sistemas de assistência para aqueles estudantes que não foram capazes de concluir a inscrição.

No total foram pesquisados 22473 registros. Estes foram tabulados e distribuídos em 19 períodos, correspondente aos semestres dos processos seletivos. Os períodos que partem do momento 2010-1 à 2017-2, fizeram uso dos dados do SAE. Os demais períodos (2018-1, 2018-2, 2019-1) correspondem aos registros do NovoSAE.

A primeira informação que analisaremos refere-se à tabela que contabiliza os resultados a partir de uma classificação simplificada. Conforme exposto na metodologia, o status simplificado refere-se as “Desclassificações”, “Inscrições incompletas” e “Avaliações concluídas”.

T1: Total de estudos conforme o 'status simplificado'

Período	Desclassificações	Inscrições incompletas	Avaliações concluídas	Σ
2010-1	1	6	6	13
2010-2	0	7	15	22
2011-1	3	19	17	39
2011-2	2	41	14	57
2012-1	9	87	49	145
2012-2	13	108	105	226
2013-1	16	110	102	228
2013-2	34	168	186	388
2014-1	39	320	308	667
2014-2	52	313	441	806
2015-1	90	516	678	1284
2015-2	78	647	912	1637
2016-1	119	811	954	1884
2016-2	282	779	1212	2273
2017-1	199	1258	1358	2815
2017-2	56	1032	858	1946
2018-1	430	436	1429	2295
2018-2	580	641	1416	2637
2019-1	962	931	1218	3111
Total	2965	8230	11278	22473

Fonte: SAE, NovoSAE; elaboração própria.

A primeira vista, a partir da coluna Σ (somatório) podemos verificar o ritmo de crescimento da demanda ao longo dos processos seletivos. Percebemos que o volume de avaliações cresce até 2017-1 quando a partir de 2017-2 observamos uma queda repentina de cerca de 30% da demanda. Sant’anna (2018) indica que a diminuição desse volume refere-se a mudança relativa ao prazo de validade das avaliações socioeconômicas. Nas palavras da autora:

percepção do aumento de solicitações de estudos socioeconômicos, em 2017, alterou-se seu prazo de validade que passou de 4 (quatro) para 10 (dez) semestres. Essa alteração teve embasamento a partir da observação de dados estatísticos, por parte da CTPAE, de que apenas um baixo e irrelevante número de estudantes apresentava alterações em sua condição socioeconômica, nos períodos de renovação dos estudos. (SANT’ANNA, 2018, p.51)

No que tange ao crescimento posterior observado sobretudo a partir de 2018-2, a autora indica que a mudança dos preços praticados pelo restaurante universitário pode ter contribuído nesta direção⁹⁰. Um outro aspecto que pode ser observado é a variação na quantidade de

90 De um valor de R\$2,50 por refeição aos estudantes não participantes da assistência estudantil, as refeições assumiriam os valores de R\$2,80 (café da manhã) e R\$5,20 (almoço e jantar), conforme registra Sant’anna

desclassificações e de inscrições incompletas a partir da implementação do NovoSAE. Embora em 2018-1, na comparação com 2017-2, o número de avaliações concluídas tenha quase dobrado e o volume de inscrições incompletas tenha reduzido pela metade, a quantidade de desclassificações, em geral associadas à pendências nos estudos, aumentou em, aproximadamente, sete vezes e meia. Além disso, se observarmos os períodos subsequentes (2018-2 e 2019-1) perceberemos o aumento acelerado das desclassificações e das inscrições incompletas em contraposição à quantidade de avaliações concluídas, com tendência de queda.

A título de percebermos com maior facilidade essas tendências, reorganizaremos essa tabela ainda de forma mais sintética. A tabela seguinte reunirá, em valores relativos, os resultados agrupados a cada três semestres de processo seletivo iniciando a partir do segundo semestre de 2013.

T1.1: Percentual médio conforme o 'status simplificado' do estudo agrupado por período de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2

Período	Desclassificações	Inscrições incompletas	Avaliações concluídas
2013-2 2014-2	6,72%	43,04%	50,24%
2015-1 2016-1	5,97%	41,08%	52,94%
2016-2 2017-2	7,63%	43,63%	48,73%
2018-1 2019-1	24,52%	24,97%	50,52%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

As três primeiras linhas da tabela T1.1 possibilitam uma breve informação do movimento em termos relativos e médios dos resultados sob a vigência do SAE, já a última linha corresponde exclusivamente aos resultados agrupados sob a vigência do NovoSAE. A partir dessa segunda tabela, fica claramente explícita a ampliação no volume de estudos desclassificados. Noutra direção, ela indica que os ganhos absolutos relacionados à quantidade de avaliações concluídas não foi suficientemente expressivo para suplantar o quantitativo médio das avaliações concluídas nos semestres anteriores. Ou seja, o NovoSAE não implicou incremento relevante em relação ao percentual geral de avaliações concluídas que, considerado todo o período (2013-2 à 2019-1) gravitou em torno de 50,45%.

Além disso, se considerarmos a variação entre os percentuais de desclassificação e inscrições incompletas do NovoSAE em relação aos respectivos resultados no período de 2013-2 à 2017-2, verificaremos que os ganhos referente à redução na quantidade de inscrições incompletas são praticamente anulados pelo aumento das desclassificações. Ou seja, a variação de 6,93% (desclassificações no SAE) à 24,52% (desclassificações no NovoSAE)

(2018).

corresponde a 17,59% e a variação de 42,66% (inscrições incompletas no SAE) à 24,97% (inscrições incompletas no NovoSAE) correspondem a -17,69%.

Diante dessas informações podemos seguramente afirmar que *não houve qualquer efeito relevante no sentido da melhoria dos resultados dos processos avaliativos*. Ocorreu um claro deslocamento do problema, o grande volume de estudantes que não conseguiam concluir o processo em virtude de inscrição incompleta, permanece sem fazê-lo por força de desclassificação, em geral atrelada a pendência de documentações. Além disso, a tabela T1 aponta para uma tendência preocupante tendo em vista que a aceleração no aumento do volume de desclassificações e inscrições incompletas é mais intensa e segue tendência inversa à quantidade absoluta de avaliações concluídas, com tendência de redução. É provável que os dados mais recentes do SIGAA apontem para uma redução do percentual médio das avaliações concluídas.

Mas como essas transformações tem afetado grupos específicos de estudantes? Consideremos, num primeiro momento a agregação dos dados conforme o sexo.

T2: Totalidade de estudos estratificados por sexo

Período	Masculino	Feminino	Transgênero	Σ
2010-1	4	9	0	13
2010-2	11	11	0	22
2011-1	13	26	0	39
2011-2	23	34	0	57
2012-1	61	84	0	145
2012-2	96	130	0	226
2013-1	100	128	0	228
2013-2	159	229	0	388
2014-1	276	388	3	667
2014-2	338	468	0	806
2015-1	564	718	2	1284
2015-2	689	945	3	1637
2016-1	761	1122	1	1884
2016-2	953	1319	1	2273
2017-1	1249	1563	3	2815
2017-2	761	1184	1	1946
2018-1	1027	1267	1	2295
2018-2	1171	1464	2	2637
2019-1	1424	1686	1	3111
Total	9680	12775	18	22473

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T2.1: Percentual global de participação conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2

Período	Masculino	Feminino	Transgênero
2013-2 2014-2	41,54%	58,30%	0,16%
2015-1 2016-1	41,91%	57,96%	0,12%
2016-2 2017-2	42,12%	57,80%	0,07%
2018-1 2019-1	45,03%	54,92%	0,05%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

A partir do somatório registrado na última linha da tabela T2, percebemos que a participação feminina no âmbito dos processos seletivos da Assistência Estudantil em geral tem sido superior à masculina. Contudo, a análise da tabela T2.1 tem indicado um crescimento ligeiramente mais acelerado da participação masculina em relação à feminina. Na sequência apresentamos uma tabela construída a partir da matriz absoluta de desclassificação com base no critério de sexo.

T2.3: Percentual de desclassificações conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2

Período	Masculino	Feminino	Transgênero
2013-2 2014-2	41,60%	58,40%	0,00%
2015-1 2016-1	39,37%	60,28%	0,35%
2016-2 2017-2	38,73%	61,08%	0,19%
2018-1 2019-1	44,37%	55,63%	0,00%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

Considerando as tabelas T2.1 e T2.3, podemos identificar que, em geral, o percentual de desclassificação de discentes do sexo feminino é superior ao seu percentual de participação nos processos seletivos. O que ocorre de forma inversa para os estudantes do sexo masculino que, em geral, possuem menor percentual de desclassificação quando comparados com o seu respectivo percentual de participação nos processos seletivos. Contudo, embora a taxa de desclassificação de estudantes do sexo feminino tenha sido superior a de estudantes do sexo masculino, a implementação do NovoSAE favoreceu a redução da diferença entre as taxas de desclassificação com base no sexo. A diferença observada entre os sexos nos últimos três semestres de vigência do SAE apontam para uma diferença de 22,35 pontos percentuais. Com a implementação do NovoSAE esta diferença foi reduzida, em termos práticos, para um valor próximo a metade disso, indicando, nesse sentido, uma tendência de mudança de uma situação de desequilíbrio que perdurava por cerca de seis semestres, conforme indica a tabela seguinte. Prosseguiremos a análise com a tabela T2.4, e o gráfico G6.1, respectivamente uma tabela de desvios e sua representação visual.

As tabelas de desvio estão sendo utilizadas para identificar assimetrias e foram o caminho encontrado mais seguro para analisar as tendências e regularidades entre os processos dos distintos semestres letivos. A construção das tabelas de desvio exigem o confronto entre as tabelas de participação global e das tabelas de recortes específicos.

O pressuposto por trás do uso da tabela de desvios é que as taxas de participação global dos diferentes grupos oscilam semestre a semestre. Por um ângulo há uma oscilação

normal, por outro, essas oscilações podem ocorrer pelos mais diversos motivos externos ao processo estudado. Nesse sentido, a identificação de variação percentual entre os períodos não é suficiente para atribuímos suas causas ao processo de modernização. Ou seja, a flutuação poderia ocorrer por fatores exógenos. Por exemplo, em Planaltina temos um curso de graduação de alternância (Licenciatura em Educação do Campo) em que o vestibular é anual. Assim, é possível que a taxa de participação de estudantes desse curso oscilem quando analisamos semestres consecutivos. A solução encontrada, portanto, foi a de calcular a taxa de participação de cada grupo analisado por semestre e compará-la com suas respectivas taxas de “Avaliações concluídas”, “Desclassificações” e “Inscrições incompletas”, no mesmo semestre. Logo, a partir da comparação entre a taxa de desclassificação de estudantes do sexo feminino com a taxa global de participação das estudantes do sexo feminino em um mesmo período, temos a condição de identificar o desvio relativo à desclassificação feminina em relação a participação feminina naquele mesmo período. Procedendo dessa forma para todos os intervalos de tempo delimitados, temos a condição de perceber se a desclassificação para um determinado grupo está aumentando ou diminuindo sistematicamente ao longo do tempo. A partir dessa regularidade, temos condição de indicar com uma margem maior de segurança se um determinado grupo foi ou não prejudicado ao longo do tempo.

Serão utilizadas para esse propósito tabelas de desvio em relação a taxa de “Avaliações concluídas”, “Desclassificações” e “Inscrições incompletas”. Os resultados negativos ou positivos dos números encontrados indicam prejuízo ou benefício a partir do resultado analisado. Assim, *desvios com valores negativos indicam benefício nos casos de Desclassificação e Inscrição incompleta e, inversamente, prejuízo nos casos de Estudos concluídos.*

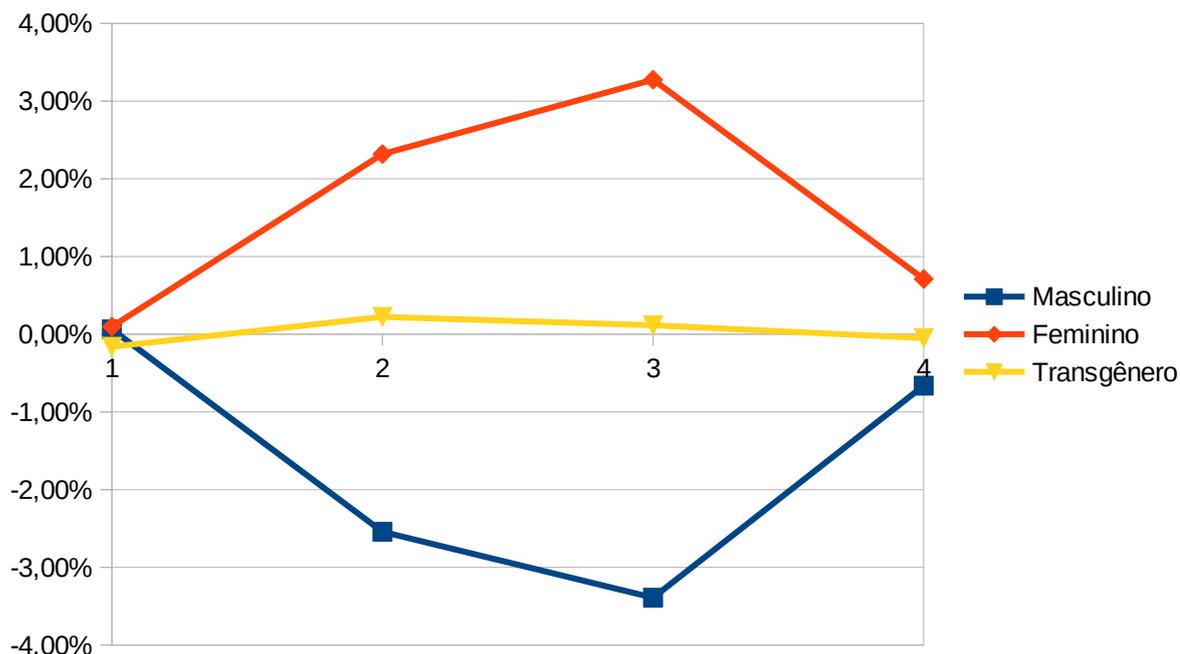
Consideremos, a tabela T2.4 e o gráfico G6.1 (perceba que $T2.4 = T2.3 - T2.1$).

T2.4: Desvio entre o percentual de desclassificações e o percentual global de participação conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2

Período	Masculino	Feminino	Transgênero
2013-2 2014-2	0,06%	0,10%	-0,16%
2015-1 2016-1	-2,54%	2,32%	0,22%
2016-2 2017-2	-3,39%	3,28%	0,12%
2018-1 2019-1	-0,66%	0,71%	-0,05%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

G6.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

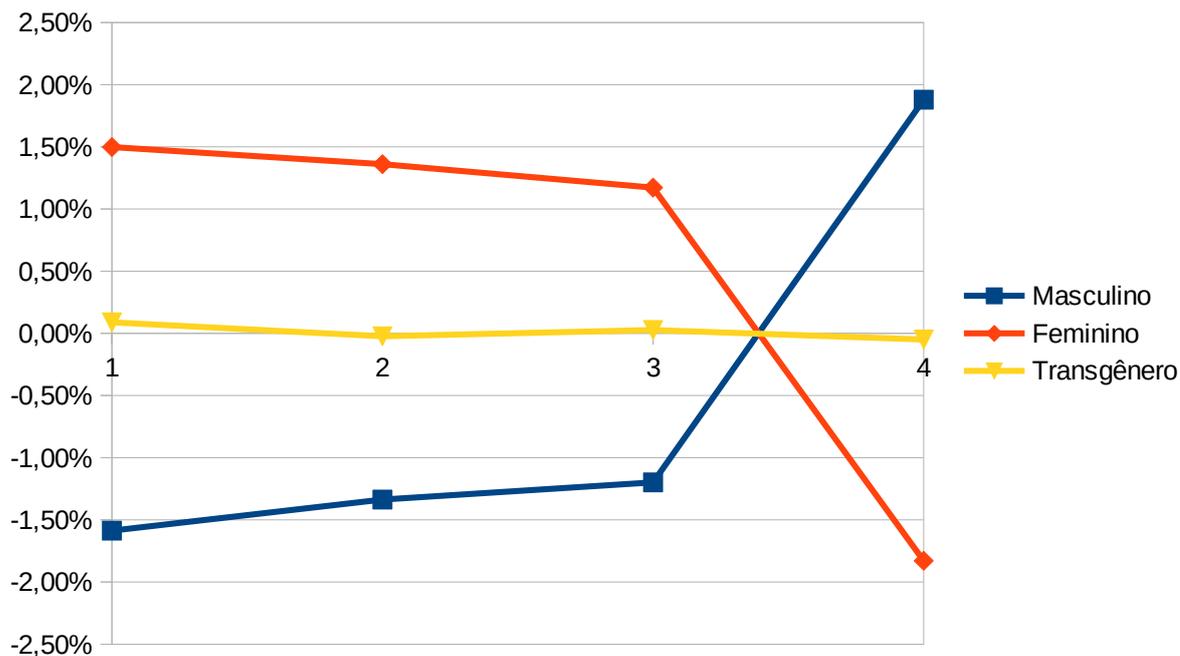
Os números destacados em negrito na tabela T2.4 apontam para os períodos em que a assimetria, identificada com base no sexo, eram mais explícitas, períodos [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2, conforme a representação gráfica da tabela. O sinal negativo na coluna referente ao sexo masculino indica que o percentual de homens desclassificados *foi inferior* ao percentual de homens que participaram do processo. Noutras palavras, as células destacadas indicam que, nos períodos em questão, os discentes do sexo masculino foram mais beneficiados em termos dos processos de desclassificação. Por oposição as mulheres foram mais prejudicadas nesse mesmos períodos. Desvios próximo a zero implicam linhas rentes ao eixo X, desvios maiores indicam afastamento e portanto uma maior diferenciação dos resultados entre os grupos analisados. A partir do gráfico G6.1, percebemos que no período [1] 2013-2 | 2014-2, o processo era mais equilibrado em relação ao volume de desclassificações entre os sexos.

Apesar do novo sistema aparentemente ter contribuído para o reequilíbrio dessa situação de assimetria na desclassificação (período [4] 2018-1 | 2019-1), seus efeitos, até o período analisado, não foram capazes de restabelecer os níveis de desvio existentes antes da elevação repentina dessa assimetria, nos períodos [2] e [3].

A assimetria nessas taxas suscitam algumas dúvidas que podem ser objeto de pesquisas futuras: a situação cotidiana média das discentes do sexo feminino estaria, em geral, implicando em estudos relativamente mais complexos que dos discentes do sexo masculino? Quais teriam sido os motivos mais recorrentes para a desclassificação dessas estudantes? Já no sentido oposto, quando verificamos a tendência de redução dessa assimetria com a implementação do NovoSAE, questionamos: a diminuição das assimetrias teria derivado de uma maior facilidade das discentes do sexo feminino, ou no sentido inverso, maior dificuldade dos discentes do sexo masculino, em lidar com a estratégia de comunicação escrita utilizada no NovoSAE?

Vejamos o que os gráficos G6.2 e G6.3 relativos respectivamente aos desvios no percentual de inscrições incompletas e avaliações concluídas tem a nos dizer.

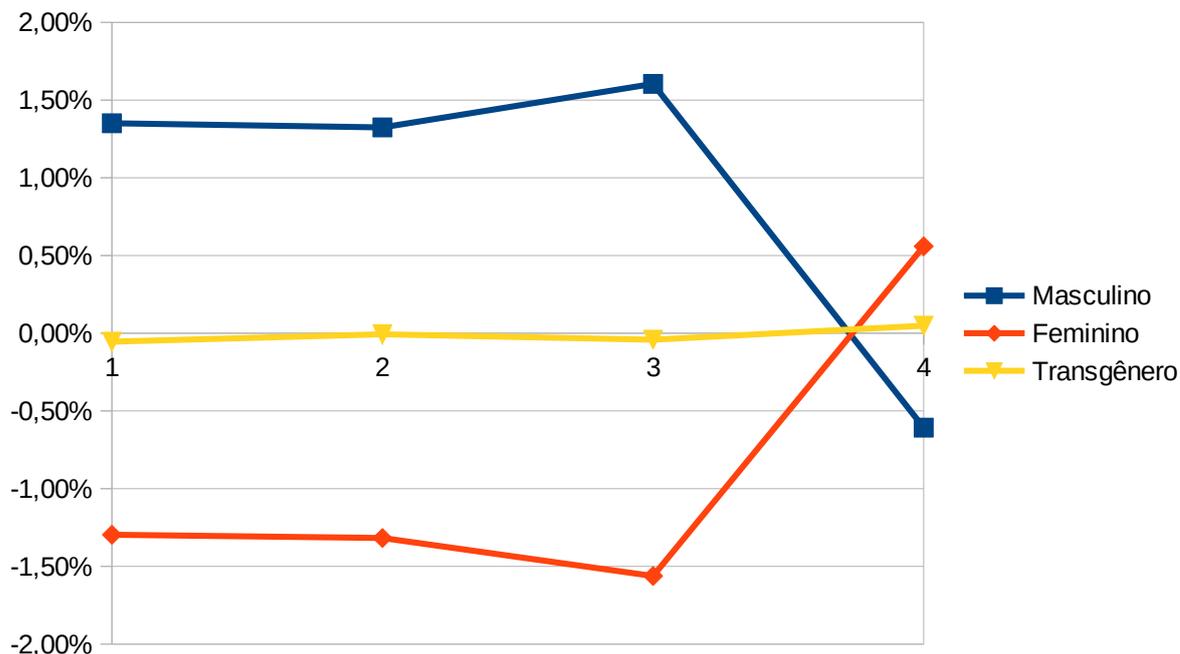
G6.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G6.3: Desvio entre o percentual de avaliações concluídas e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

Estes gráficos reforçam os resultados da tabela T2.4 demonstrando que existiu uma inversão, para o volume de inscrições incompletas e avaliações concluídas, na tendência existente em semestres anteriores em relação aos sexos a partir da implementação do NovoSAE. O percentual de inscrições incompletas de discentes do sexo masculino elevou-se acima do percentual de participação desse grupo enquanto para as estudantes do sexo feminino o comportamento foi inverso. Inclusive com uma assimetria maior em relação ao critério de sexo, para o caso das inscrições incompletas (G6.2, período [4]). Essa identificação, contudo, não nos permite precisar se elas foram mais bem sucedidas em efetivar suas inscrições sob o novo sistema ou se eles tiveram mais dificuldades em fazê-lo.

Diante do exposto parece plausível afirmar que o NovoSAE, por algum motivo ainda pouco evidente, contribuiu para diminuir a diferença relativa em termos de desclassificação entre discentes do sexo feminino e masculino e, nesse sentido, apesar de *não ter qualquer efeito relevante no sentido da melhoria dos resultados dos processos avaliativos* contribuiu para a *reduzir desequilíbrios nos resultados envolvendo estudantes do sexo masculino e feminino*.

No que tange o critério de cor, os dados foram constituídos prioritariamente pelo campo cor/raça do formulário dos sistemas citados. Naqueles casos em que o campo não possuía

resposta, utilizou-se, quando possível, o critério da heteroclassificação. Enquanto a autoclassificação implica na autoidentificação em relação a algum perfil de cor, no caso dos/as discentes procede-se com a autodeclaração no ato do registro; na heteroclassificação a identificação do perfil de cor é realizado por outra pessoa que realiza a identificação com base na presença de um conjunto de traços fenotípicos, em geral a partir de fotografias. O objetivo do uso da heteroclassificação foi minimizar o número de registros “sem informação” o que dificultaria a análise do critério de cor. Ainda assim, foi possível observar que o percentual de estudantes sem informação referente ao critério cor aumentou ao longo dos últimos anos para valores próximos ao período entre 2013-2 e 2014-2.

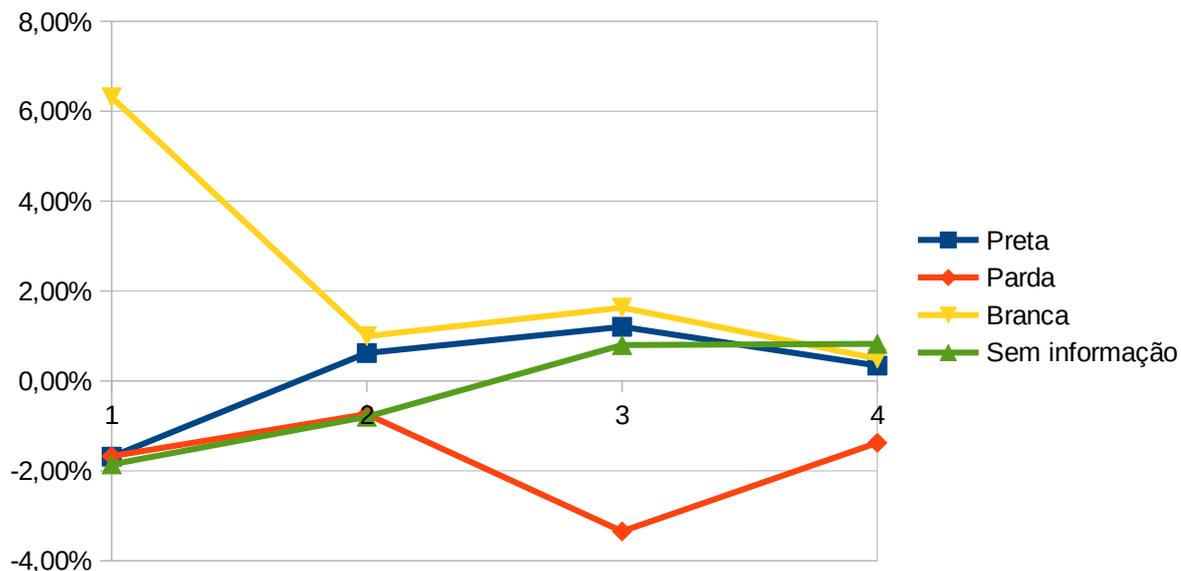
T3.1: Taxa global de participação conforme cor agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2

Período	Negros	Pretos	Pardos	Indígenas	Branca	Amarela	Sem info.
2013-2 2014-2	64,16%	18,48%	45,67%	2,36%	26,49%	1,13%	5,86%
2015-1 2016-1	65,97%	18,54%	47,43%	1,12%	27,58%	1,39%	3,93%
2016-2 2017-2	66,76%	18,91%	47,85%	0,84%	27,98%	1,12%	3,30%
2018-1 2019-1	65,44%	17,41%	48,03%	1,18%	26,48%	1,08%	5,82%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

Essas informações indicam uma progressiva e gradual redução relativa da proporção de estudantes pretos e brancos ao longo dos pleitos com maior incremento no número relativo de estudantes pardos. No que tange à análise dos desvios entre o percentual de estudantes desclassificados (G7.1) e com inscrição incompleta (G7.2), a partir da agregação por cor, percebemos que o volume de desclassificação de estudantes brancos, especialmente no período de 2013-2 a 2014-2, foi bastante elevado.

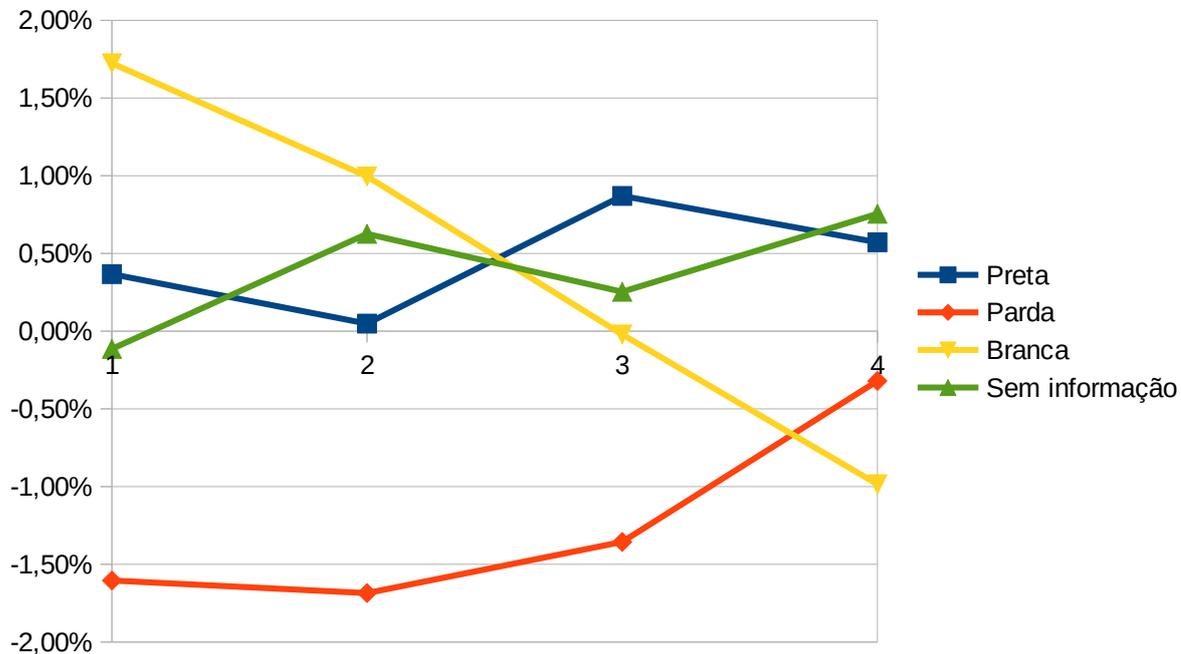
G7.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G7.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

Os gráficos demonstram uma tendência de longo prazo na redução do número de inscrições incompletas e desclassificações para estudantes brancos. Aparentemente, a implementação do novo sistema não implicou grandes alterações para o grupo de estudantes brancos em relação à tendência observada. Já no caso dos estudantes pardos, observamos, tanto para as desclassificações como para as inscrições incompletas, o aumento da inclinação da sua respectiva curva a partir da implementação do NovoSAE, na passagem dos períodos [3] ao [4]; embora os estudantes pardos, em todos os períodos analisados, tivessem índices de desclassificação e inscrição incompleta inferiores a sua participação, oscilando apenas em termos de magnitude.

As informações de desvio apontam para uma progressiva redução dos desequilíbrios entre os diferentes grupos étnicos, embora existam oscilações no percurso, especialmente em relação às desclassificações. O sentido da variação para estudantes pardos e brancos indica que para o primeiro grupo houve um aumento médio relativo das desclassificações, quando comparado ao período imediatamente anterior. Já para o segundo grupo a tendência foi inversa.

Em relação aos indígenas é pertinente reconhecer que houve uma aproximação entre a Diretoria de Diversidade (DIV) e a DDS, a partir das dificuldades encontradas com a implementação do NovoSAE. Além disso, a participação em termos absolutos de estudantes indígenas foi mais elevada durante a implementação do NovoSAE, especialmente em 2018-1, conforme indicado na tabela T23, reproduzida adiante.

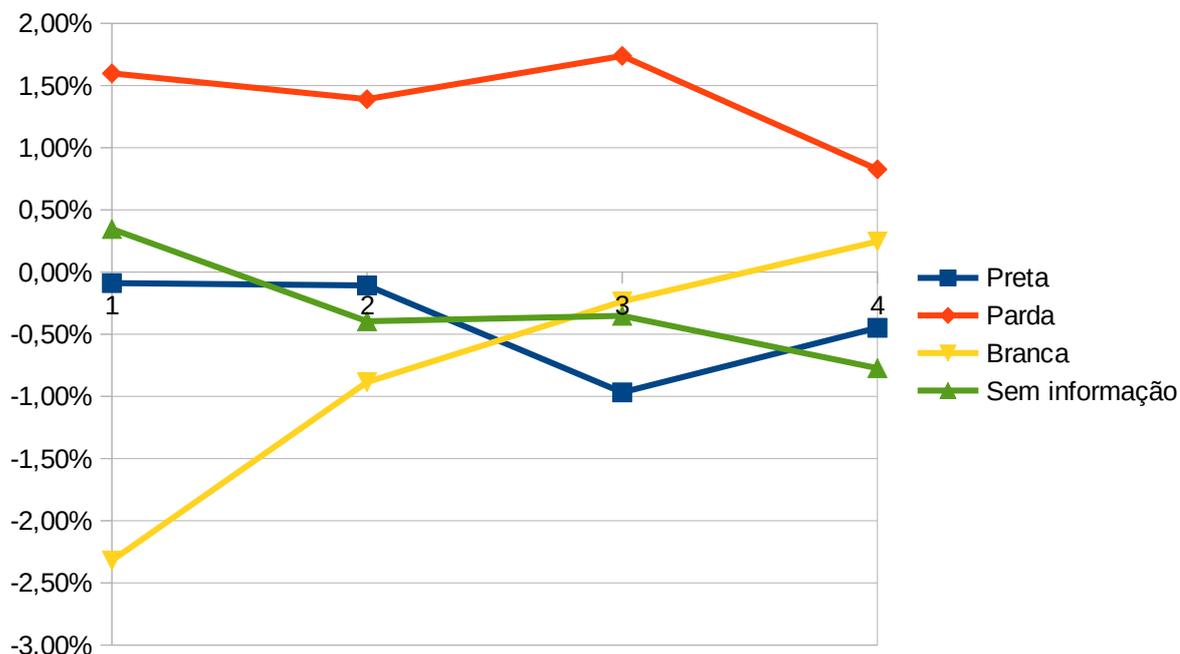
T23: Total estudantes estratificados por cor por período (reprodução parcial de T10)

Período	Pretos	Pardos	Indígena	Branca	Amarela	Sem info.	Σ
2016-2	434	1087	23	627	27	75	2273
2017-1	542	1334	26	779	37	97	2815
2017-2	354	945	10	562	15	60	1946
2018-1	401	1088	47	626	26	107	2295
2018-2	495	1245	27	685	29	156	2637
2019-1	504	1530	21	819	32	205	3111

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

Diante do exposto parece plausível afirmar que os efeitos do NovoSAE, em relação ao critério de cor foram mais sutis que os efeitos causados do ponto de vista do critério de sexo, mas ainda assim existentes. A influência mais perceptível relacionou-se aos estudantes pardos. Aparentemente o NovoSAE implicou aumento nas taxas de desclassificação e inscrições incompletas para os estudantes pardos.

G7.3: Desvio entre o percentual de avaliações concluídas e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.
 Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

O gráfico G7.3 que trata dos desvios relativos ao número de estudos concluídos indica uma progressiva melhora na taxa de conclusão de estudos para estudantes brancos em detrimento dos outros grupos. Da mesma forma, contudo, esse movimento parece corresponder a uma tendência de longo prazo.

Passemos a comparação a partir do tipo de instituição em que o discente cursou o ensino médio. Neste caso trabalharemos apenas com o registro dos estudantes de graduação, tendo em vista que esta informação não está acessível para muitos casos de estudantes de pós-graduação.

T4.1: Percentual global de participação de estudantes de graduação conforme tipo de escola cursada no ensino médio agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2.

Período	Escola pública	Escola privada	Sem informação
2013-2 2014-2	76,88%	23,07%	0,05%
2015-1 2016-1	79,88%	20,06%	0,06%
2016-2 2017-2	83,18%	16,79%	0,03%
2018-1 2019-1	83,48%	14,60%	1,93%

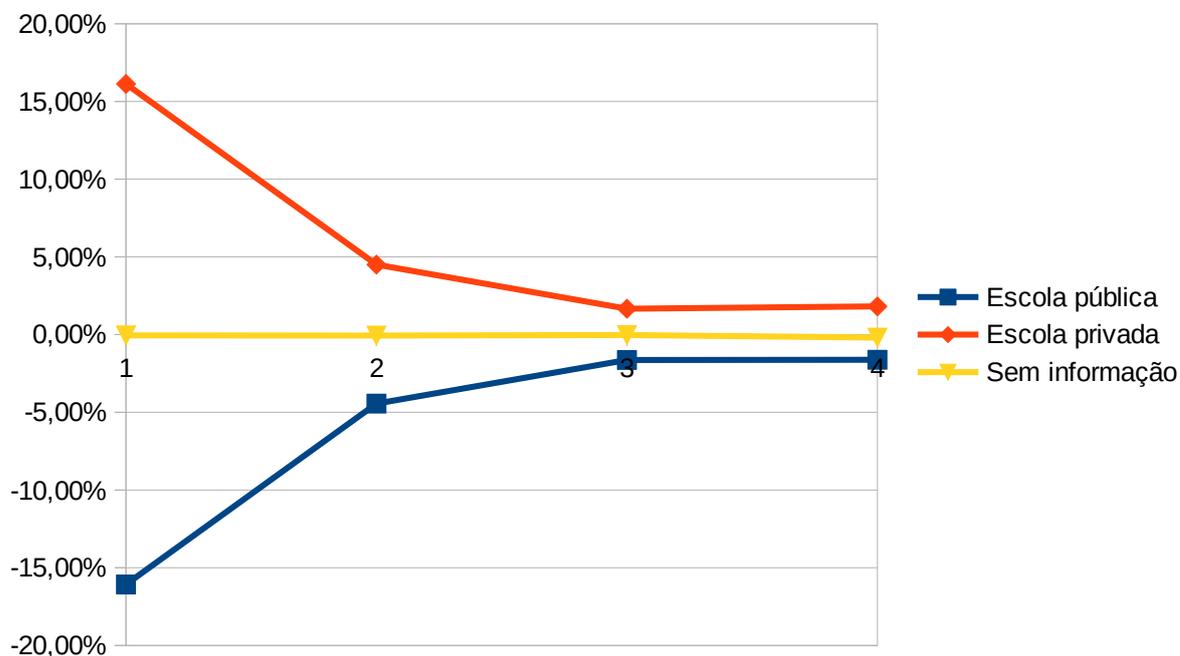
Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

As informações da tabela T4.1 demonstram que desde 2013-2 a participação dos estudantes provenientes de escola pública tem crescido, em sentido contrário a participação de instituições privadas tem gradualmente diminuído. Contudo, o incremento global dos

estudantes de escola pública no último período analisado foi bem inferior, em termos relativos, ao valor observado no período imediatamente anterior.

Os motivos da diminuição desse incremento são possivelmente exógenos ao processo de modernização estudado e podem estar relacionados à conjuntura macroeconômica ou a estratégias utilizadas pela universidade para tentar diminuir a grande demanda por avaliações socioeconômicas. A título de exemplo, concomitantemente a implementação do NovoSAE, a UnB passou a incluir calouros bolsistas que tenham sido avaliados pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) como cotistas provenientes de Escola Pública e com Baixa Renda Familiar, na listagem de acesso ao restaurante universitário (RU). A manutenção dessa condição, nos semestres subseqüente, demandaria dos estudantes a realização de avaliação socioeconômica. Embora isso explique parte da desaceleração para essa parcela de estudantes, esse indicativo é insuficiente, pois a tendência é que a procura permaneça ocorrendo nos semestres subseqüente. Sigamos com a análise das desclassificações e das inscrições incompletas

G8.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

O gráfico G8.1 indica que ao longo dos anos a grande diferença existente no número de desclassificações entre estudantes proveniente de escolas públicas e privadas reduziu. O

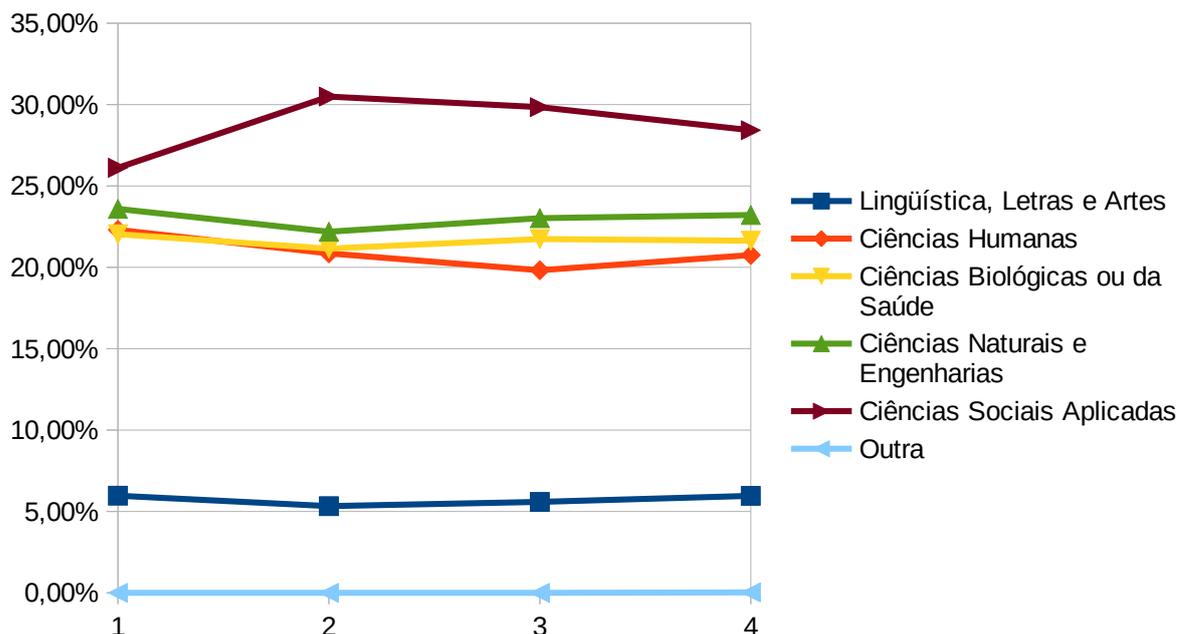
gráfico indica, contudo que a taxa de desclassificação de estudantes vinculados à escola pública aumentou com o tempo ou, de forma concomitante e em sentido oposto, a taxa de desclassificação para estudantes provenientes de escola privada diminuiu. A alteração recente do sistema parece não ter influenciado nesta curva, tratando-se, portanto de um movimento de mais longo prazo.

O nível de desequilíbrio entre os grupos foi menor que no caso das inscrições não concluídas e o resultado, por sua vez, corrobora uma tendência de estabilização. Isto é, em geral as chances de estudantes provenientes de escola privada não serem considerados adequados ao perfil tende a ser maior, em geral em função do maior poder aquisitivo de suas famílias. Isso se deve ao critério de renda estabelecido na política.

Diante do exposto, percebemos que as mudanças não surtiram tantos efeitos quando analisado da perspectiva do tipo de ensino médio. Houve uma tendência de manter a focalização no estudantes da escola pública, assim como desclassificá-los menos, em termos relativos.

No que tange a área dos cursos, empreendemos sua separação a partir dos agrupamentos: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra. Utilizamos esses agrupamentos para restringir a quantidade de áreas analisadas tendo em vista que uma grande quantidade de agrupamentos dificultaria a análise. Contudo, reconhecemos que talvez formas distintas de agrupar os cursos fossem mais favoráveis para encontrar resultados e inferir consequências práticas tendo em vista, por exemplo, a permeabilidade de grupos populares em alguns cursos. Por exemplo, poderia ser feita uma comparação entre cursos de licenciatura e os demais... A análise desse aspecto por vias distintas de agrupamento dos cursos permanece aberta e necessária em pesquisas futuras.

G9: Taxa global de participação conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

T5.1 Percentual global conforme a área do curso agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2.

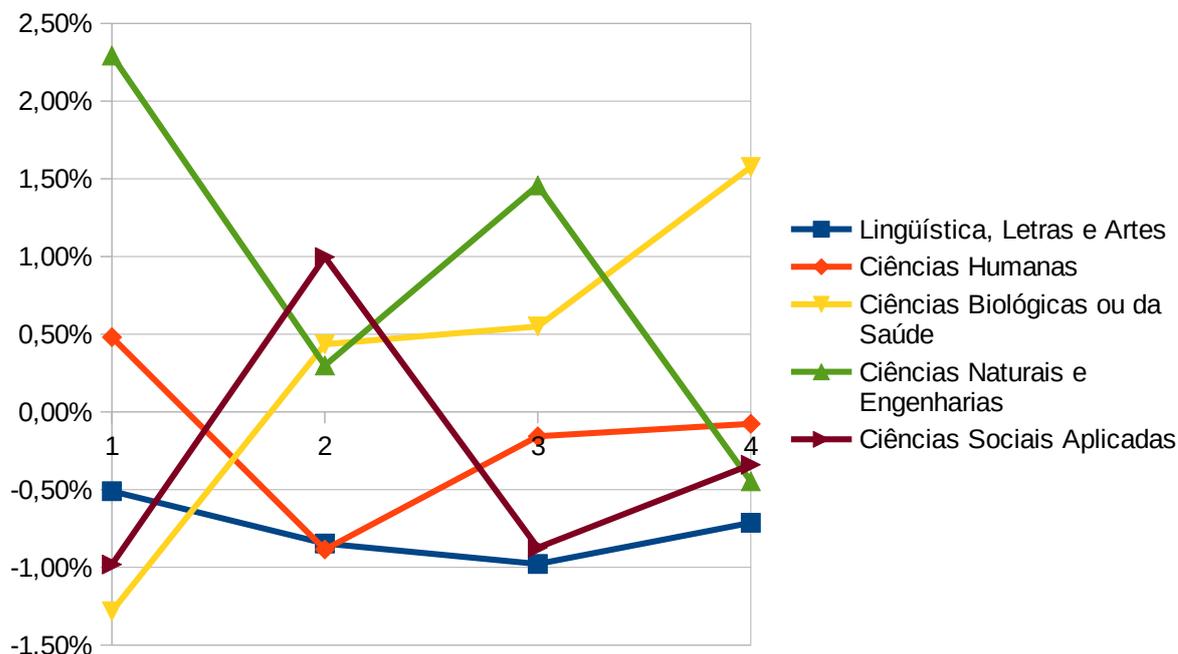
Período	1	2	3	4	5	6
2013-2 2014-2	5,96%	22,30%	22,03%	23,59%	26,11%	0,00%
2015-1 2016-1	5,33%	20,85%	21,14%	22,19%	30,49%	0,00%
2016-2 2017-2	5,59%	19,82%	21,74%	23,02%	29,84%	0,00%
2018-1 2019-1	5,96%	20,75%	21,63%	23,21%	28,42%	0,02%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

As informações indicam relativa estabilidade conforme o agrupamento estabelecido. Os cursos referentes a Linguística, Letras e Artes e os referentes às Ciências Sociais Aplicadas são aqueles com menor e maior volume de estudantes, respectivamente, durante todos os períodos analisados. As demais áreas possuem uma quantidade relativa de estudantes muito próximas, correspondendo a aproximadamente 64% do universo de estudantes.

G9.3: Desvio entre o percentual de estudos concluídos e a participação global conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

T5.3: Desvio em relação aos estudos concluídos conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, a partir de 2013-2.

Período	1	2	3	4	5	6
2013-2 2014-2	-0,51%	0,48%	-1,28%	2,29%	-0,98%	0,00%
2015-1 2016-1	-0,85%	-0,88%	0,44%	0,30%	1,00%	0,00%
2016-2 2017-2	-0,98%	-0,16%	0,55%	1,46%	-0,87%	0,00%
2018-1 2019-1	-0,71%	-0,08%	1,58%	-0,45%	-0,34%	0,00%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

A tabela T5.3 e sua respectiva representação gráfica (G9.3) apontam para oscilações no volume relativo de estudos concluídos para a maioria dos agrupamentos. Todavia, observa-se um aumento progressivo da taxa de sucesso na conclusão dos processos para os discentes vinculados aos cursos de Ciências Biológicas ou da Saúde. No último período analisado observamos que as mudanças mais significativas referem-se às áreas de Ciências Naturais e Engenharias e Ciências Biológicas ou da Saúde. Se nesta a perspectiva foi de aumento da taxa de conclusão em relação à participação desde grupo nos processos seletivos, naquela a tendência foi inversa o que indica relativo prejuízo deste grupo. Outros cruzamentos entre áreas de conhecimento e cor ou tipo de escola de ensino médio poderiam precisar melhor se o

impacto observado na área de Ciências Naturais e Engenharias estariam correlacionados aos impactos sobre estudantes brancos ou provenientes de escola particular, contudo não é possível afirmar essa relação a partir das análises realizadas. Abre-se portanto mais uma possibilidade investigativa. Por fim, o grupo que registrou maior prejuízo acumulado ao longo do tempo em relação a taxa de conclusão de estudos socioeconômicos foi o grupo dos estudantes vinculados a Linguística, Letras e Artes (as taxas de conclusão mantiveram-se abaixo do eixo X em todos os períodos).

No que se refere às inscrições incompletas, analisemos a tabela T5.4.

T5.4: Desvio em relação aos estudos com inscrição incompleta conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, a partir de 2013-2.

Período	1	2	3	4	5	6
2013-2 2014-2	0,53%	0,05%	0,82%	-2,99%	1,60%	0,00%
2015-1 2016-1	1,16%	0,88%	-0,37%	-0,20%	-1,46%	0,00%
2016-2 2017-2	0,90%	0,51%	-0,79%	-1,64%	1,02%	0,00%
2018-1 2019-1	0,92%	0,31%	-0,17%	-0,11%	-0,98%	0,02%

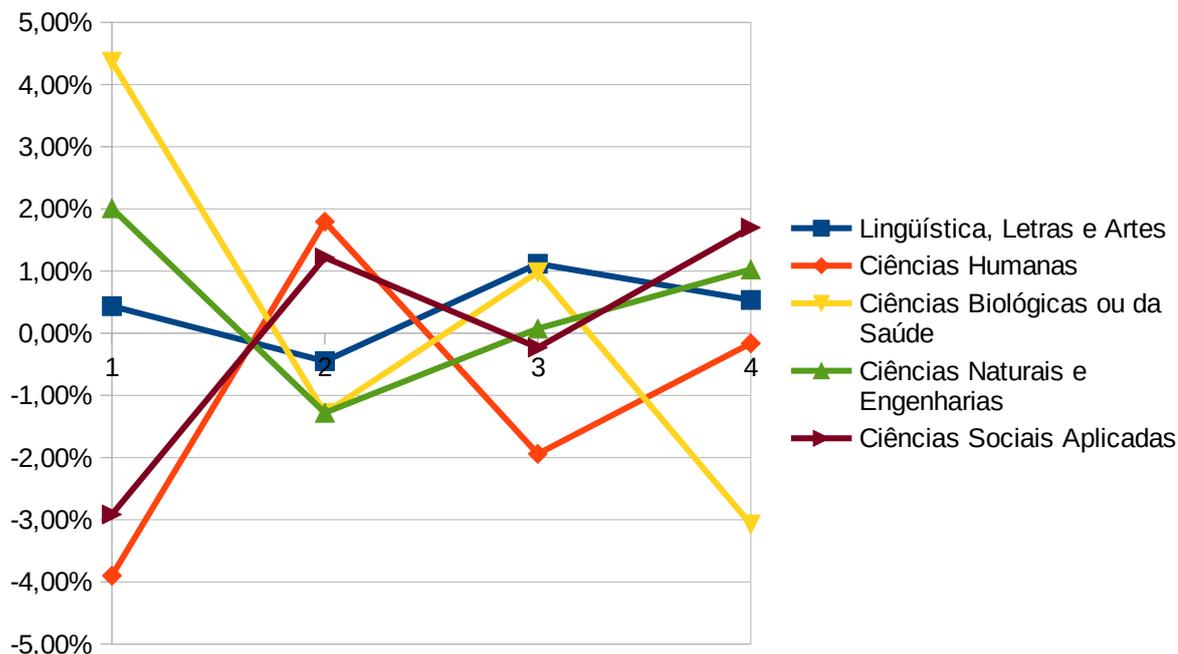
Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

Nesse particular os dados não permitem identificar nenhuma regularidade significativa. Apenas nos cursos de Ciências Humanas, percebemos um movimento de progressiva melhora sem, contudo, colocá-lo como o que possui os melhores índices nesse quesito em particular. Os cursos vinculados a área de Ciências Sociais apresentaram o melhor resultado a partir de 2018 com uma taxa de inscrição incompleta, em geral, menor que a sua respectiva taxa de participação global.

No que tange aos registros de desclassificação, analisemos os desvios da tabela T5.5.

G9.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme a a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

T5.5: Desvio em relação às desclassificações conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2.

Período	1	2	3	4	5	6
2013-2 2014-2	0,44%	-3,90%	4,37%	2,01%	-2,91%	0,00%
2015-1 2016-1	-0,45%	1,79%	-1,28%	-1,28%	1,22%	0,00%
2016-2 2017-2	1,12%	-1,94%	0,98%	0,07%	-0,23%	0,00%
2018-1 2019-1	0,54%	-0,16%	-3,07%	1,03%	1,70%	-0,02%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

Os valores corroboram os resultados mais favoráveis aos estudantes vinculados aos cursos de Ciências Biológicas ou da Saúde, conforme identificado anteriormente na análise dos desvios em relação a taxa de conclusão das avaliações socioeconômicas. O grupo dos cursos de Ciências Sociais Aplicadas foi o que apresentou pior resultado nesse critério a partir de 2018.

Estas foram as análises possíveis em virtude do tempo disponível à pesquisa. Os dados disponíveis no apêndice permitem ainda outras avaliações que podem ser objeto de pesquisas futuras.

Considerações finais

Durante o percurso investigativo argumentamos sobre o discursos falaciosos da neutralidade técnico-científica, da modernização, e da apreensão das TICs como meros instrumentos de trabalho, livre de vieses. Argumentamos também sobre a compatibilidade entre os princípios da Comunicação Pública e o projeto ético-político do Serviço Social no intuito de apontar à importância dos/as servidores públicos e, em especial, das Assistentes Sociais como agentes promotores do acesso à informação e do direito à comunicação. Indicamos que a efetivação desses princípios não constitui tarefa fácil em virtude do campo profissional ser um espaço de disputa de interesses, de correlação de forças. Alertamos para o caráter contraditório da ampliação das políticas de assistência estudantil que, sob o argumento da democratização do ensino superior reforça uma perspectiva produtivista e alinhada a visão custo/benefício que, no limite, impõe dificuldades para apreender a assistência estudantil para além da lógica do investimento. Apresentamos, a partir de dados e do relato dos principais eventos ocorridos durante o processo de modernização, o percurso das transformações operadas.

Acreditamos que a partir do exposto tenhamos a dimensão da complexidade da avaliação da situação concreta. A apreensão desse conjunto de mudanças reunidas sob o signo de “modernização dos processos seletivos” revelam um conjunto de variáveis importantes que certamente intervirem nos resultados da seleção de estudantes e nas possibilidades concretas de melhorias do processo seletivo. A presença da complexidade, contudo, não implica impossibilidade de se conhecer o fenômeno, mas aponta para a necessidade de continuar o esforço no sentido da apropriação das suas determinações.

O tempo de realização da pesquisa e as necessárias delimitações empreendidas ao longo do processo não nos permitiram analisar, com a profundidade desejada, todos os determinantes levantados como hipóteses relevantes para a apreensão e avaliação do processo de modernização. A título de exemplo, em virtude da não realização da entrevista junto aos estudantes não foi possível dimensionar o peso das condições sociais e econômicas dos estudantes e seus respectivos grupos familiares ou a relevância da apreensão/domínio dos estudantes em relação aos dispositivos e/ou ferramental disponibilizados para organizar e efetivar a seleção.

Contudo, a partir descrição das mudanças empreendidas no período, dos dados apresentados e das análises efetivadas torna-se impossível determinar uma única variável como a mais decisiva para explicar os resultados apreciados. Ainda assim, todo este percurso nos permite tecer afirmações sobre o sentido tomado pelo processo de modernização e suas consequências técnicas e políticas.

A primeira afirmação que pode ser feita trata da dificuldade comunicacional entre DDS/SPS e estudantes. Os dados extraídos desde 2010 são inequívocos quanto ao volume de inscrições não concluídas. No período que vai de 2010-1 à 2017-2, o percentual de inscrições incompletas foi de 43,12%. Atribuir estes números à desistência dos estudantes não parece sensato. Assim, provavelmente o desconhecimento em relação ao processo e a ausência de uma estratégia efetiva de comunicação constituem hipóteses que explicam essa elevada taxa.

Em segundo lugar, o processo de modernização empreendido não implicou melhoria em termos das taxas de conclusão das avaliações. O novo sistema concebido pela equipe das Assistentes Sociais e pela gestão, sem a participação dos discentes, para servir como uma ferramenta mais eficiente a fim de lidar com o grande volume de trabalho advindo do aumento da demanda, não logrou grandes êxitos, nem às profissionais, nem aos estudantes. Ou seja, em relação às Assistentes Sociais, os ganhos relativos foram no mínimo ambíguos. A organização do processo de trabalho aconteceu em paralelo à sua intensificação, especialmente em face da ampliação do número de registros escritos em substituição às orientações realizadas de forma oral e mediante destaque à caneta dos itens de uma lista de documentação incompleta. Apesar da diversidade do perfil das Assistentes Sociais da equipe, uma pesquisa de campo no sentido de apreender a percepção dessas profissionais provavelmente corroboraria nesta análise.

Em relação aos estudantes, os resultados também foram ambíguos. Se por um lado a modernização diminuiu e reverteu, em alguns aspectos, a diferença que favorecia estudantes do sexo masculino em relação as estudantes do sexo feminino, ele indica piora para estudantes pardos e proveniente de escolas públicas em relação aos estudantes brancos ou provenientes de escolas privadas. Noutra direção ela oportunizou o envio digital de documentos (o que seria extremamente favorável e necessário se levarmos em conta o contexto pandêmico ainda vigente). Em contrapartida, o novo sistema adotado tornou o processo comunicativo unidirecional. Logo, as mudanças comunicativas, longe de solucionarem o problema anterior,

provavelmente contribuíram à frustração dos/as discentes em face ao processo seletivo. O que não pode ser categoricamente afirmado em virtude da não realização da pesquisa junto aos discentes. Contudo, os dados indicam um claro deslocamento da taxa de inscrições incompletas em direção à taxa de desclassificações. Além disso, os dois últimos semestres já indicavam um aumento acelerado na quantidade de inscrições incompletas, o que hoje poderia estar em níveis próximos aos últimos semestres de vigência do antigo sistema (SAE).

De um outro ângulo, as mudanças empreendidas atenderam convenientemente os anseios de produtividade da gestão. De um lado o volume de estudos realizados aumentou em função do tempo e, com isso, o tempo total de duração dos pleitos foi reduzido. O novo sistema, também, cumpriu com parte das exigências da auditoria externa empreendida pela Controladoria Geral da União, aumentou as possibilidades de controle sobre o trabalho das Assistentes Sociais e concentrou o acesso amplo à base de dados das avaliações socioeconômicas nas mãos da gestão. Nesta direção, é plausível dizer que a modernização compatibilizou-se com a perspectiva produtivista, acarretando uma transformação conservadora, que concentrou poder institucional e reduziu o potencial comunicativo dos processos de avaliação socioeconômica, contrapondo-se aos objetivos ético-políticos do Serviço Social e principiológicos da Comunicação Pública. Noutras palavras, esse distanciamento comunicativo entre Assistentes Sociais e usuários, mediatizados pelo interesse de responder produtivamente ao aumento da demanda, contribuiu à frustração do direito à comunicação, seja pela ineficácia dos meios utilizados, seja pela restrição das possibilidades de interlocução.

Embora nos últimos anos a DDS tenha diversificado os meios de comunicação, fazendo uso de mídias sociais (Facebook, Instagram), e-mail, grupos de mensagens instantânea (Telegram) e uma página mais bem organizada, o problema comunicacional da principal atividade desempenhada pelo setor, as avaliações socioeconômicas, permanece. A decisão pela mudança no fluxo das orientações, coloca em questão a coerência da assistência estudantil em relação ao princípio da equidade afastando os usuários do atendimento qualificado necessário a garantia de seus direitos. Mesmo que a mudança do fluxo *não tenha implicado um fechamento absoluto das portas*, tudo indica que, em termos práticos, o distanciamento entre as Assistentes Sociais e os usuários aconteceu. No *campus* de Planaltina, a diminuição de atendimentos presenciais relativos à orientação de pendências de documentos

foi concretamente percebida. A redução do tempo total do processo seletivo me parece um indicador da diminuição na quantidade dos atendimentos diretos aos estudantes.

Continuemos, todavia, nossa reflexão sobre a produtividade gerada pela modernização. Ante o processo de conferência de documentos, com a passagem rápida da *validação* à *orientação escrita*, às vezes com instruções encaminhadas aos estudantes com linguagem semelhante a do edital, os processos *pareciam* mais céleres. Essa celeridade, entretanto, poderia ser mais adequadamente apreendida como uma *interrupção comunicativa* uma vez que a quantidade de novas pendências para um mesmo estudo aumentava em função das dificuldades na interlocução. Ou seja, com a mudança do sistema a quantidade de vezes que os estudantes apresentavam pendências aumentou. Ao invés de identificar os erros reincidentes como *um problema da forma como a modernização se estruturou*, a saída encontrada pelo setor, com aval da equipe, foi pela restrição no número de correções por estudante. Na base desse posicionamento estava, de um lado, a noção de responsabilização do estudante, e de outro, a percepção da impossibilidade de cumprir os prazos previstos nos editais em face da necessidade de redigir/registrar todas as pendências na plataforma. Outro desdobramento do problema da quantidade elevada de registros foi a avaliação da equipe de que seria impossível assegurar a todos estudantes, a partir dos prazos definidos em edital, o mesmo número de oportunidades para correção dos documentos. A partir dessa decisão, que opõe e privilegia o princípio da isonomia (“neutro” por natureza) em detrimento ao da equidade (incomodamente parcial), as possibilidades comunicativas entre as Assistentes Sociais e os estudantes tornam-se ainda mais limitadas.

Posto isso, é plausível afirmar, a partir da leitura de dentro do processo, que a modernização empreendida nos processos seletivos não se restringiu a um conjunto de transformações técnicas e tecnológicas. Implicou, também, a imposição de uma determinada perspectiva valorativa que, respaldada na moderna noção de isonomia, de igualdade formal, da racionalidade e neutralidade técnica, ignorou a razoabilidade e a equidade, em certa medida *justificações principiológicas* de existência do serviço. Diante disso é impossível não recordar de Faleiros (2001) que lembra-nos que os *interesses institucionais* não coincidem com os *interesses profissionais*. A mudança da Direção da DDS, em 2018, para um gestor de perfil mais alinhado ao produtivismo certamente constituiu um importante fator para todo esse conjunto complexo de mudanças.

Embora os dados, as análises empreendidas e a vivência do pesquisador não nos permitam afirmar que houve uma piora do processo seletivo, em termos quantitativos, é possível afirmar que as mudanças empreendidas apontam para uma reorientação ético-política que tende, em termos qualitativos, a favorecer a perspectiva do mérito em detrimento da equidade, reforçando uma seletividade fria e indiferente que tende a responsabilizar os estudantes pelas suas dificuldades.

Portanto, a modernização não implicou melhoria significativa para os discentes ou para as Assistentes Sociais, principais operadoras do processo seletivo. A modernização de um ponto de vista transformador implica a crítica da racionalidade produtivista e a recusa da reatualização conservadora (que traz consigo o velho), em uma perspectiva de superação da quantidade em direção à qualidade. A modernização transformadora implica uma racionalidade consciente dos dilemas ético-políticos presentes no processo e que combine o saber técnico e teórico com sensibilidade investigativa a fim de superar as contradições do percurso.

A defesa do atendimento presencial ou remoto, que replique a riqueza das possibilidades comunicativas do atendimento presencial, constitui em si a garantia do apropriado direito à informação, que como indica Zémor (1995), precisa ser adequadamente ajustada a cada usuário para que se possa assegurar a efetividade da Comunicação Pública. Ou seja, apenas um atendimento de caráter dialógico interativo pode ser capaz de assegurar qualidade de atendimento compatível com a necessidade e interesses dos usuários.

Diante dessa constatação parece-me pertinente apresentar algumas sugestões para a minimização dos efeitos negativos do processo de modernização estudado. Muito embora tenhamos a consciência de que a melhoria efetiva da assistência estudantil passe pela adequada alocação de recursos na política com ampliação dos serviços e do pessoal, o que demandaria uma reconfiguração político orçamentária mais ampla, nos restringiremos a propostas de cunho político operacionais relativamente passíveis de efetivação nas condições presentes.

Quais seriam estas as sugestões? A primeira relaciona-se ao retorno da obrigatoriedade da orientação interativa em caráter presencial ou remoto, mas pelo uso de meios mais favoráveis a interlocução com os estudantes (ex.: aplicativos de mensagem instantânea). A segunda proposta seria a descentralização e subdivisão do SPS *Darcy*, para espaços menores, mais acessíveis e próximos das unidades acadêmicas. O objetivo dessas propostas gira em torno da ampliação da acessibilidade dos estudantes e da promoção das possibilidades comunicativas

entre as Assistentes Sociais e os/as discentes, replicando, em certa medida, a experiência de trabalho dos SPS descentralizados dos *campus* de Planaltina, Gama e Ceilândia.

Por fim, a complexidade de realização desse trabalho suscitou uma série de questões ao longo do percurso. Apontei algumas dessas possibilidades ao longo do texto. A título de deixar um indicativo das que considero mais urgentes, reúno-as aqui. Primeiramente qual seria a leitura, do ponto de vista dos/as estudantes e da equipe de trabalho em relação à modernização empreendida? O que explicaria a tendência de inversão de resultados entre estudantes do sexo masculino e feminino após a substituição do sistema de seleção? Tendo por base a noção que a modernização e a racionalização integram a um movimento mais amplo, uma tendência global, e considerando que outras instituições de ensino superior recentemente adoraram o sistema SIG, quais teriam sido os efeitos da modernização empreendida em seus respectivos contextos? Como as equipes tem lidado com as limitações comunicativas do SIG? Quais as contradições e conflitos emergiram ante a instituição dessas estratégias de modernização?...

“Escolho meus amigos não pela pele ou outro arquétipo qualquer, mas pela pupila. Tem que ter brilho questionador e tonalidade inquietante. A mim não interessam os bons de espírito nem os maus de hábitos. Eu fico com aqueles que fazem de mim louco e santo. Deles não quero resposta, eu quero o meu avesso. Que me tragam dúvidas e angústias e aguentem o que há de pior em mim. Para isso, só sendo louco. Eu quero os santos, para que não duvidem das diferenças e peçam perdão pelas injustiças. Eu escolho meus amigos pela alma lavada e pela cara exposta. Eu não quero só o ombro e o colo, eu quero também sua maior alegria. Amigo que não ri junto, não sabe sofrer junto. Meus amigos são todos assim: metade bobeira, metade seriedade. Eu não quero risos previsíveis, nem choros piedosos. Eu quero amigos sérios, daqueles que fazem da realidade sua fonte de aprendizagem, mas lutam para que a fantasia não desapareça. Eu não quero amigos adultos, nem chatos. Quero-os metade infância e outra metade velhice! Crianças, para que não esqueçam o valor do vento no rosto; e velhos, para que nunca tenham pressa. Eu tenho amigos para saber quem eu sou. Pois ao vê-los loucos e santos, bobos e sérios, crianças e velhos, nunca me esquecerei de que normalidade é uma ilusão imbecil e estéril.”

Oscar Wilde

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In: Emir Sader & Pablo Gentili (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (p.9-23).



ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 2ªed – São Paulo/Boitempo, 2020.

BASBAUM, Leôncio. **Sociologia do Materialismo:** introdução à história da filosofia. São Paulo, Símbolo, 1978. Caps. II, III e VII. (p.49-97 e 193-210). 1978.

BEHRING, Elaine R. **Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização.** *In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine e LIMA, Rita de Lourdes de. Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social.* São Paulo: Cortez, 2019.

_____. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Fundo Público:** um debate estratégico e necessário. *In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2016, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto, ABEPSS, 2016.*

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história (8ª edição). *In: Biblioteca Básica do Serviço Social.* Cortez Editora, 2011.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo:** grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX) / tradução Luiz Cavalcanti de Menezes Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BIN, Daniel. **A superestrutura da dívida:** financeirização, classes e democracia no Brasil neoliberal. São Paulo: Alameda, 2017.

BORON, Atilio A. **Teoria política marxista ou teoria marxista da política.** *In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* CLACSO: Coleção Campus Virtual, 2003.



BORSATO, Francieli Piva. **A configuração da Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES.** Dissertação de mestrado. Londrina, 2015.



BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: GESST/SER/UnB, ISBN 85-902331-1-1, 2001.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública**. 1998.
Acessado em 2 de janeiro de 2022.



BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; LIMA, Marcela Natacha dos Santos Caxias de.; SOUZA, Rodriane de Oliveira. Avanço das contrarreformas na saúde na atualidade: o SUS totalmente submetido ao mercado. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine e LIMA, Rita de Lourdes de. **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

CARCANHOLO, Marcelo. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, E. et al. (Orgs.). **Dimensões da crise brasileira**: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: Ed. UECE, 2018. Acessado em 14 de abril de 2021.



CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 1ª ed. 2018.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; COSTA, Renata Maria Paiva da. Serviço social, assistência estudantil e “contrarreforma” do Estado. In: **Temporalis**; v. 17, n. 34 (2017): “Estado, política social e regressão de direitos”; 411-435; 2238-1856; 1518-7934; 10.22422/2238-1856.2017v17n34. Brazil, South America: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps), 2017. Acessado em: 3 de maio de 2021.



CHESNAIS, François. **Mundialização**: o capital financeiro no comando. Publicado em Les Temps Modernes, 607, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo. Ano do texto 1979. Acessado em 21 de maio de 2021.



_____. **A época neoliberal**: revolução passiva ou contrarreforma? Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/2007/08/30.htm>. Transcrição e HTML: Fernando Araújo. 2007. Acessado em 21 de maio de 2021.



DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a

sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** / tradução B. A. Schumann. São Paulo, Boitempo, 2010.

FAGNANI, Eduardo. **Previdência social: o debate desonesto**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista: as Funções da Previdência e da Assistência Sociais**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019. Capítulo 2 (A acumulação de trabalho e a degradação das mulheres). 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação Pública e Assistência Social: conexão entre direitos humanos e democracia**. São Paulo: Biografia Editora. 2018a.

_____. **Comunicação Pública: um Direito Humano um conexão com o Serviço Social** *In: Temporalis*, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 162-177, jul./dez. ISSN 2238-1856. 2018b. Acessado em: 12 de maio de 2021.



FONSECA, Jairo Simon da. **Estatística aplicada** por Jairo Simon da Fonseca, Gilberto de Andrade Martins e Geraldo Luciano Toledo. – 2a. Ed – 17a. Reimpr. – São Paulo : ATLAS, 2011. ISBN 978-85-224-1901-2.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Fiocruz-UFRJ, 2010. (Capítulo 1).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.



FREITAS, Marcos Cezar de. O conceito de tecnologia: o quarto quadrante do círculo de Álvaro Vieira Pinto (introdução). *In: O conceito de tecnologia*. Volume 1. Rio de Janeiro – RJ, Contraponto, 2005.

FREUD, Sigmund. **Mal-estar na civilização**.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do**

jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GOUGH, Ian. **Economia política del Estado del bienestar**. Traducción: Gerório Rodriguez Cabrero. Madrid: H.Blume Ediciones, 1978

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural / tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 17^a ed., 2008a.

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008b.

HELLER, Agnes. **O Quotidiano e a história**. Tradução: Carlos Nelson Colinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro – Paz e Terra, 1972.



IAMAMOTO, Marilda V. Mundialização do capital, "questão social" e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta** (UERJ), n. 21, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez - 16ed. CELATS, 2004.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira / The trajectory of student assistance in Brazilian higher education. In: **Serviço Social & Sociedade**. August 2017 0(129):285-303; Cortez Editora Ltda, 2017. Language: Portuguese, SciELO. 2017. Acessado em: 2 de janeiro de 2021.



KÇOUSKI, Marina. **Comunicação pública**: construindo um conceito. In: Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas / Heloisa Matos (org.). São Paulo: ECA/USP. 2013.

KOWALSKI, Aline Vieiro. **Os (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese doutorado – PUCRS. Porto Alegre, 2012. Acessado em: 20 de abr. de 2021



LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. Introdução in **Cadernos filosóficos**: Hegel / Vladimir Ilitch Lênin; tradução Paula Almeida – 1^a ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LESSA, Sérgio. “A Emancipação Política e a Defesa de Direitos” In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n° 90. SP, Cortez, junho de 2007.

_____. **“Centralidade ontológica” do trabalho e “centralidade política” proletária.** 2007?. Acessado em 18 de novembro de 2021.



_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social** / Sérgio Lessa. – São Paulo: Instituto Lukács, 3.ed. rev. Cor. Bibliografia. ISBN 978-85-65999-01-4. 2012.



LIMA, Jackeline Soares. A Assistência Estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do COVID-19 *in* **Cadernos cajuína**, v. 6, n. 3. ISSN: 2448-0916. 2021.



LOJKINE, Jean. **A revolução informacional.** Tradução José Paulo Netto. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação** / Cipriano Carlos Luckesi. – São Paulo, Cortez – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor) Bibliografia. ISBN 85-249-0249-3. 1994.

MACIEL, Ana Lúcia Suarez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as Políticas Públicas e o Serviço Social *in*: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 146-165, jan./mar. 2011.



MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo, Editora Ensaio, 1990.

_____. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", Editora Expressão Popular, 2005.



MARTINS, Lígia Márcia. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. *In*: **Crítica ao fetichismo da individualidade** / Newton Duarte (org.) – Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha** / tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de reprodução do capital** / tradução Rubens Enderle – 2ªed. – São Paulo, Boitempo, 2017.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro primeiro – Tomo 2** – São Paulo, Nova Cultural, 1997.

_____. **Sobre a questão judaica.** Incluir as cartas de Marx a Ruge nos Anais Franco-Alemães e o Prefácio Daniel Bensaïd. São Paulo, Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, Clara M. do. **Assistência Estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000.** 2013. 157f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2013. Acessado em 22 de jul. de 2021.



NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx** – 1.ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011

OLIVEIRA, João F. et al. **Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil.** Acessado em 22 de jul. de 2021.



OLIVEIRA, Etiene de Sousa Lima de. **Acesso e permanência de cotistas na Universidade de Brasília:** estratégias para democratização da educação superior 2019 . 250 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.



OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? In: **KATÁLYSIS** v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 166-175, 2006

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo.** Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese de Doutorado. PPGPS/SER/UnB, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social:** temas & questões – 3^a. ed – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política Social no Capitalismo:** Tendências Contemporâneas. 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época / Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrobel – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier – 14 reimpressão, 2000.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania in: caderno n. 8 de abril de 2000 da série especial da coleção Documentos. São Paulo: USP - Instituto de Estudos Avançados, 2000. Acessado em 5 jan 2022.



SALVADOR, Evilásio; TEIXEIRA, Sandra. **Orçamento e políticas sociais:** metodologia de análise na perspectiva crítica. Revista de Políticas Públicas (UFMA), v. 18, p. 15-32, 2014.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: POCHMANN, M. CASTRO, J. Brasil (Orgs.). **Brasil:** Estado social contra a barbárie. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 367- 388. 2020.



SANT'ANNA, Márcia Costa de. **Assistência Estudantil:** A percepção dos Assistentes Sociais sobre seus processos de trabalho na UnB. Dissertação de mestrado. Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas – UnB, 2018.



SANTOS, Carolina Cassia Batista Santos; ABRANTES, Patricia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. **Limitações Orçamentárias:** Desafios à Assistência Estudantil da UnB em tempos de Pandemia in: Cadernos Cajuína, V. 6, N. 3. ISSN: 2448-0916. 2021.



SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4a. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva. **A comunicação como estratégia política no Serviço Social.** Curitiba: CRV, 2021.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Contrarreforma da previdência social sob comando do capital financeiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018.



SWEEZY, Paul. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista:** Princípios de Economia Política Marxista / tradução Waltensir Dutra. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TONET, Ivo. “Qual política social para qual emancipação”. In: **Revista SER Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 279-295, jul.-dez./2015.

TRISTÃO, Ellen. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. In: **SER Social**, Brasília, v.13, n.28, p.104-128, jan./jun. 2011.



VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia.** Volume 1. Rio de Janeiro – RJ, Contraponto, 2005.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2007.

ZEMOR, Pierre. **La Communication Publique**. Síntese do texto original traduzida por Elizabeth Brandão. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995.

Fontes documentais

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2016.



BRASIL. Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010. Institui Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**: 20 jul. 2010.



BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. 2008.



BRASIL. Lei No 9.394/96, 20 de dezembro de 1996. Institui **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 1996.



BRASIL. **Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015, Ano-base 2014 – Volume II – Programas Temáticos – Tomo I – Programas Sociais**. 2015.



IBGE. **Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades**. Link: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. IBGE: Rio de Janeiro, 2013. Acessado em 14 de jul. de 2021.



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética dos Assistentes Sociais**. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. 1993.



Relatório sobre a utilização do Módulo da Assistência Estudantil do SIGAA em 2021. Disponível em <https://app.box.com/s/s61nflmt38dmochjk90scuz618jjsrs>. Acessado em 15/02/2022.



CGU. Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão da UnB, 2005. Disponível em: <https://app.box.com/s/qkra0py7c80ogwkh1psmtmubdgjkqkqw>.



Vídeos sobre tecnologia e inteligência artificial

¿Qué es el Machine Learning? ¿Y Deep Learning? Un mapa conceptual | DotCSV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KytW151dpqU>.

Acessado em 9 de julho de 2021.



¿Es GITHUB Copilot el FIN de los PROGRAMADORES? | IA que APRENDE a PROGRAMAR. Publicado em 2 de julho de 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=uCpE6z999Uk>. Acessado em 5 de julho de 2021.



¿Por qué usamos ONDAS dentro de las REDES NEURONALES? (El éxito tras GPT-3). Disponível em: https://youtu.be/xi94v_jl26U. Acessado em 9 de julho de 2021.



Esta IA ESCRIBE Textos MEJOR QUE TÚ... ¡Y AHORA PUEDES PROBARLA! | GPT-3. Disponível em: https://youtu.be/C1eOiOkD_8A.

Acessado em 9 de julho de 2021.



Los ROBOTS de BOSTON DYNAMICS no FUNCIONAN como TÚ CREES... Disponível em: <https://youtu.be/DnrmPgKJPsY>. Acessado em 9 de julho de 2021.



Algoritmo político: estudos comprovam que conteúdo de direita é mais distribuído. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RNLwca-GugQ>.

Acessado em 9 de novembro de 2021.



Coded Bias. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81328723?s=a&trkid=13747225&t=wha&vlang=pt&clip=>.

Acessado em 6 de novembro de 2021.



Myanmar: el rol de Facebook en la masacre Rohinyá - Foro Global. Publicado em 4 de maio de 2018 no canal Noticieros Televisa. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=p-1x5B88MvE>. Acessado em 11 de novembro de 2021.



O Dilema das Redes. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81254224?s=a&trkid=13747225&t=wha&vlang=pt&clip=81275293>.

Acessado em 6 de novembro de 2021.



The Truth about Github Copilot // AI Programming First Look. Publicado em 30 jun de 2021 no canal Fireship. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=4duqI8WYfqE>. Acessado em 4 de julho de



2021.

Watch Live: Facebook Whistleblower Frances Haugen Testifies | WSJ.

Publicado em 5 de outubro de 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=GoSPmqgKams>. Acessado em 5 de novembro de 2021.



AlphaZero's Attacking Chess. Publicado em 6 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nPexHaFL1uo&t=3s>. Acessado em 30 de janeiro de 2022.



Will Smith tries Online dating [Legendado PT-BR]. Publicado em 1 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nPexHaFL1uo&t=3s>. Acessado em 30 de janeiro de 2022.



Outros vídeos: aulas, palestras, comentários de professores

Desnaturalizando o fenômeno psicológico por José Paulo Netto. Link:

https://www.youtube.com/playlist?list=PL9A8vX7e_daW_U5jjlW5ntNsUVc3e4vH. Ano da palestra 2006. Acessado em 8 de janeiro de 2022.



O que é ecossocialismo? | Michael Löwy. Publicado em 1 de dez. de 2021.

Disponível em: <https://youtu.be/gbMbkB6tDjY>. Acessado em 1 de dez. de 2021.



Cortes de gastos resolvem nossos problemas fiscais? Debate entre Marcos Lisboa e Simone Deos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2H19rzJ9ui4>. Acessado em 11 de abril de 2021.



'Entregador Antifascista' critica precarização do trabalho e omissão de veículos da imprensa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ttciccleoIg>. Acessado em 9 de novembro de 2021.



A importância da Comunicação Pública para as políticas sociais - Café com Compass. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RYgTSIQiZ2M>. Acessado em 7 de maio de 2021.



Can we Fix Capitalism? Yanis Varoufakis vs Gillian Tett publicado em 28 de outubro de 2021 no canal Intelligence Squared. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gv6130kSzEY>. Acessado em 8 de novembro de 2021.



Como se relacionar melhor: sentimentos e emoções em tempos de incerteza – o poder da escuta. Curso publicado em 27 de abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TiQ_dHpFtkg. Acessado em 7 de maio de 2021b.



Conexão Xangai conversa com Christian Dunker sobre Neoliberalismo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ABOdIU2i_NM. Acessado em 2 de maio de 2021a.



Conexão Xangai Tatiana Roque explica o declínio dos experts. Publicado em 27 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WnM-HiXTqmk>. Acessado em 28 de junho de 2021.



Cortes de gastos resolvem nossos problemas fiscais? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2H19rzJ9ui4>. Acessado em 11 de maio de 2021.



Encerramento da pré II Conferência de Assistência Estudantil da UnB disponível no canal UnbTV. Publicado em 8 de abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pekSsXWdlgs&list=PL4ggm_qRYF0PqXedJRGbqRs0fSM4cmFEr&index=2. Acessado em 7 de julho de 2021.



Neoliberalismo existe? Como compreendê-lo? c/ Prof. Alfredo Saad. Publicado em 11 de outubro de 2019 no canal Cifra Oculta. Acessado em 28 de junho de 2021.



Neoliberalismo X Democracia: as teses do livro 'Globalists'. Publicado em 3 de julho de 2020 no canal de Tatiana Roque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N5jJU6UaaEw>. Acessado em 28 de junho de 2021.



Programa Pensamento Crítico - Luta de Classes e Movimentos Identitários (E71) disponível no canal IELA UFSC. Publicado em 29 de março de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AgS-SVHe37A>. Acessado em 5 de julho de 2021.



Programa Pensamento Crítico - O nacionalismo no Brasil (E 92) publicado em 3 de fev. de 2020 no canal IELA UFSC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nnvEuZxG6Ow>. Acessado em 5 de julho de 2021.



JB XV - Os donos da liberdade de expressão - o mito da liberdade de imprensa. Publicado em 4 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VwfzVKzN4U8>. Acessado em 21 de novembro de 2021.



JB XV - O jornalismo, o jornalista e a revolução. Publicado em 2 de dez. De 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hlK3Zhx02zw>. Acessado em 23 de novembro de 2021.



JB XV - Lukács, ideologia e o falso socialmente necessário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i2i7aHMzPko>. Acessado em 23 de novembro de 2021.



O Capital, Trabalho e Sujeito Revolucionário - Sérgio Lessa. Publicado em 13 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oMPoBVOTVJ8>. Acessado em 23 de novembro de 2021.



Limites dos Direitos e Emancipação Política e Humana. José Paulo Netto e Mauro Iasi. Publicado em 12 de dez. de 2020. Disponível em: https://youtu.be/XoOoxBIJc_0.



Páginas de internet

UnB/DAC/DDS. **Página de acesso aos Relatórios de gestão.** Disponível em: <http://www.dds.dac.unb.br/index.php/relatorios>. Acessado em 22 de jul. de 2021.



BBC News: **Por que algoritmos das redes sociais estão cada vez mais perigosos, na visão de pioneiro da Inteligência Artificial.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-5881098>. Acessado em 10 de novembro de 2021.



Cientistas codificam GIF animado em DNA. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/cientistas-gif-dna/>. Acessado em 11 de novembro de 2021.



Apêndice

Tabelas

T1: Total de estudos conforme o 'status simplificado'

Período	Desclassificações	Inscrições incompletas	Avaliações concluídas	Σ
2010-1	1	6	6	13
2010-2	0	7	15	22
2011-1	3	19	17	39
2011-2	2	41	14	57
2012-1	9	87	49	145
2012-2	13	108	105	226
2013-1	16	110	102	228
2013-2	34	168	186	388
2014-1	39	320	308	667
2014-2	52	313	441	806
2015-1	90	516	678	1284
2015-2	78	647	912	1637
2016-1	119	811	954	1884
2016-2	282	779	1212	2273
2017-1	199	1258	1358	2815
2017-2	56	1032	858	1946
2018-1	430	436	1429	2295
2018-2	580	641	1416	2637
2019-1	962	931	1218	3111
Total	2965	8230	11278	22473

Fonte: SAE, NovoSAE; elaboração própria.

T1.1: Percentual médio conforme o 'status simplificado' do estudo agrupado por período de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2

Período	Desclassificações	Inscrições incompletas	Avaliações concluídas
2013-2 2014-2	6,72%	43,04%	50,24%
2015-1 2016-1	5,97%	41,08%	52,94%
2016-2 2017-2	7,63%	43,63%	48,73%
2018-1 2019-1	24,52%	24,97%	50,52%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T1.2: Total de estudos conforme o 'status detalhado'

Período	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Σ
2010-1	0	1	0	0	6	0	0	0	6	0	0	13
2010-2	0	0	0	0	15	0	0	0	5	0	2	22
2011-1	0	3	0	1	16	0	0	1	15	0	3	39
2011-2	0	2	0	7	6	0	1	2	35	0	4	57
2012-1	1	8	0	17	31	0	1	1	67	0	19	145
2012-2	0	13	2	24	79	0	0	9	77	1	21	226
2013-1	2	14	0	21	77	0	4	17	75	4	14	228
2013-2	5	29	1	34	148	0	3	17	114	5	32	388
2014-1	8	31	0	78	215	3	12	47	188	8	77	667
2014-2	8	44	0	91	338	4	8	51	195	3	64	806
2015-1	12	78	0	139	525	2	12	89	315	17	95	1284
2015-2	22	56	0	316	572	7	17	159	334	24	130	1637
2016-1	37	82	0	261	673	3	17	168	528	23	92	1884
2016-2	92	190	0	453	731	11	17	257	381	17	124	2273
2017-1	48	151	0	383	947	5	23	518	539	29	172	2815
2017-2	4	52	0	97	744	3	14	237	552	31	212	1946
2018-1	0	430	0	0	1324	0	105	0	0	0	436	2295
2018-2	109	471	0	261	1075	15	65	0	0	124	517	2637
2019-1	206	756	0	262	861	10	85	0	0	299	632	3111
Total	554	2411	3	2445	8383	63	384	1573	3426	585	2646	22473

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

Legenda:

- [1] Desclassificado [possui estudo anterior concluído]
- [2] Desclassificado [estudante sem estudo anterior concluído]
- [3] Não concluído no site, mas feito pela equipe após recebimento de documentos
- [4] Estudo concluído - PPAES [possui estudo anterior concluído]
- [5] Estudo concluído - PPAES [estudante sem estudo anterior concluído]
- [6] Estudo concluído - NPPAES [possui estudo anterior concluído]
- [7] Estudo concluído - NPPAES [estudante sem estudo anterior concluído]
- [8] Concluído no site, mas não iniciado [possui estudo anterior concluído]
- [9] Concluído no site, mas não iniciado [estudante sem estudo anterior concluído]
- [10] Não concluído no site e não iniciado [possui estudo anterior concluído]
- [11] Não concluído no site e não iniciado [estudante sem estudo anterior concluído]

T2: Total estudantes estratificados por sexo

Período	Masculino	Feminino	Transgênero	Σ
2010-1	4	9	0	13
2010-2	11	11	0	22
2011-1	13	26	0	39
2011-2	23	34	0	57
2012-1	61	84	0	145
2012-2	96	130	0	226
2013-1	100	128	0	228
2013-2	159	229	0	388
2014-1	276	388	3	667
2014-2	338	468	0	806
2015-1	564	718	2	1284
2015-2	689	945	3	1637
2016-1	761	1122	1	1884
2016-2	953	1319	1	2273
2017-1	1249	1563	3	2815
2017-2	761	1184	1	1946
2018-1	1027	1267	1	2295
2018-2	1171	1464	2	2637
2019-1	1424	1686	1	3111
Total	9680	12775	18	22473

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T2.1: Percentual global de participação conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2

Período	Masculino	Feminino	Transgênero
2013-2 2014-2	41,54%	58,30%	0,16%
2015-1 2016-1	41,91%	57,96%	0,12%
2016-2 2017-2	42,12%	57,80%	0,07%
2018-1 2019-1	45,03%	54,92%	0,05%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T2.2: Distribuição por status simplificado e sexo

Período	Masculino	Feminino	Transgênero	Σ
Desclassificados				
2010-1	1	0	0	1
2010-2	0	0	0	0
2011-1	1	2	0	3
2011-2	1	1	0	2
2012-1	3	6	0	9
2012-2	4	9	0	13
2013-1	5	11	0	16
2013-2	7	27	0	34
2014-1	17	22	0	39
2014-2	28	24	0	52
2015-1	36	54	0	90
2015-2	24	53	1	78
2016-1	53	66	0	119
2016-2	113	169	0	282
2017-1	82	116	1	199
2017-2	13	43	0	56
2018-1	195	235	0	430
2018-2	263	317	0	580
2019-1	417	545	0	962
Total	1263	1700	2	2965
Estudos concluídos				
2010-1	2	4	0	6
2010-2	7	8	0	15
2011-1	5	12	0	17
2011-2	6	8	0	14
2012-1	20	29	0	49
2012-2	51	54	0	105
2013-1	54	48	0	102
2013-2	85	101	0	186
2014-1	135	172	1	308
2014-2	181	260	0	441
2015-1	317	359	2	678
2015-2	398	513	1	912
2016-1	385	569	0	954
2016-2	530	682	0	1212
2017-1	624	733	1	1358
2017-2	345	513	0	858
2018-1	625	803	1	1429
2018-2	603	811	2	1416
2019-1	577	640	1	1218
Total	4950	6319	9	11278
Não inscritos				
2010-1	1	5	0	6
2010-2	4	3	0	7
2011-1	7	12	0	19
2011-2	16	25	0	41
2012-1	38	49	0	87
2012-2	41	67	0	108
2013-1	41	69	0	110
2013-2	67	101	0	168
2014-1	124	194	2	320
2014-2	129	184	0	313
2015-1	211	305	0	516
2015-2	267	379	1	647
2016-1	323	487	1	811
2016-2	310	468	1	779
2017-1	543	714	1	1258
2017-2	403	628	1	1032
2018-1	207	229	0	436
2018-2	305	336	0	641
2019-1	430	501	0	931
Total	3467	4756	7	8230

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T2.3: Percentual de desclassificações conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2

Período	Masculino	Feminino	Transgênero
2013-2 2014-2	41,60%	58,40%	0,00%
2015-1 2016-1	39,37%	60,28%	0,35%
2016-2 2017-2	38,73%	61,08%	0,19%
2018-1 2019-1	44,37%	55,63%	0,00%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T2.4: Desvio entre o percentual de desclassificações conforme sexo e o percentual global de participação conforme sexo agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2

Período	Masculino	Feminino	Transgênero
2013-2 2014-2	0,06%	0,10%	-0,16%
2015-1 2016-1	-2,54%	2,32%	0,22%
2016-2 2017-2	-3,39%	3,28%	0,12%
2018-1 2019-1	-0,66%	0,71%	-0,05%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T3: Total estudantes estratificados por cor

Período	Pretos	Pardos	Indígena	Branca	Amarela	Sem info.	Σ
2010-1	5	7	0	1	0	0	13
2010-2	7	12	0	3	0	0	22
2011-1	9	19	0	9	2	0	39
2011-2	13	25	0	18	1	0	57
2012-1	39	60	1	43	2	0	145
2012-2	48	103	7	63	3	2	226
2013-1	49	107	2	59	4	7	228
2013-2	79	155	11	99	4	40	388
2014-1	123	313	21	170	4	36	667
2014-2	142	382	12	224	13	33	806
2015-1	248	616	15	340	15	50	1284
2015-2	305	760	23	445	24	80	1637
2016-1	338	903	16	540	28	59	1884
2016-2	434	1087	23	627	27	75	2273
2017-1	542	1334	26	779	37	97	2815
2017-2	354	945	10	562	15	60	1946
2018-1	401	1088	47	626	26	107	2295
2018-2	495	1245	27	685	29	156	2637
2019-1	504	1530	21	819	32	205	3111
Total	4135	10691	262	6112	266	1007	22473

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T3.1: Taxa global de participação conforme cor agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2

Período	Negros	Pretos	Pardos	Indígenas	Branca	Amarela	Sem info.
2013-2 2014-2	64,16%	18,48%	45,67%	2,36%	26,49%	1,13%	5,86%
2015-1 2016-1	65,97%	18,54%	47,43%	1,12%	27,58%	1,39%	3,93%
2016-2 2017-2	66,76%	18,91%	47,85%	0,84%	27,98%	1,12%	3,30%
2018-1 2019-1	65,44%	17,41%	48,03%	1,18%	26,48%	1,08%	5,82%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T3.2: Distribuição por status simplificado e cor

Período	Preta	Parda	Indígena	Branca	Amarela	Sem informação	Σ
Desclassificados							
2010-1	0	1	0	0	0	0	1
2010-2	0	0	0	0	0	0	0
2011-1	1	2	0	0	0	0	3
2011-2	2	0	0	0	0	0	2
2012-1	2	4	0	3	0	0	9
2012-2	5	4	0	4	0	0	13
2013-1	3	10	0	2	1	0	16
2013-2	5	14	0	12	0	3	34
2014-1	6	13	1	15	2	2	39
2014-2	10	28	0	14	0	0	52
2015-1	21	35	0	31	1	2	90
2015-2	16	36	1	20	1	4	78
2016-1	18	63	4	31	0	3	119
2016-2	52	134	2	78	6	10	282
2017-1	44	89	0	56	1	9	199
2017-2	12	16	0	25	0	3	56
2018-1	73	190	6	127	4	30	430
2018-2	130	253	5	150	6	36	580
2019-1	147	477	6	255	12	65	962
Total	547	1369	25	823	34	167	2965
Estudos concluídos							
2010-1	3	2	0	1	0	0	6
2010-2	6	8	0	1	0	0	15
2011-1	6	8	0	3	0	0	17
2011-2	3	7	0	3	1	0	14
2012-1	15	17	0	15	2	0	49
2012-2	26	49	2	25	2	1	105
2013-1	26	48	1	20	2	5	102
2013-2	38	77	3	43	3	22	186
2014-1	58	148	15	66	1	20	308
2014-2	76	217	5	117	10	16	441
2015-1	138	333	10	162	5	30	678
2015-2	175	430	12	240	14	41	912
2016-1	156	479	7	277	16	19	954
2016-2	222	603	12	317	13	45	1212
2017-1	245	652	7	398	17	39	1358
2017-2	148	445	5	236	7	17	858
2018-1	246	695	28	396	16	48	1429
2018-2	248	688	18	367	20	75	1416
2019-1	195	602	8	323	8	82	1218
Total	2030	5508	133	3010	137	460	11278
Não inscritos							
2010-1	2	4	0	0	0	0	6
2010-2	1	4	0	2	0	0	7
2011-1	2	9	0	6	2	0	19
2011-2	8	18	0	15	0	0	41
2012-1	22	39	1	25	0	0	87
2012-2	17	50	5	34	1	1	108
2013-1	20	49	1	37	1	2	110
2013-2	36	64	8	44	1	15	168
2014-1	59	152	5	89	1	14	320
2014-2	56	137	7	93	3	17	313
2015-1	89	248	5	147	9	18	516
2015-2	114	294	10	185	9	35	647
2016-1	164	361	5	232	12	37	811
2016-2	160	350	9	232	8	20	779
2017-1	253	593	19	325	19	49	1258
2017-2	194	484	5	301	8	40	1032
2018-1	82	203	13	103	6	29	436
2018-2	117	304	4	168	3	45	641
2019-1	162	451	7	241	12	58	931
Total	1558	3814	104	2279	95	380	8230

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T4: Total estudantes de graduação estratificados pelo tipo de ensino médio cursado

Período	Escola pública	Escola privada	Sem informação	Σ
2010-1	11	2	0	13
2010-2	19	3	0	22
2011-1	27	12	0	39
2011-2	34	23	0	57
2012-1	99	46	0	145
2012-2	162	64	0	226
2013-1	156	71	0	227
2013-2	280	108	0	388
2014-1	528	133	1	662
2014-2	615	186	0	801
2015-1	989	274	1	1264
2015-2	1288	331	1	1620
2016-1	1502	344	1	1847
2016-2	1860	384	1	2245
2017-1	2261	452	1	2714
2017-2	1571	313	0	1884
2018-1	1816	311	33	2160
2018-2	2098	380	48	2526
2019-1	2456	423	66	2945
Total	17772	3860	153	21785

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T4.1: Percentual global de participação de estudantes de graduação conforme tipo de escola cursada no ensino médio agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2.

Período	Escola pública	Escola privada	Sem informação
2013-2 2014-2	76,88%	23,07%	0,05%
2015-1 2016-1	79,88%	20,06%	0,06%
2016-2 2017-2	83,18%	16,79%	0,03%
2018-1 2019-1	83,48%	14,60%	1,93%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

T4.2: Distribuição por status simplificado e tipo de ensino médio, nível graduação

Período	Escola pública	Escola privada	Sem informação	Σ
Desclassificados				
2010-1	0	1	0	1
2010-2	0	0	0	0
2011-1	3	0	0	3
2011-2	2	0	0	2
2012-1	5	4	0	9
2012-2	11	2	0	13
2013-1	15	1	0	16
2013-2	19	15	0	34
2014-1	28	11	0	39
2014-2	29	23	0	52
2015-1	58	32	0	90
2015-2	58	20	0	78
2016-1	99	18	0	117
2016-2	230	50	0	280
2017-1	164	33	0	197
2017-2	39	15	0	54
2018-1	343	63	9	415
2018-2	456	103	10	569
2019-1	762	147	14	923
Total	2321	538	33	2892
Estudos concluídos				
2010-1	6	0	0	6
2010-2	14	1	0	15
2011-1	10	7	0	17
2011-2	11	3	0	14
2012-1	36	13	0	49
2012-2	73	32	0	105
2013-1	70	31	0	101
2013-2	140	46	0	186
2014-1	260	44	0	304
2014-2	346	92	0	438
2015-1	547	120	0	667
2015-2	749	154	0	903
2016-1	795	137	1	933
2016-2	1022	177	0	1199
2017-1	1079	209	0	1288
2017-2	727	102	0	829
2018-1	1146	165	19	1330
2018-2	1156	158	26	1340
2019-1	957	136	35	1128
Total	9144	1627	81	10852
Não inscritos				
2010-1	5	1	0	6
2010-2	5	2	0	7
2011-1	14	5	0	19
2011-2	21	20	0	41
2012-1	58	29	0	87
2012-2	78	30	0	108
2013-1	71	39	0	110
2013-2	121	47	0	168
2014-1	240	78	1	319
2014-2	240	71	0	311
2015-1	384	122	1	507
2015-2	481	157	1	639
2016-1	608	189	0	797
2016-2	608	157	1	766
2017-1	1018	210	1	1229
2017-2	805	196	0	1001
2018-1	327	83	5	415
2018-2	486	119	12	617
2019-1	737	140	17	894
Total	6307	1695	39	8041

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T5: Total de estudos estratificado pela área do curso

Período	1	2	3	4	5	6	Σ
2010-1	1	5	1	3	3	0	13
2010-2	3	6	1	6	6	0	22
2011-1	2	15	7	8	7	0	39
2011-2	5	13	9	18	12	0	57
2012-1	10	43	16	46	30	0	145
2012-2	16	62	44	67	37	0	226
2013-1	14	48	45	67	54	0	228
2013-2	21	76	93	98	100	0	388
2014-1	37	180	127	158	165	0	667
2014-2	53	159	190	183	221	0	806
2015-1	72	310	275	276	351	0	1284
2015-2	79	340	324	372	522	0	1637
2016-1	105	352	417	418	592	0	1884
2016-2	130	506	463	530	644	0	2273
2017-1	148	513	616	680	858	0	2815
2017-2	115	375	450	409	597	0	1946
2018-1	133	497	497	515	653	0	2295
2018-2	144	567	573	604	749	0	2637
2019-1	202	605	670	748	884	2	3111
Total	1290	4672	4818	5206	6485	2	22473

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

T5.1: Percentual global conforme a área do curso agrupado por período de 3 semestres, a partir de 2013-2.

Período	1	2	3	4	5	6
2013-2 2014-2	5,96%	22,30%	22,03%	23,59%	26,11%	0,00%
2015-1 2016-1	5,33%	20,85%	21,14%	22,19%	30,49%	0,00%
2016-2 2017-2	5,59%	19,82%	21,74%	23,02%	29,84%	0,00%
2018-1 2019-1	5,96%	20,75%	21,63%	23,21%	28,42%	0,02%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

T5.2: Distribuição por status simplificado pela área do curso

Período	1	2	3	4	5	6	Σ
Desclassificados							
2010-1	0	0	0	1	0	0	1
2010-2	0	0	0	0	0	0	0
2011-1	0	1	0	1	1	0	3
2011-2	0	1	1	0	0	0	2
2012-1	1	4	3	1	0	0	9
2012-2	0	9	1	1	2	0	13
2013-1	1	2	3	5	5	0	16
2013-2	1	4	15	5	9	0	34
2014-1	2	7	7	14	9	0	39
2014-2	5	12	11	13	11	0	52
2015-1	4	16	18	19	33	0	90
2015-2	5	23	14	13	23	0	78
2016-1	5	26	25	28	35	0	119
2016-2	18	61	51	69	83	0	282
2017-1	16	29	47	45	62	0	199
2017-2	2	6	24	10	14	0	56
2018-1	28	79	67	124	132	0	430
2018-2	34	132	112	140	162	0	580
2019-1	66	195	187	214	300	0	962
Total	188	607	586	703	881	0	2965
Estudos concluídos							
2010-1	1	2	1	1	1	0	6
2010-2	2	3	1	6	3	0	15
2011-1	0	7	2	3	5	0	17
2011-2	1	2	2	6	3	0	14
2012-1	2	13	6	20	8	0	49
2012-2	6	28	19	37	15	0	105
2013-1	4	23	19	32	24	0	102
2013-2	8	33	43	58	44	0	186
2014-1	16	94	51	71	76	0	308
2014-2	27	86	100	113	115	0	441
2015-1	31	176	143	144	184	0	678
2015-2	35	182	171	214	310	0	912
2016-1	48	150	235	214	307	0	954
2016-2	51	280	248	292	341	0	1212
2017-1	56	227	335	361	379	0	1358
2017-2	51	167	181	186	273	0	858
2018-1	79	319	326	310	395	0	1429
2018-2	67	300	321	314	414	0	1416
2019-1	67	221	296	301	332	1	1218
Total	552	2313	2500	2683	3229	1	11278
Não inscritos							
2010-1	0	3	0	1	2	0	6
2010-2	1	3	0	0	3	0	7
2011-1	2	7	5	4	1	0	19
2011-2	4	10	6	12	9	0	41
2012-1	7	26	7	25	22	0	87
2012-2	10	25	24	29	20	0	108
2013-1	9	23	23	30	25	0	110
2013-2	12	39	35	35	47	0	168
2014-1	19	79	69	73	80	0	320
2014-2	21	61	79	57	95	0	313
2015-1	37	118	114	113	134	0	516
2015-2	39	135	139	145	189	0	647
2016-1	52	176	157	176	250	0	811
2016-2	61	165	164	169	220	0	779
2017-1	76	257	234	274	417	0	1258
2017-2	62	202	245	213	310	0	1032
2018-1	26	99	104	81	126	0	436
2018-2	43	135	140	150	173	0	641
2019-1	69	189	187	233	252	1	931
Total	550	1752	1732	1820	2375	1	8230

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria. Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

T5.3: Desvio em relação aos estudos concluídos conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, a partir de 2013-2.

Período	1	2	3	4	5	6
2013-2 2014-2	-0,51%	0,48%	-1,28%	2,29%	-0,98%	0,00%
2015-1 2016-1	-0,85%	-0,88%	0,44%	0,30%	1,00%	0,00%
2016-2 2017-2	-0,98%	-0,16%	0,55%	1,46%	-0,87%	0,00%
2018-1 2019-1	-0,71%	-0,08%	1,58%	-0,45%	-0,34%	0,00%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

T5.4: Desvio em relação aos estudos com inscrição incompleta conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, a partir de 2013-2.

Período	1	2	3	4	5	6
2013-2 2014-2	0,53%	0,05%	0,82%	-2,99%	1,60%	0,00%
2015-1 2016-1	1,16%	0,88%	-0,37%	-0,20%	-1,46%	0,00%
2016-2 2017-2	0,90%	0,51%	-0,79%	-1,64%	1,02%	0,00%
2018-1 2019-1	0,92%	0,31%	-0,17%	-0,11%	-0,98%	0,02%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

T5.5: Desvio em relação às desclassificações conforme a área do curso em relação à sua participação global nos mesmos períodos agrupados por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2.

Período	1	2	3	4	5	6
2013-2 2014-2	0,44%	-3,90%	4,37%	2,01%	-2,91%	0,00%
2015-1 2016-1	-0,45%	1,79%	-1,28%	-1,28%	1,22%	0,00%
2016-2 2017-2	1,12%	-1,94%	0,98%	0,07%	-0,23%	0,00%
2018-1 2019-1	0,54%	-0,16%	-3,07%	1,03%	1,70%	-0,02%

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA; elaboração própria.

Legenda: [1] Linguística, Letras e Artes, [2] Ciências Humanas, [3] Ciências Biológicas ou da Saúde, [4] Ciências Naturais e Engenharias, [5] Ciências Sociais Aplicadas, [6] Outra

T6: Total de estudos estratificados pela presença ou não de estudo anterior

Período	1	2	Σ
2010-1	0	13	13
2010-2	0	22	22
2011-1	2	37	39
2011-2	9	48	57
2012-1	19	126	145
2012-2	34	192	226
2013-1	44	184	228
2013-2	61	327	388
2014-1	144	523	667
2014-2	157	649	806
2015-1	259	1025	1284
2015-2	528	1109	1637
2016-1	492	1392	1884
2016-2	830	1443	2273
2017-1	983	1832	2815
2017-2	372	1574	1946
2018-1	0	2295	2295
2018-2	509	2128	2637
2019-1	777	2334	3111
Total	5220	17253	22473

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

Legenda: [1] Possui estudo anterior concluído; [2] Não possui estudo anterior concluído

T7: Total estudantes estratificados pela condição de existência ou não de deficiência

Período	PCD	Não PCD	Σ
2010-1	0	13	13
2010-2	5	17	22
2011-1	3	36	39
2011-2	3	54	57
2012-1	6	139	145
2012-2	11	215	226
2013-1	6	222	228
2013-2	7	381	388
2014-1	13	654	667
2014-2	19	787	806
2015-1	15	1269	1284
2015-2	31	1606	1637
2016-1	23	1861	1884
2016-2	34	2239	2273
2017-1	28	2787	2815
2017-2	21	1925	1946
2018-1	32	2263	2295
2018-2	24	2613	2637
2019-1	46	3065	3111
Total	327	22146	22473

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T8: Total de estudos estratificado pelo nível do curso

Período	Graduação	pós-Graduação	Σ
2010-1	13	0	13
2010-2	22	0	22
2011-1	39	0	39
2011-2	57	0	57
2012-1	145	0	145
2012-2	226	0	226
2013-1	227	1	228
2013-2	388	0	388
2014-1	662	5	667
2014-2	801	5	806
2015-1	1264	20	1284
2015-2	1620	17	1637
2016-1	1847	37	1884
2016-2	2245	28	2273
2017-1	2714	101	2815
2017-2	1884	62	1946
2018-1	2160	135	2295
2018-2	2526	111	2637
2019-1	2945	166	3111
Total	21785	688	22473

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T8.1: Distribuição por status simplificado e nível do curso

Período	Graduação	Pós-graduação	Σ
Desclassificados			
2010-1	1	0	1
2010-2	0	0	0
2011-1	3	0	3
2011-2	2	0	2
2012-1	9	0	9
2012-2	13	0	13
2013-1	16	0	16
2013-2	34	0	34
2014-1	39	0	39
2014-2	52	0	52
2015-1	90	0	90
2015-2	78	0	78
2016-1	117	2	119
2016-2	280	2	282
2017-1	197	2	199
2017-2	54	2	56
2018-1	415	15	430
2018-2	569	11	580
2019-1	923	39	962
Total	2892	73	2965
Estudos concluídos			
2010-1	6	0	6
2010-2	15	0	15
2011-1	17	0	17
2011-2	14	0	14
2012-1	49	0	49
2012-2	105	0	105
2013-1	101	1	102
2013-2	186	0	186
2014-1	304	4	308
2014-2	438	3	441
2015-1	667	11	678
2015-2	903	9	912
2016-1	933	21	954
2016-2	1199	13	1212
2017-1	1288	70	1358
2017-2	829	29	858
2018-1	1330	99	1429
2018-2	1340	76	1416
2019-1	1128	90	1218
Total	10852	426	11278
Não inscritos			
2010-1	6	0	6
2010-2	7	0	7
2011-1	19	0	19
2011-2	41	0	41
2012-1	87	0	87
2012-2	108	0	108
2013-1	110	0	110
2013-2	168	0	168
2014-1	319	1	320
2014-2	311	2	313
2015-1	507	9	516
2015-2	639	8	647
2016-1	797	14	811
2016-2	766	13	779
2017-1	1229	29	1258
2017-2	1001	31	1032
2018-1	415	21	436
2018-2	617	24	641
2019-1	894	37	931
Total	8041	189	8230

Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS. Elaboração própria.

T9: Comparação entre a evolução da função Educação e as ações do PNAES e PBP

Ano	OSS+Fiscal	Educação				PNAES – 4002			PBP – 0A12		
		Autorizado	Pago	% exec.	% part.	Autorizado	Pago	% execução	Autorizado	Pago	% execução
2005	1,31 tri	40,83 bi	31,1 bi	76,16%	2,45%	85,78 mi	60,92 mi	71,02%	14,2 mi	---	---
2006	1,66 tri	42,88 bi	35,83 bi	83,55%	2,22%	86,06 mi	71,95 mi	83,60%	16,34 mi	7,47 mi	45,72%
2007	1,67 tri	50,94 bi	40,67 bi	79,84%	2,51%	109,29 mi	85,84 mi	78,54%	15,82 mi	16,15 mi	102,09%
2008	1,81 tri	58,37 bi	46,28 bi	79,28%	2,62%	347,09 mi	120,67 mi	34,77%	29,22 mi	20,7 mi	70,84%
2009	1,99 tri	73,38 bi	56,55 bi	77,06%	2,89%	405,81 mi	230,16 mi	56,72%	34,1 mi	26,01 mi	76,28%
2010	1,86 tri	93,53 bi	71,93 bi	76,91%	3,92%	564,58 mi	364,23 mi	64,51%	41,33 mi	27,85 mi	67,38%
2011	1,86 tri	104,51 bi	78,35 bi	74,97%	4,3%	691,86 mi	488,19 mi	70,56%	39,64 mi	32,88 mi	82,95%
2012	2,24 tri	131,04 bi	89,44 bi	68,25%	4,05%	906,3 mi	593,81 mi	65,52%	61,56 mi	37,03 mi	60,15%
2013	1,99 tri	132,66 bi	97,32 bi	73,36%	4,98%	1008,67 mi	747,18 mi	74,08%	104,2 mi	55,75 mi	53,50%
2014	2,2 tri	142,8 bi	112,78 bi	78,98%	5,22%	1118,28 mi	858,66 mi	76,78%	139,4 mi	107,85 mi	77,37%
2015	2,26 tri	151,31 bi	116,07 bi	76,71%	5,23%	1291,02 mi	901,26 mi	69,81%	173,3 mi	155,06 mi	89,47%
2016	2,36 tri	130,12 bi	112,7 bi	86,61%	4,96%	1191,9 mi	959,16 mi	80,47%	191,81 mi	179,48 mi	93,57%
2017	2,3 tri	128,23 bi	113,42 bi	88,45%	5,05%	1105,53 mi	903,47 mi	81,72%	211,66 mi	178,42 mi	84,30%
2018	2,37 tri	123,68 bi	103,43 bi	83,63%	4,4%	1040,46 mi	884,19 mi	84,98%	194,22 mi	174,54 mi	89,87%
2019	2,37 tri	123,49 bi	98,54 bi	79,80%	4,23%	1106,53 mi	904,69 mi	81,76%	192,52 mi	169,94 mi	88,27%

Fonte: Siga Brasil, elaboração própria.

Observações: [1] OSS refere-se à Orçamento da Seguridade Social mais orçamento fiscal; [2] estes dados excluem a parcela de refinanciamento da dívida pública e são apresentados em valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2019; [3] dados foram arredondados e expressos em trilhões, bilhões e milhões, para uma leitura mais fácil.

T10: Variação no número de estudantes assistidos e receitas referentes à ação 4002 entre 2011 e 2017.

Ano	Número estudantes		PNAES [UnB]				Cota mensal <i>per capita</i>
	PPAES	PASe	Autorizado	Pago	RP Pago	Total executado	
2011	1972	1006	20,08 mi	11,77 mi	7,49 mi	19,26 mi	R\$ 813,77
2012	2604	1206	24,54 mi	15,11 mi	7,97 mi	23,08 mi	R\$ 738,52
2013	3216	1480	25,42 mi	16,54 mi	5,46 mi	22,01 mi	R\$ 570,26
2014	4182	1938	30,27 mi	18,77 mi	7,91 mi	26,68 mi	R\$ 531,64
2015	4816	2432	37,14 mi	18,57 mi	10,88 mi	29,45 mi	R\$ 509,53
2016	5635	2964	36,7 mi	15,57 mi	15,21 mi	30,78 mi	R\$ 455,2
2017	6583	3359	34,15 mi	16,77 mi	19,37 mi	36,14 mi	R\$ 457,51

Fontes: Relatório de Gestão da DDS (2017) e Siga Brasil, elaboração própria.

Observações: [1] estes dados excluem a parcela de refinanciamento da dívida pública e são apresentados em valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2019; [2] dados foram arredondados e expressos em milhões, para uma leitura mais fácil; [3] cota mensal *per capita*, expresso em R\$/aluno/mês foi obtido a partir de 1/12 avos da divisão entre o Total executado e número de estudantes PPAES no respectivo ano. O total executado é a soma do valor anual pago com o valor dos restos a pagar pagos, no mesmo ano.

T11: número de estudantes selecionados para os programas que implicam transferência direta de recursos nas avaliações socioeconômicas mais recentes.

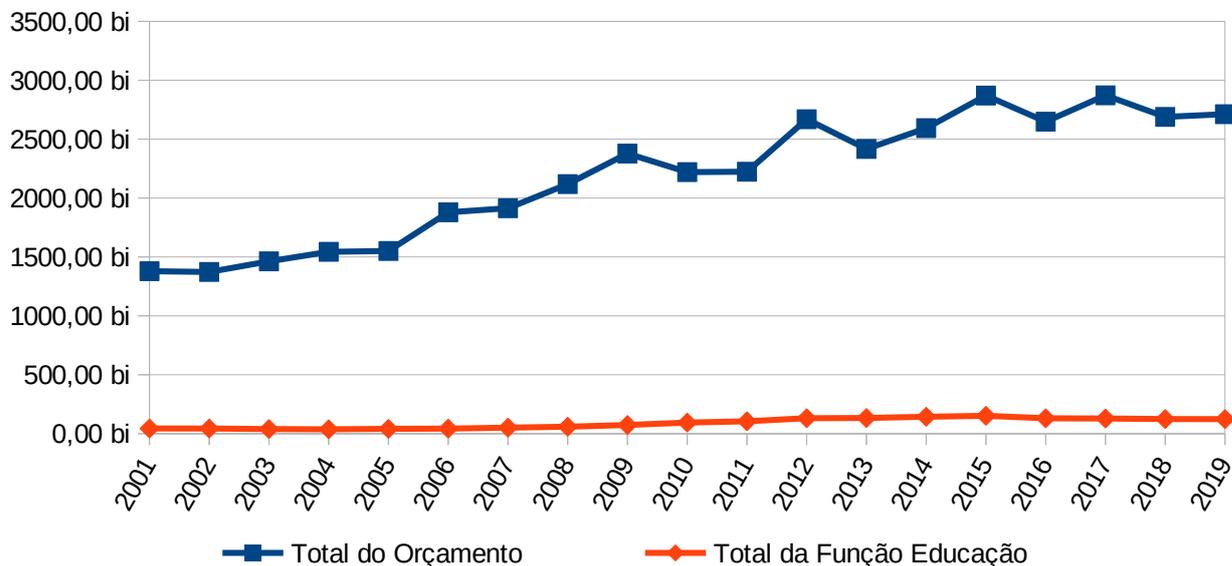
	2/2017	1/2018	2/2018	1/2019	2/2019	Total	Média
PME-G	150	101	142*	145*	160	735	147
Transporte	200	128	51	45	30	426	85,2
PASe	300	206	230	363	350	1449	289,8
PACreche	10	10	11	10	1	42	8,4
Total	660	417	471	563	541	2652	530,4

Fontes: editais de seleção para os respectivos programas no caso do 2/2017, lista final de resultados para os respectivos pleitos, todas publicizadas na página da DDS, e Relatório de Gestão da DDS, elaboração própria.

Observações: [*] resultado provavelmente é inferior tendo em vista que a lista de resultados apresentou possibilidades híbridas, acesso à vaga na Casa do Estudante Universitário (CEU) ou opção pelo Auxílio Moradia em Pecúnia; [**] este resulta foi extraído de uma lista única envolvendo estudantes selecionados em primeira e segunda chamada.

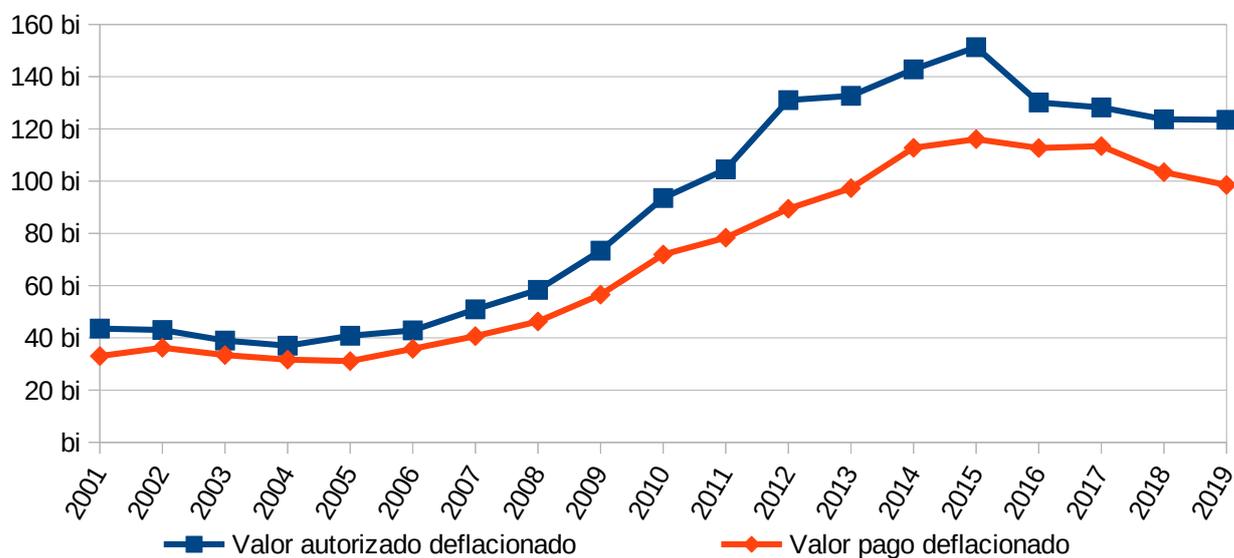
Gráficos

G1: evolução anual do total do orçamento em comparação com a evolução da função educação entre 2001 e 2019.



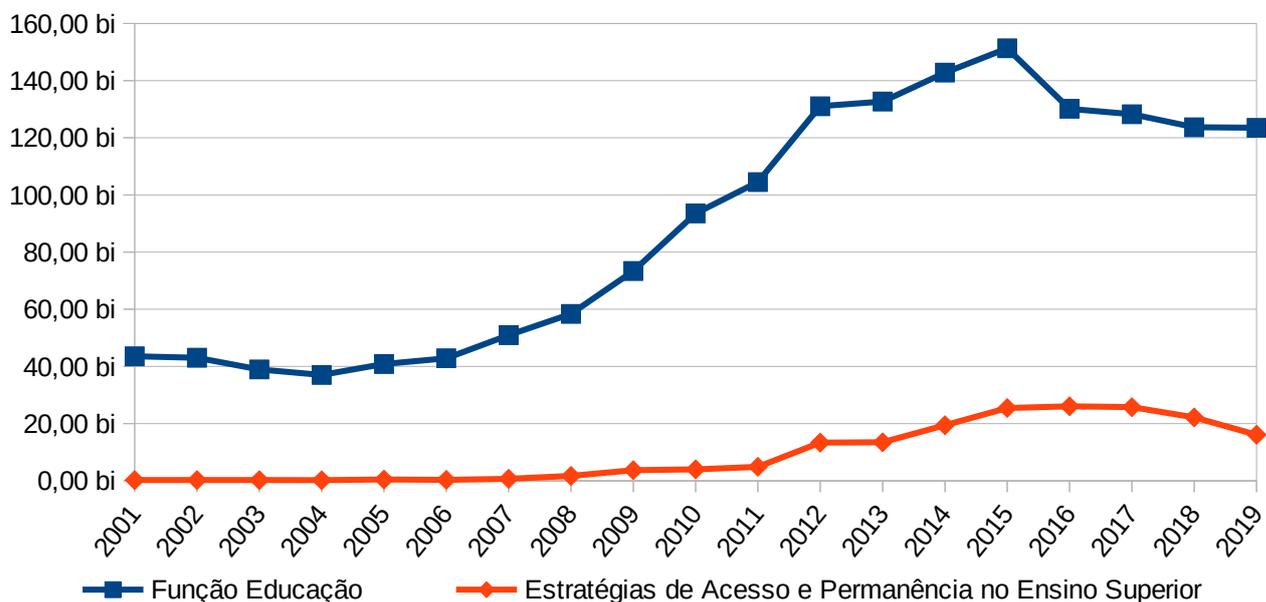
Fonte: Siga Brasil, valores deflacionados com base no ano de 2019, elaboração própria.

G2: variação anual dos valores autorizados e pagos para a função educação entre 2001 e 2019



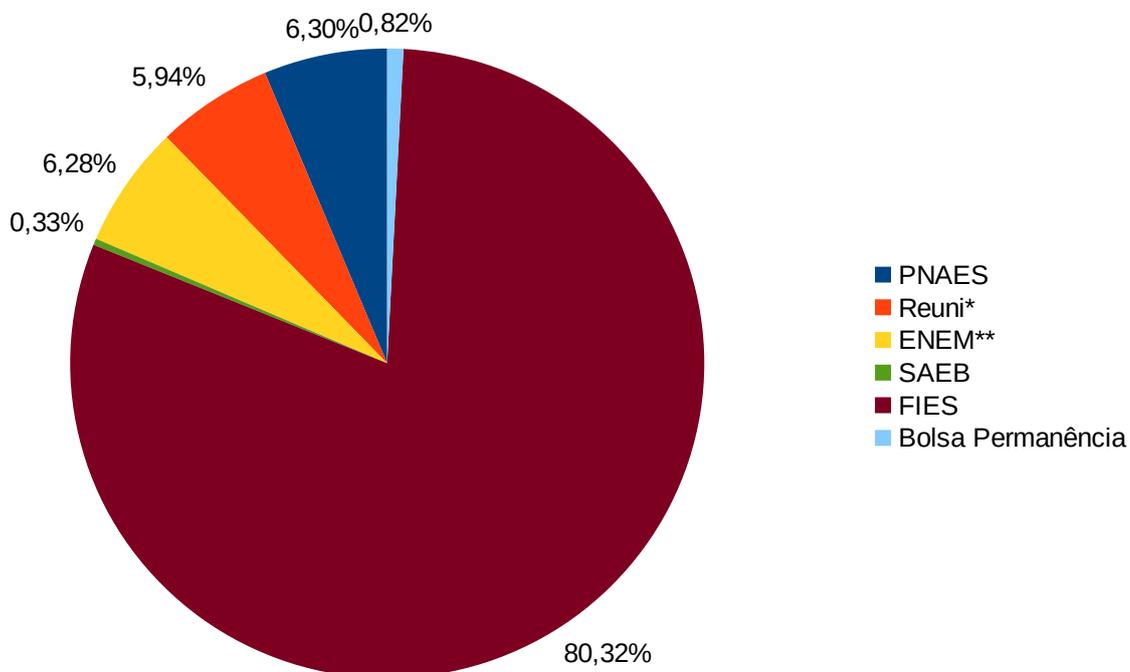
Fonte: Siga Brasil, valores deflacionados com base no ano de 2019, elaboração própria.

G3: comparação entre a evolução da função educação e a evolução das estratégias de ampliação do acesso e permanência nas instituições de ensino superior entre 2001 e 2019.



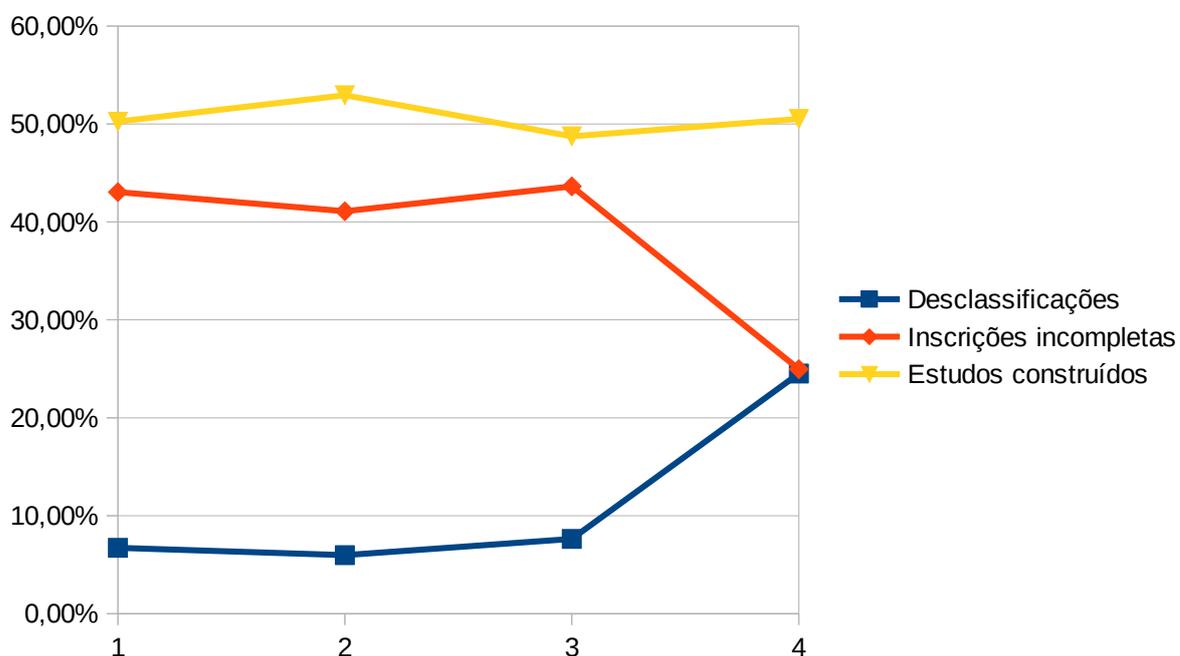
Fonte: Siga Brasil, valores deflacionados com base no ano de 2019, elaboração própria.

G4: distribuição percentual da soma dos recursos autorizados entre 2001 e 2019 para as diferentes estratégias de ampliação do acesso e da permanência na educação superior.



Fonte: Siga Brasil, elaboração própria.

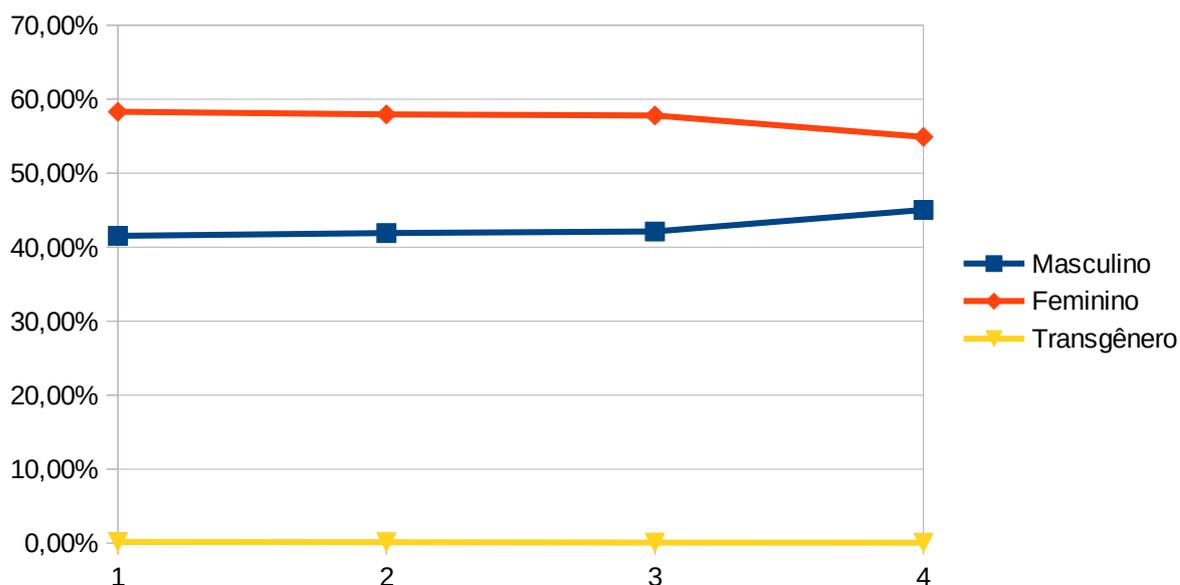
G5: Taxa global conforme status simplificado do estudo socioeconômico agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

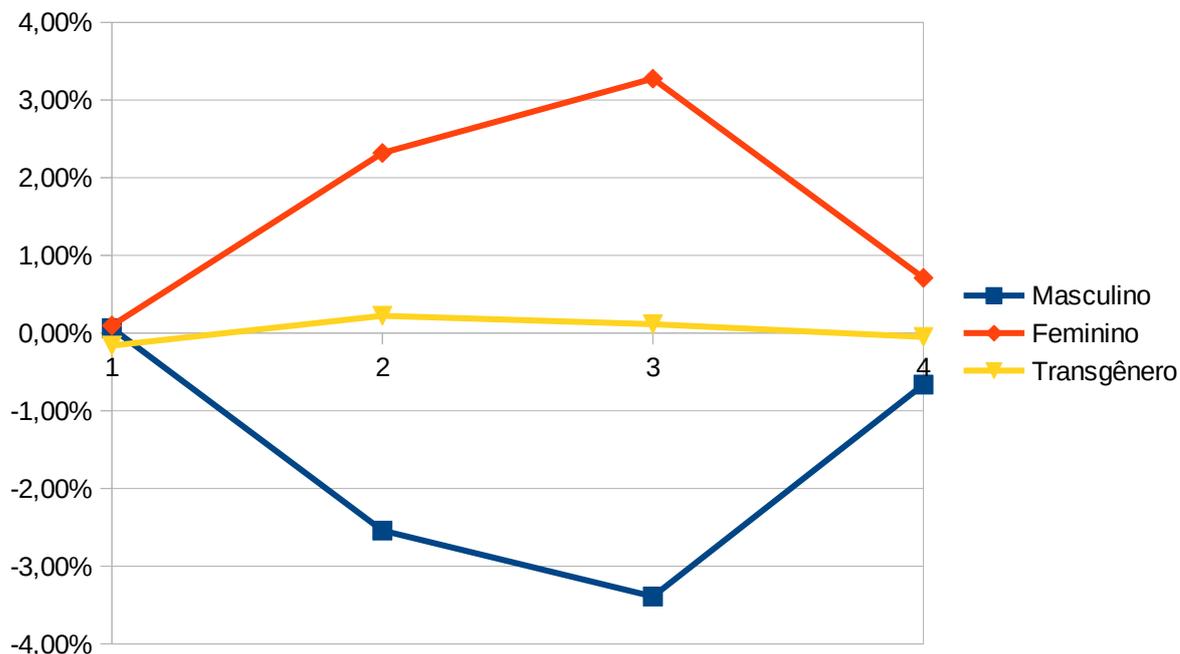
G6: Taxa global de participação conforme sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

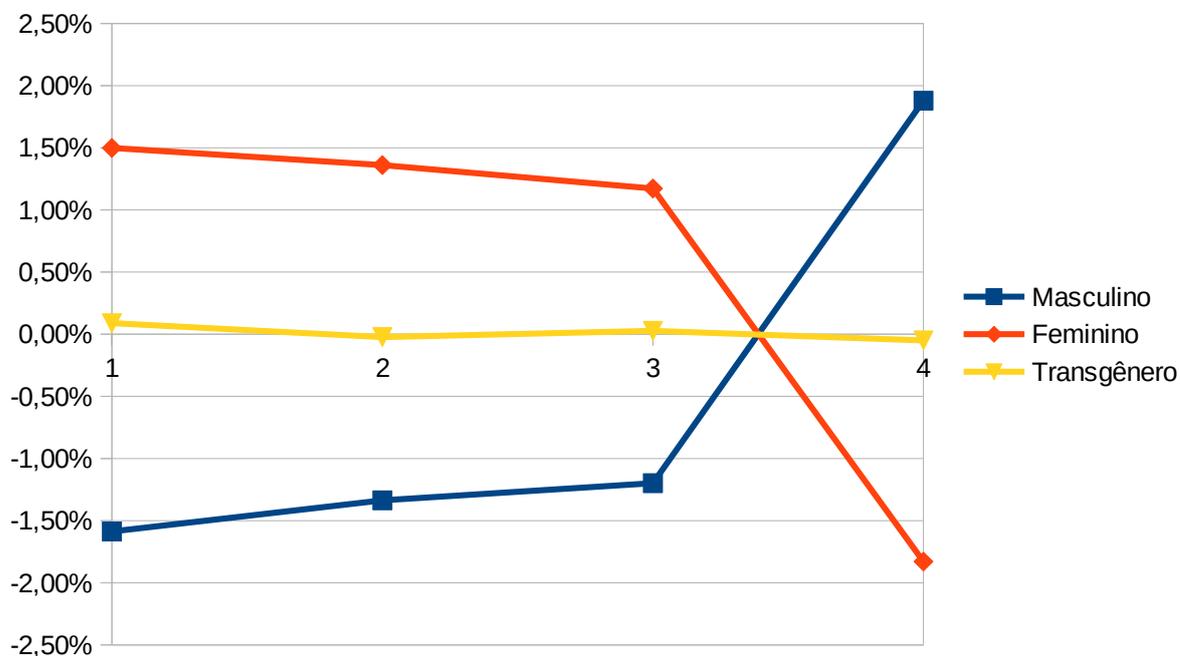
Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G6.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

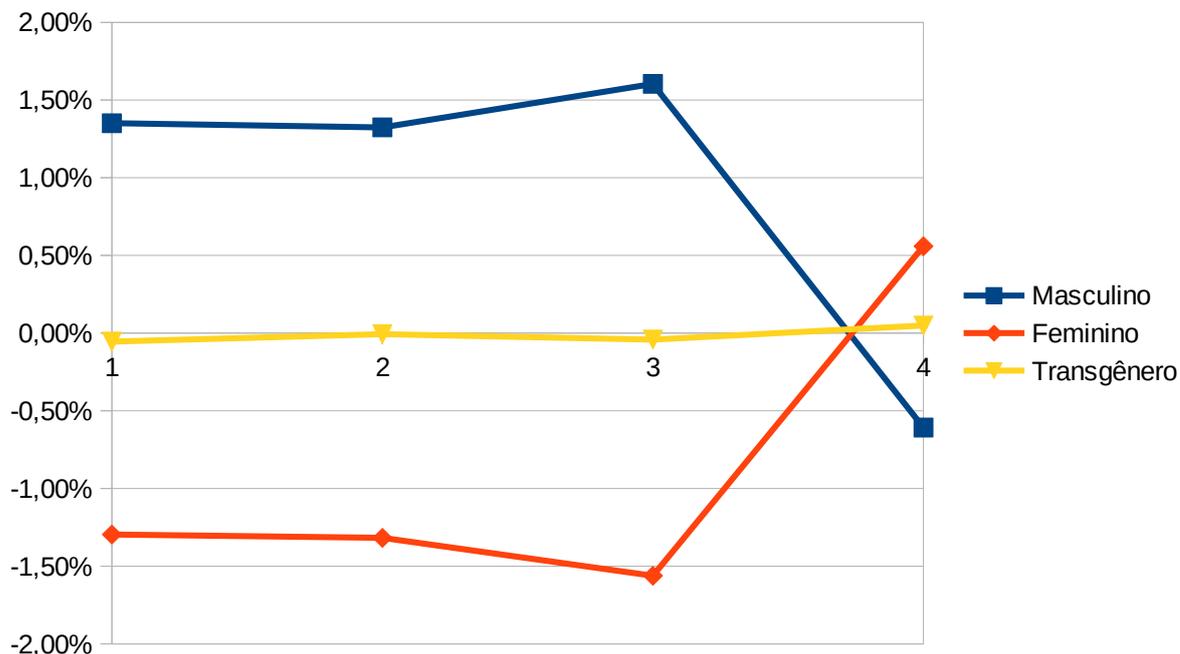
Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.



G6.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1. Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

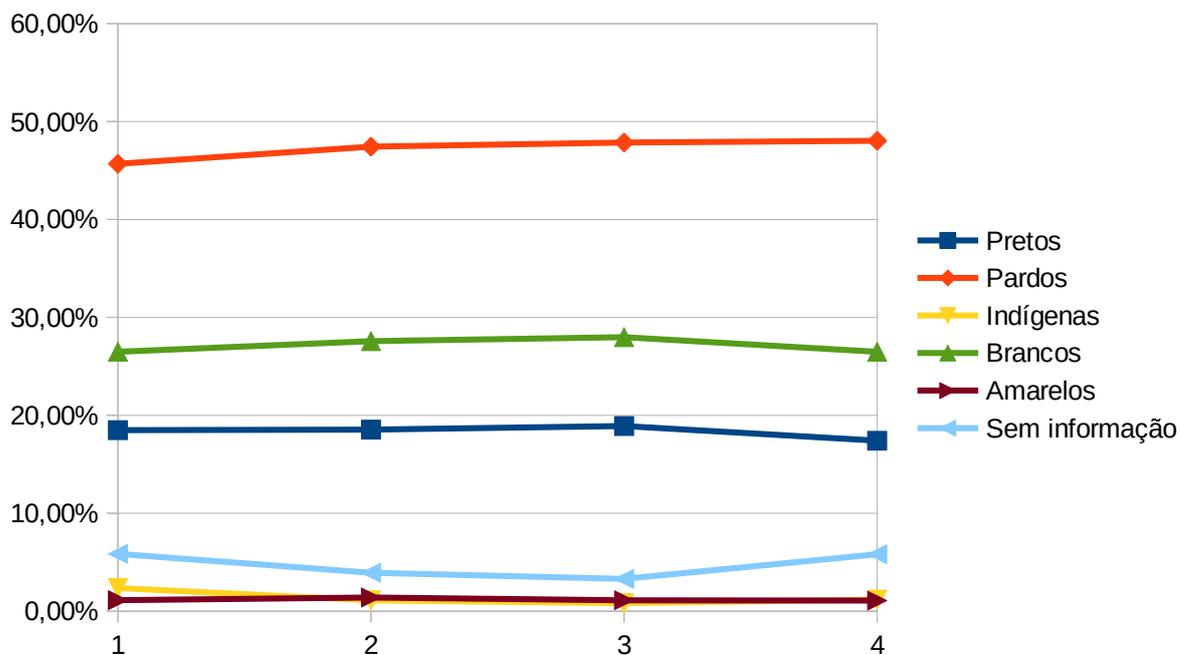
G6.3: Desvio entre o percentual de avaliações concluídas e a participação global conforme o sexo agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

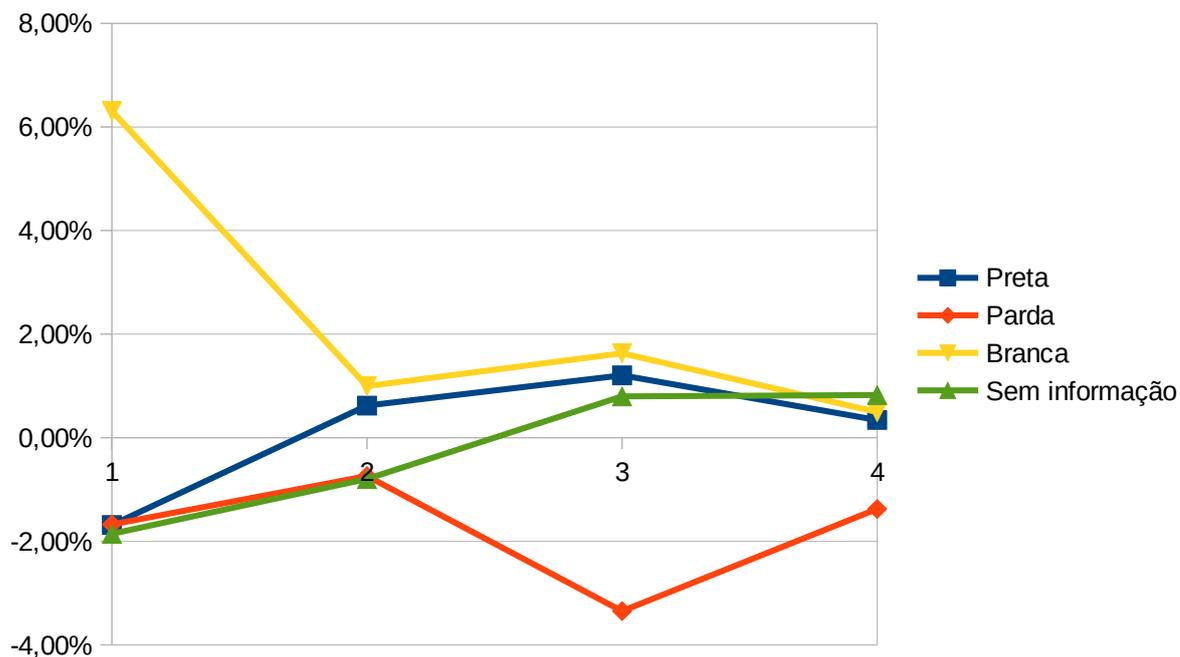
G7: Taxa global de participação conforme cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

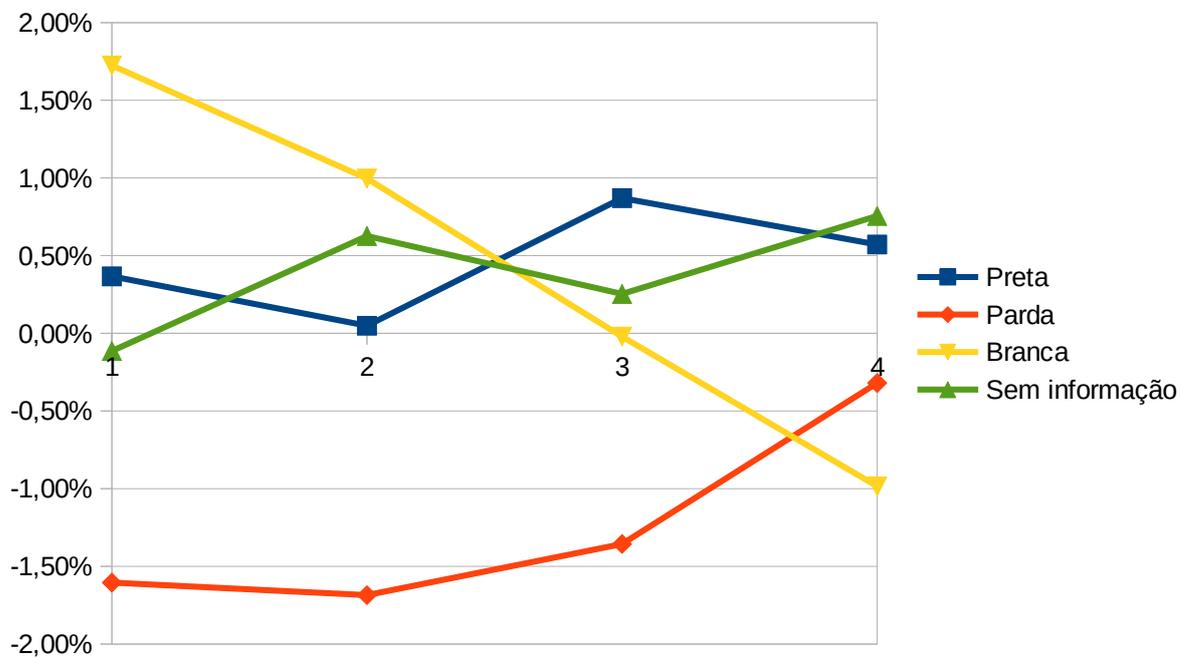
Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G7.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



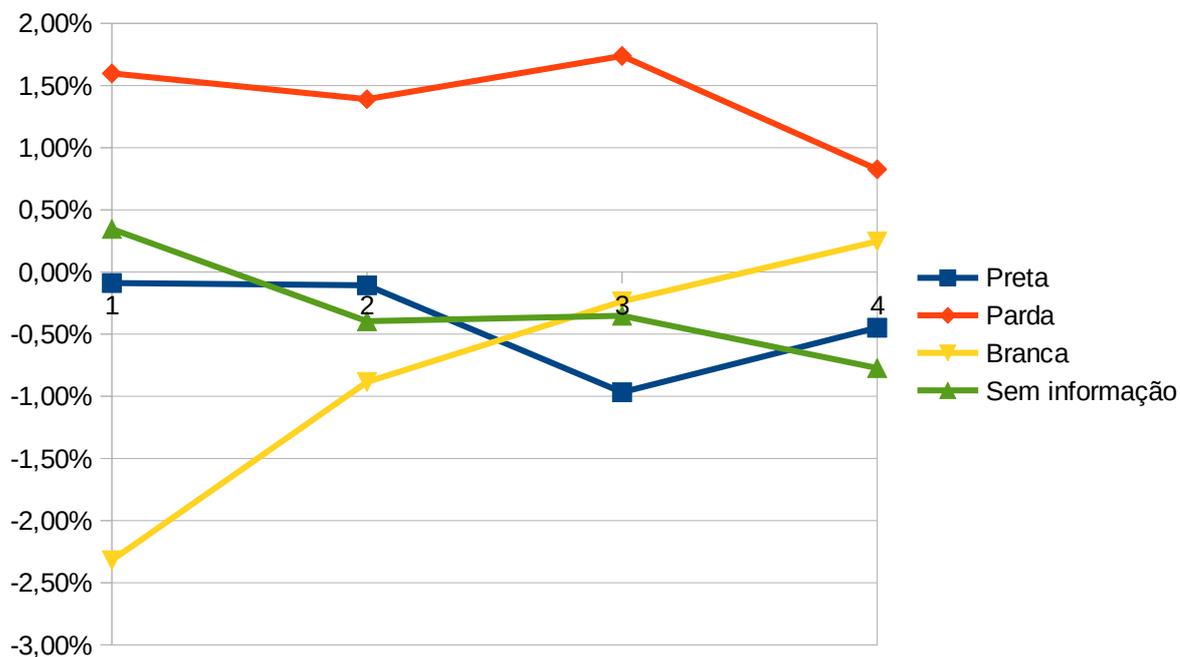
Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.
 Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G7.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



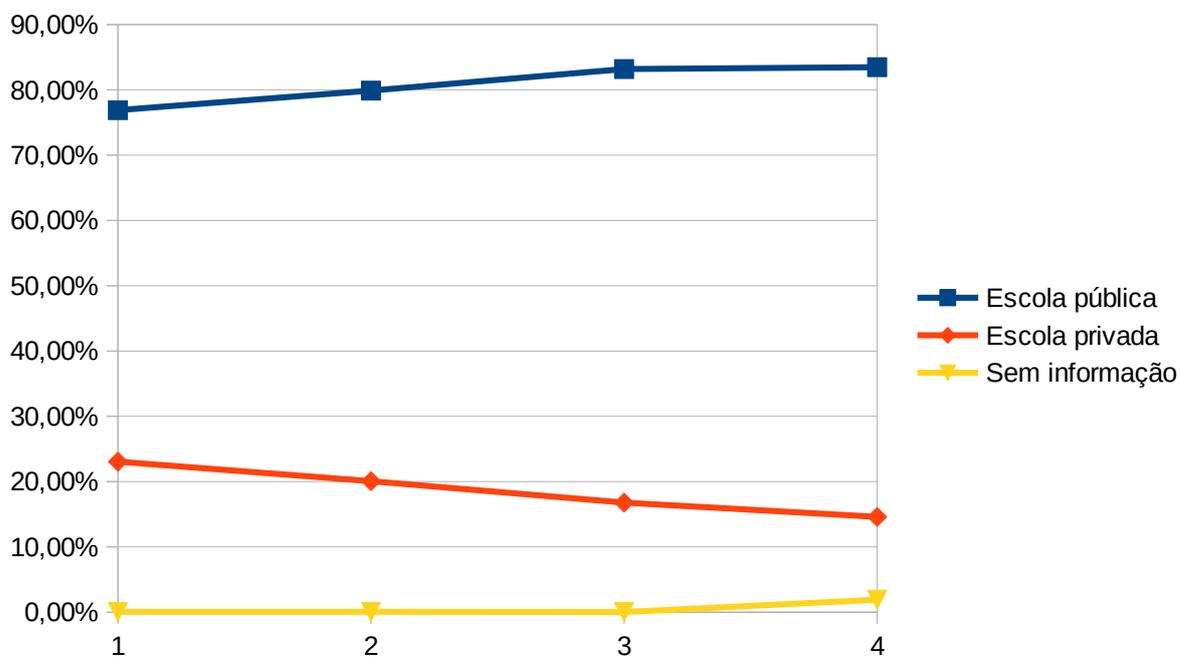
Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.
 Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G7.3: Desvio entre o percentual de avaliações concluídas e a participação global conforme o cor agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



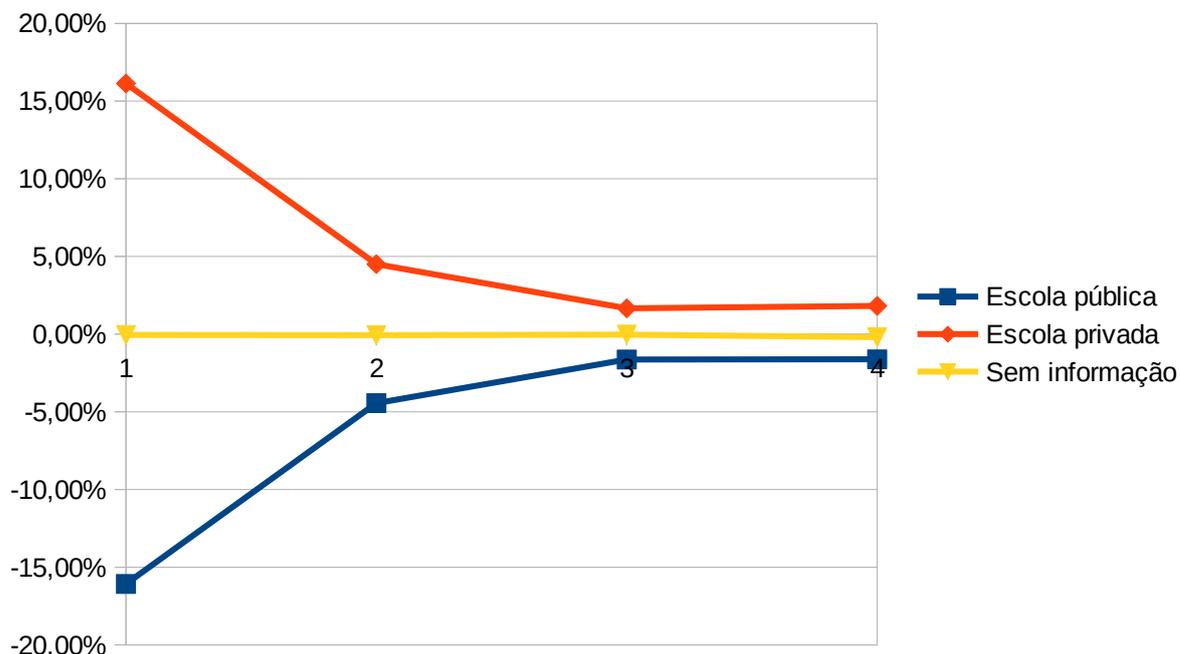
Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.
 Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G8: Taxa global de participação conforme tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.
 Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

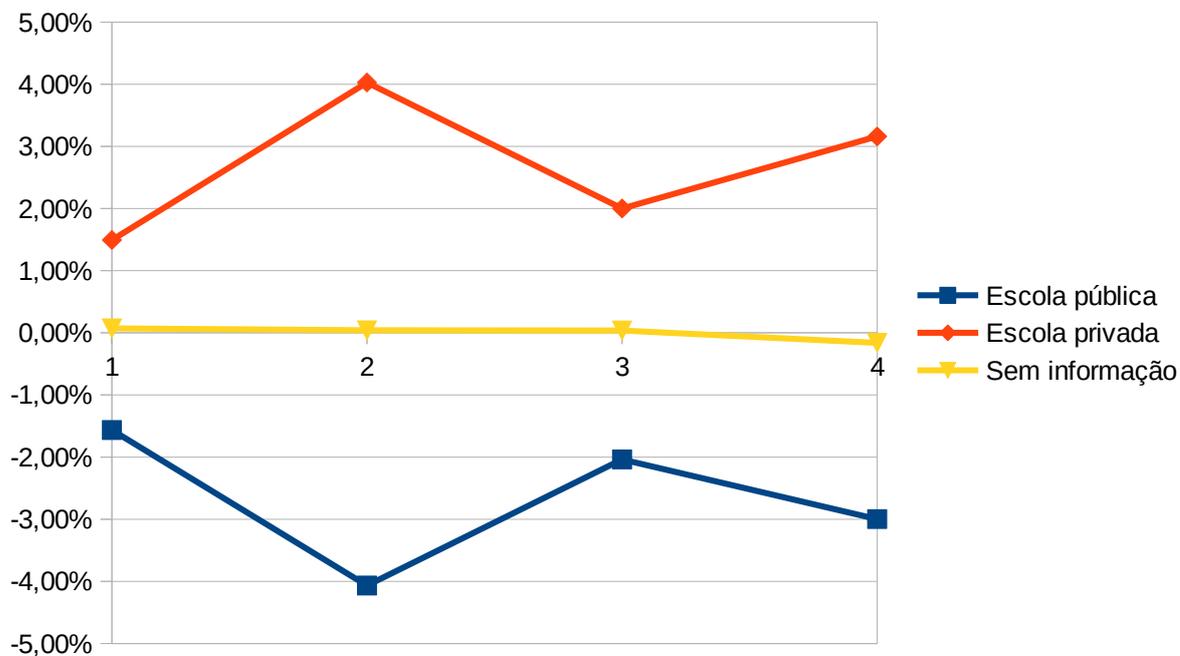
G8.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme o tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

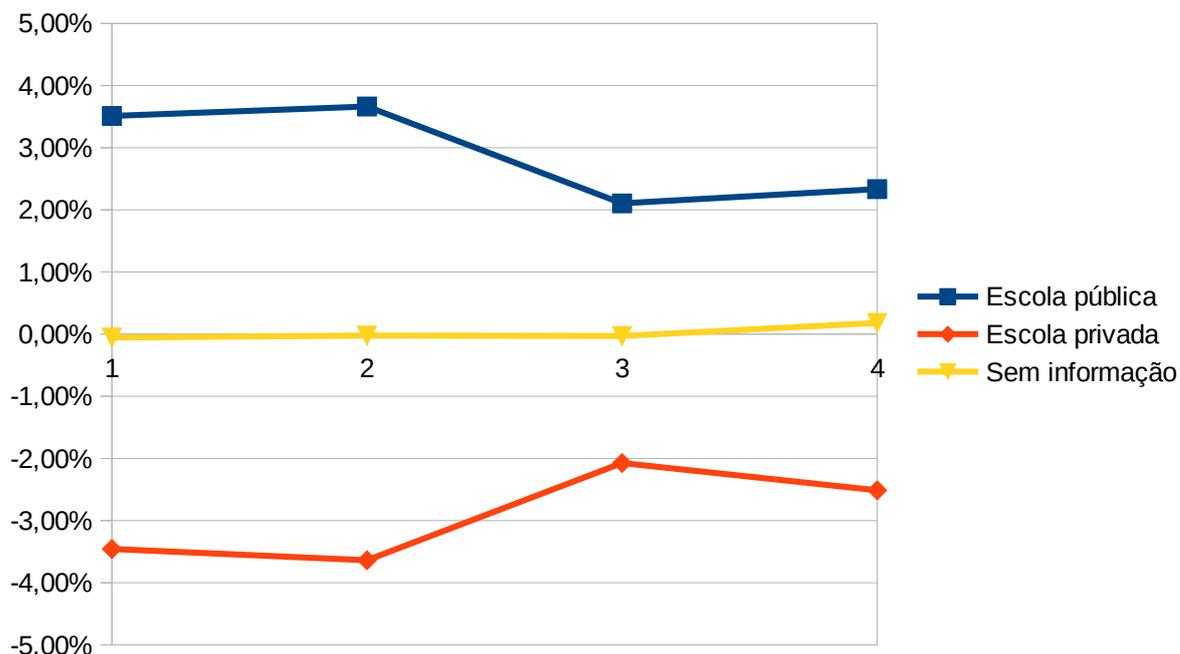
G8.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme o tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

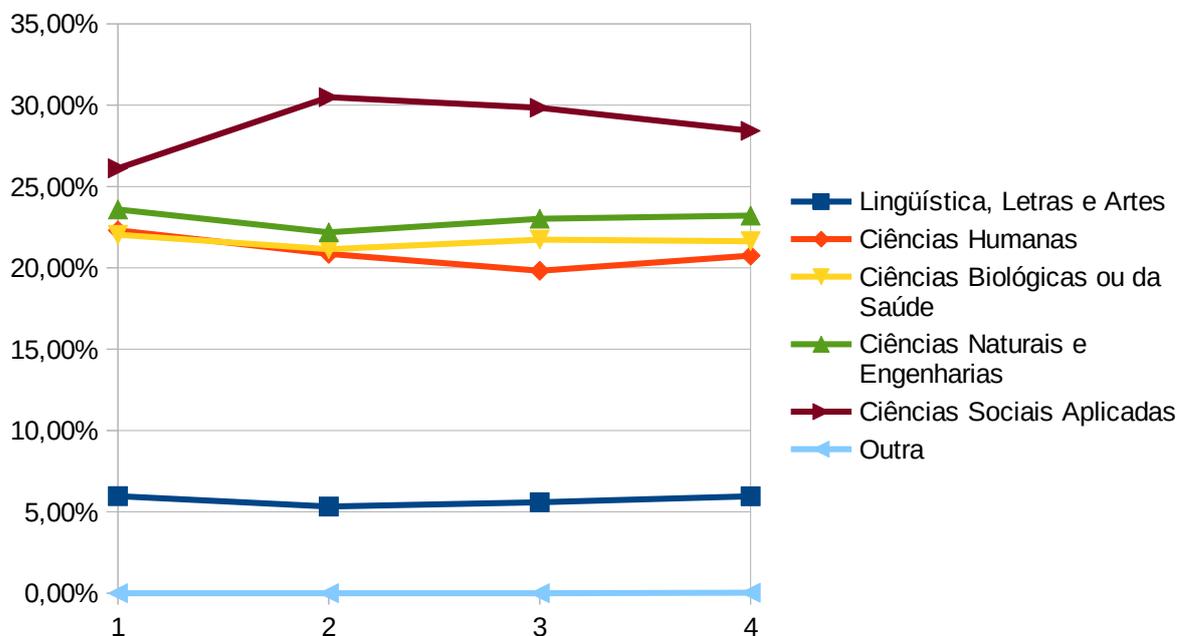
G8.3: Desvio entre o percentual de estudos concluídos e a participação global conforme o tipo de ensino médio agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

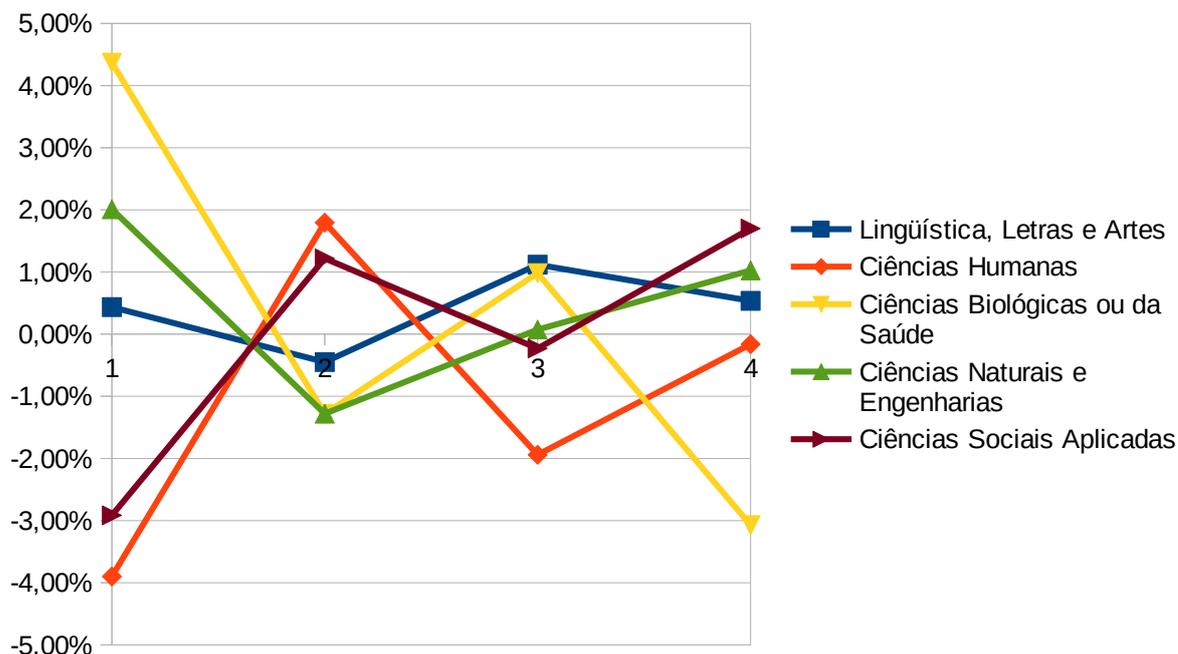
G9: Taxa global de participação conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

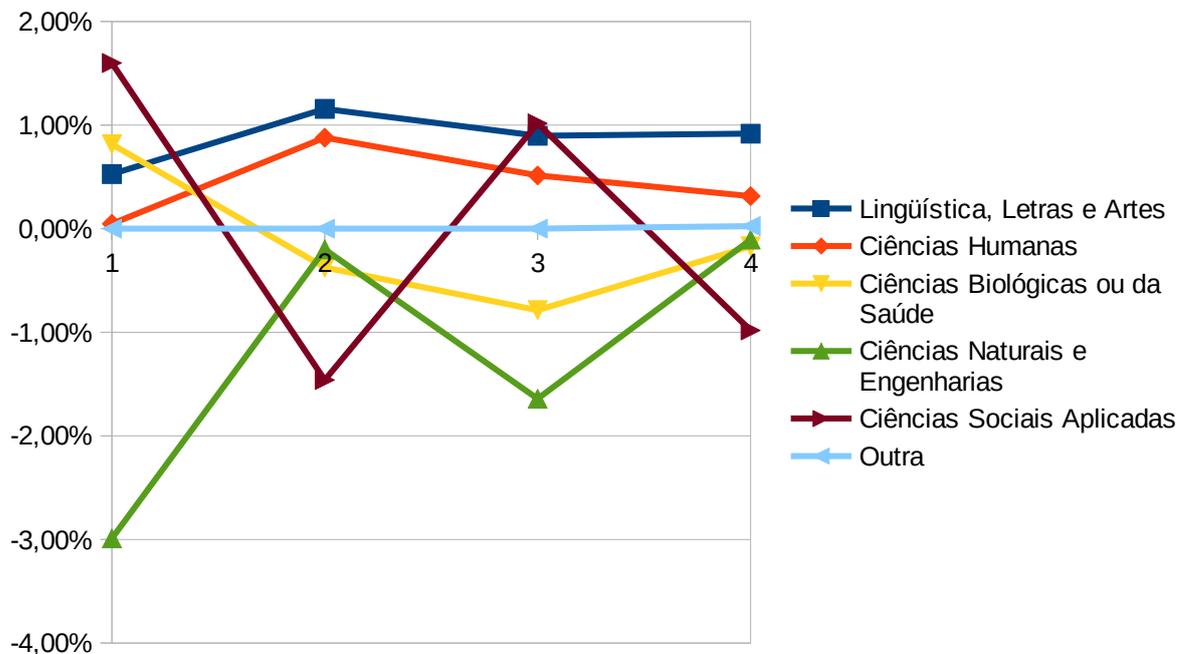
G9.1: Desvio entre o percentual de desclassificações e a participação global conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

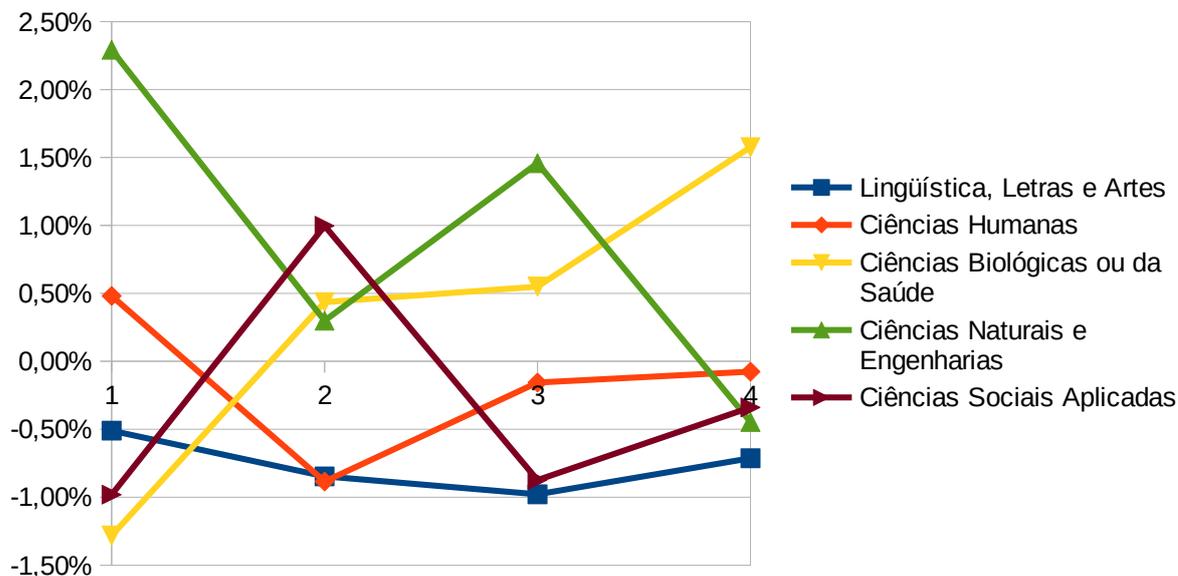
G9.2: Desvio entre o percentual de inscrições incompletas e a participação global conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.

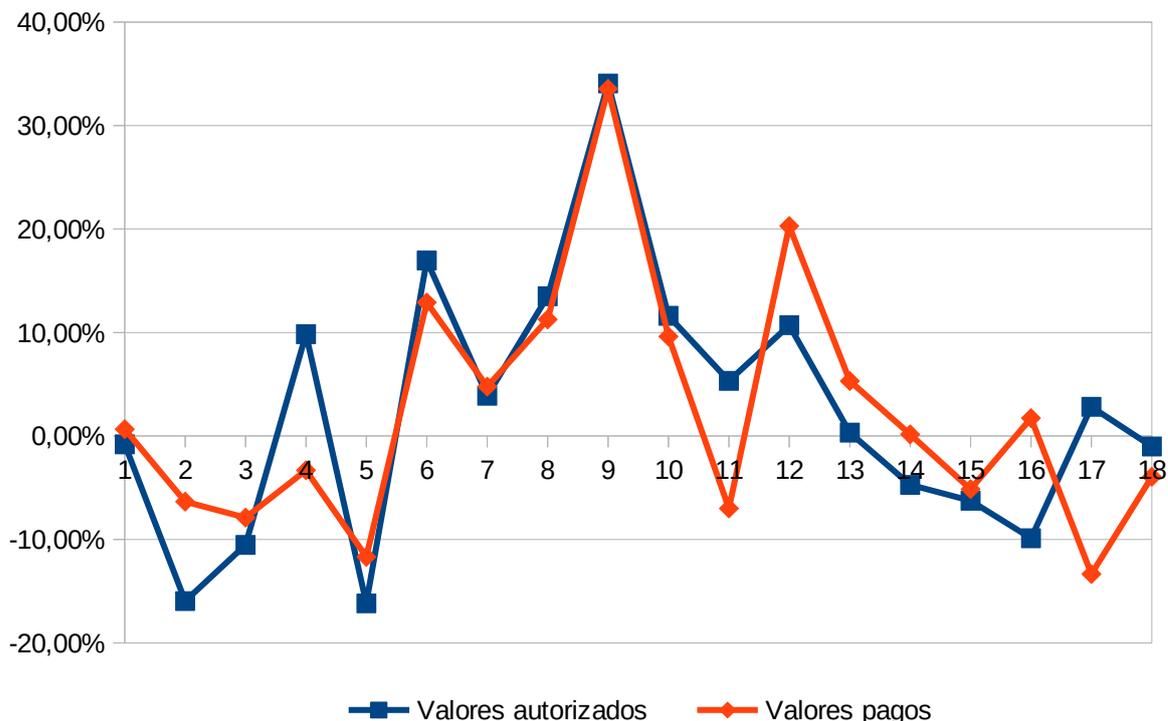
Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G9.3: Desvio entre o percentual de estudos concluídos e a participação global conforme a área do curso agrupado por períodos de 3 semestres, iniciando a partir de 2013-2 e finalizando em 2019-1.



Fonte: SAE, NovoSAE, SIGRA, SIPPOS; elaboração própria.
 Legenda eixo X: [1] 2013-2 | 2014-2; [2] 2015-1 | 2016-1; [3] 2016-2 | 2017-2; [4] 2018-1 | 2019-1.

G10: Desvios em relação à variação percentual interanual aos percentuais autorizados e pagos à função educação e a variação percentual interanual dos valores autorizados e pagos do orçamento, deflacionados conforme o IPCA 2019.



Fonte: Siga Brasil, valores deflacionados com base no ano de 2019, elaboração própria.
 Legenda eixo X (variação interanual): [1] 2001 | 2002, [2] 2002 | 2003, [3] 2003 | 2004, [4] 2004 | 2005, [5] 2005 | 2006, [6] 2006 | 2007, [7] 2007 | 2008, [8] 2008 | 2009, [9] 2009 | 2010, [10] 2010 | 2011, [11] 2011 | 2012, [12] 2012 | 2013, [13] 2013 | 2014, [14] 2014 | 2015, [15] 2015 | 2016, [16] 2016 | 2017, [17] 2017 | 2018, [18] 2018 | 2019.

Anexos

Organograma do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília

